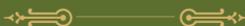


RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ

# UNIVERSIDADE DO MATE

## História da UFPR

3ª edição



*Editora*  
UFPR

A primeira questão que assalta o estudioso, diante da tarefa de entender a história de uma instituição, é a de quais fatores levaram à sua criação.

É exatamente daí que começa Ruy Christovam Wachowicz neste seu trabalho meticuloso sobre o período de formação da Universidade Federal do Paraná. E a resposta ele vai buscar no conhecimento acumulado em anos de pesquisa, cujo fruto mais conhecido é *História do Paraná* (1972), o mais consultado livro sobre o estado que acabou de completar 150 anos de emancipação política.

É assim que, após um sucinto e agudo panorama das sucessivas derrotas colhidas pelas elites paranaenses, que culminaram na maior de todas as derrotas, a perda de um enorme território para Santa Catarina após o Contestado, o historiador resume numa pergunta o impasse que se colocava a essa elite nos finais de 1909: “Afinal tinham os paranaenses alguma fibra dentro de si ou não?” A resposta a essa pergunta precisava ser dada na prática e, em parte, ela veio na forma de uma afirmação cultural – exatamente a criação da Universidade do Paraná.

Esse é apenas um exemplo de como se constrói este *Universidade do Mate*: na integração de um tema localizado – a história de uma instituição brasileira de ensino superior – com processos mais amplos a ele relacionados, seja em nível estadual ou nacional.

O resultado desse método, aliado ainda à detalhada pesquisa documental que lhe dá base, é uma história que se mantém o tempo todo equilibrada, conseguindo revelar o que há de heróico nos indivíduos que trabalharam na construção de um corpo coletivo como é uma universidade, sem abrir mão de uma abordagem crítica.

E é sempre com esse equilíbrio que o leitor vai acompanhando o complicado percurso que a Universidade do Paraná teve que trilhar desde 1912, enfrentando o desmembramento, por força de leis que a obrigaram a voltar atrás e vir a ser apenas um conjunto de faculdades isoladas, e até mesmo correndo sérios riscos de dissolução, até 1950, quando se torna aquilo que é até hoje: a Universidade Federal do Paraná.

# UNIVERSIDADE DO MATÉ

## HISTÓRIA DA UFPR



*3ª edição*



**Reitor**

Ricardo Marcelo Fonseca

**Vice-Reitora**

Graciela Inês Bolzón de Muniz

**Pró-Reitor de Extensão e Cultura**

Rodrigo Arante Reis

**Coordenador da Editora UFPR**

Rodrigo Tadeu Gonçalves

**Assessor da Editora UFPR**

Rafael Faraco Benthien

**Conselho Editorial**

Elias Karam Júnior

Eneida Kuchpil

José Antonio Gediél

José Carlos Cifuentes

Liliana Maria Labronici

Luís Lopes Diniz Filho

Luiz Ernandes Kozicki

Marcus Levy Albino Bencostta

Maria Benigna M. de Oliveira

Marilene Weinhardt

Ricardo Mendes Júnior

# UNIVERSIDADE DO MATE

## HISTÓRIA DA UFPR



RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ

*3ª edição*

*Editora*  
UFPR

Curitiba  
2022

©Ruy Christovam Wachowicz

UNIVERSIDADE DO MATE  
HISTÓRIA DA UFPR

**Coordenação da seção de produção editorial:** Rachel Cristina Pavim

**Revisão:** Luís Camargo, Karolyne S. de Paula, Luiz Henrique Betim Marques e  
Rafael Faraco Benthien

**Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa:** Eliane Ribeiro Campos e  
Samarah Wippel Selski

**Imagens:** Projeto Iconografia da UFPR, coord. por U. G. Baranow

**Colaboração:** Wilson Voitena

Série Memória, n.12

Coordenação de Processos Técnicos. Sistema de Bibliotecas. UFPR

---

Wachowicz, Ruy Christovam, 1939-2000

Universidade do mate : história da UFPR / Ruy Christovam Wachowicz. –

1ª ed. – Curitiba : APUFPR, 1983.

2ª ed. – Curitiba : Ed. da UFPR, 2006.

3ª ed. – Curitiba : Ed. da UFPR, 2022.

244p. : retrs. – (Memória; n.12)

ISBN 9786587448688

Inclui bibliografia

1. Universidade Federal do Paraná - História. 2. Universidades e faculdades. I. Título.

CDD 981.62

---

ISBN 978-65-87448-68-8

Ref. 1070

**Direitos desta edição reservados à  
Editora UFPR**

Rua Ubaldino do Amaral, 321  
80060-195 - Curitiba - Paraná - Brasil  
www.editora.ufpr.br  
editora@ufpr.br  
2022

  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

Ao corpo docente, discente e funcionários de todas as gerações da Universidade Federal do Paraná, ofereço a presente pesquisa.

O autor

Blank Page

# SUMÁRIO



Prefácio à 3.<sup>a</sup> edição / 9  
*Roseli Terezinha Boschilia*

Apresentação da 2.<sup>a</sup> edição / 13  
*Carlos Augusto Moreira Júnior*

Prefácio à 2.<sup>a</sup> edição / 17  
*Lílian Anna Wachowicz*

Introdução / 25

Réplica paranaense ao repto do Contestado / 29

Antecedentes da Universidade do Paraná / 43

Fundação da Universidade do Paraná / 49

A histórica sede da Santos Andrade / 67

Universidade e maternidade do Paraná / 79

O repto da sobrevivência / 87

Restauração da universidade / 113

Corpo discente / 129

Federalização / 153

Anexos / 157

Discurso do Ten. Dr. Daltro Filho / 159

Discurso do Dr. Benjamin Lins de Albuquerque / 169

Discurso do Dr. Nilo Cairo / 179

Discurso pronunciado pelo Dr. João R. de Macedo Filho / 205

Bibliografia / 221

Anexo iconográfico / 223

Índice onomástico / 233

Blank Page

## PREFÁCIO À 3.<sup>a</sup> EDIÇÃO



historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura”.

Esta frase, escrita por Marc Bloch, pode ser utilizada sem receio para descrever o perfil de Ruy Wachowicz.

Profissional curioso, atento e meticuloso, o professor Ruy, como era mais conhecido na universidade, talvez em virtude da dificuldade que os alunos tinham em relação à pronúncia do seu sobrenome, era um habitual frequentador de arquivos públicos e privados, onde ia em busca de fontes que pudessem responder às problemáticas de suas investigações, voltadas prioritariamente à História do Paraná e à imigração polonesa.

O tema que deu origem à presente obra, por exemplo, lhe chegou às mãos por acaso durante uma de suas incursões de pesquisa, conforme ele próprio relata:

[...] enquanto manuseávamos as fontes pertencentes ao acervo da Biblioteca Pública do Paraná, deparamo-nos com uma invulgar quantidade de notícias referentes à Universidade do Paraná [...] Desde há muito, andávamos preocupados e procurando respostas a muitas questões com relação aos acontecimentos que ocorriam na Universidade [...] Estimulados por esses fatos e acontecimentos e ainda o contato quase diário com uma série de documentos e notícias referentes à primitiva Universidade [...] fomos levados a uma decisão: tentar perscrutar as origens da UFPR, examinar seu desenvolvimento histórico e com isso tentar esclarecer algumas questões que pairavam no ar sem resposta, sobretudo às novas gerações que passaram a compor os quadros docentes da Universidade.

Atento às lições de Jules Michelet que tinha forte predileção pelo trabalho de pesquisa nos arquivos -, Wachowicz certamente enxergou nos documentos preservados pela Biblioteca Pública do

Paraná a possibilidade de reanimar “os homens do passado” e encontrar respostas sobre a gênese de uma das instituições de ensino superior mais antigas do nosso país.

Assim, motivado pelos questionamentos que surgiram após a leitura da documentação que acabara de encontrar, ele definiu os rumos de um novo projeto de pesquisa e, ao longo de um ano, se dedicou com entusiasmo e afinco ao trabalho de levantamento de fontes, análise e redação do texto que resultou na presente obra, publicada originalmente em 1983.<sup>1</sup>

A preocupação do autor em escrever uma história da Universidade Federal do Paraná, sem apartá-la do contexto sociopolítico brasileiro e sul-americano, no qual a instituição estava inserida no momento de sua criação, fica evidenciada na própria escolha do título desta obra: “Universidade do mate: história da UFPR”. Mesmo correndo o risco de provocar certo estranhamento entre os leitores pouco familiarizados com a cultura paranaense, o pesquisador Ruy faz uso da expressão “universidade do mate” não só com o intuito de se posicionar a favor de um modelo teórico que compreende a história local a partir de sua estreita relação com o contexto sociopolítico mais amplo, mas sobretudo para enfatizar a importância que a economia do mate teve na configuração política da sociedade paranaense e na implantação da Universidade do Paraná. Nesta perspectiva, o autor reconstrói um cenário, através do qual o leitor é levado a revisar o contexto histórico paranaense dos séculos XVIII e XIX, com destaque para os fatores políticos e econômicos que contribuíram para que a antiga Comarca do Paraná, graças ao incremento da economia do mate e ao comércio das tropas, obtivesse autonomia política em relação a São Paulo e se transformasse em um dos principais centros de produção e exportação de erva-mate.

Pouquíssima conhecida fora da região sul do Brasil naquele período, a erva-mate foi um dos pilares da economia paranaense. De acordo com o historiador, apesar da sua condição de economia periférica no contexto econômico brasileiro, a erva-mate concorreu para a emergência de uma nova elite paranaense, na medida em que foi responsável pela ascensão econômica e social de determinados segmentos da população, ligados à sua produção e comercialização, especialmente durante o século XIX.

<sup>1</sup> Além da 1ª edição, publicada pela APUFPR, a obra teve uma 2ª edição, prefaciada pela Prof. Lilian Wachowicz, que foi publicada pela Editora da UFPR, em 2006.

Contudo, ao promover a aproximação econômica com a região platina, que abrigava os principais centros consumidores do mate, esta política contribuiu para o isolamento do Paraná em relação ao cenário político e econômico brasileiro. Ou seja, embora tenha favorecido a emergência de uma elite econômica e política, a economia do mate contribuiu igualmente para que esta mesma elite se mantivesse afastada dos centros de decisão políticos e econômicos do Brasil.

Ancorado nesta hipótese, Wachowicz encontra a chave explicativa para refletir sobre os desdobramentos desta política econômica no comportamento das elites paranaenses, com o objetivo de compreender os interesses e as estratégias dos intelectuais que estiveram envolvidos no projeto de criação da Universidade do Paraná, em 1912.

Ao estudar a origem da Universidade Federal do Paraná a partir do perfil da elite paranaense, o autor deixa claro o seu desinteresse pela escrita de uma história institucional desvinculada do contexto socioeconômico, político e cultural, ou seja, de produzir uma história descarnada, na qual as ações dos sujeitos são deixadas de lado, dando lugar às informações de caráter oficial. Procurando fazer o caminho inverso, ele destaca a ação de artistas e intelectuais como o português Mariano de Lima, que foi responsável pela fundação da Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, em 1887, e do jornalista e historiador paranaense Rocha Pombo, que durante duas décadas lutou incansavelmente para fundar, em Curitiba, a primeira universidade brasileira.

Sem deixar de ressaltar a liderança que Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo tiveram no processo de fundação da Universidade, o autor dá visibilidade à atuação de mais de uma dezena de personagens que estiveram igualmente envolvidos neste projeto. Ancorado em um amplo *corpus* documental, procura mostrar como um grupo heterogêneo, tanto do ponto de vista ideológico quanto de sua formação intelectual, conseguiu se mobilizar em torno de um objetivo comum que visava fundamentalmente a formação acadêmica de quadros locais, que retirassem o Paraná do ostracismo político ao qual ele foi submetido em função da economia do mate.

Assim, a leitura desta obra é um convite para o leitor conhecer a história da UFPR através das lentes ajustadas por um historiador que, do mesmo modo que Michel de Certeau, acreditava

que o seu papel era de ligar as ideias aos lugares, com o objetivo de articular uma sociedade com o seu passado.

Curitiba, setembro de 2016  
Roseli Terezinha Boschilia

## APRESENTAÇÃO DA 2.<sup>a</sup> EDIÇÃO

**P**lácido e Silva, em suas memórias publicadas pelo jornal *Gazeta do Povo*, narra o seguinte: “No início do ano de 1913 fui até a sede da recém criada universidade, à Rua Comendador Araújo, para inscrever-me nos exames de seleção. Paguei a inscrição ao tesoureiro, Dr. Flavio Luz, que me indicou a secretaria. Nela se encontrava o Dr. Nilo Cairo que leu meu requerimento em voz alta: Oscar José Plácido e Silva desejando... etc, etc. A seguir, Nilo Cairo soltou um brado: Victor, chegou o primeiro!”.

Este texto, extraído do livro *Universidade do Mate*, revela o começo de uma jornada, na verdade uma odisséia, que é a história da Universidade do Paraná, que depois se tornou a Universidade Federal do Paraná. Uma instituição de construção coletiva, cheia de heróis anônimos e outros nem tanto, que mudou para sempre a face de nosso estado, trazendo identidade ao povo paranaense e a possibilidade de desenvolvimento científico e tecnológico sem precedentes.

No rumo para completar 100 anos, a Universidade Federal do Paraná, a primeira do Brasil, relança em nova edição o livro *Universidade do Mate*, de nosso saudoso professor Ruy Cristovam Wachowicz. Unindo habilidades de historiador meticuloso e escritor envolvente, Ruy nos conta a história da fundação da Universidade do Paraná desde os seus primórdios, no fim do século XIX, até sua consagração, na década de 50, como uma das universidades mais importantes do país.

Antes de assumir meu primeiro mandato como reitor da UFPR em 2002, tive a oportunidade de ler e reler este livro. Uma imersão prazerosa e motivadora na história da universidade. A cada página lida uma lição: compromisso institucional, determinação e uma demonstração de firmeza e tenacidade de pessoas que travaram uma luta sem trégua para a criação e consolidação da maior invenção dos paranaenses no século XX, a Universidade do Paraná.

A leitura de *Universidade do Mate* foi para mim muito mais que uma simples forma de obter conhecimento sobre a história de nossa instituição, foi na verdade uma fonte inspiradora, que mostra de forma inequívoca por que instituições com a dimensão da Universidade Federal do Paraná apaixonam pessoas e fazem com que elas dediquem suas vidas à construção de uma universidade pública e de qualidade.

A história continua: atores diferentes, mesmos papéis. Novos desafios a serem vencidos, novas metas a serem propostas. Portanto, é necessário que façamos uma reflexão sobre o papel da universidade no mundo de hoje, especialmente sobre o papel da universidade pública. O momento é propício para isto.

A educação em todos os seus níveis, compreendida como bem público, deve propiciar oportunidades iguais para todos. É fato: a universidade sempre foi pensada para uma elite e sempre teve no mérito seu princípio maior. Por outro lado, é sabido que habilidades e inteligências nas suas formas mais diversas estão presentes em todas as classes sociais. Portanto, o desafio da universidade de hoje é permitir que as pessoas possam desenvolver suas habilidades, tornando-se cidadãos mais participativos para a construção de uma sociedade mais desenvolvida e mais solidária.

As universidades, no entanto, além de centros de ensino, também precisam ser entendidas como centros de pesquisa e extensão. Esta última como o elo entre a instituição e a sociedade, e a primeira como ação indispensável para o progresso e soberania do país e da própria instituição.

Tais atributos, como ensino, pesquisa e extensão, devem reger a consciência de uma universidade. A universidade pública, no entanto, deve ir ainda mais longe, e ter no compromisso social um dos atributos indispensáveis para que conquiste a legitimidade frente à população. Para isso ela deve ser abrangente e inclusiva, estar atenta às mudanças sociais e às novas formas de ensino, estando sempre pronta para mudar quando for necessário. A UFPR tem dado mostras dessa sintonia com a sociedade brasileira. Através do PROVAR ocupou suas vagas remanescentes, dando exemplo de como bem utilizar o recurso público. Compreendendo a progressiva elitização da universidade, instituiu a reserva de vagas para estudantes negros e de escola pública. Ciente da necessidade de expansão do ensino público superior, implantou um novo campus no litoral do Paraná.

Espero que a leitura deste livro nos ajude a compreender melhor o passado e a enfrentar e vencer novos desafios, para que a universidade continue a ser o símbolo de Curitiba e permaneça ao lado da sociedade paranaense na construção de um estado mais soberano e desenvolvido em todos os seus aspectos.

Finalmente, quero convidar o leitor para que se entregue a este delicioso livro, inspirando-se naqueles que venceram os desafios e tornaram esta universidade uma das maiores e melhores instituições de ensino superior do país. Ao terminar a leitura, procure selar seu compromisso com a instituição ou reafirme aquele já existente. Neste momento tenho a certeza de que você compreenderá de forma cristalina o que certa vez disse Dom Helder Câmara: “Ter fé em uma causa é uma graça de Deus. Graça ainda maior é persistir nela. Mas a verdadeira graça é não desistir nunca!”

Carlos Augusto Moreira Júnior  
Reitor da Universidade Federal do Paraná

(1.ª Gestão: 29/04/2002 a 24/04/2006 e 2.ª Gestão: 25/04/2006 a 03/04/2008)

Blank Page

## PREFÁCIO À 2.<sup>a</sup> EDIÇÃO

  
uy Christovam Wachowicz escreveu o livro *Universidade do mate* – História da UFPR em 1983, em Curitiba. Professor titular do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, mestre e livre docente pela mesma universidade, já havia publicado antes de 1983 outros livros, sendo o primeiro *História do Paraná*, aos 26 anos de idade, revisado e ampliado a partir da sétima edição, e hoje em sua nona edição. Dedicado aos temas da história do Paraná e da imigração polonesa para o Brasil, participou de vários congressos nacionais e internacionais, com a apresentação de suas pesquisas. Quando faleceu, em 19 de agosto de 2000, aos 61 anos de idade, já havia publicado doze livros e vários artigos em revistas científicas. Publicou também muitos de seus trabalhos em boletins e revistas populares porque entendia que os conhecimentos do campo histórico, especialmente da história do Paraná, deveriam ser socializados para se tornarem acessíveis a toda a população. Esse princípio acompanhou toda a sua obra, e também o rigor científico que aplicava a cada tema que se apresentava como de relevância social. Seus trabalhos caracterizam-se pela pesquisa e pelo levantamento de fontes que precedem a fase de redação.

O conjunto de suas pesquisas, tanto na história do Paraná como na história da imigração polonesa, tem um fio condutor bastante claro: a afirmação da identidade cultural da população. Não somente a pesquisa, mas também suas publicações, têm como característica esse vetor central. Chegou a organizar almanaques e cadernos sobre a história de Curitiba em quadrinhos, assim como criar a semana de estudos de História do Paraná, na Academia Paranaense de Letras, com a condição de não exigir de cada participante nenhum tipo de diploma ou certificado acadêmico: “É preciso fazer chegar ao povo a história de sua terra”, dizia ele, “é condição de cidadania”.

A criação científica do autor foi potencializada por esse princípio de trabalho.

As frentes de ocupação do Paraná, por exemplo, foram o objeto de muitas pesquisas e cursos, aos quais levava sempre um mapa, criado por ele mesmo, com as frentes que ele chamou de *frentes de expansão sul paranaense, norte paranaense e sulista*. Cada cor representava uma das frentes, de tal forma que o processo de ocupação das terras tornava-se muito claro.

A pesquisa que antecedeu à da *Universidade do Mate* foi sobre a história do oeste paranaense, publicada em 1982 na forma de um livro, que o autor chamou *Obrageros, mensus e colonos*. Nessa pesquisa, o autor descobriu aspectos inéditos da economia do mate e do sistema gerado por essa economia nas *obrajes*, como eram conhecidas as grandes propriedades de plantação da erva-mate e de extração da madeira, às custas do trabalho dos mensus, ou semi-escravos, e dos colonos, no contexto da exploração da mão de obra:

Logo no início da fase de levantamento e arrolamento das fontes, foi encontrado o elemento unificador dessa região em estudo. Trata-se de um sistema de exploração e predação das riquezas naturais, o sistema das obrajes [o termo brasileiro foi mantido nas duas edições do livro], baseando-se no binômio mate-madeira.

A pesquisa da história do oeste paranaense foi encomendada pela Itaipu Binacional e, na sua segunda edição, incorporou um capítulo sobre a origem da população, inaugurando uma técnica que valorizou a metodologia de pesquisa em História Demográfica, a partir de exaustivos levantamentos em cartórios de registro civil da região, técnica essa adaptada pelo autor: “A primeira frente de ocupação é oriunda do chamado Paraná Tradicional [...]. A segunda é a que se originou dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul [...] e a terceira é a oriunda do Norte do Paraná”.

Concluiu, por exemplo, que determinada cidade, conhecida como “gaúcha”, detinha apenas 18% da população de origem rio-grandense do sul. Conversando com a cartorária, apresentou seus dados, ao que ela respondeu:

– Pode ser, professor, mas esses 82% da população que o senhor diz ter origem em outros estados mais ao norte, ou em Santa Catarina, ou no próprio Paraná, são da periferia, não contam.

Esse episódio revela a dominação de uma ideologia de classe, assumida como natural. Outro episódio de que tenho uma lembrança forte foi da época do lançamento do livro. O general presidente da Itaipu (estávamos ainda em regime de ditadura militar), mandou chamar o autor para que retirasse do texto uma passagem na qual as fontes consultadas indicavam contrabando em Foz do Iguaçu envolvendo militares, em 1914. Ruy recusou-se a retirar essa passagem, alegando que toda a pesquisa havia sido realizada sem pagamento de honorários, apenas pelos vencimentos da universidade, em regime de dedicação exclusiva. Não havendo tempo para que outro autor fosse convidado a escrever outro livro sobre o oeste, o livro *Obrageros, mensus e colonos* foi editado na íntegra, não sendo o autor convidado para as comemorações do lançamento. A segunda edição do livro, anos depois, foi financiada pelas cooperativas da região.

Uma das frases resultantes das entrevistas serviu de epígrafe para um dos capítulos. Uma senhora foi inquirida sobre sua nacionalidade, ao que respondeu, misturando os idiomas: “*Soy brasileña, señor, gracias a Diós*”.

A pesquisa comprovou que a colonização havia sido dirigida por uma companhia de terras, que adotou o critério de trazer pessoas de posse, que tivessem dinheiro. Os nomes dessas pessoas ficaram registrados e, ao apresentar a pesquisa em uma das cidades da região, a convite da Secretaria da Cultura do município, foi desligada a luz, impedindo o autor de prosseguir. De volta ao hotel, no dia seguinte dirigiu-se à portaria para o *check-out*, quando foi solicitado ao autor o pagamento da diária. Isto feito, dirigiu-se à rodoviária, já de posse da passagem e embarcou para Curitiba, sentando-se a uma das janelas do ônibus. Quando este começou a rodar, Ruy foi surpreendido por um petardo atirado por alguém que estava a postos na rua.

Essas pequenas histórias fazem parte do processo pelo qual foi sendo construída a teoria da ocupação do Paraná e também sua identidade cultural. A economia do mate teve seu auge em fins do século XIX e coincidiu com a época em que o Paraná perdeu o território do Contestado para Santa Catarina. A elite campeira paranaense, como chamava Ruy aos “líderes” da política no estado, já havia demonstrado sua passividade no episódio da criação da província, meio século antes. Na questão do Contestado, foi ainda menos combativa e, na ocupação do oeste, não se preocupou com o amálgama cultural chefiado pela classe dominante, o que permi-

tiu mais tarde a Getúlio Vargas a criação do território do Iguazu, cortando o Paraná pelo município de Laranjeiras do Sul. Provando que as teses separatistas eram também racistas e elitistas, Ruy foi tendo seu trabalho visto como polêmico e ameaçador.

A relação da economia com a cultura torna-se clara nas pesquisas, e principalmente na relação entre essas duas pesquisas: a da ocupação do oeste e a da criação da universidade. O comércio da erva-mate foi realizado com o mercado do Rio da Prata e o modelo da Universidade do Paraná foi da Universidade do Prata.

O mate veio ligar as regiões produtoras paranaenses, com seus dirigentes, às vicissitudes dos mercados platinos... A economia ervateira, por cerca de um século, levou suas elites a ficarem como que “de costas” para centros como Rio de Janeiro e São Paulo, e “de frente” para o Prata. Era lá em Buenos Aires, Montevideú e mais tarde ainda Valparaíso no Chile, que estavam os centros consumidores da erva mate. Era desses mercados que, em última análise, dependia a economia paranaense, e não dos mercados europeus ou nacionais.

Sabemos o quanto a estrutura econômica, ou infraestrutura da sociedade, é determinante da superestrutura, ou estrutura institucional e cultural. O livro *Universidade do Mate* demonstra mais uma vez essa relação: o modelo da nossa universidade veio do sul, e não da Europa, como a Universidade de São Paulo, resultante da economia do café, ou da Universidade de Manaus, que surgiu no auge da economia da borracha, mas não prosseguiu suas atividades ininterruptamente, como a nossa.

O livro *A Universidade do Mate* foi escrito a pedido da Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná, mas a pesquisa já estava muito adiantada, no contexto dessas teses. Nessas pesquisas, o autor verificou que as elites de Curitiba decidiram pela primeira vez unir esforços para a criação da universidade, como resposta ao desafio da perda do território e com as condições criadas pela economia do mate. Era preciso preparar os jovens para exercerem lideranças politicamente mais fortes, e para isso, a consciência de sua identidade seria muito importante. Da parte do grupo liderado por Victor Ferreira do Amaral, essa consciência política foi muito clara. Da parte do grupo liderado por Nilo Cairo, a consciência da importância da Ciência, como bandeira principal do Positivismo da época, foi predominante. Unindo-se esses dois

grupos, tivemos a boa sorte de cumprir historicamente a tese de Gramsci sobre cidadania: “Cidadão é o especialista que domina a sua técnica e tem a consciência política de seu tempo”.

A lucidez dos grupos que criaram a universidade em 1912 torna-se notável nesse contexto. Vencidas as resistências que marcaram as tentativas anteriores, uniram-se diversos grupos culturais importantes e dividiram os setores da universidade amigavelmente: o Setor de Ciências Humanas foi destinado ao grupo católico, o Setor de Ciências da Saúde ao grupo positivista liderado por Nilo Cairo, o Setor de Ciências Jurídicas ao grupo liderado por Hugo Simas e assim por diante. O primeiro diretor, cargo equivalente ao de reitor atualmente, foi o presidente da comissão organizadora, Victor Ferreira do Amaral, principal responsável pela união dos grupos, união essa que se deve a uma equipe de grandes pensadores, que somaram seus esforços, ao invés de competirem entre si: Nilo Cairo convidou Victor Ferreira do Amaral para professor da cadeira de Obstetrícia, do Curso de Medicina, apesar de pertencer este a outro grupo, mais ligado às elites tradicionais da cidade.

Inicialmente destinada à criação de cursos superiores de Odontologia, Comércio e Agrimensura, unidos na forma de uma associação civil, a Universidade do Paraná foi projetada em reuniões diárias realizadas durante o mês de novembro de 1912, no gabinete do Dr. Nilo Cairo, à Praça Tiradentes, com a participação de Flávio Luz, depois primeiro lente (professor) da cadeira de Direito Criminal, Júlio Theodorico Guimarães, depois lente do Curso de Comércio, e de Daltro Filho, da área de Agrimensura. Reinaldo Machado juntou-se a eles, e depois assumiu a cadeira de Ginecologia no Curso de Medicina, lembrando antes que não poderia faltar a cadeira de Obstetrícia. O nome da associação foi tornando-se *muito comprido* e então iluminou-se o pensamento desses homens com a ideia de uma universidade. Hugo Gutierrez Simas, Pamphilo D’Assumpção e Euclides Bevilaqua a eles se juntaram nessas reuniões, nas quais eram citadas experiências anteriores criadas na cidade e bem sucedidas, como a Escola de Belas Artes e Indústrias fundada no final do século XIX por Mariano de Lima, o Conservatório de Belas Artes organizado em 1894 por Paulo Ildefonso de Assunção e a Escola Federal de Aprendizes Artífices, em 1910. Antes disso houve a tentativa, corajosa e solitária, da universidade criada por Rocha Pombo em 1892, que não vingou.

Enquanto amargava a perda para Santa Catarina do território do Contestado, a *elite campeira* do Paraná foi mais uma vez surpreendida pela Lei Rivadávia em 1911. Foi então que surgiu, como síntese de múltiplas determinações, a ideia da universidade: o professor Fernando Moreira, diretor do estabelecimento de ensino Escola Republicana, foi ao Rio de Janeiro para uma entrevista com o ministro Rivadávia, e *nessa conversa evidenciou-se a possibilidade da fundação de uma Universidade*, em Curitiba. O grupo que apoiou a ideia reuniu-se inicialmente em junho de 1912, liderado por Victor Ferreira do Amaral. Pamphilo D'Assumpção foi encarregado de fazer o projeto:

Nos mesmos dias em que Victor Ferreira do Amaral planejava os primeiros passos a fim de concretizar a fundação da Universidade, um outro grupo, sem o conhecimento do primeiro, começava também a trocar ideias no mesmo sentido. Neste predominavam militares positivistas, ainda embasados pelos ideais que erigiram a República. Na Curitiba de 1912, era relativamente numerosa a população militar, face aos projetos rodoviários e ferroviários em que o exército nacional estava envolvido. Nilo Cairo, médico militar, liderou esse grupo.

A teoria da história nos autoriza a afirmar que se esses dois homens, que trabalhavam na mesma área, não se unissem em um só projeto, ao invés de competirem cada um em seu próprio projeto, em 1912 ainda não teria sido criada a Universidade do Paraná, ainda que as condições materiais estivessem dadas pela economia do mate e as condições psicológicas fossem favoráveis, com a perda do território do Contestado.

A elaboração teórica da relação sociedade/indivíduo foi anunciada nesse momento pela prática social, muito antes da criação das teses da ecologia cognitiva, em finais do século XX. Quando o presidente da província do Paraná, Carlos Cavalcanti, presidiu a convite a sessão solene da instalação da nossa universidade, iniciada às 19 horas do dia 19 de dezembro de 1912, “tomaram lugar à mesa o general Alberto de Abreu e o bispo D. João Braga”. Representantes do poder instituído na sociedade paranaense da época, essas três pessoas instalaram oficialmente a universidade, diplomando os primeiros lentes sob a inspiração do lema já consagrado no emblema criado e aprovado, *Scientia et Labor*.

Ninguém melhor do que o próprio autor, professor Ruy Christovam Wachowicz, para contar a história da pesquisa da *Universidade do Mate*, o que faz de forma brilhante na introdução deste livro. Quero destacar nesse momento uma frase do Ruy, nessa introdução, para demonstrar a relação entre o que se realizava na prática social do Paraná da época e as teses então elaboradas para explicar acontecimentos de tamanha relevância:

a importância da Universidade como instituição. Acreditamos ser ela, de qualquer forma, superior aos indivíduos. Toda obra coletiva é mais importante do que os indivíduos que a concretizaram.

Essa frase não é apenas a expressão de uma reflexão elaborada durante esta pesquisa. É de fato a expressão de uma forma de vida assumida pelo Ruy em todo o tempo no qual convivemos cotidianamente e que teve uma influência maravilhosa em nossa forma de ser e de viver. O conhecimento liberta a mente, eu aprendi depois, nas teorias de educação. De fato, nosso mundo era ao mesmo tempo fascinante e terrível, porque o aprofundamento da consciência permite ler e sentir a realidade nas suas dimensões históricas e culturais.

Com referência a essa pesquisa, essa frase é também a expressão do cumprimento na história das teses surgidas no século XIX e XX na Europa, para explicar a determinação das condições materiais na criação cotidiana da cultura, pela própria sociedade. Principalmente, revela a forma pela qual uma determinada sociedade cria e recria sua cultura na relação entre cotidiano e história, sendo por essa cultura ao mesmo tempo criada e recriada a sociedade.

Caiobá, 6 de janeiro de 2006  
Lílian Anna Wachowicz

Blank Page

# INTRODUÇÃO



Os primeiros meses de 1982, iniciávamos a compilação de fontes históricas para uma pesquisa referente ao poder público e às condições de trabalho do professor no Paraná.

Enquanto manuseávamos as fontes pertencentes ao acervo da Biblioteca Pública do Paraná, deparamo-nos com uma invulgar quantidade de notícias referentes à Universidade do Paraná. Este fato constatava-se sobretudo na coleção do jornal *Commercio do Paraná*, o qual possuía como um dos proprietários a figura de Victor Ferreira do Amaral. Este não economizava espaço jornalístico, proporcionando uma cobertura quase que completa aos eventos ocorridos na universidade. Aí evidenciou-se o fato de que, exatamente naquele ano (1982), a universidade completava seus 70 anos de existência.

Desde há muito, andávamos preocupados e procurando respostas a muitas questões com relação a acontecimentos que ocorriam na instituição.

Sentia-se que esta era dirigida por uma elite ou pseudo-elite que controlava diretamente a instituição e estava intimamente ligada aos grupos que controlavam o governo do estado.

Essas e outras preocupações equivalentes eram também levantadas e analisadas ocasionalmente por outros colegas. Começou então a se desenvolver, em parte da comunidade docente universitária, uma necessidade de se conhecerem as raízes históricas e o pensamento dos homens que fundaram e/ou dirigiram a universidade nas gerações que nos antecederam.

Papel importante nessa conscientização — sobretudo para a geração mais jovem —, desempenhou a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, ao desencadear na universidade uma série de movimentos e estudos não só referentes à UFPR como também ao ensino universitário brasileiro de modo geral.

Estimulados por esses fatos e acontecimentos e ainda o contato quase diário com uma série de documentos e notícias referentes à primitiva universidade, publicados nos jornais da segunda e terceira décadas desse século, fomos levados a uma decisão: tentar perscrutar as origens da UFPR, examinar seu desenvolvimento histórico e com isso tentar esclarecer algumas questões que pairavam no ar sem respostas sobretudo às novas gerações que passaram a compor os quadros docentes da universidade.

Uma universidade obviamente não é composta apenas por professores. Os acadêmicos formam uma de suas partes imprescindíveis. Como eram vagas, esparsas e conseqüentemente incompletas as evidências referentes à atividade estudantil, resolvemos compilá-las e abrir na pesquisa um capítulo referente à evolução do corpo discente. Conseguimos, ao que parece, redigir um esboço da evolução estudantil. Mas como nada existia a respeito, deverá servir o mesmo como ponto de partida para quem no futuro desejar preocupar-se sobre o assunto.

Na pesquisa limitamo-nos até o ano de 1950, ou mais especificamente à federalização da universidade. Motivos éticos, cremos que compreensíveis, impediram-nos de escrever sobre a participação de colegas que ainda labutam e exercem cargos de influência na instituição.

A Universidade do Paraná surgiu devido à Lei Rivadávia, que desoficializou o ensino superior no país em 1911. Dela também aproveitaram-se os amazonenses para fundar a Universidade de Manaus em 1909 e os paulistanos com a antiga Universidade de São Paulo.

Se ligarmos o surgimento destas instituições à economia predominante nessas regiões, constataremos que a de Manaus foi fruto do ciclo da borracha, então em crescimento no norte do país, a de São Paulo ao café e a do Paraná à erva-mate.

Mas a existência desses *ciclos* econômicos não explica de *per si* a sua concretização. Uma série de outros fatores, inclusive psicológicos, desencadearam suas respectivas fundações. Por isso, ao analisarmos a fundação da Universidade Federal do Paraná, procuramos inserir o acontecimento na conjuntura regional da época.

Estudar o surgimento e desenvolvimento de uma instituição como a universidade é indiscutivelmente realizar um estudo de micro-história. Em consequência, o historiador corre um grande perigo de perder-se em descrever apenas fatos e acontecimentos. Procuramos

fugir a esse condicionamento, inserindo o *fato universidade* num contexto histórico regional e, na medida do possível, a nível nacional. Desta forma, procuramos não perder a visão do globalizante.

Acreditamos que nem sempre tal objetivo foi conseguido. A predominância de fontes jornalísticas e o tempo disponível de apenas um mês para realizar a redação da pesquisa, condicionou-nos, talvez em demasia, na forma da apresentação final.

Outro condicionante encontrado foi o fato de a UFPR ter sido o fruto da ação básica de dois vultos: Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo. A vontade férrea desses dois homens contribuiu para a fundação da instituição. Este fato pode inclusive ser usado como exemplo típico da influência do indivíduo na concretização de instituições que atuaram decisivamente na evolução das suas comunidades.

Mesmo assim, muitos fatos interessantes centrados nessas e em outras personalidades ligadas às origens da universidade foram deixados de lado, para não prejudicar em demasia a importância da universidade como instituição. Acreditamos ser ela, de qualquer forma, superior aos indivíduos. Toda obra coletiva é mais importante do que os indivíduos que a concretizaram.

Divulgamos no final, em forma de anexos, alguns dos primeiros discursos dos fundadores da universidade. Trata-se de documentos ricos em dados e posicionamentos ideológicos dos fundadores. Embora publicados pela imprensa da época, achamos que, pela sua importância, mereciam ser melhor divulgados, a fim de serem aproveitados pelos pesquisadores que sem dúvida advirão.

Acreditamos que muitos problemas históricos da universidade não foram esclarecidos e nem ao menos levantados. Mas, de qualquer forma, um passo a mais foi feito nesse sentido.

Blank Page

## RÉPLICA PARANAENSE AO REPTO DO CONTESTADO



Desde o século XVIII a capitania de Santa Catarina sustentou controvérsia com sua congênere de São Paulo no que dizia respeito às suas fronteiras. O Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo e amigo pessoal do Marquês de Pombal, administrava São Paulo com pulso forte *manu militari*. Desta maneira impôs a autoridade do governo de São Paulo até as margens do rio Uruguai. Apesar dos protestos catarinenses contra a chamada invasão paulista em território considerado sob sua jurisdição, a corte de Lisboa nem tomava conhecimento dos mesmos.

A vinda do príncipe regente D. João ao Brasil em 1808 e a independência em 1822 em nada alteraram a problemática.

Em 1853 tornava-se o Paraná herdeiro dos direitos e das pretensões paulistas sobre todo o território existente entre os rios Negro, Iguaçu e Uruguai. É o conhecido Contestado.

Durante todo o período provincial, essa problemática continuava a ser agitada, quer pelas imprensas paranaense e catarinense, quer pelos políticos e pelas Assembleias Legislativas dessas províncias. Entretanto, nada de concreto era estabelecido.

Afirma o historiador Romário Martins que os paranaenses sempre consideraram essa pretensão de Santa Catarina como *absurda*, nunca lhe deram a devida atenção, considerando-a apenas de *relativa importância*<sup>1</sup>.

Entretanto, mesmo antes da Proclamação da República em 1889, os políticos catarinenses passaram a encarar o problema com seriedade. A questão adquiriu novas proporções quando em 1895 foi solucionada a chamada *Questão de Palmas*, problema fronteiro entre Brasil e Argentina. A *Questão de Palmas* atingia grande parte do Contestado entre Paraná e Santa Catarina. Solucionada a *Questão de Palmas* pró-Brasil, o estado de Santa Catarina passou

1 MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Ed. Guaíra, 3. ed., s/d. p.357.

a trabalhar com afinco no sentido de incorporar o Contestado para dentro de suas fronteiras.

Até a última década do século XIX, o Paraná nada havia feito de concreto para salvaguardar seus direitos. Foi somente em 1897 que as elites diretivas paranaenses deram o primeiro passo nesse sentido. O governador paranaense José Pereira Santos Andrade nomeou uma comissão que foi incumbida de *coligir documentos que possam interessar à solução da questão de limites [...]²*. Concomitantemente, o governador ordenava, com urgência e reservadamente, a Generoso Marques dos Santos, que fosse até Portugal examinar a veracidade dos documentos citados por Santa Catarina e verificar o autógrafo da Provisão de 30 de novembro de 1749:

[...] cujo texto somente consta de um exemplar, em manuscrito, que se diz existir nos arquivos do Estado de Santa Catarina e que sendo a base principal da pretensão desse Estado a zona contestada, é sujeito de adulteração³.

Na primeira década do século XX, mais especificamente em 1901, desabava sobre o povo paranaense o mais drástico repto já enfrentado pelo Paraná. Santa Catarina entrou no Supremo Tribunal Federal com uma ação reivindicadora sobre o território do Contestado. Julgada a questão em 1904, por maioria de votos o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa a Santa Catarina.

Em 1853, as vilas meridionais da província de São Paulo, que formavam sua 5.<sup>a</sup> Comarca, recuperaram a autoadministração, formando a província do Paraná. Usamos o termo *recuperaram* porque, de 1660 a 1710, Paranaguá foi sede de um governo próprio e autônomo, embora subordinado ao Governo-Geral do Rio de Janeiro.

Os paulistas, de certa forma, aproveitaram-se da decadência da mineração nos núcleos urbanos que a coleta do ouro deu origem, e conseguiram extinguir a capitania de Paranaguá. Incorporaram à sua capitania os territórios da congênere extinta.

A partir de 1710, estas vilas, já em processo de decadência, tiveram que submeter-se ao peso dos interesses de São Paulo, em detrimento de seus próprios. O *ciclo* da cata do ouro não tinha sido

2 Essa comissão era integrada por Agostinho Ermelino de Leão (presidente), Manoel de Alencar Guimarães (secretário) e Generoso Marques dos Santos. Despacho do Palácio do Governo de 5 fev. 1897, OFFICIOS, 1897, vol. 2. Departamento de Arquivo e Microfilmagem (DAMI).

3 *Id.*

suficiente para organizar uma sociedade mais sólida e desenvolvida. Entretanto, teve impacto apenas suficiente para originar alguns núcleos urbanos de reduzidas proporções.

A descoberta do ouro em quantidades bem maiores em Minas Gerais levou muitos proprietários com seus escravos a se deslocarem para essa região mais nova e mais promissora.

Mas a tradição da existência de um governo próprio nunca se extinguiu na região. Desta forma, em 1853, a província do Paraná propriamente não se emancipava de São Paulo, mas recuperava sua autonomia, tendo então por sede principal a cidade de Curitiba, localizada no planalto, mais para o interior.

No final do século XVII e início do XVIII, essas populações praticamente vegetavam. Em 1737, a Câmara Municipal de Curitiba informava que a maior parte da população, por falta de condições econômicas, comia sem sal<sup>4</sup>. Em 1797 informava-se que a população do planalto vivia *quase como o gentio*<sup>5</sup>, por falta de condições econômicas. Nas primeiras décadas do século XVIII, a abertura do caminho de tropas entre Rio Grande do Sul e São Paulo veio incorporar forçosamente os chamados Campos Gerais à economia do criatório. Tropas de gado bovino e muar passaram a circular em território paranaense. Difundiram-se então as fazendas de criação nos campos paranaenses. Graças a esses estímulos, os núcleos oriundos da mineração e os novos que surgiram começaram a sair do seu estado de torpor e miserabilidade em que se encontravam.

Devido a esses novos fatores supervenientes, em 1797, o capitão-mor de Curitiba via o povo do planalto *mais luzido* do que no tempo da mineração, embora não garantisse que estivesse mais rico.

Na segunda década do século XIX, a conjuntura internacional veio beneficiar as vilas que formariam o futuro Paraná. Em 1813, Francia, ditador do Paraguai, por motivos políticos, proibiu a exportação de erva-mate para Buenos Aires e Montevideú. Assim, esses mercados voltaram-se para as regiões produtoras brasileiras.

Em 1820, iniciava-se:

[...] a revolução, que teve como causa principal a chegada a Paranaгуá, de Don Francisco Alzagaray [...], a quem ficamos devendo

4 Termo de Vereança de 19 nov. 1737. *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, vol. XIII, p. 86.

5 Carta de Lourenço Ribeiro de Andrade, capitão-mor de Curitiba, de 30 nov. 1797. MOREIRA, Júlio Estrela. *Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba à luz de novos documentos*. Curitiba, Ed. da UFPR, 1972. p. 144.



exportador teria que estar com suas atenções voltadas para esses centros consumidores.

Como a economia ervateira no Paraná prevaleceu dominante até as primeiras décadas do século XIX, sua influência no condicionamento do comportamento das elites e da população em geral foi significativa. É interessante notar que a cata ao ouro do século XVII estava inserida num contexto de mercado e demanda condicionado pelas grandes praças comerciais europeias, às quais Portugal estava ligado. O seu surgimento no Paraná *nada mais foi do que uma consequência do comportamento econômico da Europa*<sup>8</sup>.

O criatório e o tropeirismo estabelecidos a partir do século XVIII estavam dependentes dos mercados paulista e mineiro que consumiam gado bovino e muares na produção de ouro e de produtos tropicais de suas lavouras. Esses produtos, por seu turno, continuavam sendo regidos pelos mercados europeus.

O mate veio ligar as regiões produtoras paranaenses com seus dirigentes às vicissitudes dos mercados platinos. Uma das características que essa economia impôs às diminutas elites paranaenses foi o seu afastamento, e em consequência o distanciamento, dos centros de decisão políticos e econômicos do Brasil. A economia ervateira, por cerca de um século, levou suas elites a ficarem como que *de costas* para centros como Rio de Janeiro e São Paulo e *de frente* para o Prata. Era lá em Buenos Aires, Montevideu e mais tarde ainda Valparaíso no Chile, que estavam os centros consumidores da erva-mate. Era desses mercados que, em última análise, dependia a economia paranaense, e não dos mercados europeus ou nacionais. O distanciamento econômico *ipso facto* repercutiu sobretudo no plano político.

O mate era uma economia periférica dentro da própria história econômica brasileira. Praticamente, de São Paulo para o norte, era considerada uma economia exótica. Em consequência, o governo central nem sempre proporcionava a devida assistência e cobertura diplomática para seu maior desenvolvimento. De certa forma, pode-se afirmar que a economia ervateira veio isolar ainda mais o Paraná do contexto econômico, e por extensão político, da nação brasileira. Os políticos brasileiros estavam na realidade voltados para os problemas advindos com a produção de café no vale do Paraíba do Sul e com o açúcar produzido nos latifúndios

nordestinos. Os problemas do mate, produto exótico do sul, não atraíam as atenções dos dirigentes do Império do Brasil.

Em 1853, Zacarias de Góes e Vasconcelos, o primeiro presidente da província do Paraná, assinalava que a erva-mate e o criatório absorviam a atividade da maior parte da província. O mate era a atividade de *ricos e pobres* enquanto o criatório era a atividade *dos homens abastados*, proprietários de campos<sup>9</sup>.

A economia do mate tornou viável a restauração político-administrativa do Paraná. Refere-se Pedro Calil Padis que sem a economia ervateira, *a própria luta* pela autonomia da 5ª Comarca, *teria sido mais difícil*<sup>10</sup>.

Acontece que não houve *luta* propriamente dita pela autonomia da comarca. As isoladas e omissas elites regionais não se organizaram para tanto. A emancipação não funcionou historicamente como um desafio a ser superado pela sociedade da 5ª Comarca. A campanha pela emancipação não conseguiu polarizar e aglutinar as populações em torno de um objetivo comum superior. A emancipação não conseguiu desenvolver na população da 5ª Comarca um sentimento de unidade e identidade com a terra. Tal não aconteceu porque ela não foi conquistada no calor de uma *luta* por um objetivo superior. A emancipação foi praticamente outorgada pelo governo imperial para o cumprimento de um acordo entre grupos políticos. O Paraná obteve sua emancipação de *mão beijada*.

Desde a chegada do Príncipe D. João ao Brasil, em 1808, ocorreram manifestações das câmaras municipais em prol da emancipação. A vanguarda dessas reivindicações coube a Paranaguá, saudosa dos tempos da capitania. Mas todas as manifestações nesse sentido de nada serviram.

A emancipação era um problema político, e somente quando houve condições políticas favoráveis é que ela foi encarada com seriedade pelo governo imperial.

Tal situação política surgiu quando a Revolução Farroupilha começou a alastrar-se no sul do país. Os republicanos gaúchos tomaram Laguna em Santa Catarina e instalaram ali a República Juliana, ao mesmo tempo em que invadiram a vila de Lages. Os

<sup>9</sup> PARANÁ. Relatório do presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, na abertura da Assembléia Legislativa em 15 jul. 1854. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes. 1854. p. 67.

<sup>10</sup> PADIS, p. 44.

farrapos enviaram então agentes seus até a vila do Príncipe (Lapa). Transformaram o pacato vilarejo em *reduto de conspiradores*<sup>11</sup>.

Em 1842, uma outra revolução foi deflagrada em São Paulo (Sorocaba) e Barbacena (Minas Gerais). Era uma revolução dirigida por políticos liberais (Pe. Feijó, Rafael Tobias de Aguiar etc.). Na 5ª Comarca, predominava então a política do partido liberal. A adesão dos *curitibanos* à revolução de Sorocaba era iminente. Se ocorresse tal adesão, o movimento farrapo unir-se-ia ao liberal de São Paulo e Minas Gerais. A posição estratégica da 5ª Comarca era importante e a decisão de suas elites, fundamental. Mas o governador da província de São Paulo, Barão de Monte Alegre, agiu rapidamente. Nomeou o liberal coronel João da Silva Machado para o cargo de comandante geral das forças do sul da província, *com formal promessa de agraciá-lo com o título de Barão de Antonina, e de instalar, sem demora, a província de Curitiba, nomeando-o seu primeiro presidente*<sup>12</sup>.

Desdobrou-se então João da Silva Machado, utilizando-se de todo seu vasto círculo de influências, sobretudo entre os liberais, para impedir a adesão à revolução de Sorocaba. Seu objetivo foi alcançado. Os liberais curitibanos não apoiaram seus correligionários paulistas e mineiros e a junção com os republicanos do Piratini não se concretizou.

Após a conclusiva vitória de Caxias sobre os liberais de Sorocaba, o Barão de Monte Alegre exonerou-se da presidência da província. Sua exoneração foi participada por missiva pessoal ao juiz de direito de Curitiba, Agostinho Ermelino de Leão. *O barão de Antonina somente teve ciência dos fatos pela comunicação que Monte Alegre dirigiu ao juiz de direito Dr. Agostinho Ermelino de Leão*<sup>13</sup>. Monte Alegre demonstrava assim quais seus sentimentos para com João da Silva Machado e conseqüentemente esfriava seu relacionamento com o mesmo.

Apesar da exoneração do presidente da província de São Paulo, os paulistas cumpriram em parte as suas promessas, realizadas de comum acordo com o governo imperial. Um dos deputados paulistas apresentou projeto na Câmara dos Deputados criando a província de Curitiba, e o governo imperial concedeu a João da Silva Machado o título prometido.

<sup>11</sup> A Campanha da Emancipação. LEÃO, Agostinho Ermelino de. *Commercio do Paraná*. Curitiba, 18 dez. 1920.

<sup>12</sup> *Id.*

<sup>13</sup> *Id.*

Cumprida a promessa por parte dos paulistas, com o cumprimento formal da palavra empenhada, nada mais fizeram pela emancipação da sua 5ª Comarca. Ao contrário, o Pe. Feijó e seus seguidores opuseram-se fortemente ao projeto. Este só foi aprovado dez anos depois, quando deputados mineiros e baianos divisaram na emancipação uma oportunidade de diminuir a importância que esta Província vinha adquirindo no cenário nacional. A economia cafeeira estava projetando São Paulo nas esferas econômicas, e em consequência aumentava sua força política. Era esta uma excelente oportunidade de *serrar* São Paulo pelo rio Paranapanema. Não foi portanto por mero acaso que o primeiro presidente da jovem província foi um baiano, Zacarias de Góes e Vasconcelos.

No processo da emancipação da 5ª Comarca, não houve participação da população nem sua maior mobilização. Tudo se resolveu nos altos escalões imperiais. A não participação das próprias elites regionais no processo de sua emancipação levou as autoridades imperiais a *batizarem* a nova província. Recentemente, havia sido criada uma província no norte do Brasil que teve seu nome tirado do maior rio da região: Amazonas. O mesmo comportamento foi aplicado à 5ª Comarca. Sendo o Paraná o maior rio a banhar o território provincial, dele foi extraído o nome da mesma: Paraná.

A população da caçula das províncias imperiais soube de sua denominação quando o decreto de sua criação foi aprovado e publicado pela imprensa.

Conicionados pelas próprias forças produtivas históricas, os agora paranaenses já de há muito eram criticados pela falta de aproveitamento das chances que a história lhes proporcionava.

O comedido cronista português Antônio Vieira dos Santos na sua *Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e seu Município*, compilada em 1850, já criticava os parnanguaras por não saberem aproveitar a Provisão Régia de 19 de abril de 1722, que os autorizava a comerciar livremente com suas embarcações até a Colônia do Sacramento. Vieira dos Santos salientava que os parnanguaras poderiam ter levado e dominado o comércio do mate desde 1722. Não teria sido preciso esperar cem anos, com a vinda de Francisco Alzaray em 1820, para iniciar esse produtivo comércio. Salienta ainda, que a introdução desse comércio *facilitaria aos homens a prática daquela costa e fazerem-se por ela novas povoações, em aumento do Estado*<sup>14</sup>.

14 LINHARES, p. 124.

João José Pedrosa, um dos raros paranaenses a presidir sua província natal, em seu relatório administrativo de 1881, analisando as características dos paranaenses, salienta que, embora paulistas de origem, eram os paranaenses *menos empreendedores e ousados*<sup>15</sup>. Cento e sessenta anos depois da Provisão Real de 1722, um presidente de província identificava ainda as mesmas características detectadas por Vieira dos Santos: falta de iniciativa.

Nos trinta e seis anos de história provincial paranaense, evidencia-se a pouca presença de políticos paranaenses na própria presidência da província. Dos 41 presidentes que chegaram a governar o Paraná, apenas três eram paranaenses nomeados diretamente: João José Pedrosa, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, este último chegando a ser ministro da Agricultura. Praticamente ausentes dos conciliábulo políticos do Rio de Janeiro, os políticos paranaenses não participaram da Proclamação da República. A nível regional, fundaram dois clubes republicanos. Um em Curitiba, em 1885, e outro em Paranaguá em 1887. Em 1886, fundava-se em Curitiba o jornal *A República* e, segundo Romário Martins, sua atuação mereceu o *maior conceito nos centros Republicanos do país*<sup>16</sup> e foi só.

Após 1889, as antigas províncias transformaram-se em estados da República, e suas populações passaram a eleger seus governadores. Desta forma, o Paraná libertou-se da tutela da corte, especificamente quanto à escolha de seus presidentes. Com a República, chegou ao auge a problemática do Contestado, com a vizinha Santa Catarina. O estado vizinho procurava reconquistar 48.000 km<sup>2</sup> de território, que os paranaenses consideravam absolutamente seus. Sua perda seria uma amputação insuportável. A capacidade das elites paranaenses foi colocada em xeque. O desafio avolumou-se e os paranaenses teriam que sair de seu *casulo* político para agir.

Um dos políticos paranaenses que maior sensibilidade e interesse manifestava ao desafio que o Contestado representava ao Paraná, foi Victor Ferreira do Amaral. Era membro da *elite campeira* paranaense, que assumiu as rédeas da política estadual, após a Proclamação da República. Nascido na Lapa, formou-se em medicina no Rio de Janeiro. Romanticamente, jactava-se ter sido criado à sombra de gigantescas taças seculares das araucárias e ter ajudado

15 PARANÁ. Relatório do presidente da Província, João José Pedrosa, na instalação da 2.ª sessão da 14.ª legislatura em 16 fev. 1881. Curitiba, Typ. Perseverança. 1881. p. 16.

16 MARTINS, p. 323.

na sua infância *os escravos de meu pai na ceifa das fecundas searas de trigo, centeio, cevada etc*<sup>17</sup>.

Após exercer vários cargos na administração, foi indicado pelo senador Vicente Machado a concorrer para deputado constituinte estadual, em 1891. Foi justamente nesta ocasião que teve oportunidade de percorrer *in loco* a região do Contestado. Teve então a possibilidade de constatar com que omissão — que ele chamou de *incúria criminosa* — os paranaenses tratavam a questão:

Em 1892, quando eu era deputado à Constituinte estadual, de passagem por Santa Catarina, denunciei ao Sr. Xavier da Silva, então governador do Paraná, o plano de agentes federais às ordens do governo catarinense pretenderem transpor o Rio Preto e vir fazer estradas próximo da cidade do Rio Negro. O Sr. Dr. Xavier não se opôs à invasão, dizendo que não havia mal nessa incursão, pois vinham fazer estradas para nós.

Esta sua incúria criminosa foi de graves conseqüências para o Estado, obrigando o governo a mobilizar, por duas ou três vezes, o nosso Regimento de Segurança para o Rio Preto, a ponto de em uma ocasião ser preso um contingente de 40 soldados da polícia catarinense, no ribeirão da Lança, pouco além do Rio Negro. [...]

Em 1901 ou 1902, ele (Xavier da Silva), entregou Canoinhas de mão beijada a Santa Catarina, porque, inerte, não quis se incomodar.

Negociantes de Canoinhas, então habitada por uma população suspeita de criminosos e foragidos pediram, por meu intermédio, que o governo do Paraná mandasse empossar as suas autoridades nomeadas para o então distrito policial, anteriormente criado, pois elas preferiam a jurisdição do Paraná contra Santa Catarina, que se procurava aliciar. Empreguei junto do Dr. Xavier os meus esforços os mais insistentes, e não consegui movê-lo apesar de suas repetidas promessas. O resultado desse impatriótico descaso foi a posse subsequente de Canoinhas por Santa Catarina que deve por isso erigir um monumento ao Dr. Xavier da Silva<sup>18</sup>.

Mais tarde, em 1915, quando a Universidade do Paraná, da qual era reitor e um dos fundadores, entrava em crise de sobrevivência, Victor Ferreira do Amaral dava o remédio para a crise que se avolumava, sem dúvida alguma, calcado na experiência traumática

17 *Diário da Tarde*. Curitiba, 17 nov. 1938.

18 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 12 jun. 1915.

vivida e sofrida com o Contestado: *o que nos falta, o que necessitamos é ter [...] mais consciência de nossas energias, mais confiança em nossos destinos de povo ávido [...] ter fé no futuro*<sup>19</sup>.

Mas, para que os paranaenses tivessem confiança e fé no futuro, era preciso que sua sociedade dispusesse de mais *massa crítica*. Eram poucas as pessoas formadas nascidas no Paraná. O próprio Victor Ferreira do Amaral preocupou-se em obter esse levantamento. Havia no estado apenas nove médicos nascidos na região: cinco na Lapa, dois em Curitiba, um em Paranaguá e um em Palmeira. Na engenharia havia apenas quatro profissionais paranaenses: um da Lapa, um de Curitiba, um de Paranaguá e um de Rio Negro. Quanto a bacharéis de direito, seu número era mais significativo<sup>20</sup>. Concluía Victor Ferreira do Amaral que o ambiente paranaense era então obscuro e por esse motivo *impunha-se a necessidade da criação do ensino superior em nosso Estado*<sup>21</sup>.

Em 24 de dezembro de 1909, o Supremo Tribunal Federal reafirmava a rejeição dos argumentos jurídicos interpostos pelo Paraná à sentença de 6 de julho de 1904. Abateu-se então sobre a população paranaense uma profunda comoção. O inacreditável confirmava-se. Agora era só uma questão de tempo para que a justiça federal agisse e retirasse da administração paranaense 48.000 km<sup>2</sup> formados pelas melhores terras e cobertas pelas melhores matas. A causa parecia perdida.

Esse tremendo repto lançado ao Paraná provocou na sua população, e sobretudo em suas lideranças, uma profunda crise existencial. Afinal tinham os paranaenses alguma fibra dentro de si ou não? Como conseguiriam perder 48.000 km<sup>2</sup> do território sobre o qual possuíam direitos históricos e acima de tudo seu *uti-possidetis*? Com esse argumento, Portugal obteve direitos sobre os territórios a oeste da linha de Tordesilhas enquanto que o Paraná, praticamente com os mesmos argumentos, perdeu. Finalmente os paranaenses iriam começar a acordar de seu sono letárgico. Reagiriam a esse desafio histórico em duas frentes:

- a — tentando retirar de Santa Catarina o território perdido;
- b — afirmando-se culturalmente, tentando preparar suas próprias elites com a criação da Universidade do Paraná.

<sup>19</sup> *Ibid.*, 26 mar. 1915.

<sup>20</sup> SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Discurso do Diretor da Faculdade de Medicina, s/d. In: LIMA, Eduardo Corrêa. *Victor Ferreira do Amaral e Silva — o reitor de sempre*. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Imprensa da UFPR. 1982, p. 353.

<sup>21</sup> *Id.*

O primeiro desses objetivos teve um desenlace bastante surpreendente. Latifundiários, políticos e comerciantes, sobretudo os primeiros, que possuíam interesses no Contestado, uniram-se, sob o domínio da emoção e resolveram criar no território do Contestado o Estado das Missões. Já que o mesmo não poderia ser do Paraná, também não o seria de Santa Catarina. Foram políticos de Rio Negro, União da Vitória, Palmas, Clevelândia etc., sob a presidência de Cleto da Silva, que organizaram a junta provisória do Estado das Missões. Seus seguidores começaram a agir no Contestado, inclusive de forma armada. O governo do Paraná apoiou a junta. Assinou com eles um acordo que, entre outras coisas, estabelecia:

1 — a junta provisória trabalharia com o Comitê Central de Limites no sentido de promover os meios que trouxessem a integridade do solo paranaense;

2 — no caso de falharem todos esses meios, a junta e o comitê continuariam a resistência, de forma a obter uma solução que, como complemento, trouxesse a completa independência da zona em estado confederado<sup>22</sup>.

Aliciando adeptos, o grupo veio convencer o governo de Santa Catarina da necessidade de se conseguir um acordo com o estado do Paraná. Apesar de ter ganho de causa na Justiça Federal, Santa Catarina via-se agora ameaçada de perder todo o território para a formação de uma nova unidade da federação, que seria em princípio uma extensão do próprio Paraná, porque o movimento era liderado por paranaenses.

O acordo acabou ocorrendo em 1916, pelo qual Santa Catarina ficaria com 28.000 km<sup>2</sup> e o Paraná com 20.000. A reação paranaense conseguiu recuperar o chamado sudoeste paranaense. Mas, se o Paraná perdeu 28.000 km<sup>2</sup> de território, colheu um outro inédito dividendo. Pela primeira vez em sua história, os paranaenses uniram-se para conseguir ao menos uma meia vitória. Em 1916, nascia verdadeiramente a identidade histórica paranaense. Se em 1853 ele passava a existir de fato e de direito, agora ele adquiria uma identidade histórica, ao menos temporariamente.

Uma outra reação paranaense, motivada pelo repto do Contestado, não foi menos surpreendente. Algumas lideranças perceberam onde residia a deficiência principal dessa sociedade er-vateira: a falta de intelectualidade. A partir desse contexto emerge

<sup>22</sup> SILVA, Cleto da. *Accordo Paraná — Santa Catarina ou o Contestado diante das carabinas*. Curitiba: Pap. Globo, 1920. p. 137.

o empenho de alguns de seus membros em organizar, na capital, uma universidade. Esta deveria sanar essa lastimável lacuna, evidenciada pelo desenrolar da história local.

Blank Page

# ANTECEDENTES DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

Em 1882, com apenas 24 anos de idade, chega a Curitiba o artista português Antônio Mariano de Lima, procedente do Rio de Janeiro e contratado pelo presidente Carlos de Carvalho. Sua finalidade era decorar o teatro São Teodoro. Com auxílio do presidente Visconde de Taunay, abriu em 1887 uma escola de *Artes e Indústrias*. Segundo o próprio fundador, a iniciativa visava o desenvolvimento das Artes e Ofícios que *representavam, depois da agricultura, a primeira riqueza de um país*<sup>1</sup>.

Devido à formação filosófica do artista, essa escola não estaria voltada para os filhos das famílias abastadas da capital. Faria questão absoluta de que suas portas se abrissem para os filhos de operários da cidade.

Após os primeiros anos de funcionamento, e graças ao auxílio do estado, o sucesso do empreendimento era notório. Em agosto de 1898, a escola era frequentada por 128 alunos de ambos os sexos<sup>2</sup>. Funcionavam, na oportunidade, os seguintes cursos: Auxiliar de Línguas e Ciências, Música, Desenho, Arquitetura, Pintura, Artes e Indústrias, Propaganda e Biblioteca<sup>3</sup>.

Até 30 de junho de 1899, haviam passado pela escola 2.448 alunos, assim distribuídos: 1.482 do sexo masculino e 966 do feminino. As preferências foram as seguintes: Línguas e Ciências, 172; Música, 382; Desenho, 1.678; Arquitetura, 138; Escultura, 18; Pintura, 41; Artes e Indústrias, 19. A escola havia realizado onze exposições no estado e uma no Rio de Janeiro (1896). Foi premia-

1 OFÍCIO de Antônio Mariano de Lima de 8 abr. 1891 ao presidente General José Cerqueira de Aguiar Lima. OFFICIOS, 1891, vol. 7. DAMI.

2 OFÍCIO de Antônio Mariano de Lima de 5 set. 1898 ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antônio A.C. Chaves. OFFICIOS, 1898, vol. 8. DAMI.

3 RELATÓRIO n.º 8 da Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, de 1898, OFFICIOS, 1898, vol. 18. DAMI.

da na exposição de 1893 realizada em Chicago, Estados Unidos. Apresentou também inúmeros concertos vocais e instrumentais<sup>4</sup>.

Devido à própria organização e funcionamento da escola, seu diretor a considerava quase de *ensino superior*<sup>5</sup>. Embalado pelo sucesso alcançado, Mariano de Lima propôs ao governo do estado que se criasse um Conselho Superior de Belas Artes. Este não teria a finalidade de apenas animar a arte e nem somente fiscalizar os exames da escola. Organizaria uma academia superior *das sumidades artísticas à maneira das capitais da Europa*<sup>6</sup>.

Estas *sumidades* teriam laços de membros correspondentes. Acreditava Mariano de Lima que, se o Conselho Superior de Belas Artes assim se organizasse, muito concorreria para que o Paraná fosse *o primeiro estado em Belas Artes e, como consequência real, também o primeiro em indusidade manufatura (sic) pois esta é filha daquelas*<sup>7</sup>.

Este Conselho foi criado oficialmente pelo decreto n.º 88, de 11 de agosto de 1897 e instalado em 4 de dezembro do mesmo ano. Passaram a fazer parte do mesmo, provisoriamente, os membros da congregação da escola. Como algumas das disciplinas da Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná eram as mesmas da escola normal, decidiu o governo, por motivo de economia, que as alunas normalistas assistiriam a essas aulas na própria Escola de Belas Artes. Porém, a maior parte das alunas da escola normal negava-se a frequentar a escola de Mariano de Lima, apresentando como desculpas *fúteis bailes, passeios e outras distrações*<sup>8</sup>. Na realidade, este era um problema de classes sociais. A escola normal era frequentada por moças oriundas das principais famílias da capital, enquanto a escola de Mariano de Lima era considerada do proletariado:

Com a maior sem cerimônia, apregoam os nossos inimigos que isto aqui é a Escola da gente misturada, cremos que por nunca termos feito questão de gente de cor, mas sim de gente de caráter, mas não

4 RELATÓRIO da Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná de 1900 ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Otávio F. do Amaral e Silva. OFFÍCIOS, 1901, vol. 2. DAMI.

5 OFÍCIO de Mariano de Lima ao Governador General José Cerqueira de Aguiar Lima. OFFÍCIOS, 1891, vol. 7. DAMI.

6 OFÍCIO de Mariano de Lima de 10 set. 1897 ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antônio A. C. Chaves, OFFÍCIOS, 1892, vol. 10. DAMI.

7 Id.

8 OFÍCIO de Mariano de Lima de 11 ago. 1891 ao Diretor Geral da Instrução Pública, Justitiano de Mello e Silva. OFFÍCIOS, 1891, vol. 14. DAMI.

é razoável a injustiça e neste ponto protestamos em honra de todos os que fazem parte deste estabelecimento<sup>9</sup>.

Para atrair a clientela discente das famílias abastadas de Curitiba, subtraindo-as da escola de Mariano de Lima, Paulo Ildefonso de Assunção organizou em 1894 o Conservatório de Belas Artes, obtendo já no mesmo ano de fundação a matrícula de 91 alunos, quase todos do sexo feminino.

Esta divisão de forças não abalava o ânimo de Mariano de Lima. Em 1897, como vice-diretor da escola, figurava Victor Ferreira do Amaral. Em reunião da congregação de 26 de setembro de 1897, o médico e futuro fundador da Universidade do Paraná orgulhava-se de fazer parte do corpo docente da escola que, *a despeito da guerra dos ingratos, dos despeitados pomadistas, dos invejosos e também do esquecimento dos indiferentes, sempre tinha progredido extraordinariamente, graças ao seu tenaz diretor, que jamais havia recuado diante dos maiores obstáculos*<sup>10</sup>.

Em 1895, estava no auge o entusiasmo de Mariano de Lima. Reivindicava, junto ao governo do estado, a devolução de um terreno que havia sido doado à sua escola. Pretendia construir no mesmo um edifício novo, que abrigaria a nova escola. Garantia ao governo que, se tal ocorresse no prazo de cinco anos, esta escola seria não só a primeira da América do Sul, como também tornar-se-ia, graças às oficinas que seriam instaladas, auto-suficiente em renda, *sem que o governo tenha a dar qualquer dispêndio*<sup>11</sup>.

Esclarecia o diretor que nenhum interesse pessoal o movia. Seu único objetivo seria o de propagar a arte no Brasil. Segundo ele, não era a vaidade pessoal que o movia. Lembrava que havia sido agraciado pelo imperador D. Pedro II, não tendo aceito a condecoração por ser *vaidade ridícula*<sup>12</sup>.

Acontece, porém, que em 1906 teve que abandonar furtivamente a capital paranaense, para fugir da ira e ciúme de um marido vingativo. *Em Manaus, voltou a tentar instituições semelhantes às que criou em Curitiba*<sup>13</sup>.

9 RELATÓRIO n.º 8 ...

10 Id.

11 Id.

12 Id.

13 CARNEIRO David. Educação — Universidade, história da primeira universidade do Brasil. Curitiba, Imprensa da UFPR, s/d., p. 11.

Assumiu então a direção da escola sua mulher, D.<sup>a</sup> Maria Aguiar de Lima, que havia sido sua melhor aluna em artes. Foi durante a sua direção que a escola conseguiu enviar para a Europa — a fim de se especializarem — dois dos seus melhores alunos: João Zaco Paraná e João Turim, expoentes futuros da escultura paranaense.

Em 1910, foi criada em Curitiba a Escola Federal de Aprendizizes Artífices, tendo sido nomeado para dirigi-la Paulo Ildefonso de Assunção.

Nos últimos anos, a escola de Mariano de Lima apesar de ter recebido, como reforço no cargo docente, um nome prestigioso como Alfredo Andersen e continuar a ter numeroso corpo discente — 302 alunos em 1911 —, veio a fechar suas portas. D.<sup>a</sup> Maria Aguiar de Lima, obrigada a ausentar-se da capital para tratamento de saúde, não conseguiu levar a obra avante. A criação da Escola Federal de Aprendizizes, em 1910, também foi decisiva para o seu fechamento. Desaparecia a Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, mantendo, entretanto, a experiência acumulada.

O primeiro paranaense a aproveitar-se dessa experiência realizada, foi o granítico morretense José Francisco da Rocha Pombo. Jornalista, poeta, historiador, lança-se em 1891 a uma empreitada considerada como verdadeira utopia: fundar em Curitiba uma universidade. Cidade de 20.000 habitantes nesse período. Sozinho, sem equipe e sem dinheiro, com apenas 34 anos de idade.

A primeira notícia compilada sobre a universidade de Rocha Pombo detecta-se no *diário do comércio* de 27 de junho de 1891, jornal dirigido por Leôncio Correia. Depois de expor as bases da pretensa universidade, o jornal conclui que: *deste modo, fundada a Universidade, esta cidade se tornará o centro de toda a atividade vital do Paraná*<sup>14</sup>.

Depois de muitas marchas e contramarchas, Rocha Pombo obtém do governo estadual a lei n.º 63 de 10 de dezembro de 1892. Por ela, o cidadão Rocha Pombo estava autorizado a criar em Curitiba uma universidade nas seguintes condições:

- a — receberia 6% de juros sobre o capital empregado até 1.000 contos;
- b — desapropriaria um terreno para sediá-la na forma da lei;
- c — estaria isento de impostos;

<sup>14</sup> PILOTO, Valfrido. Universidade Federal do Paraná — primórdios, modernização, vitórias. Curitiba, s/ed. p. 15.

d — construiria uma universidade com, no mínimo, os seguintes cursos: Direito, Letras, Comércio, Agronomia, Agrimensura e Farmácia;

e — incorporar-se-iam à universidade, o ginásio e a escola normal.

Esta lei somente foi possível após os decretos federais de 2 e 10 de janeiro de 1891 e de 3 de dezembro de 1892. Estes deram temporariamente maior liberdade para a iniciativa privada, no que tange a cursos superiores. Deles aproveitou-se rapidamente Pombo.

Valfrido Piloto, em documento inédito de Rocha Pombo, publica as decepções íntimas por ele sofridas com o episódio da fundação da universidade de 1892:

Em 1892 organizei projeto de fundação de uma universidade, ou escola de ensino superior, em Curitiba. Consegui, a muito custo, do Congresso Estadual, uma lei de garantia de juros. Tomei um empréstimo de oito contos de réis, afiançado pelo Comendador José Macedo; assentei a pedra fundamental do edifício no largo Ouvidor Pardinho; fiz ali construir depósito e reunir material, dando começo ao nivelamento do largo. Fui, em seguida, ao Rio, onde apenas tive animação do Dr. Ubaldino do Amaral, senador por esse Estado, o qual apresentou ao Senado um projeto que, depois de aprovado em 2.<sup>a</sup>, caiu em 3.<sup>a</sup> discussão, havendo quem me assegurasse que nesse resultado intervieria a politicazinha dominante no Paraná. Desiludido de conseguir o capital para a fundação do estabelecimento em edifício próprio, procurei torná-lo exequível requerendo ao Congresso da politicazinha que, em vez de garantia de juros, que de nada me servia — porque o Estado não se garantia a si, quanto mais a outrem — me concedesse uma subvenção de 60 contos, para inaugurar logo, provisoriamente, a Escola. E isso eu estava habilitado a fazer, visto como já tinha tudo organizado, — estatutos, regulamentos, programas etc. A subvenção que eu pedia era equivalente, quando muito, à despesa que o Estado fazia mantendo um Ginásio e uma Escola Normal. De sorte que a questão cifrava-se em escolher entre uma Escola com 4 ou 5 cursos integrais e superiores, de entrada, internato e externato do Ginásio, e Escola Normal etc. — e o estabelecimento existente, incompleto, mal administrado e quase inútil, a julgar mesmo pela freqüência que sempre teve. Mas os estadistas paranaenses não quiseram escolher.

Há um deles que se morre de raiva quando ouve dizer que a minha ideia era boa. O coitado do botocudo<sup>15</sup>!

Quem é esse político *botocudo*? Não conseguimos descobrir. O desmantelamento do sonho da universidade não foi o único fracasso de Rocha Pombo. Sua personalidade o levava a isolar-se dos demais:

Modesto, despreocupado, desartificialoso, otimista, dava até a impressão de um homem em que se agitava, tendo ficado um tipo à parte, que se não modificou, resistindo às injunções do meio ambiente<sup>16</sup>.

Crítico atuante dos políticos paranaenses, frequentemente se incompatibilizava com os mesmos. Foi deputado provincial no período imperial e estadual no republicano. Em 1916, desiludido do legislativo paranaense e motivado pela questão do Contestado, mesmo deputado, foi para o Rio de Janeiro, não mais retornando ao Paraná. Os setores oficiais sempre o colocaram no limbo<sup>17</sup>. Rocha Pombo foi republicano em pleno regime monárquico, abolicionista numa sociedade escravocrata, protestante num país tradicionalmente católico, tentou fundar uma universidade numa *analfabetolândia*<sup>18</sup>.

Com esses posicionamentos *desagradou o conservadorismo e irritou o carrancismo da época*<sup>19</sup>.

Apesar de sua *História do Brasil*, do pioneirismo da universidade em Curitiba, de ser deputado em duas legislaturas, envelheceu dando aulas no Rio de Janeiro. Para que não morresse de fome, o jornal *Commercio do Paraná* fez campanha para enviar-lhe algum pecúlio na velhice honrada<sup>20</sup>.

15 PILOTO, Valfrido. Rocha Pombo. Curitiba: Gráfica Mundial Ltda. 1953, p. 11.

16 Ibid., p. 11.

17 Ibid., p. 8.

18 Commercio do Paraná. Curitiba, 25 mar. 1920.

19 PILOTO, Rocha Pombo, p. 16.

20 Commercio do Paraná. Curitiba, 25 e 26 mar. 1920.

# FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ



Código de 1901 retirou as concessões obtidas pelos decretos de 1891 e 1892, que garantiam o funcionamento de cursos superiores particulares na Primeira República. Novamente voltava a vigência do monopólio estatal do ensino superior. Em 1910, notícias procedentes do Rio de Janeiro já anunciavam que tal monopólio seria novamente extinto. O ministro do Interior, Rivadávia da Cunha Correia, liberal e positivista, preparava a lei que acabaria levando seu nome.

Alguns membros da intelectualidade paranaense acompanhavam o desenrolar da problemática. Finalmente, foi baixado o Decreto n.º 8.659 de 5 de abril de 1911. Era a Lei Rivadávia. O ensino superior no Brasil estava liberado e desoficializado. Como que presentindo a obra que iria realizar, Victor Ferreira do Amaral fundava na oportunidade com mais alguns companheiros o jornal *Commercio do Paraná*, que haveria de dar, sob sua inspiração, uma total cobertura jornalística sobre os eventos universitários que se aproximavam.

Antes mesmo da Lei Rivadávia, já se discutia em Curitiba a necessidade de se fundar uma Academia de Direito. Muitos manifestaram-se contra, pelo receio de ocorrer uma verdadeira pletora de homens formados somente em Direito. Receava-se uma fábrica de bacharéis, *nociva aos direitos do Estado*<sup>1</sup>. Argumentavam ainda os que criticavam a organização de uma academia desse gênero, que ela abarrotaria o estado de bacharéis e provocaria uma distorção nas tendências naturais dos jovens que poderiam ser farmacêuticos, dentistas, agrônomos, médicos ou engenheiros civis. Outra estrutura deveria ter, portanto, o estabelecimento superior a ser organizado em Curitiba<sup>2</sup>.

O jovem estudante que concluísse o ginásio fatalmente iria inscrever-se no curso que funcionasse na própria região. Os candida-

1 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 27 nov. 1912.

2 *Id.*

tos não observariam se possuíam vocação ou não. O que interessaria seria obter qualquer diploma. Na época, o *título abria-lhes as portas da vida*<sup>3</sup>.

Mas, para um estado cuja população vivia numa economia pouco desenvolvida, tendo por base a extração da erva-mate, sustentar um filho com mesada no Rio de Janeiro ou São Paulo era privilégio de capitalistas. Uma família que vivesse de ordenado ou vencimento não possuía condições de manter um filho em qualquer academia.

O jornal *Commercio do Paraná*, analisando o problema, assim colocava as despesas de um jovem paranaense numa academia:

O estudante necessita, para ter casa e comida, roupa limpa e sapatos e uma diminuta sobra para o bonde e para o café, de duzentos mil réis mensalmente. As taxas de frequência, matrícula e mais dispêndios na Academia andam por seu turno em soma igual àquela. Não se pode prescindir de um suprimento de 400 mil réis por mês, ou seja 3:600\$000 por ano letivo<sup>4</sup>.

A partir do decreto n.º 1.389/81, seguido de um aviso do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, só poderiam ingressar nos cursos superiores os candidatos que fossem aprovados nos estados cujo ensino secundário se regulasse pelo programa do Ginásio Nacional. No Paraná, existia somente o Instituto Paranaense, o qual foi reorganizado de acordo com o Ginásio Nacional e passou a denominar-se Ginásio Paranaense. Mas, como faltasse ao Ginásio Paranaense um laboratório de Física e Química e um gabinete de História Natural, que eram requisitos para a equiparação, os exames do ginásio e do preparatório eram separados. Estes exames eram presididos por um comissário federal. A equiparação completa somente ocorreu em 1905. Isto significava que, a partir desse ano, os alunos egressos poderiam ingressar em qualquer curso superior no Brasil, sem passar pelos exames preparatórios. Mas, para o Paraná, essa conquista pouco adiantou em termos quantitativos. De cada 50 alunos que se habilitavam a ingressar num estabelecimento superior, apenas meia dúzia teria recursos para viver longe da família<sup>5</sup>.

3 Id.

4 Ibid., 23 jan. 1913.

5 Ibid., 25 mar. 1913.

Por isso, era raro aparecer um filho do povo como Rebouças, *irreverente e audaz, profanando, com o áspero tempestuoso de sua voz, na região serena e doce dos magnatas [...]*<sup>6</sup>.

No Paraná, tornava-se cada vez maior o número de jovens aptos a ingressarem em escolas superiores, impossibilitados de fazê-lo por razões econômicas. Era preciso *dessedentar a juventude*<sup>7</sup>.

Criar um curso superior em Curitiba não satisfaria, ao contrário, causava mais problemas. Uma universidade seria a solução. Dentro de instituição de tal natureza, a mocidade poderia estudar a *matéria que lhe pareça de proveito e se preparar para as lutas da vida*<sup>8</sup>.

Mas no Brasil não havia nenhuma instituição semelhante com tradição suficiente, na qual poderia estruturar-se sua organização. Ocorre que a economia paranaense estava voltada para o Prata. Junto com a exportação do mate, deslocavam-se algumas pessoas aptas e cultas. As instituições universitárias da Argentina e Uruguai passaram a ser conhecidas pela *elite campeira* paranaense. A Universidade de La Plata na Argentina afigurava-se como *instituição modelar*<sup>9</sup>. Era particular, mas sempre mereceu do governo argentino a mais apurada dedicação.

Em Montevideú, existia a Universidade Nacional, estruturada nos mesmos moldes da de La Plata:

O Brasil, entretanto, ficou até agora a olhar para essas obras patrióticas das repúblicas vizinhas, sem procurar imitá-las nesse utilíssimo afã de instituir e preparar seus homens para o exercícios das profissões científicas<sup>10</sup>.

A criação da universidade com inúmeros cursos viria em uma oportunidade psicologicamente muito boa para o Paraná. A falta de combatividade das elites paranaenses na questão do Contestado evidenciava a necessidade de se ampliarem os quadros da intelectualidade tinguí. Com as notícias em 1912 da possível fundação de uma instituição universitária em Curitiba, regozijava-se o jornal de Victor Ferreira do Amaral: *os nossos homens futuros poderiam*

6 *Ibid.*, 2 set. 1913.

7 *Ibid.*, 14 jan. 1914.

8 *Ibid.*, 27 nov. 1912.

9 *Id.*

10 *Id.*

*seguir o curso que sua vontade indicar*<sup>11</sup> — e seguir desta forma *uma profissão distinta*<sup>12</sup>. Qualquer curso era melhor do que nada.

Para o *Commercio do Paraná*:

[...] o homem formado, seja em que ramo científico for, está habilitado a seguir a profissão que lhe parecer mais proveitosa ou aquela a que for levada por qualquer acidente da vida, embora diferente daquela para a qual se preparou.

Tendo cursado uma casa de instrução superior, preparou o intellecto para estudar outro qualquer ramo da ciência [...]<sup>13</sup>.

Seria muito melhor apresentar aos patricios e aos estrangeiros que visitassem o Paraná uma plêiade formada por uma *maioria ilustrada do que massas incultas, analfabetas, que não recomendariam a terra em que vivem*<sup>14</sup>. Um homem formado que tivesse aulas de história natural, agronomia, de qualquer ciência ou de filosofia, seria melhor sucedido em qualquer profissão, quer fosse comerciante ou caixeiro<sup>15</sup>.

Victor Ferreira do Amaral em seu jornal insistia em que os cursos superiores teriam mais consciência no desempenho das profissões. Esse aumento da consciência combateria a figura do *burguês feliz*<sup>16</sup>, acomodado e alheio ao trabalho. Para ilustrar o exposto, era citado o filho do presidente norte-americano Roosevelt que, embora formado, estava na oportunidade no Brasil, trabalhando num *bureau* e que por sinal se encontrava *muito bem*<sup>17</sup>.

Uma vez divulgada a Lei Rivadávia em 1911, o professor Fernando Moreira, diretor de um estabelecimento de ensino — a Escola Republicana — deslocou-se ao Rio de Janeiro visando obter informações mais substanciosas de como conseguir a equiparação de sua escola ao Ginásio Paranaense. Em sua conversa com o ministro Rivadávia, evidenciou-se a possibilidade da fundação de uma universidade. A nova lei assim o permitia, sendo a questão somente de finanças. Quem dispusesse de capital para tanto poderia fazê-lo.

11 *Id.*

12 *Ibid.*, 20 nov. 1912.

13 *Ibid.*, 29 nov. 1912.

14 *Id.*

15 *Id.*

16 *Id.*

17 *Id.*

As primeiras tentativas do professor Fernando Moreira para levantar fundos falharam. Mas o grupo dos interessados em uma universidade já havia se ampliado. Victor Ferreira do Amaral, homem de grande penetração nos meios políticos paranaenses, assumiu a liderança desse grupo. Convocou para o dia 11 de junho de 1912 uma reunião dos interessados. A reunião foi marcada para o escritório do Sr. Miranda Rosa, diretor do Banco de Curitiba. A notícia dessa reunião histórica foi publicada pelo jornal *O Correio do Sul* no dia 13 do mesmo mês.

Na oportunidade foi comissionado o Dr. Pamphilo D'Assumpção, jurista renomado de Curitiba, a fim de elaborar um pré-projeto da organização da universidade, a fim de ser submetido posteriormente a uma assembleia *composta dos mais destacados elementos da elite intelectual paranaense*<sup>18</sup>.

Em fins de julho, Victor Ferreira do Amaral dirigiu-se ao Rio de Janeiro e São Paulo a fim de conhecer *in loco* as escolas superiores da capital da república, entre outras. Os estatutos e o material coletado foram entregues a Pamphilo D'Assumpção, a fim de que redigisse o pré-projeto, como havia sido combinado. Mas *o ilustre conterrâneo, por suas inúmeras e afanosas ocupações de então, demorou-se a dar solução*<sup>19</sup>.

Nos mesmos dias em que Victor Ferreira do Amaral planejava os primeiros passos a fim de concretizar a fundação da universidade, um outro grupo, sem conhecimento do primeiro, começava também a trocar ideias no mesmo sentido. Neste predominavam militares positivistas, ainda embasados pelos ideais que erigiram a república. Em Curitiba de 1912, era relativamente numerosa a população militar face aos projetos rodoviários e ferroviários em que o exército nacional estava envolvido. O próprio Nilo Cairo da Silva, médico militar, narra a formação desse segundo grupo:

No mesmo dia em que o *Diário da Tarde* de Curitiba tornou pública a idéia dos Srs. Drs. Victor do Amaral e Pamphilo de Assumpção, o autor destas linhas, em palestra à noite, em seu gabinete, com o Sr. Dr. Manoel de Cerqueira Daltro Filho, engenheiro militar e hoje lente da cadeira de Mecânica do Curso de Engenharia desta Universidade, o

18 SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório Geral da Universidade do Paraná, apresentado à Assembleia Geral de 19 dez. 1913. In: LIMA, Eduardo Corrêa. *Victor Ferreira do Amaral e Silva — o reitor de sempre*. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Imprensa da UFPR, 1982, p. 150.

19 *Id.*

autor destas linhas, sem haver ainda lido o jornal, aventara a mesma idéia, propondo trabalharem juntos na fundação de um estabelecimento de ensino superior nesta Capital, com vários cursos. No dia seguinte, voltando a falar ao Sr. Dr. Daltro Filho, soube da notícia publicada no *Diário* e a idéia foi então posta de parte, à espera do desenvolvimento e realização do projeto já lançado.

Os meses, porém, passaram-se e ninguém mais falou da fundação da Universidade. Parecia, pois, a idéia abandonada, quando o autor destas linhas, passando pela porta do Sr. Dr. Flávio Luz, diretor do Ginásio Curitibano e hoje lente da primeira cadeira de Direito Criminal do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais desta Universidade, foi por este convidado para organizar um curso particular de Odontologia no mesmo Ginásio, que ele pretendia fundar. Eu e o Dr. Flávio Luz ficamos de nos entender depois a respeito. Estávamos em fins de outubro de 1912.

Dias depois, não sendo procurado por ele e voltando a passar por sua janela, chamei-o e interpelei-o sobre a sua idéia. Respondeu-me ele que se achava resolvido a realizá-la e marcou-me o dia seguinte à tarde para uma conferência em minha casa. Aí compareceu, de fato, o Dr. Flávio Luz, levando em sua companhia o ilustre professor Sr. Júlio Theodorico Guimarães, hoje lente do Curso de Comércio desta Universidade, a quem ele pretendia associar-se no curso que desejava fundar no Ginásio Curitibano.

Da discussão travada, porém, em torno da idéia de um curso particular de Odontologia e de Comércio (o projeto havia crescido), que apresentava vários inconvenientes, nasceu a resolução da parte de nós três de fundarmos esses mesmos cursos com o caráter de uma associação civil.

Precisávamos porém, em primeiro lugar, munir-nos de dados para a organização da futura 'Escola de Odontologia e Comércio', e, enquanto eu escrevia para São Paulo e Rio pedindo estatutos, regulamentos e programas, relativos às escolas desta natureza, a discussão foi adiada para daí a uma semana.

Foi nesse ínterim que, conversando com o meu ilustre amigo Sr. Dr. Daltro Filho, tivemos a idéia de ajuntar àqueles títulos da Escola mais um, o de Agrimensura; e, quando nos reunimos de novo, agora eu, o Dr. Flávio Luz e o Dr. Daltro Filho, a projetada escola passou a denominar-se — 'Escola de Agrimensura, Odontologia e Comércio'. Fiquei eu encarregado de projetar os estatutos. No dia seguinte, porém, encontrando-me com o Sr. Dr. Reinaldo Machado, hoje lente catedrático

de clínica Ginecológica do Curso de Medicina e Cirurgia desta Universidade, observou-me ele, ao convidá-lo para lente de uma das cadeiras do curso odontológico, que não nos devíamos esquecer do Curso de Obstetrícia, tão necessário no nosso meio, onde tanto abundavam as parteiras empíricas, ignorantes de todas as regras da moderna higiene. Prometi-lhe pensar no caso e, no dia seguinte, reunimo-nos novamente, eu e os Drs. Flávio Luz e Daltro Filho, comuniquei-lhes a idéia do Dr. Reinaldo Machado. Mas, como introduzir esse curso na projetada escola, se o nome dela já estava tão comprido?

Um de nós levantou então a idéia de darmos, nesse caso, ao nosso futuro instituto o nome de 'Universidade do Paraná'. O nome nos assustou; havia a vertigem do abismo — era o universo! Discutiram-se outros títulos, mas foram rejeitados.

A discussão ficou adiada.

As nossas resoluções sucediam-se vertiginosamente; todas as noites reuníamos-nos, nós três, no meu gabinete, à Praça Tiradentes n.º 32.

Ainda que acompanhando o nosso pensamento, o Sr. professor Júlio Theodorico Guimarães, por seus muitos afazeres, não pôde mais comparecer às nossas reuniões. A idéia da Universidade tomara corpo em nosso espírito e já havíamos feito vários convites para o preenchimento das cadeiras dos cursos, cuja fundação estava assentada, quando um dia, às 2 horas da tarde (estávamos na primeira quinzena do mês de novembro), encontrei-me à rua XV de Novembro com o meu distinto amigo Sr. Dr. Hugo Gutierrez Simas, hoje lente catedrático e membro da Diretoria da Universidade, e interpelei-o de chofre sobre a oportunidade da fundação de uma escola de direito em Curitiba, visto estarmos embaraçados em achar um nome para abranger todos os cursos da escola de ensino superior que projetávamos. O Dr. Hugo Simas achou a idéia excelente e, como eu não tinha os estatutos de nenhuma Faculdade de Direito, partimos imediatamente para a residência dele em busca dos que ele possuía em sua biblioteca.

De volta para casa, separamo-nos, prometendo encontrarmo-nos à noite em meu gabinete; mas, em meio caminho, resolvi passar pelo consultório de advocacia do Sr. Dr. Vieira de Alencar, a quem pedi a lista dos nomes dos seus colegas, que ele julgasse aptos a serem convidados para reger as cadeiras do Curso de Direito, que eu tinha em mente adicionar aos que já assentáramos instituir.

De posse desta lista, chegando à casa, organizei o curso e distribuí as cadeiras pelos nomes da lista do Dr. Vieira de Alencar, que havíamos de convidar nos dias seguintes.

À noite, chegando os Drs. Flávio Luz, Daltro Filho e Hugo Simas, um de nós propôs audaciosamente que se desse ao nosso instituto o título de 'Universidade do Paraná' e que nele se incluíssem todos os cursos de uma verdadeira universidade.

A proposta foi aceita e a resolução de agir com energia imediatamente tomada. Todavia, não ousávamos, ainda, incluir entre eles o de Engenharia e o de Medicina e Cirurgia. Dentro de três ou quatro dias havíamos, a seguir, eu, o Dr. Flávio Luz, o Dr. Daltro Filho e o Dr. Hugo Simas, convidado e organizado o corpo docente dos cursos que pretendíamos abrir em março do ano vindouro e que eram: Ciências Jurídicas e Sociais, Agrimensura, Odontologia, Obstetrícia e Comércio. E imediatamente, senhor dos estatutos de várias escolas superiores do Brasil, meti mãos à obra no nosso; tomáramos a resolução de inaugurar a fundação da Universidade a 1.º de janeiro de 1913. [...]. A esta hora, já fora convidado para lente do Curso de Obstetrícia o Sr. Dr. Victor do Amaral, a quem dias depois a comissão iniciadora, como justa homenagem à sua competência e ao fato de ter sido ele, meses atrás, um dos autores da idéia da criação de uma Universidade em Curitiba, devia eleger para daí em diante chefiar a organização e instalação do novo instituto de ensino superior<sup>20</sup>.

O grupo liderado por Victor Ferreira do Amaral foi movido por laços e sentimentos ligados às elites tradicionais paranaenses. Victor havia sido deputado estadual, secretário da Instrução Pública, vice-diretor da Escola de Belas Artes e Indústrias, e conhecia na intimidade os meandros da política paranaense. Possuía um *cacife* que poderia causar inveja a muitos políticos. Era calmo, pouco temperamental, comedido no vocabulário que usava, inclusive verbal, precavido. Sentia como poucos as angústias pelas quais passava o Paraná.

O próprio Pamphilo D'Assumpção era, além de jurista, presidente da Associação Comercial.

Por sua vez, Nilo Cairo passou a ser porta-voz de um grupo para o qual a *ideia força* que os movia em prol da universidade não eram sentimentos históricos regionalistas de afirmação. Predominava no grupo a ideologia positivista, ainda em voga no Brasil. Nilo era temperamental, irrequieto, impulsivo, dando grandes arranca-

20 SILVA, Nilo Cairo da. Relatório didático e administrativo apresentado em 1913 ao Dr. Victor Ferreira do Amaral. In: LIMA, Eduardo Corrêa. *Victor Ferreira do Amaral e Silva — o reitor de sempre*. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Imprensa da UFPR, 1982. p. 157.

das e em consequência proporcionais depressões. Seu discurso no segundo aniversário da fundação da universidade é um verdadeiro monumento histórico e ideológico. Toda sua formação liberal e positivista ali se evidencia numa pureza cristalina.

Exultava com o sucesso da universidade porque a ciência nela contida e ensinada iria unificar, segundo ele, os sentimentos, as crenças num mesmo dogma, os atos humanos sob um mesmo regime<sup>21</sup>. Para que tais objetivos se concretizassem, via no livre ensino superior — recém-implantado no Brasil — e na concorrência das ideias, as condições que poderiam regenerar a sociedade. A regeneração social trazida pela ciência e pelo Positivismo a ela acoplado traria a felicidade humana. Para Nilo Cairo, o livre ensino superior e a ciência formariam o novo poder intelectual e moral. Saudava emocionado o novo e livre surto dos *princípios científicos e imutáveis*<sup>22</sup>. A sociedade regulada e organizada, tal qual a mecânica, regeneraria a sociedade humana<sup>23</sup>.

À fusão dos dois grupos que se lançaram de forma pioneira à fundação da Universidade do Paraná, deve-se indiscutivelmente o sucesso da empreitada. Se permanecessem isolados e divididos, provavelmente a universidade não passaria das primeiras iniciativas. Neste episódio, em que interesses de duas personalidades tão distintas praticamente entraram em colisão, há de se ressaltar a humildade da postura do vulto de Victor Ferreira do Amaral:

[...] e não estando eu agindo por sentimentos subalternos de primazia, acedi de bom grado ao convite que me era feito, certo de que, assim, atingiria mais facilmente ao fim por mim colimado — a fundação da Universidade do Paraná.

Incorporando-me aos companheiros do Dr. Nilo Cairo, constituímos a comissão organizadora da Universidade, da qual me conferiram a imerecida honra de fazer presidente<sup>24</sup>.

Por sua vez, Nilo Cairo também compreendeu a situação: primeiramente procurando em seu próprio local de trabalho a Victor Ferreira do Amaral, que indiscutivelmente possuía maior prestígio político e social, a fim de convidá-lo para exercer o magistério na

21 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 20 dez. 1914.

22 *Id.*

23 *Id.*

24 SILVA, Victor Ferreira do..., p. 150.

universidade que estava fundando, gesto sem dúvida conciliador; em segundo lugar, dando-lhe a presidência da comissão organizadora.

Todas as noites, a comissão formada por Victor Ferreira do Amaral, Nilo Cairo, Flávio Luz, Hugo Simas, Daltro Filho e Euclides Bevilaqua reunia-se no gabinete de Nilo Cairo para discutir os estatutos que estavam sendo organizados pelo mesmo.

No dia 26 de novembro de 1912, o jornal *Commercio do Paraná* divulgava a notícia da fusão dos dois grupos, para lançar as bases da Universidade do Paraná, que deveria ser inaugurada no início do ano seguinte.

O jornalista Generoso Borges, estimulando a ideia, escrevia que a Universidade do Paraná formaria o *homem que sabe*, em oposição ao *homem que finge saber*.<sup>25</sup> O Paraná, segundo o jornalista, já era uma terra capaz de encher academias com sua mocidade. Afir-mava ainda que os homens que trabalhavam na sua concretização, não se deixaram levar por um *sonho magno*, por *fantasias da alma*.<sup>26</sup>

A organização dos estatutos já estava adiantada e a fundação marcada para primeiro de janeiro de 1913. Os estatutos da instituição foram baseados nos que regiam a Universidade de São Paulo, tendo sido reduzidas, porém, todas as taxas acadêmicas. Os homens que trabalhavam na sua organização, repentinamente, foram elevados pela imprensa a *ilustrados homens da ciência*.<sup>27</sup>

No início do mês de dezembro, a comissão organizadora achou conveniente convidar o governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque para uma das cadeiras do curso de Engenharia e ao mesmo tempo inteirá-lo dos projetos. Informa Nilo Cairo que:

S. Excia. excusou-se escrupulosamente, por ser presidente do Estado e ter talvez mais tarde de proteger materialmente a nova instituição. Disse que não podia dar a si mesmo alguma coisa, se algum dia, no seu governo, tivesse de dar alguma coisa à Universidade do Paraná<sup>28</sup>.

Sugeriu ainda que a sessão solene inaugural fosse antecipada para 19 de dezembro, dia da emancipação do Paraná, e oferecia os salões da Assembleia Legislativa para o evento. Suas sugestões foram acatadas.

25 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 27 nov. 1912.

26 *Id.*

27 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 28 nov. 1912.

28 SILVA, Nilo Cairo da..., p. 161.

Durante os trabalhos da comissão, afloraram como exemplos a serem imitados pela universidade: a Escola de Belas Artes e Indústrias fundada por Mariano de Lima e a Escola Federal de Aprendizes Artífices. Esta última despertava admiração, inclusive na imprensa, pela transformação moral e profissional que produzia nos garotos. Ela transformava *gavroches*<sup>29</sup> em profissionais, menores desocupados em homens de trabalho, moleques em homens dignos<sup>30</sup>.

A universidade deveria fazer o mesmo com os *filhos de famílias* do Paraná. Transformá-los em bacharéis ou em homens de ciência, evidentemente de nível superior.

Porém, nem toda a sociedade paranaense apoiava a iniciativa. Setores ponderáveis da população, inclusive órgãos da imprensa, combatiam a ideia. O *Diário do Comércio* de Paranaguá criticava a iniciativa, baseado no princípio de que a sociedade paranaense não poderia pensar em uma universidade enquanto a instrução primária estava abandonada e sem organização<sup>31</sup>. O jornal *A República* de Curitiba, acabou aceitando a ideia como sendo um *mal aceitável*<sup>32</sup>.

Quando a universidade era ainda uma ideia existente somente no papel, muitos achavam a empreitada inexecutável e *sorriu-se de tolice*<sup>33</sup>. Quando ela passou para a fase de concretização, *essa mesma gente irritou-se. Não se sorriu mais*<sup>34</sup>. Criticava-se acicamente tudo que era feito: a organização da instituição era má, o corpo docente teria sido formado por *incompetentes e nulos*, a obra toda estava destinada à completa desmoralização:

Vociferava-se até, nas esquinas, contra o grupo de cavalheiros que se achavam à testa do empreendimento e, como à frente desse grupo, o mais denodado era o meu distinto amigo Dr. Nilo Cairo, passou-se a chamar a Universidade do Paraná de 'Universidade do Nilo'<sup>35</sup>.

Repetiam frequentemente o sovado argumento de que o *nosso meio não comporta*<sup>36</sup>. Tentaram derrubar a universidade pelo ridículo. *A campanha foi cruel*<sup>37</sup>.

29 É o equivalente a calça social, moleques.

30 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 8 dez. 1912.

31 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 25 mar. 1913.

32 *Ibid.*, 29 nov. 1912.

33 *Ibid.*, 29 abr. 1914.

34 *Id.*

35 *Id.*

36 *Id.*

37 *Id.*

O articulista do *Commercio do Paraná*, que se assinava sob o pseudônimo de *Valcastro*, fazendo blague concluía que o jovem grupo de estudiosos que se achava comprometido com a universidade fazia ouvidos moucos, mesmo porque Nilo Cairo era surdo e naquela época *andava surdo como uma porta*<sup>38</sup>.

O comentarista *Valcastro* continuava transbordando seu inconformismo com relação às críticas à universidade:

Falou-se na edificação do prédio da universidade. Riram-se. E o dinheiro? Pois, se constatava que a universidade não tinha mais dinheiro e estava quebrada. [...]. Passaram a espalhar o boato que a instituição não tinha capitais e que seria perigoso a um construtor tomar a si a construção do prédio [...]. Lançou-se a pedra fundamental. Qual, não passaria da pedra fundamental. As paredes ergueram-se; os pagamentos aos empreiteiros foram pontualmente feitos até hoje. Mas o diabo dos andaimes, para maior segurança dos pedreiros, estavam meio inclinados para as paredes, o que dava a aparência de um desaprumo destas últimas. Muita gente passou então a dizer que as paredes da Universidade estavam fora do prumo e não podiam durar muito sem cair.

Pois, senhores, inauguraram-se lá as primeiras aulas e houve quem dissesse que o peso das paredes é tão grande que o edifício breve desabará. [...]

Não havia mais nada a criticar. Minto. Diziam que ninguém mais se matricularia em 1914. O vaticínio foi burlado; a Universidade do Paraná tem hoje 200 alunos, dos quais alguns vindos de Santa Catarina e outros transferidos de outras escolas.<sup>39</sup>

Finalmente, a 19 de dezembro de 1912 teve lugar a fundação e instalação da universidade.

Às 13 horas, no salão das sessões do congresso legislativo, reuniu-se a assembléia geral dos lentes. Victor Ferreira do Amaral convidou Nilo Cairo e Daltro Filho para que secretariassem a sessão. Na qualidade de presidente da comissão organizadora, Victor Ferreira do Amaral teve a honra de dirigir a palavra aos presentes. Entre outras coisas afirmou que já há muito sentia-se a necessidade da fundação de cursos superiores no Paraná. O sonho de Rocha Pombo

38 *Id.*

39 *Id.*

do final do século, era uma realidade. A utopia do final do século XIX era um fato consumado no primeiro quartel do século XX.

Em seguida, Nilo Cairo leu os estatutos aos quais fez algumas emendas que foram aceitas. Elegeu-se a primeira diretoria. Por aclamação, foram eleitos:

Diretor .....	Victor Ferreira do Amaral e Silva
Vice-diretor .....	Euclides Beviláqua
Secretário .....	Nilo Cairo da Silva
Subsecretário .....	Daltro Filho
Tesoureiro .....	Flávio Luz
Bibliotecário .....	Hugo Gutierrez de Simas

*Conselho Econômico:* Pamphilo D'Assumpção, Reinaldo Machado e Arthur Martins Franco.

*Conselho Superior:* Benjamin Lins de Albuquerque, Manoel B. Vieira Cavalcanti Filho, Afonso Alves de Camargo, Manoel Barreto Vieira de Alencar e Cláudio P. Ferreira dos Santos (do Curso de Direito). João Moreira Garcez, Adriano Goulin, Manoel Lustosa Carrão, João David Pernetta, Plínio Monteiro Tourinho, Cândido Ferreira de Abreu e José Niepce da Silva (do Curso de Engenharia). João Evangelista Espíndola, Abdon Petit Carneiro, Arthur Obino e Antônio Virgolino Brazil (dos Cursos de Obstetrícia e Odontologia).

Por proposta de Nilo Cairo, foi aclamado diretor honorário o presidente Carlos Cavalcanti.

A assembléia geral dos lentes aprovou o emblema pelo qual seria representada a universidade. Este trabalho havia sido encomendado pela comissão organizadora ao coronel Paulo Assumpção. Tamanha foi a aprovação do emblema por parte da comissão, que, mesmo antes do mesmo ter sido aprovado pela assembléia geral, já havia sido impresso em litografia nos diplomas que os lentes iriam receber no dia da instalação.

Consiste o emblema em um símbolo, representando o mundo iluminado pelo *gênio da ciência*. No centro, a elipse da trajetória da terra, de grande eixo vertical. Este emblema está ladeado por dois ramos: um de carvalho, representando o poder da vontade, e outro de louro, representando o poder da inteligência.

Na extremidade inferior da elipse, emerge a metade do globo terrestre e na superior está colocado um archote saindo da terra. Uma faixa contém o lema: *Scientia et Labor*. A elipse é cortada em diagonal, no sentido do plano do equador celeste. Por cima de tudo, entre as extremidades dos ramos de carvalho e de louro, está inscrito o nome: Universidade do Paraná<sup>40</sup>.

A ideia para a elaboração do emblema para a universidade deve ter ocorrido devido à existência de semelhantes nas correspondências recebidas em Curitiba, não só da Universidade de Manaus, como também da Universidade de São Paulo. Alguns desses *papéis ofícios* encontram-se presentemente no DAMI do Paraná (Arquivo Público).

Às 19 horas, no mesmo local, foi realizada sessão de instalação, presidida a convite por Carlos Cavalcanti. Tomaram lugar à mesa o general Alberto de Abreu e o bispo D. João Braga.

O orador escolhido para a sessão solene de instalação foi o Dr. Daltro Filho, de formação positivista. Para justificar a necessidade da criação da Universidade do Paraná, o orador fez um apanhado histórico da nação brasileira. Para ele, na época colonial *crecíamos à ventura*<sup>41</sup> com o *baralhamento sem nome de três cores, três línguas e três crenças, destacando-se entre estas o catolicismo cuja nobre unidade o espírito do povo diluía na superstição do culto medieo*<sup>42</sup>. No transcorrer do discurso de Daltro Filho, vão aparecendo ideias e posicionamentos racistas. Afirmava que o povo brasileiro era *escandalosamente mestiço*<sup>43</sup> e dividido em castas. Daí o *baralhamento das idéias, concretizadas em sedições e tumultos* [...] <sup>44</sup>. Com a independência não cessaram *nossas tendências disparatadas (que) a cada passo explodem*<sup>45</sup>. Exaltava o papel dos grupos de letrados sobre as instituições. Isto, segundo Daltro Filho, ocorre em países civilizados como a França e a Inglaterra. [...] *compreende-se bem que nas sociedades sem fisionomia, como a nossa, sua influência cresça ao ponto de tornar-se decisiva*<sup>46</sup>. A abolição e a república foram as nossas melhores conquistas, mas afastadas das escolas.

O orador, inspirado nas concepções positivistas, afirmava que o Brasil atravessava o período longo das combinações incom-

40 *Ibid.*, 21 dez. 1912.

41 *Id.*

42 *Id.*

43 *Id.*

44 *Id.*

45 *Id.*

46 *Id.*

pletas. Somente pelo ensino poder-se-ia nivelar os brasileiros. Pregava a ação coercitiva da união para que se realize a unidade da pátria. Ressaltava que ninguém deveria assustar-se com o termo *Universidade*. Ela não poderia ser comparada com as instituições madrastas e medievais. A universidade seria apenas um vocábulo que significaria várias carreiras liberais. Na Universidade, as verdades científicas que são as verdades positivas seriam severamente demonstradas. Para Daltro Filho, essas *verdades positivas* não se esgarçariam em proposições metafísicas, *mais ou menos despidas de sentido*<sup>47</sup>.

Após o discurso de Daltro Filho, foram distribuídos os diplomas aos lentes fundadores.

Estava instalada a Universidade do Paraná.

Entretanto, ninguém que fora convidado para ser *lente catedrático* questionava a qualidade do ensino que seria ministrado na universidade. Somente em 1929, Victor Ferreira do Amaral, em seu relatório da Faculdade de Medicina, admitia que o ambiente de 1912 em Curitiba era ainda *pouco propício a tão elevados surtos*<sup>48</sup>.

Os poucos técnicos e profissionais liberais que labutavam no Paraná de 1912 nem tinham noção de como seria o ensino superior. Quando algum dos fundadores abordava um profissional liberal e convidava-o para ser *lente* de uma escola superior:

Olhos esbugalhados, gestos de verdadeiro espanto [...]. E passado o primeiro momento, diziam não ser possível — ‘falta-me competência, falta-me tempo, não quero’. Os mais ousados aceitavam, não sem a quase certeza de que o empreendimento era irrealizável. Alguns, antes de se comprometerem raciocinavam: ‘Que compromisso haverá na aceitação da cadeira que se me oferece, de uma instituição que viverá apenas no idealismo dos seus empreendedores?’

E assim se foram inscrevendo, e em pouco tempo as listas de cada curso continham já nomes de numerosos professores<sup>49</sup>.

Esses professores improvisados entraram em um ambiente muito perto do militar, inspirado pelo regime da escola militar.

47 *Id.*

48 SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório da Faculdade de Medicina de 1929. In: LIMA, Eduardo Corrêa..., p. 385.

49 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 21 out. 1920.

Nilo Cairo, Daltro Filho e Plínio Tourinho muito influíram para essa seriedade.

Teoricamente a remuneração era de 60\$000rs por mês. As faltas eram rigorosamente descontadas: 6\$000rs por aula<sup>50</sup>.

Para os alunos, mensalmente havia um exame escrito, era a chamada *sabatina*. *Por outro lado, fosse qual fosse o número de pontos do programa, prelecionados durante o ano, todo o programa seria exigido nas provas escritas e orais*<sup>51</sup>.

Num ambiente semimilitar, os professores, para camuflar sua insegurança, passaram a ser excessivamente exigentes com o claro propósito, inclusive, de agradar aos dirigentes da instituição. Comenta Plácido e Silva:

E não me sai da memória a lembrança do primeiro exame da famigerada Enciclopédia Jurídica em que, caindo sorteado o ponto 'Complexidade e Conexidade do fenómeno jurídico' um dos sete fantasmas do programa — toda turma naufragou, sendo três a maior nota conseguida se não me equivoco, por mim, Luís Quadros e Isaura Sydney Gasparini, havendo notas de um terço, de um quarto, e de zero para a maioria da turma<sup>52</sup>.

Esclarece Plácido e Silva que o professor Benjamin Lins era um excelente professor, mas desmesuradamente rigoroso. Não revelava aos alunos os compêndios que usava para preparar as aulas de seu programa:

Mas, cherloquismo de estudante, em breve todo pessoal tinha a relação completa onde se encontrava a matéria. E daí por diante, as notas melhoraram<sup>53</sup>.

Para os professores, a situação também era difícil. Um caso narrado pelo Dr. Dirceu Lacerda evidencia o afirmado:

Num fim de mês, o Professor Pinto Rebello compareceu à Tesouraria. O Dr. Victor estava lá.  
— Quería alguma coisa, Pinto?

50 SILVA, De Plácido e. Universidade do Paraná — à margem de sua história. III. Gazeta do Povo. Curitiba, 8 abr. 1962.

51 *Ibid.*, 22 abr. 1962.

52 *Id.*

53 *Id.*

— Vim receber meus vencimentos.

— Ora, Pinto! Você não precisa. Você é rico. Deixe aí o seu dinheiro como doativo.

E o dinheiro ficava. Pinto Rebelo suspirava<sup>54</sup>.

Mas, se muita coisa na primitiva universidade era difícil e improvisada, não o foi a satisfação da legítima vaidade acadêmica. A universidade aprovou que a sessão solene de primeiro aniversário da fundação seria obrigatoriamente de *beca e capelo*<sup>55</sup>. A esta sessão compareceu todo o corpo docente. À noite do dia 19 de dezembro de 1913, no Palácio da Assembleia Legislativa, realizou-se a sessão solene. Grande multidão de curiosos apinhava-se nas calçadas e na rua, observando a chegada em carros e automóveis das autoridades e dos lentes. Abriu a sessão solene o Dr. Victor Ferreira do Amaral, tendo discursado dizendo, entre outras coisas, que a universidade não era mais uma utopia, como muitos haviam julgado. A maior prova disso era aquela sessão solene de primeiro aniversário. Disse que a data fora rigorosamente escolhida para mostrar que o dia 19 de dezembro representava a *emancipação política do Estado, devia também simbolizar a sua emancipação intelectual*<sup>56</sup>.

Em seguida o presidente do estado assumiu a presidência da mesa, ocupando a cadeira curul. Depois de alguns discursos, foi encerrada a sessão, tendo sido a autoridade acompanhada até a porta pela congregação. Duas bandas de música tocaram à entrada do palácio durante a cerimônia<sup>57</sup>.

<sup>54</sup> LACERDA, Dirceu. Coisas pitorescas da Universidade. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 21 mar. 1946.

<sup>55</sup> *Commercio do Paraná*. Curitiba, 14 dez. 1913.

<sup>56</sup> *Ibid.*, 19 dez. 1913.

<sup>57</sup> *Id.*

Blank Page

## A HISTÓRICA SEDE DA SANTOS ANDRADE

Por ocasião da instalação da universidade, os lentes assinaram o termo de posse. Pagaram então pelo diploma a importância de 30\$000rs. Cada membro da diretoria e do conselho econômico pagou mais 20\$000rs de emolumentos no cargo<sup>1</sup>. A importância arrecadada ultrapassou 2:000\$000rs. Dois dias depois, reuniu-se a diretoria com o conselho econômico. Foi levado avante um plano para instalar materialmente a universidade. Apesar de organizada e criada, nem endereço possuía. Victor Ferreira do Amaral ficou encarregado de alugar um casarão sito à rua Comendador Araújo, n.º42, para sede oficial e legal da universidade. Arthur Martins Franco ficou encarregado de entrar em entendimento com o gerente do *London and Brazilian Bank*, no sentido de ali depositar a coleta dos emolumentos e abrir com isso um crédito. Obteve-se então um crédito de 10:000\$000rs. Com esse dinheiro, começaram a ser pagas as primeiras instalações, móveis e utensílios. Nilo Cairo, Daltro Filho e Flávio Luz ficaram encarregados de providenciar as primeiras instalações. Em primeiro de fevereiro abriram-se as inscrições para o exame de admissão. As diversas contribuições das taxas dos alunos foram entrando, donde logo saíam para fazer frente com as despesas que se avolumavam.

O primeiro aluno a inscrever-se para os exames de admissão foi Plácido e Silva. Suas memórias como primeiro aluno e funcionário foram publicadas pelo periódico *Gazeta do Povo* de 26 de março de 1962 a 2 de setembro de 1962, numa série de 21 artigos sob o título de: *Universidade do Paraná — à margem de sua história*. Assim Plácido e Silva narrou sua experiência inicial na universidade:

Uma Universidade no Paraná, a primeira do Brasil!

<sup>1</sup> SILVA, Nilo Cairo da. Relatório didático e administrativo de 1913, apresentado ao Dr. Victor Ferreira do Amaral. In: LIMA, Eduardo Corrêa. *Victor Ferreira do Amaral e Silva — o reitor de sempre*. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Imprensa da UFPR, 1982. p. 167.

Quanto a mim, tomara desde muito minha decisão: iria ser engenheiro pelo Paraná, habilitando-me, assim, à profissão que parecia ser de minha predileção. E, logo que chegou a público a notícia das inscrições abertas, fiz requerimento, juntei documentos comprobatórios de meus exames ginasiais, identidade, satisfazendo exigências regulamentares. E, já que a instituição, no começo da vida, funcionasse à noite, à tardinha preparei-me para a matrícula. Morava, então, à rua Paula Gomes em casa de cunhado, hoje residente no Rio. Desci ao centro em demanda à Comendador Araújo. E, ao tentar atravessar a Praça Osório, pela rua que a cortava, ligando a Avenida Xavier à Comendador, deparei-me, em meio, com o tão conhecido e afamado carrinho de Heitor Valente, já nosso amigo e companheiro nas lides pebolísticas, de que era aficionado. Parei. No grupo encontrava-se, além do Heitor, o Serafim França e Francisco Leite. Indagaram-me:

— Aonde vai?

— Vou matricular-me na Universidade.

— Em que curso?

— O de minha predileção: Engenharia.

— Ora, assevera um deles... Não perca tempo indo para um curso complicado. Por que não estuda Direito?... É mais fácil, principalmente para quem já vive em lides jornalísticas e rodas de conversa...

Discutiram, deram razões. Objeções, argumentos. Tudo ao sabor da amizade e do bom humor...

— Venceram... Acho mesmo que darei um bom bacharel... como toda gente. E dali mesmo fui até a redação da 'A Noite'. Fiz novo requerimento, substituindo o curso de Engenharia pelo de Direito. Estavam traçados meus novos rumos e modificada toda pretensão de minha meninice.

Rumo à Comendador. Defrontei-me com o número 42, ao lado direito de quem demanda o Batel, na quadra em que se situa a Sociedade Thalia. Entrei por um corredor, subindo escada que aos fundos se encontrava: dava acesso ao sobrado. Em cima, uma sala portava o dístico: Tesouraria. Sentado à mesa ali colocada achava-se o tesoureiro: o dr. Flávio Luz. Paguei a taxa de inscrição, que se fixava em trinta mil réis, bastante para aquele tempo em que as diárias do empregado eram em média de três mil réis.

Indicou-me o dr. Flávio o caminho a seguir: a Secretaria, num corredor ao lado. Nela se encontrava o dr. Nilo Cairo.

Pegou o meu requerimento e o leu em voz alta. 'Oscar José de Plácido e Silva desejando etc. etc...' A seguir soltou um brado, dirigindo-se a alguém que se encontrava em sala anexa:

— Victor! Apareceu o primeiro!

Havia sido eu o primeiro corajoso, confiante na vitória da instituição cuja vida se iniciava, cabendo-me, justamente, a suprema ventura de haver sido a primeira matéria-prima de que se iria forjar o primeiro bacharel paranaense na carcaça de um nordestino...

Lido o requerimento, conferidos os documentos, o dr. Nilo gritou novamente para a sala onde se encontrava o dr. Victor do Amaral:

— Oh! Victor! Creio que vamos precisar de um amanuense para a Secretaria...

Ao que indaguei:

— E qual é o ordenado e horário de trabalho?

— O serviço é à noite. .. E ordenado pode ser de sessenta mil réis.

Trato fechado. Era o novel amanuense da casa.

Já aí fui apresentado ao dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, que era diretor da Universidade, título a que se atribuía, então, ao mais alto administrador. E, assim, saí dali já com os documentos que me credenciavam como aluno inscrito no estabelecimento, em primeiro lugar e como, igualmente, primeiro funcionário da Secretaria da Universidade, portador que era da Portaria de minha nomeação. E passei, assim, a sentir, desde logo, como tantos que integravam a organização, grande entusiasmo e acendrado amor pela Universidade do Paraná, esperançoso, como todos, de que seu êxito seria inevitável e de que o Paraná iniciara a construção pomposa e imperecível de seu maior monumento à cultura e civilização brasileira<sup>2</sup>.

Uma das primeiras reações da comissão encarregada da instalação da universidade foi procurar a Câmara Municipal, a fim de obter desse legislativo o terreno sito à Av. Iguazu e que havia sido doado em 1892 a Rocha Pombo, precursor da universidade. O terreno estava ainda baldio. Mas tal transação não se concretizou. A pressa dos fundadores em adquirir terreno para sede própria dava-se ao fato da sede da rua Comendador Araújo ser muito acanhada e não ser adequada, desde o início, para apresentar-se como sede da Universidade do Paraná. Tendo o governo do estado, através da lei n.º 1.284 de 27 de março de 1913, doado à universidade a quantia de 80:000\$000rs. para patrimônio, conseguiu a diretoria adquirir um terreno sito à rua Carlos de Carvalho esquina com Visconde de Nácar — a segunda esquina à esquerda no sentido centro-bairro.

<sup>2</sup> SILVA, De Plácido e. Universidade do Paraná — à margem de sua história. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 1 abr. 1962.

Este terreno media 68x66m e foi adquirido por 29:000\$000rs. A planta e a fachada foram entregues ao engenheiro Baeta de Faria.

É deveras interessante a maneira pela qual foi assinado o trato para a construção da sede na rua Carlos de Carvalho. Plácido e Silva assim narra o episódio:

Apareceram dois candidatos, Bortolo Bergonse e o Carlos Dietzsch. As propostas de ambos se equivaliam. Aí estava o impasse. Mas, maneirosamente, Nilo Cairo, sempre prodigioso em suas soluções aos mais difíceis problemas, convenceu os concorrentes a que fizessem uma parceria para a construção do edifício em interesse comum.

Acertada a situação entre os dois concorrentes, foi decidida a lavratura do contrato depois das discussões das várias cláusulas a serem adotadas para a construção da parte central da ala de frente do edifício. E afinal, a vinte de agosto de 1913, fui convocado para comparecer ao gabinete do dr. Nilo Cairo, instalado nos fundos da Farmácia e Laboratório Homeopático, à Praça Tiradentes, onde já encontrei, além do secretário da Universidade, de quem partira a minha convocação, o Dr. Victor do Amaral, seu diretor. Minha incumbência era a de passar o contrato a limpo, com as vias duplas necessárias, para que fosse devidamente assinado. E assim foi feito.

Mas, enquanto executava a minha tarefa, percebi certo nervosismo no Dr. Victor do Amaral, andando, inquietantemente, de um lado para outro do escritório ao passo que o Sr. Nilo Cairo, dando-me as instruções para a ultimização do trabalho, naquele seu jeito especial, fumava cigarro após cigarro. Terminada a cópia do contrato, passamos a aguardar a chegada de Bortolo Bergonse, para que assinasse. Antes, entretanto, o Dr. Nilo acenou ao Dr. Victor para que já firmasse o contrato, antecipando-se ao Bergonse. Sentando-se à mesa do escritório, e apossando-se das cópias para assiná-las, o Dr. Victor, temeroso do ato que ia praticar disse para o Dr. Nilo:

— Mas, ‘seu’ Nilo, como é que havemos de assinar este contrato e pagar duzentos e cinquenta contos ao Bergonse, quando não temos nem um xis em caixa?

— Que importa Victor?... Assina.

— Mas, olha...

— Assina Victor! Que importa que não tenhamos um vintém? O Bergonse constrói. Põe tijolo em cima de tijolo... Depois do tijolo estar na parede, quero ver como o Bergonse o vai tirar de lá... E a Universidade ficará de pé...

E o Dr. Victor, com aquela coragem que se constituiu em apanágio de sua pessoa, comprometendo-se nas mais aventurosas iniciativas de Nilo Cairo, firmou o documento<sup>3</sup>.

Estava desta forma já contratada, por concorrência pública, a construção da parte central da ala principal do projetado edifício, quando a Câmara Municipal de Curitiba fez doação para a edificação do prédio universitário, de um terreno em ponto mais central, com uma das faces para a rua XV de Novembro, onde logo depois, a 31 de agosto, foi lançada a pedra fundamental do edifício.

A pressa dos diretores da universidade em construir imediatamente sua sede própria, justificada até certo ponto pelo ambiente acanhado da sede alugada da rua Comendador Araújo n.º 42, quase colocou definitivamente as instalações em local pouco apropriado e de pouca possibilidade arquitetônica. Graças à municipalidade, tal não ocorreu.

A edilidade curitibana, juntamente com o prefeito Cândido de Abreu, fez doação para sede da universidade de um terreno sito na praça Santos Andrade. Este terreno havia sido cedido pela municipalidade, tempos atrás, para a construção de um moderno hotel, o Grande Hotel. Na época, esse terreno era fronteiro ao Palácio da Justiça. O projetista foi novamente o arquiteto militar Baeta de Faria. O projeto elaborado foi exposto ao público, na vitrine do *Louvre Curitibano*.

Para estimular doações públicas para a instituição, Victor Ferreira do Amaral doou um aparelho completo de projeções luminosas, para demonstrações em aula ou mesmo em conferências públicas. O bispo diocesano D. João Braga prometeu valiosas contribuições para a biblioteca da instituição.

A parte central do novo edifício de cinco pavimentos foi contratada por 250 contos de réis e a comissão de fiscalização, por parte da universidade, foi composta por Nilo Cairo, Daltro Filho e João Moreira Garcez.

Em junho, o diretor partiu para o Rio de Janeiro levando um valioso dossiê de documentos e fotografias comprobatórios do surgimento, funcionamento e idoneidade da jovem instituição. Sua finalidade era convencer o ministro Rivadávia a conceder auxílio à universidade, de acordo com a lei orçamentária. O presidente Cavalcanti e o vice Afonso Camargo prestigiavam a ida de Victor

3 *Ibid.*, 29 abr. 1962.

Ferreira do Amaral. No Rio, o diretor apresentou-se ao deputado, recém-eleito pelo Paraná, Cel. Luiz Bartholomeu, com quem entretinha velha amizade. Incumbiu-o de conseguir do governo auxílio para concluir suas custosas instalações<sup>4</sup>.

O governo federal acabou cumprindo a lei que possibilitava às escolas de engenharia do país o recebimento de subvenções, caso não fossem subvencionadas.

A universidade encerrava seu primeiro ano com a seguinte situação financeira:

Arrecadação .....	373:161\$700
Despesas .....	357:026\$340

Ao mesmo tempo, passou a contar com um patrimônio equivalente a 323:447\$649rs<sup>5</sup>.

A propriedade da rua Carlos de Carvalho foi mais tarde subdividida e vendida em lotes. Alguns deles passaram para a firma Bergonse, como pagamento pela construção do edifício da praça Santos Andrade.

A pedra fundamental foi solenemente lançada pelo presidente Carlos Cavalcanti:

A profecia de Nilo Cairo cumpriu-se: o prédio se construiu. E o Bergonse cumpriu as cláusulas contratuais. [...] Bem por isso Nilo Cairo disse a seu respeito: esse Bergonse foi um audacioso. Mais, um herói. [...] Merece nossa gratidão e é digno de uma estátua. Mesmo sabendo que não tínhamos dinheiro, ousou, não obstante, meter mãos à obra nesses muros, que são também uma das glórias suas [...]<sup>6</sup>.

### Segundo Plácido e Silva:

Na cavidade adrede preparada ao centro do alicerce anterior do edifício, encerrou-se um pequeno cofre metálico, dentro do qual, além desta ata, se depositaram um exemplar de estatutos da Universidade, programas e cadernetas impressas, listas com os nomes dos lentes, alunos e empregados da Universidade, o original do discurso do orador oficial Dr. Benjamim Lins de Albuquerque, os jornais do dia e as moedas metálicas nacionais correntes no País<sup>7</sup>.

4 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 26 out. 1913.

5 *Ibid.*, 16 dez. 1913.

6 *Gazeta do Povo*, 29 abr. 1962.

7 SILVA, De Plácido e. História da Universidade do Paraná. In: LIMA, Eduardo Corrêa...,

Enquanto eram construídos os andares na praça Santos Andrade, o prédio alugado na rua Comendador Araújo, 42, cada vez menos comportava tão febril atividade.

O número de alunos, nos diversos cursos, crescia e as salas de aula eram poucas e pequenas. Os estudantes queriam espaço, ar, luz, vida. Se havia algumas salas prontas no edifício em construção, por que não fazer a mudança? Os estudantes consultaram o Dr. Victor. Levaram os contras [...]. O Dr. Victor queria a inauguração solene do edifício com discursos, banda de música e mesas de doces. Foi, então, a partir dos acadêmicos de engenharia Alberto Ildelfonso Ericksen, Mário Ericksen, Antônio Portes, Roberto Pimentel e Ivo Leão. Uma idéia atrevida. Um baralho preparado.

Simularam um princípio de incêndio, num barracão existente nos fundos do velho prédio da Universidade. Não era hora de aula, mas quando revoou o grito de FOGO! FOGO!, os estudantes saíram imediatamente para a rua, carregando os móveis na cabeça. Foi no dia 12 de abril de 1914.

A cidade assistiu, então, a um espetáculo pitoresco: os estudantes numa longa fila indiana, com o mobiliário na cabeça, fazendo a mudança de sua escola.

Passaram pela rua XV. Juntou gente.

Quando soube, em sua casa, da mudança, do incêndio, o Dr. Victor queimou-se [...]. Ficou furibundo. E não era para menos. O velho mestre só se acalmou quando lhe disseram que a mudança fora em ordem e que os estudantes não iam cobrar o carroto [...]<sup>8</sup>.

A praça Santos Andrade havia sido antes, durante e depois da construção do edifício da universidade, um depósito de lixo da prefeitura. A partir desse ponto é que começavam os brejos e grotas que terminavam no rio Belém.

Era muito grande a união e o entusiasmo existente. Meses após a mudança, era difícil entrar no edifício para quem demandava da rua XV. Conta-nos Plácido e Silva:

Lembro-me como se fora hoje de como estes empregados (da Universidade), sob minha sugestão, conseguiram entulhar a grande baixada que vinha da rua XV à entrada do edifício e que era vencida por um

<sup>8</sup> LACERDA, Dirceu. Coisas pitorescas da Universidade. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 20 mai. 1962.

pontilhão de pranchões. Por ele é que se tinha acesso às escadas laterais da parte fronteira do prédio. Foi assim que, em todas as horas de folga, em meio às aulas, de pás e enxadas em punho, trazidas por empréstimo do Bergonse, com as caliças conseguidas gratuitamente nas demolições de prédios reconstruídos, se possibilitou a obstrução desse longo buraco em frente ao edifício, permitindo-se a remoção do feioso pontilhão, que dava nota destoante ao frontispício do majestoso prédio. Foi contribuição à Prefeitura que, naquela época, embora se libertasse do lamoso buraco da Universidade, não dera até então qualquer melhoramento à Praça Santos Andrade<sup>9</sup>.

Em 1916, a prefeitura ainda jogava o lixo urbano naquelas paragens. O centro acadêmico enviou então, ao prefeito, correspondência solicitando providências, *face ao abandono da praça fronteira, que está presentemente servindo de depósito de lixo [...]*<sup>10</sup>.

Após a utilização de algumas salas no novo edifício, a partir de 12 de abril de 1914, aos poucos as instalações iam sendo acabadas, até que a 10 de julho de 1914 ficou instalada a universidade em sua nova sede.

No dia 13 de abril de 1914, sete meses e meio após iniciados os trabalhos de construção, começaram a funcionar algumas aulas no novo edifício. O primeiro curso a funcionar na nova sede foi o de Farmácia, o 1.º ano do Curso Preparatório, o 2.º ano de Engenharia com algumas aulas do 4.º ano, e 1.º ano de Medicina.

Pontualmente às 8 horas da manhã, estavam ali presentes o desembargador Euclides Bevilaqua, vice-diretor em exercício; Hugo Simas, bibliotecário; Cândido de Abreu, prefeito de Curitiba; Bortolo Bergonse, construtor; e os professores Hugo Riedel, Mário Tourinho e Baeta de Faria, que iam iniciar as aulas da manhã.

[...] depois de visitarem as salas, onde já se achavam os alunos a observarem o material já ali acomodado, reuniram-se todos na sala de dissecações anatômicas a fim de lhes ser oferecida uma taça de champagne em regozijo pelo auspicioso feito.

Tomando a palavra, disse o Sr. Nilo Cairo, que se achavam ali reunidos os 'loucos que haviam concebido e executado a obra daquele instituto e os 'idiotas', como o Sr. Presidente do Estado e o prefeito municipal

9 *Gazeta do Povo*, 29 abr. 1962.

10 *Commercio do Paraná*, 30 jun. 1916.

que haviam acreditado na realização da idéia concebida pelos loucos e auxiliado poderosamente a sua ação.

Pois bem, na hora em que a Universidade do Paraná começava a funcionar no seu prédio próprio, era o momento a declarar que o diagnóstico dos maldizentes e dos incrédulos fora errado e que, de fato, os loucos e os idiotas eram cabeças perfeitamente equilibradas, que haviam sabido com critério sacar sobre o futuro.

E como aquela obra, que ali estava e ia aumentar cada vez mais, havia sido cimentada com o prestígio que lhe haviam concedido as famílias da nossa sociedade, ali matriculando seus filhos.

O orador bebia aquela taça pela sociedade paranaense, representada na pessoa do Sr. Dr. Presidente do Estado. O Sr. Carlos Cavalcanti respondeu, felicitou a diretoria pelo fiel cumprimento que ia dando ao seu programa e convidou os presentes a beberem à diretoria da Universidade e, principalmente ao Sr. Dr. Nilo Cairo, o maior daqueles 'loucos' a que ele próprio há pouco se referira, e a cujos esforços e atividade se devia principalmente o realização do sonho acoidado, no começo da loucura e da visão.

Retirou-se em seguida o Sr. Dr. Presidente do Estado e deu-se o começo às aulas. Estas são em número de 31<sup>11</sup>.

Victor Ferreira do Amaral encontrava-se na oportunidade visitando universidades europeias a fim de incorporar experiências e transferi-las para Curitiba.

Com certo regozijo pelo sucesso alcançado pela universidade, em 1915, Victor Ferreira do Amaral escrevia no seu relatório que a receita de contribuição dos alunos foi, apesar da crise econômica desencadeada pela guerra europeia:

1913 — 39:435\$000  
 1914 — 75:933\$000  
 1915 — 97:236\$000<sup>12</sup>

Afirmava o diretor que *ante as dificuldades da época, as condições financeiras da Universidade são até lisonjeiras, fazendo-se prever um futuro próspero*<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> *Ibid.*, 14 abr. 1914.

<sup>12</sup> AMARAL, Victor Ferreira do. Relatório Geral da Universidade do Paraná apresentado à Assembléia Geral de 19 dez. 1915. In: LIMA, Eduardo Corrêa..., p. 218.

<sup>13</sup> *Id.*

Estava completamente enganado o diretor da universidade. O pior estava por vir, não só quanto às finanças da instituição, mas inclusive quanto à sua própria sobrevivência.

O historiador e publicista paranaense Romário Martins visitou o majestoso edifício, em 1916. Teve então inspiração de chamá-lo Palácio da Luz.

Plácido e Silva assim descreve os cinco andares do prédio, inaugurado em 1914:

O Palácio da Universidade do Paraná, de então, compunha-se de cinco pavimentos: primeiro pavimento, representado pelo rés do chão ou porão habitável; o segundo pavimento, o assobradado; o terceiro, primeiro sobrado; o quarto, o segundo sobrado, e o quinto ou sótão. Havia ainda a cúpula, compreendendo dois andares espaçosos e um palanquim, onde se pretendia instalar a estação meteorológica.

Com exceção do acesso ao primeiro pavimento, jeito por uma escada de pinho, implantada por trás da escadaria principal, todos os demais pavimentos se comunicavam por uma escadaria de imbuía, com balaústres e corrimões lavrados partindo do saguão, localizado no assobradado, à entrada principal.

Em 1916, o edifício que se presumira suficiente para atender as instalações da Universidade já se apresentava pequeno, demandando ampliação que se deveria realizar quanto antes. Todas as salas, todas as dependências que pareciam não ter destino certo foram ocupadas. O primeiro pavimento era compreendido por dois anfiteatros de aulas orais, conhecidos pelas denominações de primeira e segunda salas, a arrecadação militar, destinada ao Tiro de Guerra Acadêmico, o Laboratório de Dissecção Anatômica, sala para preparação e conserva de cadáveres, Gabinete de Resistência dos Materiais de Construção, sala para o Depósito de material de limpeza e reservado para as instalações sanitárias.

Os dois anfiteatros de aulas orais achavam-se mobiliados com carteiras estilo americano, havendo cátedras, sistemas Deyrolle, destinadas aos lentes. O laboratório de Dissecção, além do material indispensável ao ensino, possuía mesas especiais com pedra mármore, providas de pias com água corrente.

No segundo pavimento, que dava acesso à entrada principal, encontravam-se um anfiteatro de aula oral, a terceira sala, o Gabinete de Materiais de Construção e Tecnologia das Profissões Elementares, Sala de Alunas, sede da Assistência Judiciária, e sala do ponto, Gabinete

de Prótese Dentária, Gabinete de Clínica Dentária, e sala de espera de clientes do Dispensário Dentário.

O terceiro pavimento foi destinado, especialmente, à administração do instituto. Nele se localizaram: o Conselho Superior, gabinete da Diretoria, Secretaria, gabinete do Secretário, a Biblioteca, com os seus seis mil volumes, a Sala de Leitura e Tesouraria, o Depósito Geral e a sede do Centro Acadêmico.

A sala do Conselho Superior destaca-se pela riqueza de sua pintura interna, toda a óleo, e pela sua ornamentação. Há aí, em símbolos, a representação de todos os cursos da Universidade, e mais suas armas, as do Município e as do Estado, tudo acabado com capricho e formando um belo conjunto. O rico mobiliário, arranjado em forma de anfiteatro, completa a imponência da sala. No quarto pavimento, acham-se localizados os mais interessantes departamentos: Laboratório de Microbiologia, Museu de História Natural, Museu de Anatomia, Laboratório de Fisiologia. E não exageramos, nem tampouco erramos, quando asseveramos que os gabinetes, museus e laboratórios alojados no quarto pavimento formavam os departamentos mais interessantes da Universidade. Vamos mais além: eles eram constituídos pelo que havia de mais perfeito e moderno, naquela era, em matéria de ensino, não se temendo, por isso, qualquer confronto com os seus congêneres de outras escolas brasileiras.

E daí a admiração e os justos elogios que se repetiam por quantos viessem até nós e visitassem a instituição da Praça Santos Andrade, no seu quarto ano de vida.

Passando-se do quarto pavimento, chega-se afinal ao quinto, onde se instalaram, magnificamente, os Laboratórios de Química Geral e de Análises, e a ala de Desenho.

E todos esses museus, gabinetes e laboratórios, nesse tempo, haviam custado à Universidade a soma de cento e setenta e oito contos de réis. E o prédio, com os extraordinários, isto é, com as modificações e os acréscimos extracontratuais, estava representado pela soma de trezentos e oitenta contos de réis, o que, com o valor atribuído ao terreno e dos bens integrantes da instalação da Maternidade do Paraná, davam à Universidade o avantajado patrimônio de seiscentos contos de réis. Era, em verdade, uma fortuna. E toda ela resultante do esforço e do entusiasmo de um pugilo de homens dedicados à realização da grande obra de cultura, a cuja vanguarda sempre se viram o dinamismo de Nilo Cairo e a abnegação de Victor do Amaral<sup>14</sup>.

14 *Gazeta do Povo*, 14 jul. 1962.

Blank Page

# UNIVERSIDADE E MATERNIDADE DO PARANÁ



Concomitantemente com os planos da universidade, Victor Ferreira do Amaral elaborava a fundação, em Curitiba, de uma maternidade. Impressionava-se quando penetrava no interior de uma *mansarda dos pobres*<sup>1</sup> e encontrava a penúria e o sofrimento. Esses sentimentos eram compartilhados por outros, que planejavam a instituição da universidade.

Inicialmente o plano era criar a maternidade junto à Santa Casa de Misericórdia, único hospital que prestava assistência às populações de pouca renda em Curitiba. Àqueles que preferiam instalar, em vez de uma maternidade, um albergue noturno, o jornal *Commercio do Paraná* argumentava que a capital paranaense precisava mais da maternidade. O número de migrantes (peregrinos e forasteiros) ainda não era avultado. Muito mais necessário se fazia sentir uma instituição que protegesse a mulher no transe da maternidade. Segundo seus organizadores, era elevado o tributo que as mulheres, sobretudo as pobres, pagavam para colocar no mundo o ser que irá perpetuar a espécie.

Victor acabou desistindo da Santa Casa em virtude dos poucos recursos por ela disponíveis, como pela variedade de doenças tratadas no mesmo estabelecimento. Essa tendência de Victor para auxiliar as mulheres é explicada por Milton de Macedo Munhoz. Para este professor, uma das características mais marcantes da sua personalidade era o *culto* pelo sexo fraco<sup>2</sup>. Sempre admirou e respeitou as mulheres. Nonagenário, era ainda capaz de encontrar encantos em mulheres bonitas.

1 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 29 nov. 1912.

2 MUNHOZ, Milton de Macedo. Discurso em homenagem ao Dr. Victor Ferreira do Amaral pela passagem do 65.º aniversário de sua formatura. In: LIMA, Eduardo Corrêa. *Victor Ferreira do Amaral e Silva — o reitor de sempre*. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982. p. 458.

Sem abdicar de seus princípios e de suas convicções morais, na pujança perene de sua saúde invejável, com desmedida confiança em si mesmo, Victor do Amaral soube aproveitar-se da vida, tal como ela é e, à moda de um deus primitivo, permitiu-se prazeres e alegrias próprios de um homem normal, satisfeito e embriagado pelas belezas naturais que tanto o enlevam [...]³.

O seguinte episódio de sua vida clínica evidencia suas concepções, adiantadíssimas para a época. Na Curitiba do início do século XX, nenhum médico se exporia em arriscar sua reputação e ir atender uma mulher doente, que fosse de vida *irregular*. Acontece que atrás da matriz vivia uma mulher de costumes *relaxados*. Certa feita, adoeceu gravemente. Nenhum médico quis atendê-la: que fosse para a Santa Casa como indigente.

A companheira da doente acabou batendo na porta do Dr. Victor, que [...] *depois de ouvir a história toda e de, intimamente, taxar de imbecis*⁴ seus colegas puritanos, foi atender a paciente, *o que lhe valeu uma das maiores gratidões recebidas em toda sua vida profissional*⁵.

Explicando sua atitude, afirmava que sempre teve muita pena das vítimas circunstanciais da tentação e da sedução, principalmente porque eram colocadas à margem do acatamento social.

Tão estranha parecia a ideia de uma maternidade em Curitiba no início do século XX, que o Comercio do Paraná explicava para a população o que era uma maternidade: é um hospital, ou melhor, um recolhimento, destinado a prestar assistência de parto [...]⁶.

Victor Ferreira do Amaral, inspirado nos estatutos das maternidades do Rio e São Paulo, propunha ser ela administrada pela universidade e mantida pelos recursos obtidos pela Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância. A diretoria da universidade seria apenas administradora do movimento econômico da maternidade. Como a maternidade do Rio de Janeiro era mantida por verbas federais, pensava obter algum auxílio da esfera federal.

Cada membro da Associação das Damas pagaria uma contribuição mensal de 2\$000rs no mínimo, para a renda inicial da instituição. A 17 de fevereiro de 1914, foi fundada a Associação das Damas de Assistência à Maternidade e à Infância, no salão do

3 Id.

4 Id.

5 Id.

6 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 12 fev. 1914.

Clube Curitibano. A primeira sede alugada da universidade, já desocupada, na rua Comendador Araújo 42, foi escolhida para local de funcionamento da maternidade. O consultório para atender às mulheres grávidas ou não e às crianças ficou a cargo do Dr. Petit Carneiro e a chefia da clínica da maternidade, com o Dr. Reinaldo Machado. Para trabalhar, vieram duas enfermeiras da Maternidade de São Paulo, Olga Satini e Rosa Rosenfeld<sup>7</sup>.

Em 1932, Victor Ferreira do Amaral num de seus discursos declarava que a maternidade foi fundada com intuítos didáticos para os acadêmicos de Medicina e prestar assistência às mulheres grávidas, inclusive às mães solteiras:

Vítimas da fragilidade humana, mais dignas de comiseração, do que de impiedoso ferrete com que as convenções sociais lhes costumam estigmatizar. Para as mães desamparadas, mesmo de gravidez ainda longe do termo, esta Maternidade, excedendo já o principal escopo por ela colimado, serve por vezes de refúgio ou abrigo, quando elas têm a desdita de se verem despedidas por seus patrões, que não as querem mais, ou repudiadas por seus pais ou responsáveis<sup>8</sup>.

Bastante sugestivo foi o balanço relatório publicado pela imprensa sobre serviços prestados na maternidade no seu primeiro aniversário:

Pouco a pouco vai Curitiba conquistando, graças à iniciativa particular, os seus estabelecimentos de assistência pública, destinados à pobreza. Primeiro teve o Hospital de Caridade, depois o Hospício de Alienados, há pouco a Maternidade, enfim, o Instituto de Assistência Judiciária e, futuramente, com certeza, uma Policlínica Geral, já projetada para o próximo ano, pela diretoria da Universidade.

Isto demonstra quanto vai progredindo a nossa capital; sendo de lamentar que os poderes públicos não se interessem mais de perto com essas casas santas, onde se socorrem os deserdados da sorte. É nelas onde, silenciosamente, sem reclame nem espalhafato, são prestados relevantes serviços à sociedade. Aí estão os nossos hospitais para prová-lo.

Quantos infelizes, sem roupa e sem pão, acolhem a nossa Santa Casa de Misericórdia e o nosso Asilo de Alienados!

7 *Ibid.*, 2 ago. 1914.

8 Revista Médica do Paraná. Ano I, n.º 4, mar. 1932. In: LIMA, Eduardo Corrêa..., p. 286.

À rua Comendador Araújo, funciona a nossa Maternidade, na modéstia e no silêncio, recolhendo, em seu seio, as mães infelizes, que não têm um leito para dar à luz. Seus serviços, apesar de pouco conhecidos, já têm sido relevantes; em um ano de existência, foi a seguinte a estatística do seu movimento:

<i>Entraram</i> .....	60 <i>gestantes</i>
<i>Tiveram alta</i> .....	57
<i>Falecidas</i> .....	0
<i>Ficaram existindo</i> .....	3
<i>Nascimentos vivos</i> .....	50
<i>Nascimentos prematuros mortos</i> .....	9
<i>Abortos</i> .....	2
<i>Internadas depois do parto</i> .....	1

É pena, como se vê, que a Maternidade seja ainda pouco conhecida pela nossa pobreza. Quando vemos, quase diariamente, casos de infecção puerperal se darem na clínica de parteiras práticas, que tanto custam a compreender as vantagens de assepsia no parto, pode-se imaginar quanto as mães pobres lucrariam em se recolher a um estabelecimento modelar como este, elas que têm de lutar, além da ignorância das parteiras curiosas que chamam, contra a falta de recursos para terem um leito são e cuidados apropriados ao momento de darem à luz. Seria de desejar, para o saneamento da arte dos partos, no nosso meio, que a nossa Diretoria de Higiene se interessasse em expurgar a nossa urbs como o faz a de S. Paulo, dessas parteiras curiosas que por aí pululam e que, para sugar os magros cobres da pobreza, não trepidam em assistir em sua choupana e nas mais miseráveis condições, aos indigentes que, ignorando a existência da nossa Maternidade, as chamam para conselheiras.

Os casos de infecção são, então, múltiplos, acarretando, não pouco freqüentemente, a morte das parturientes; em contraposição com essa bela estatística que aí deixamos, e na qual não há um só falecimento. Ainda há poucos dias, médicos foram chamados para socorrer, no nosso arrabalde Portão, uma parturiente que estava morrendo; ali chegando, encontraram uma moribunda que expirava, com um feto em apresentação de espádua, o bracinho de fora, esperando que os votos feitos por uma parteira curiosa e estúpida lhe fizessem dar uma cambalhota e o pusessem em posição de vir à luz a salvo.

Dizia a parteira que não era preciso chamar médico e que se devia esperar. O resultado foi a morte da infeliz mãe.

Que merece da Diretoria de Higiene uma parteira que assim procede? Isso não é um crime?

Pois bem, não há muito, nas mesmas condições, entrou para a Maternidade uma parturiente; chamado o Dr. Reinaldo Machado, seu benemérito chefe de clínica, foi logo o feto extraído e mãe e filho salvaram-se. Essa, que foi sacrificada pela parteira não se teria do mesmo modo salvo, se tivesse recolhido imediatamente à nossa Maternidade? Certamente, sim.

É de lastimar, pois, que a Maternidade do Paraná não seja tão conhecida como deveria sê-lo, que os poderes públicos não olhem para ela com mais carinho e que a Diretoria de Higiene não proceda com mais energia contra as curiosas incompetentes, que vivem a sacrificar a vida das mães infelizes.

As suas vantagens são patentes: lá, por vezes, tem sido necessária a intervenção manual e do fórceps, e inestimáveis serviços têm prestado nesses casos, os Srs. Drs. Reinaldo Machado, Petit Carneiro, Assis Gonçalves e Victor do Amaral, que todos porfiam em servir gratuitamente a indigência, que se recolhe àquele estabelecimento.

Nessa luta, que a nossa Maternidade vem travando contra a morte e a rotina, é preciso distinguir ainda a dedicada parteira que nela serviu, durante o seu primeiro ano de existência, a Sra. Da. Mathilde G. Ceschin, que acaba de ser substituída, por ter entrado em gozo de uma licença que solicitou pela Sra. Da. Urania de Andrade Carneiro, sua atual diretora.

É preciso ainda que se diga, e não fique na obscuridade, que a fundação desse estabelecimento se deve à iniciativa e pertinácia do nosso patrício, Sr. Dr. Nilo Cairo, o ativo secretário da Universidade do Paraná, e a sua manutenção, em grande parte, à Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância, de que é Provedora a Exma. Sra. Da. Francisca Munhoz Cavalcanti de Albuquerque, virtuosa esposa do Sr. Presidente do Estado e que, com assiduidade, visita a Maternidade, interessando-se por tudo quanto lhe diz respeito. Citamos os nomes das zeladoras, pertencentes a essa benemérita associação, que têm fiscalizado as despesas e a ordem do estabelecimento [...]. Ao seu lado, vão se constituindo também as associações científicas, como a Sociedade de Medicina, fundada ainda sob os auspícios da nossa Universidade, e cujos serviços reais ainda anteontem ficaram patentes no caso do suposto envenenamento exposto pelo Sr. Dr. Olegário de Vasconcelos.

Complete a Universidade a sua obra de ressurgimento intelectual da nossa terra, fundando também, por sua iniciativa, o Club de Engenharia do Paraná e o Instituto de Advogados do Paraná, que ainda estão faltando em Curitiba.

Bem haja pois a Universidade, pela sua obra gigantesca<sup>9</sup>.

A crise que se abateu sobre a universidade a partir de 1915 também atingiu a maternidade. A Associação das Damas, para mantê-la, apelava para tômbolas, venda de flores nas ruas de Curitiba, chás de senhoras, etc. Muitas damas retiraram-se da associação. A prefeitura não pagava o auxílio estipulado por lei. O governo federal nunca favoreceu o auxílio pretendido. Ainda em 1927, a maternidade vivia como que da caridade pública. Sua fonte de renda neste ano, era:

Governo do Estado .....	9:000\$000
Pensionista .....	4:510\$000
Festival das irmãs Devraine .....	320\$000
Donativos de 'O Dia' .....	50\$000
Donativos de Sra. estrangeira .....	25\$000
Donativos de uma cliente.....	100\$000
Quantia angariada pelo diretor .....	900\$000
Auxílios diversos .....	1:000\$000
Faculdade de Medicina .....	9:000\$000
Associação das Damas .....	5:441\$000

O velho prédio não comportava mais o funcionamento da maternidade. Nestas circunstâncias, foram oferecidos à universidade dois terrenos para a nova sede: um oferecido por David Carneiro e outro por Agostinho de Leão. Devido a sua localização e relevo, foi escolhido o terreno oferecido por Agostinho de Leão. A planta do novo edifício foi projetada por Bertolo Bergonse & Cia.<sup>10</sup>. Mas o Sr. Agostinho de Leão arrependeu-se e recusou-se a passar a escritura<sup>11</sup>. Foi nesta oportunidade que o prefeito de Curitiba tentou passar a maternidade para a Cruz Vermelha Brasileira, através do Hospital das Crianças.

<sup>9</sup> *Commercio do Paraná*. Curitiba, 31 jun. 1915.

<sup>10</sup> SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório Geral do ano de 1923, apresentado à Congregação da Faculdade de Medicina, In: LIMA, Eduardo Corrêa ... p. 286.

<sup>11</sup> SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório do ano de 1924, apresentado à Congregação da Faculdade de Medicina. In: LIMA, Eduardo Corrêa ... p. 309. Face a tais acontecimentos, compreende-se porque Ermelino Agostinho de Leão em seu *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, não apresenta nenhum verbete sobre a Universidade e seus fundadores.

Provisoriamente, sua sede foi transferida para outro endereço — Av. 7 de Setembro n.º 68 — pois o prédio velho e particular não satisfazia mais às crescentes necessidades. Dali para a Av. Iguaçu, foi transferido em 3 de maio de 1930. A sede da Av. Iguaçu foi construída em terreno doado pela Sra. Lili Santerre Guimarães. Quando esta senhora passou o terreno para a Faculdade de Medicina, doou também 33:500\$000rs em dinheiro, fruto de uma subscrição pública por ela organizada.

Quando Victor Ferreira do Amaral iniciou a construção do prédio da *Nova Maternidade do Paraná*, declarou à imprensa que só contava para esse empreendimento com a generosidade do povo. Surgiram, então, donativos de particulares, associações recreativas, esportivas e o valioso arrimo do governo do estado e da prefeitura. Pelas senhoras curitibanas, foi organizada a *Semana da Maternidade*. Elas conseguiram arrecadar mais de 40:000\$000rs.

Quando da mudança da maternidade em 1930 para a sede da Av. Iguaçu, a direção da Faculdade de Medicina adquiriu na Europa e Estados Unidos um novo material cirúrgico e utensílios. Quando esse material chegou à alfândega de Paranaguá, solicitou a Faculdade de Medicina ao Ministério da Fazenda liberação da cota alfandegária, por se tratar de material que viria beneficiar uma instituição de caridade de relevantes serviços prestados à pobreza.

Quatro requerimentos de diferentes datas e a intervenção da bancada federal paranaense não conseguiram demover o ministro da Fazenda a atender a Faculdade de Medicina. Nestas circunstâncias, queixava-se Victor Ferreira do Amaral que a maternidade teria retardado a mudança para a nova sede, mesmo porque, nesse caso, o novo prédio não poderia ser inaugurado. Sobre o assunto comentava a *Gazeta do Povo*:

Afinal, não é novidade o que está acontecendo em a nossa Maternidade. É uma repetição de fatos anteriores, pois cada vez que se trata de beneficiar-se com qualquer migalha o nosso Estado, surge desde logo a má disposição da nossa velha madrastra com empecilho intransponível. O Paraná é o enteado cujo único direito é o dever de enviar para a capital da República o excesso de renda federal [...]¹².

A congregação da Faculdade de Medicina deu à maternidade, por unanimidade de votos, o nome de *Victor Ferreira do Amaral*.

12 *Gazeta do Povo*. Curitiba, 5 dez. 1929.

Esta foi a primeira instituição surgida como corolário da fundação da universidade em 1912.

## O REPTO DA SOBREVIVÊNCIA

Com a implantação da Lei Rivadávia em 1911, começaram a surgir no país as mais esquisitas formas mercantis de exploração do ensino superior. Este passou, da noite para o dia, de um completo controle estatal ao mais aberto sistema sem fiscalização. Se a Lei Rivadávia produziu frutos como a Universidade do Paraná, em compensação fez surgir instituições que tinham por único fim negociar diplomas.

Assim como o Brasil, o Paraná estava cheio de vendedores ambulantes de quinquilharias, amuletos japoneses, oleografias, pomadas para calos, cânfora gelada etc. *Nessa onda, constituída de mulheres andarilhas e de homens imperturbáveis, veio também o negociador de diplomas*<sup>1</sup>.

Apresentaram-se sob o pomposo nome de *Universidade Escolar Internacional*. Vendiam diplomas de bacharel e/ou doutor a 60\$000rs a unidade. Para Generoso Borges, esses diplomas não passavam de verdadeiras *iscas de pergaminho*<sup>2</sup>. Consistia esse sistema em fazer, por correspondência, um curso de advogado, médico, engenheiro etc. No final do curso, o inscrito recebia um artístico diploma. Como no Brasil, pela Lei Rivadávia, o ensino superior era totalmente livre, pretendiam os responsáveis que seus diplomas fossem válidos em todo o território nacional. Argumentavam os defensores de tal sistema que ele era dirigido preferencialmente aos práticos de qualquer profissão. Esses práticos, que agora seriam diplomados pela *Universidade Escolar Internacional*, teriam sobre os formados pelas outras escolas ou universidades, *a vantagem de terem praticado desde longos anos as respectivas profissões*<sup>3</sup>. Argumentavam ainda que inúmeros cidadãos, com provisões dos tribunais, exerciam advocacia.

1 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 18 fev. 1913.

2 *Id.*

3 *Ibid.*, 13 fev. 1913.

Pasteur e Kneipp não eram diplomados em medicina e honraram a medicina. Edison não foi engenheiro e, entretanto, a engenharia lhe deve inúmeras invenções. Seus defensores prosseguem argumentando:

1 — Aquele que não é competente não vai tirar o diploma, porque vai sentir vergonha de não ter a instrução correspondente ao título.

2 — No caso de ser o diploma concedido a quem não conhece a profissão, este funcionará como incitação ao estudo da ciência correspondente.

3 — Existe a falibilidade dos doutores do antigo regime.

4 — Aqueles que se comprometem por escrito a não se encarregar daquilo que não entendem assumem toda a responsabilidade.

5 — O sistema é adotado em vários países, inclusive pela Universidade da Pensilvânia, fundada pelo governo americano desde 1740.

6 — Aqueles que possuem verdadeiro talento não devem preocupar-se com os diplomas pelo novo sistema, pois os profissionais serão eliminados pelas próprias provas de sua incapacidade.

A *Universidade Escolar Internacional* era controlada no Brasil por Lawrence & Cia., com sede na rua da Assembléia 45, Rio de Janeiro.

Generoso Borges, que sempre defendeu a Universidade do Paraná, concluía sobre a tal instituição: *tolice ferrada e a vaidade rotunda dos cérebros caldaças*<sup>4</sup>.

Inúmeros foram os abusos cometidos por várias instituições aproveitando-se da liberalidade da lei de 1911. Além da *Universidade Escolar Internacional* com sede no Rio de Janeiro, surgiu outra equivalente em São Paulo. Era a *Superior Universidade do Estado de São Paulo*. Esta última entidade possuía duas formas de outorgar o título de doutor:

a — doutorado de estado;

b — doutorado por correspondência.

Possuía matrícula aberta nos seguintes cursos: Engenharia, Direito, Medicina, Obstetrícia, Odontologia, Farmácia e Filosofia. Seu prospecto de propaganda, assim apresentava os cursos:

Os candidatos à formatura por esta Universidade defenderão uma tese correspondente ao ramo em que se acharem habilitados perante a

4 *Ibid.*, 8 fev. 1913.

Congregação, ou seja, sujeitar-se-ão a um exame por correspondência, se residirem longe desta capital.

Esta tese será defendida na sede da Universidade, versando sobre um ponto da escolha da congregação e, previamente, enviado ao pretendente que será argüido sobre a matéria em geral.

Os exames por correspondência serão feitos por meio de uma prova escrita mandada pelo examinador e de uma oral, perante especialistas indicados pela Diretoria, que deverão ir à cidade mais importante da zona em que residir o dito examinando, para esse fim especial<sup>5</sup>.

Todas essas e outras despesas eram pagas pelo *candidato*.

Essa instituição conseguiu vender alguns desses diplomas no Paraná. Um dos compradores foi um tal de Carlos Ickler de União da Vitória. Este pretense médico foi denunciado pelo farmacêutico da cidade por exercício ilegal da medicina. O consultor jurídico do estado, Pamphilo D'Assumpção, em seu parecer sobre o caso, sugeria o não registro de seu *diploma* porque tratava-se *de uma organização igual à da Universidade Internacional do Rio de Janeiro*<sup>6</sup>.

Em 11 de março de 1915 o governo federal baixou o decreto 11.530. Era a chamada Lei Maximiliano. Golpe de morte às instituições que comercializavam os diplomas. Por extensão, atingia a Universidade do Paraná. Desabava sobre a mesma o mais duro período de privações. De todas as universidades livres surgidas com a Lei Rivadávia, era a do Paraná que apresentava as melhores condições.

Entre as principais exigências da Lei Maximiliano destacam-se:

a — retorno do sistema de equiparação das instituições, a fim de que os diplomas e/ou títulos expedidos pudessem concorrer com os congêneres emitidos pelas escolas oficiais;

b — a cidade sede de curso superior deveria ter no mínimo cem mil habitantes;

c — somente após cinco anos de funcionamento é que uma escola superior poderia requerer equiparação.

Os dirigentes da Universidade do Paraná não atingiram, no início, as sérias implicações que este decreto iria trazer para a instituição. Victor Ferreira do Amaral, no seu relatório de 1915, assim refere-se à mesma:

<sup>5</sup> “Superior Universidade do Estado de São Paulo”, folheto propagandístico. REQUERIMENTOS, 1913. vol. 9. DAMI.

<sup>6</sup> *Id.*

A lei federal n.º 11.530 de 18 de março de 1915, de reforma do ensino, traz salutares disposições, que põem entraves ao mercadejamento do ensino, com a instrução diluída em noções vagas e a venda de pseudotítulos científicos; mas acarreta embaraços à equiparação de nossa Universidade aos institutos oficiais de ensino superior, pela dificuldade de se provar de pronto que Curitiba tem população de cem mil habitantes<sup>7</sup>.

Plácido e Silva comenta que, após o decreto, as aulas continuavam sendo ministradas normalmente e os alunos, *salvo algumas exceções, permaneceram esperançados de que a borrasca passaria*<sup>8</sup>. A esperança inicial era de que esse decreto não poderia ter caráter retroativo, prejudicando assim os direitos adquiridos. *Logo depois, entretanto, víamos, com pesar imenso, a jurisprudência do Superior Tribunal Federal afirmar doutrina contrária à nossa causa*<sup>9</sup>.

Como Curitiba não tinha cem mil habitantes e os cursos da universidade não estavam funcionando há cinco anos, não havia a *priori* outro recurso senão fechar as portas. Em seguida, o governo federal outorgou ao Paraná — como que atendendo a uma última vontade de moribundo —, facultando aos estudantes da Universidade do Paraná a revalidação dos seus diplomas, ao prazo de um ano, nas faculdades oficiais. Esta *concessão* representava na prática a abertura das portas das faculdades oficiais para os estudantes da Universidade do Paraná.

A primeira iniciativa dos parlamentares paranaenses no sentido de alterar a Lei Maximiliano foi através do Congresso Nacional:

- a — tentando eliminar a exigência de cinco anos de funcionamento, em centros de mais de cem mil habitantes;

- b — tentando permitir a fiscalização federal em instituição como a Universidade do Paraná, com o que tacitamente seria reconhecida.

A iniciativa no congresso nacional não encontrou eco, apesar dos esforços de parlamentares como Luiz Bartolomeu e Artur Obino. Outra possibilidade seria agir sobre o Conselho Superior de

7 SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório Geral da Universidade do Paraná de 1915, apresentado à Assembléia Geral. In: LIMA, Eduardo Corrêa. *Victor Ferreira do Amaral e Silva — o reitor de sempre*. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Imprensa da UFPR, 1982. p. 217.

8 SILVA, De Plácido e. Universidade do Paraná — à margem de sua história, XI. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 10 jun. 1962.

9 *Commercio do Paraná*. 23 set. 1920.

Ensino, cujo presidente era o ex-presidente da província do Paraná, Brasília Machado.

Enquanto se contatavam os membros do conselho, Nilo Cairo não se conformava com o fato de Curitiba não ter cem mil habitantes. Conseguiu uma autorização legislativa e iniciou um recenseamento:

Esbofou-se com os seus infatigáveis auxiliares e, ao cabo de muito esforço e de muita esperança, teve de ceder à evidência: alcançava para o município de Curitiba apenas 66.000 habitantes! Triste verdade, triste realidade, desvanecedora das ilusões ainda acalentadas. Que nos restava então? Fraquear? Desanimar? Abandonar a liça? Nunca!<sup>10</sup>

Deliberou-se tentar o reconhecimento, estado por estado. Se a maioria dos estados da federação reconhecesse a universidade do Paraná, os seus diplomados ali poderiam exercer suas profissões. A constituição assim o permitia. O governo do Paraná já havia reconhecido a Universidade pela lei n.º 1.284, de 27 de março de 1913. O estado de Mato Grosso fê-lo pelo decreto n.º 428 de 30 de maio de 1916, graças ao trabalho de persuasão realizado por Conrado Ericksen, professor da escola de Engenharia. Santa Catarina o fez pelo decreto n.º 1.166, de 29 de setembro de 1917, estimulada pelo fato de que *vários alunos matriculados na Universidade eram procedentes dali e teriam grandes vantagens com o reconhecimento dos diplomas que lhes fossem conferidos*<sup>11</sup>. Havia promessa ainda do estado do Pará, e nada mais.

Brasília Machado, na presidência do Conselho Superior de Ensino, poderia ser um ponto de apoio. Victor Ferreira do Amaral dirigiu-lhe missiva, que pelo seu significado colocou-a na íntegra no seu relatório de 1915:

Eminente e prezado amigo Sr. Barão de Brasília Machado. Li no 'Jornal do Comércio' a notícia de sua visita à Faculdade de Direito Teixeira de Freitas e a opinião que exarou no livro de visitantes, com aquela independência e lealdade que assinalam o caráter do meu venerando amigo. Lastimo que a distância não lhe permita honrar-nos do mesmo modo com a sua visita, de maneira a verificar de 'visu' que a Universidade do Paraná só deseja a inspeção federal para provar que a sua organização docente e administrativa pouco tem a invejar das escolas

10 *Id.*

11 *Gazeta do Povo*. Curitiba, 1 jul. 1962.

superiores mantidas pela União; nem temeria ela mesma sujeitar-se a uma comparação de ensino, pois se é certo que o seu corpo docente não tem a mesma idade daquelas escolas, todavia ousou dizer que tem a necessária capacidade para o ensino e esforça-se para fazer com que a Universidade do Paraná seja a escola onde mais se estuda, em virtude do seu regime de sabatinas mensais. De resto, meu nobre amigo, não se condena um réu sem primeiro ouvi-lo; e é isso o que ardentemente deseja esta Universidade do Conselho Superior do Ensino.

Entretanto, se V. Excia. quizer dar-nos a honra de uma visita semelhante à que fez a Niterói, com satisfação lhe mandaremos as passagens para isso e, certo, a mocidade acadêmica de minha terra e os lentes desta Universidade o receberão com o maior júbilo e lhe demonstrarão que, para os progressos do ensino, para o esforço dos lentes e o capricho dos estudantes, para a montagem dos laboratórios, não há nada como a iniciativa particular apaixonada, estimulada pela consciência do dever pelo dever.

Acha-se já concluída, embora à custa dos maiores sacrifícios, a fachada principal do edifício de nossa Universidade, incontestavelmente o mais suntuoso da atualidade em Curitiba.

Tenho certeza que, como a sua visita, o seu juízo sobre a Universidade do Paraná não ficaria aquém do da Faculdade Teixeira de Freitas, tão reto e ilibado é o caráter do brasileiro eminente que, como presidente da antiga Província do Paraná, aqui deixou traços indeléveis de sua elevada competência, lembrada saudosamente pelos contemporâneos de sua fecunda administração.

Reitero-lhe as seguranças de minha alta estima e distinta consideração<sup>12</sup>.

Brasílio Machado não veio.

Este expediente também foi abandonado. Finalmente uma pequena vitória, porém vital. Os deputados federais, liderados por Generoso Marques, conseguiram que fosse abolida da Lei Maximiliano a exigência dos cem mil habitantes. Curitiba, pelo menos, poderia sediar cursos superiores.

Quando as evidências pareciam indicar que as pressões externas estavam começando a ceder, os problemas internos começaram a surgir. O crédito da universidade na praça começou a sofrer abalos. Os bancos, argumentando dificuldades advindas com a guerra europeia, começaram a restringir os créditos. Começaram a cobrar juros elevadíssimos para a época: 2% ao mês, pagos

12 SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório Geral da Universidade do Paraná de 1915..., p. 214.

adiantadamente. A fiança exigida passou a ser individual. As letras da universidade começaram a aparecer protestadas nos cartórios. O estado nem sempre pagava em dia as subvenções concedidas à instituição. No novo prédio, as despesas aumentavam. A receita não cobria a despesa.

Inicialmente, a própria crise advinda com a guerra obrigou a universidade a apelar para o crédito.

Todas as promissórias eram avalizadas por Victor Ferreira do Amaral que, assim, de modo inequívoco, demonstrava sua abnegação pelo estabelecimento. Com o aval de Victor do Amaral, assegurado por um patrimônio imobiliário de valia, as promissórias emitidas eram facilmente descontadas com André de Barros, Frederico Petriche, Paul Emílio Gaisler, Nicolau Gravina, banqueiros particulares da época, sob ágio de um e meio por cento, mensal. Mas, como o encarregado destes descontos, mantendo contato permanente com estes senhores, posso asseverar que sempre tiveram para com a Universidade a melhor boa vontade, não criando embaraços quando, vendido o título, não havia recursos para os resgates. A espera ou a reforma era concedida. Com esse ardid, as contas da Universidade se iam resgatando a tempo e hora e o próprio Bergonse não era esquecido em algumas das prestações que lhe eram devidas<sup>13</sup>.

Prossegue Plácido e Silva analisando a crise:

O Nilo enchia a promissória e assinava em nome da Universidade. O Victor a avalizava. E eu, a mando deles, corria a praça à cata do agiota camarada, que nos emprestaria o dinheiro, ao juro de um e meio por cento ao mês<sup>14</sup>.

Para impedir que as contas a pagar se avolumassem, foram tomadas as seguintes medidas:

a — instituiu-se internamente um imposto sobre os vencimentos, de 5% ao mês;

b — emitiram-se apólices para pagamento dos vencimentos dos professores.

O *imposto* chegou a render um conto de réis por mês e as apólices eram resgatadas por sorteios, de acordo com as possibilida-

13 *Gazeta do Povo*. 3 jun. 1962.

14 *Ibid.*, 17 jun. 1962.

des da tesouraria. Isto significava, na prática, que cada mês, alguns professores eram sorteados para receberem seus vencimentos<sup>15</sup>.

Informa João Ribeiro de Macedo Filho que tudo estava quase perdido. Victor Ferreira do Amaral lançara mãos de recursos próprios. Enfiou a mão no seu bolso e empatava dezenas de contos de réis; *batera a todas as portas a que possível fora recorrer [...] para afastar o medonho espectro da ruína iminente*<sup>16</sup>.

Os pensamentos dos dirigentes estavam voltados quase que exclusivamente ao dinheiro. Um dia alguém entrou no gabinete do diretor e comunicou que o Dr. Afonso Camargo havia ganhado cem contos na loteria. Nilo Cairo incontinenti exclamou: *Victor, não te esqueças de falar ao Afonso sobre a Maternidade [...]*<sup>17</sup>.

Os alunos começaram a demonstrar receio quanto ao seu futuro. Seus diplomas poderiam não ser reconhecidos pelo governo federal. Começaram então os requerimentos solicitando comprovantes de matrículas, para poderem ingressar em outras escolas reconhecidas, ou em vias de sê-lo. O ano de 1916 iniciou com a matrícula de 204 alunos e terminou com 160. 44 haviam abandonado a universidade. A situação piorava. Victor continuava a implorar a ajuda pública e a mendigar apoio oficial<sup>18</sup>. Em 1920, chegou a confessar que nesta época, *por vezes seu ânimo quase se entibiou na renhida luta*<sup>19</sup>. A Faculdade de Medicina parecia que era a mais atingida pela crise. Os alunos começavam a escassear. Transferiam-se em grande número. Muitos professores desanimados também solicitavam suas demissões. Não queriam mais trabalhar de graça e sem esperanças.

Valfrido Piloto, citando o professor Milton Carneiro por testemunho, afirma que nesse tempo, Nilo Cairo, fundador da universidade, foi o autor desanimado do palpite da venda ou leilão do prédio da universidade<sup>20</sup>.

Dirceu Lacerda assim narrou a saída de Nilo Cairo:

15 *Id.*

16 *Commercio do Paraná*, 23 set. 1920.

17 SILVA, De Plácido e. História da Universidade. In: LIMA, Eduardo Corrêa. *Victor Ferreira do Amaral e Silva — o reitor de sempre...*, p. 499.

18 MUNHOZ, Milton de Macedo. Prof. Victor Ferreira do Amaral e Silva. In: LIMA, Eduardo Corrêa..., p. 461.

19 *Commercio do Paraná*. 10 ago. 1920.

20 PILOTO, Valfrido. *Universidade Federal do Paraná — primórdios, modernização — vitórias*. Curitiba, s/ed., 1976. p. 23.

A crise mais aguda da Universidade foi em 1918. Em dezembro deste ano, Nilo Cairo entrou no gabinete do diretor e fechou a porta. Depois falou assim:

— Victor, a nossa situação é muito precária. Você veja se consegue liquidar isto, porque eu vou embora, para minha fazenda de Mogi das Cruzes.

É curioso recordar que Nilo e Victor eram dois temperamentos diametralmente opostos. Nilo era a agitação, a tempestade. Victor era a serenidade, a bonança. E foi com a serenidade de sempre que Victor do Amaral respondeu:

— Nilo, eu não abandono a Universidade! Vou pelear sozinho!

No dia seguinte Nilo Cairo partia para uma ausência de 5 anos. Quando Petit Carneiro e Assis Gonçalves entraram no gabinete do reitor, já inteirados da partida de Nilo Cairo, sentiram logo a crise.

Sentado diante de sua secretaria, cabeça baixa, apoiada na mão esquerda, o reitor da Universidade não escondia um misto de tristeza e abatimento. Mas aquilo durou um instante.

— Nada de desânimo Dr. Victor! Já vencemos momentos piores — falou Petit Carneiro.

Assis Gonçalves ajudou:

— Conte com o nosso apoio. Agora é que a luta vai começar.

Estava debelada a crise [...]. Victor do Amaral sorriu. Apertou a campainha.

— Chamem o Plácido! Já foram aqueles ofícios?

— Foram neste momento, Dr. Victor.

E quando o Plácido ia saindo:

— Plácido, o professor Assis é o novo Secretário da Faculdade! — A luta ia começar [...].

Milton Carneiro conclui:

‘Angustiado, mas dispo de vagos pendores pecuaristas, estava ele criando porcos de raça em Mogi das Cruzes, esperando, em outras plagas, que o monumento que plantara com denodo de verdadeiro apóstolo, se desfizesse sozinho, longe de suas vidas amarguradas<sup>21</sup>.

Numa dedicatória que Nilo Cairo fez a Victor Ferreira do Amaral no seu livro *Elementos de Patologia Geral* explica sua saída da Universidade do Paraná escrevendo: *penosas circunstâncias de minha vida me obrigaram a abandonar precocemente (a Universi-*

dade). Mas o próprio Nilo Cairo nunca explicou quais foram essas *penosas circunstâncias*<sup>22</sup>.

Em São Paulo, o governo do estado havia se aliado ao governo federal para fechar a incipiente Universidade de São Paulo. A uma tal aliança, a Universidade Livre da capital paulista não conseguiu resistir. A Universidade de Manaus já havia fechado suas portas. Às dezenas, estudantes principalmente de Medicina da Universidade de São Paulo começaram a pedir transferências para Curitiba. A morte da Universidade de São Paulo concorreu em boa dose para salvar a Universidade do Paraná. A arrecadação havia melhorado. Mas faltavam agora os professores.

Victor Ferreira do Amaral propôs então aos professores que sobraram a aplicação de uma autocirurgia pedagógica multiplicadora. José Cipriano Rodrigues Pinheiro, Alfredo de Assis Gonçalves e Petit Carneiro compreenderam seus papéis. Partiram para um verdadeiro delírio de *aulação*. *Foram os mais desaplaudidos, escarnecidos e entusiastas 'auleiros' dessa época*<sup>23</sup>.

O professor Milton Carneiro, testemunha desses acontecimentos, depõe:

Era assim: estavam sem docentes as cadeiras de Microbiologia, Higiene, Química, Biologia e Bromatologia do Curso de Farmácia? As de Física, História Natural, Parapsicologia, Histologia, Anatomia I, Anatomia II do Curso de Medicina? Não tinham ocupantes as cátedras de Microbiologia, Histologia e Higiene do Curso de Odontologia? Não havia professores, ninguém queria ensinar de graça toda essa 'cadeirada'? [...].

Que fazia Victor do Amaral o diretor? Chamou o Petit Carneiro e dizia: 'Dê aula de todas essas matérias, os alunos estão esperando. Se você não der, fechamos as portas'<sup>24</sup>.

Com a Lei Maximiliano, apesar da teimosia das elites paranaenses, perdia-se a universidade. Em 1918, a congregação da universidade tomou finalmente a única medida que restava. Dividiu a universidade em três faculdades. Estas, enquanto esperariam sua autonomia, ficariam congregadas particularmente na Federação das

<sup>22</sup> Dedicatória de Nilo Cairo a Victor Ferreira do Amaral no livro *Elementos de Patologia Geral*. In: LIMA, Eduardo Corrêa..., p. 467.

<sup>23</sup> PILOTO..., p. 24.

<sup>24</sup> *Id.*

Faculdades Superiores sob direção administrativa única, embora com autonomia didática.

Era preciso, antes de tudo, garantir a sobrevivência do ensino superior. Isto seria feito por etapas. Requereu-se então a equiparação do curso considerado melhor preparado e estruturado. Era o curso de Direito. Das autoridades federais veio o indeferimento. Motivo: Curitiba não possuía cem mil habitantes. Abolida esta exigência pela atuação dos políticos paranaenses e pelo apoio do governo do estado, recomeçou-se a luta.

É preciso reconhecer — a bem da verdade — que esse grupo de vanguarda lutava de forma semiartesanal. Todas as derrotas sofridas no âmbito federal eram atribuídas à incompreensão e intuítos de perseguição por parte das autoridades federais. É evidente que um simples requerimento pedindo equiparação não poderia ser deferido. Os dados solicitados pelo Conselho Superior de Ensino após essa negativa, evidenciam a simplicidade com que essas questões eram encaminhadas. Perguntava-se:

a — Qual o *quantum* alcançado pelos bens da Faculdade de Direito?

b — Qual a renda fixa anual da faculdade?

c — Por que apareciam irregularidades nas matrículas?

d — Qual a razão do diminuto número de alunos matriculados?

Outra evidência de que os responsáveis pela universidade agiam de forma despreparada é o fato de que inicialmente apresentaram ao conselho superior de ensino, o patrimônio da universidade em 876 contos de réis. Com a negativa do reconhecimento da Faculdade de Direito, resolveram os responsáveis alterar sua política face ao governo federal. Solicitaram ao conselho um representante para acompanhar os trabalhos. Foi indicado o Dr. Gastão Sangés, por parte do conselho e o Dr. José Bevilaqua por parte da universidade:

[...] correram eles todos os recantos do edifício, tudo viram e examinaram e depois de um estudo acurado, apresentaram o seu laudo, insuspeito e verdadeiro, em que declaravam ser o patrimônio de 1.052:000\$000rs, cabendo a cada Faculdade 350:000\$000rs<sup>25</sup>

Acontece, porém, que patrimônio escolar não dá renda.

Mais uma vez a universidade apelou para o governo do estado. A lei federal exigia renda suficiente para remunerar o corpo docente e movimentar os serviços escolares. O estado do Paraná proporcionava à universidade uma dotação de 36.000\$000rs anualmente, o que dava 12.000\$000rs por faculdade. Isto era muito pouco. O presidente Munhoz da Rocha com boa vontade aquiesceu ao pedido de melhorar a subvenção, desde que fosse votada lei pelo poder legislativo. Apelou-se também às municipalidades do estado. O pedido encontrou a mais franca acolhida. De início, apenas duas prefeituras responderam com uma negativa<sup>26</sup>.

Armados com todos esses elementos, uns oriundos da obrigação dos criadores da Universidade, outros do patriotismo dos detentores dos poderes públicos, apresentamo-nos perante o Conselho Superior: viseira erguida, cheios de fé, confiantes no nosso valor [...]. Fomos atendidos [...].<sup>27</sup>

A Faculdade de Direito foi equiparada no dia 29 de julho de 1920, e logo em seguida a de Engenharia, a 6 de agosto do mesmo ano. Essas conquistas eram apresentadas como as primeiras vitórias perante as autoridades federais<sup>28</sup>.

A imprensa da época assim registrou as manifestações estudantis e populares, em regozijo pela tão esperada notícia:

Às 19 horas os alunos das nossas faculdades superiores, possuídos de intenso entusiasmo, reuniram-se em frente à Universidade, tendo à frente as bandeiras brasileira e paranaense, e demandaram em direção à rua XV e rua Dr. Murici, estacionando em frente à residência do Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado.

Falou nessa ocasião o acadêmico de direito Sr. Cyro Silva que pronunciou uma rápida oração, se congratulando com S. Excia. pelo ato do Conselho Superior do Ensino, reconhecendo a Faculdade de Direito. Ao terminar a sua oração, foi o orador bastante aplaudido. Em seguida falou o Dr. Caetano Munhoz da Rocha que pronunciou uma bela oração, dizendo entre outras palavras que o governo de que é chefe amparou e sempre amparará essa grande obra que dignifica o Paraná, ainda mais em se tratando de um estabelecimento onde se

26 *Id.*

27 *Id.*

28 *Commercio do Paraná*. 24 set. 1920.

estuda e onde a mocidade não só paranaense como de outros Estados se prepara para enfrentar a vida.

S. Excia. ao finalizar a sua brilhante oração foi saudado com estrepitosa salva de palmas pelos acadêmicos.

Rumaram os estudantes em direção à casa do Dr. Manoel B. Vieira Cavalcanti Filho, diretor da Faculdade de Direito, tendo nessa ocasião usado da palavra o distinto moço Sr. Lauro Lopes, quarto anista desse estabelecimento, que saudou o ilustre diretor pelo brilhante acontecimento.

O Dr. Vieira Cavalcanti, comovido, respondeu às palavras do orador que lhe saudou, dizendo entre outras palavras que essa obra pertence aos Srs. Drs. Nilo Cairo e Victor do Amaral, que viram os seus esforços coroados do melhor êxito, e ao terminar foi saudado por muitas palmas. Depois da manifestação ao diretor da Faculdade de Direito, foi feita uma outra ao Dr. Victor do Amaral, diretor da Faculdade de Medicina. Interpretou o sentir da classe acadêmica o acadêmico Canuto de Araújo. Em discurso, disse que os acadêmicos das nossas escolas superiores prestavam como uma demonstração inequívoca ao ilustre e esforçado reitor da Universidade, uma cordial manifestação de congratulações e de agradecimento pela dedicação e inaudito esforço com que abraçou a causa da mocidade acadêmica.

O Dr. Victor do Amaral, agradecendo, proferiu uma eloqüente alocução, dizendo que o reconhecimento da Faculdade de Direito marca uma vitória rutilante para o Paraná e que esse brilhante estabelecimento é uma afirmação magnífica da vitalidade pujante da nossa geração de homens patriotas e dedicados.

Uma calorosa salva de palmas ecoou pelo espaço quando o ilustre reitor da Universidade terminou o seu discurso.

Em nome dos acadêmicos de medicina, usou da palavra o acadêmico José Barbosa Lima, que pediu ao Dr. Victor do Amaral todo o seu amparo à Faculdade de Medicina. Respondendo, o Dr. Victor disse que jamais deixaria de pugnar por aquele estabelecimento. Referiu-se ao seu quadro de professores que está incompleto devido à morte de alguns lentes e à mudança de outros para outros Estados, motivo pelo qual a Faculdade de Medicina se acha com falta de lentes.

Não obstante, está trabalhando para melhorar a situação financeira daquele estabelecimento, a fim de contratar professores fora do Estado.

Uma vez feito isso, estando a Faculdade com o seu quadro de lentes completo e com magníficos laboratórios, museus e gabinetes que já possui, obterá os louros da vitória. Dali, sendo dissolvida a passeata, os acadêmicos se dirigiram ao Teatro Guaíra, onde assistiram à

representação da opereta 'Cenas da Roça', pela Companhia Arruda, que lhes dedicou o espetáculo.

Aos acadêmicos, o Sr. diretor da Cervejaria Brasileira, ofereceu grande quantidade de cerveja de sua fábrica, em regozijo pelo auspicioso acontecimento<sup>29</sup>.

Enquanto em Curitiba e nos meios acadêmicos tudo era festa e regozijo, Victor Ferreira do Amaral não esquecia do seu amigo Nilo Cairo. Enviou-lhe o seguinte telegrama: *Reconhecida Faculdade de Direito, congratulamo-nos mais esforçado fundador. Abraços — Victor, Assis, Aust, Oscar.* A esse telegrama Nilo Cairo respondeu com uma carta que reputamos ser um dos documentos mais emotivos, nostálgicos e sentimentais dos primórdios da fundação da instituição. Ei-la na íntegra:

Meu caro Victor.

Muito comovido, acabo de receber teu telegrama, em que tu, o nosso excelente Assis, o nosso incomparável Aust (o melhor alemão, de que se pode honrar a velha Germânia) e aquele azougue que é o Oscar, congratulam-se comigo pelo reconhecimento oficial da Faculdade de Direito do Paraná, que doravante será certamente um dos melhores ornamentos da tua terra. Não fosse a deformidade que daí me poderia resultar, e eu desejaria ter os braços de alguns metros de comprimento para estreitar ao peito, neste momento, num único amplexo, não só vocês, mas ainda todos aqueles (e como são numerosos!) que concorreram com uma parcela de coragem para o surto dessas paredes da Praça Santos Andrade, de que tenho tantas saudades. E primeiro, tu. Para que enfeitar-me com penas alheias?

Dizem-me que fui o mais esforçado fundador da querida Universidade. Mas quem não se esforçou igualmente, não se apostou mesmo de se esforçar pela fundação? De que pequenas e iguais parcelas de amor, de dedicação e de coragem não foram argamassados aqueles muros? Como distinguir agora qual o que mais se esforçou na sua ingente construção? Ah! não me vistas com penas alheias! Não tivesse tido essa Universidade do Paraná o diretor que tem tido, pachorrento, tenaz, possuidor do mais admirável sangue de barata que conheço, corajoso como um herói, que sustentou com uma galhardia épica as últimas lutas, as mais terríveis, as mais perigosas, essas perante o severo Conselho Superior do Ensino da República, e a nossa odisséia

29 *Ibid.*, 1 ago. 1920.

não teria vingado. Que digo? Lembras-te do dia em que assinastes com esse herói do Bortolo Bergonse o contrato de 350 contos para a edificação da Universidade? Não tínhamos um vintém na algibeira. Minto. Creio que eu tinha um tostão e tu te queixavas (sempre foste chorão) de que os inquilinos ainda te não haviam pago os aluguéis de casa e, nesse dia, só tinhas recebido um 'osso' no consultório. E me dizias aterrado:

— Mas, seu Nilo, como é que havemos de assinar este contrato de 350 contos, quando não temos nem um 'x' na caixa?

— *Então, não sei se te recordas. Foi ali, na Praça Tiradentes, no meu consultório, tu, pálido, suando, sentado à minha mesa, eu de pé a teu lado com o ar profético de um novo Cristo.*

Estendi-te o braço em um gesto trágico e disse-te com a frieza cortante da lâmina de uma espada:

— Assina, Victor!

— Mas, olha...

— Assina! Que importa que não tenhamos um vintém? Depois do tijolo estar na parede, quero ver como o Bortolo o há de tirar de lá...

— Vê bem...

— Assina!

Então tu te iluminaste da coragem com que se descobrem os mundos e assinastes...

Que teríamos, pois, nós feito, se essa tua mão heróica não tivesse traçado nesse momento o teu nome? Qual de nós ambos fez aí o maior esforço? Eu quando estendi o dedo profético ou tu quando rabiscaste aquele teu V de pontas torcidas? E talvez mais do que tu e eu, esse Bortolo audacioso, digno de uma estátua, que, sabendo-nos sem dinheiro, ousou, não obstante, meter mãos à obra nesses muros, que são também uma das glórias suas...

Dá-lhe, pois, um abraço, por mim, quando o encontrares, que ele também terá parte nessa filha que nos enche de orgulho e de vaidade. Mas, quantos outros têm direito ao mesmo quinhão de glória?

Um dia, debes te lembrar, naquele casarão da rua Comendador Araújo, só havia então duas mesas entre as paredes nuas, tu sentado à tua, eu sentado à minha, esperávamos com o coração aos pulos, que aparecesse o primeiro aluno.

O Cordeiro, que então acumulava todos os cargos da administração interna (era contínuo, bedel, porteiro, e não sei que mais) anunciou-nos que um sujeito nos desejava falar.

Eu empalideci. Tu te tornaste cor de cera (tu nunca foste muito corado e sempre me pareceste um eterno canceroso).

Entrou então um sujeitinho, baixote, moreno, com cara de japonês. Era o primeiro aluno! Vinha matricular-se no curso de Direito e exibia atestados do Liceu Alagoano.

— Como se chama? perguntei-lhe.

Ele respondeu:

— Oscar Joseph de Plácido e Silva...

Era o primeiro herói! O primeiro ousado!

Então eu te disse:

— Oh! Victor! Estamos bem precisando de ura amanuense para a secretaria...

O Oscar atalhou logo:

— Se quiser eu posso servir... se for só à noite...

— Quanto quer por esse trabalho?

E ele respondeu:— Sessenta mil réis...

E teve aí origem o Oscar, o nosso Condestável, o nosso braço de ferro, que eu depois vi com tanta dor afastar-se por completo de uma obra que também era glória sua...

E o Aust? Esse êmulo de Tesoureiro, que passava a vida a nos cavar dinheiro, e em cujo riso inalterável de fé eu tanta confiança tinha?

E o Daltro, que nos sustinha nos momentos de desfalecimento com aquela firmeza militar que nos dava tanta coragem?

E o Flávio? Em cujo cérebro se aninhava a primeira bactéria que devia ser a origem dessa grande colônia que agora é a Universidade?

E então? Até o Benjamin Lins nos alentava com a sua ironia, quando, após uma longa licença, subia estupefato as escadarias do novo edifício e, a olhar para os lados, me perguntava:

— Oh! Nilo! Mas onde foram vocês roubar o dinheiro para fazer isto?

Lembro-me bem que lhe respondi:

— Sei lá!...

E o Barcelos? E o Baeta? E o Petit? E o Carlos Cavalcanti? E o Luiz Bartholomeu?... Mas, para que citar nomes? Todos nós nos devemos abraçar, jubilosos da vitória alcançada e pronunciadora de novos triunfos, num único e apertado amplexo, que nos triture a todos os ossos em holocausto à nossa querida filha...

Não houve, pois, nem menos nem mais esforçados fundadores; todos concorreram igualmente para a obra imorredoura, e, nessa plêiade de guerreiros audazes, eu não desejo senão o lugar mais humilde e obscuro deste canto ignorado da Serra do Itapety, onde sepultei as

minhas ilusões perdidas e os meus sonhos desfeitos.. Adeus, pois. Nilo Cairo<sup>30</sup>.

Uma semana mais tarde, outra alvissareira notícia. Havia sido equiparada a Faculdade de Engenharia. Novamente o mundo estudantil e docente explodiu em alegria.

Em regozijo ao reconhecimento da Faculdade de Direito pelo Conselho Superior do Ensino, nesta capital, se realizou ontem uma grandiosa passeata, promovida pelo corpo docente da Universidade do Paraná.

O ponto de partida foi da Universidade onde se formou o grandioso préstito. Os alunos das três Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, conjuntamente com os alunos da Escola Agrônômica, Ginásio Paranaense e Escola Normal empunhavam lanternas, formando uma 'marche aux flambeaux'. À frente do majestoso comício ia o corpo docente daquele estabelecimento e três conjuntos musicais.

O préstito se dirigiu primeiramente à residência do Sr. presidente do Estado, onde falou o Dr. Ademaro Munhoz.

Ao passar pela rua Dr. Muricy o préstito estacionou em frente à residência do Dr. Munhoz da Rocha, presidente do Estado, onde se fez ouvir o ilustrado jovem Dr. Ademaro Munhoz que, em eloqüente discurso, saudou em nome do corpo docente das Faculdades Superiores e no da mocidade estudiosa da Universidade do Paraná, o Sr. Presidente do Estado, pelo ato de inteira justiça do Conselho Superior do Ensino, reconhecendo as Faculdades de Direito e Engenharia, e congratulando-se com Sua Excia. pelo auspicioso fato. [...]

O orador continuou por mais algum tempo a falar sobre o palpitante acontecimento, terminando por erguer vivas à S. Excia. e ao Estado do Paraná, no que foi acompanhado por todos os presentes.

O Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha que se achava em um dos balcões do seu palacete usou então da palavra.

[...] disse que a nova fase que se abre às faculdades instituídas asseguram agora os maiores triunfos à existência acadêmica. [...]

Em seguida percorreu o préstito as ruas Cruz Machado, Praça Tiradentes e Municipal.

Na sacada da prefeitura se achava o ilustre Dr. João Moreira Garcez, governador da cidade, ali estacionando o préstito.

Em nome do corpo docente da Universidade falou o Dr. João Ribeiro de Macedo Filho, lente da Faculdade de Direito, que se congratulou com o Dr. Garcez pelo grandioso acontecimento.

Referiu-se em sua brilhante alocução aos fundadores daquele estabelecimento salientando as figuras de Nilo Cairo, Victor do Amaral, Flávio Luz e Daltro Filho, que muito trabalharam pela Universidade.

Teceu os maiores encômios ao Dr. Garcez que muito se esforçou junto ao Conselho Superior do Ensino para que as nossas faculdades fossem reconhecidas. Ao terminar o seu brilhante discurso, foi alvo de uma prolongada salva de palmas.

Usou da palavra o Dr. Garcez que se congratulou em nome do município ao reconhecimento das nossas duas faculdades, e em palavras inflamadas de entusiasmo pronunciou lindo discurso.

O Dr. Garcez terminou vivendo o Estado do Paraná.

Rumou o préstito à rua XV, parando em frente a esta redação onde, em nome dos acadêmicos falou o Sr. Júlio Eleutério da Luz. Em nome desta folha agradeceu o nosso prezado diretor Sr. Domingos Duarte Veloso. Após, dirigiram-se os estudantes ao Palácio Teatro, onde assistiram a uma sessão cinematográfica<sup>31</sup>.

Com a Faculdade de Medicina, o problema da equiparação apresentou-se mais complicado e difícil. Foi mais crítico. O Conselho Superior de Ensino apresentou maiores exigências para reconhecer esta última vergontéia em que foi triturada a universidade. O próprio Victor Ferreira do Amaral, em 1929, reconhecia que na universidade e especialmente nessa faculdade houve um rasgo inaudito de audácia para sua concretização, *sob um ambiente ainda pouco propício a tão elevados feitos de um dia para outro*<sup>32</sup>.

Em 1916, Victor Ferreira do Amaral adotou a política de convidar autoridades ligadas ao ensino para virem visitar a Universidade do Paraná. Desejava demonstrar às mesmas e fornecer oportunidades para que *de visu* verificassem a seriedade do ensino. Para tanto, foram convidados o Dr. Carlos Maximiliano, Ministro do Interior; o Barão Brasília Machado, presidente do Conselho Superior do Ensino; o Dr. Aloysio de Castro, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o deputado Augusto de Freitas, presidente da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados. Mesmo

<sup>31</sup> *Ibid.*, 1 ago. 1920.

<sup>32</sup> SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório da Faculdade de Medicina de 1929. In: LIMA, Eduardo Corrêa..., p. 385.

com as passagens e estadia pagas, nenhuma dessas autoridades veio a Curitiba. Victor Ferreira do Amaral conclui que nenhum deles veio, *devido provavelmente à escassez de tempo e à distância que nos separa*<sup>33</sup>.

Mas, as autoridades e pessoas de saber notório que por aí passavam foram convidadas a visitar a universidade. Para que pudessem deixar suas opiniões sobre a instituição, foi aberto um livro de pareceres das visitas. Procurava-se com isso divulgar e criar o conceito do estabelecimento.

Prensado pela Lei Maximiliano, socorre-se Victor Ferreira do Amaral de seu relacionamento em Buenos Aires. Apesar da péssima situação financeira da universidade, enviou esta um representante docente para o *Congresso de Bibliografía e História* realizado em Buenos Aires em agosto de 1916. O enviado foi o Dr. Edmundo Gutierrez, que fez aprovar em plenário a seguinte resolução:

*1 — considerar de utilidad continental a la Universidad do Paraná por sus nobles y grandes esfuerzos en las lides de la inteligéncia, al preparar en ideales de confraternidad americana a su benemérita juventud y;*

*2 — concederle por tales motivos Medalla de Oro y Diploma de Honor de 1.ª classe que se lo remitirán posteriormente*<sup>34</sup>.

Mas, enquanto os fundadores da Universidade do Paraná, sem mais recursos outros, procuravam esse tipo de expediente, para em última análise sensibilizar o governo federal:

nesta nação dos tingüis, o tacape da inveja, do despeito, da desmoralização alheia, do contra e do afastamento dos que se levantavam acima da planície nivelada da mocidade, funcionava, como hoje, a torto e a direito, procurando derrubar os que incorriam no crime de serem superiores à generalidade caiçara<sup>35</sup>.

Pelo jornal carioca Correio da Manhã saíam denúncias e críticas contra a Faculdade de Medicina:

<sup>33</sup> SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório Geral da Universidade do Paraná, apresentado à Assembléia Geral em 1916. In: LIMA, Eduardo Corrêa..., p. 224.

<sup>34</sup> *Commercio do Paraná*. 30 ago. 1916.

<sup>35</sup> MUNHOZ..., p. 460.

a — doutores sem títulos dispõem da saúde e da vida da população;

b — inépcia tem permitido a multiplicação de faculdades de Medicina;

c — doutores estrangeiros têm títulos revalidados na Faculdade de Medicina do Paraná;

d — Presidente Munhoz da Rocha proíbe farmácias de aviar receitas de médicos que não sejam formados pela Universidade do Paraná.

A universidade desmente as afirmações. Esclarece que se trata de um atentado a supremos interesses de ordem pública, que procuram turvar a solidariedade política do governo paranaense com o da república<sup>36</sup>.

Um dos mais graves problemas enfrentados pela Faculdade de Medicina era a falta de cadáveres para o estudo de anatomia. Esse não era um problema enfrentado pelas faculdades congêneres do Rio e São Paulo. A população indigente dessas capitais supria a demanda de cadáveres. Em Curitiba, com 66.000 habitantes segundo Nilo Cairo, a situação era inversa. Em 1913, a universidade iniciou a montagem de um gabinete de anatomia. Comprou tudo que encontrou de artificial neste campo, tanto para as aulas de Odontologia como para as de medicina.

Modelos de todo o corpo humano, em papelão comprimido e em cera, foram adquiridos. Modelos semelhantes para o estudo de osteologia, instrumental para autópsias e dissecação, um estereoscópio (*sic*) com preparações fotográficas, um manequim desmontável dos mais aperfeiçoados, tamanho natural. Alguns desses manequins e peças foram adquiridos da casa Moreno Berlido & Co., da praça do Rio de Janeiro. Nas casas Auzoux, Deyrolle e Tramone, todas de Paris, foram encomendados 113 modelos. Consideravam os dirigentes que, com esse material, ficaria a Universidade do Paraná suficientemente provida para o ensino de anatomia descritiva<sup>37</sup>.

Apesar desses excelentes modelos de cera ou de papelão comprimido, a falta de cadáveres cada vez mais se fazia sentir. Houve então uma feliz combinação dos homens públicos: prefeito, chefe de polícia e os diretores da Santa Casa de Misericórdia, do Hospício Nossa Sra. da Luz e da Faculdade de Medicina. A universidade poderia utilizar-se dos cadáveres dos indigentes ali falecidos desde que seus corpos não fossem reclamados pelas famílias ou amigos.

36 *Commercio do Paraná*. 12 e 13 mar. 1921.

37 *Ibid.*, 7 mai. 1914.

Este acerto não poderia ser divulgado, face aos preconceitos e, principalmente, pelos escrúpulos manifestados pelas irmãs de caridade, a que estavam confiadas as duas instituições hospitalares.

Aplicou-se então um ardil. Toda vez que falecia um indigente não reclamado, procedia-se normalmente, como se o seu destino fosse o cemitério. Devidamente colocado num caixão, a empresa funerária ficava encarregada de levá-lo ao cemitério. Só que, antes dessa etapa, o cadáver passava pela universidade. Era levado ao laboratório de anatomia, no porão do edifício da praça Santos Andrade. Ali então, o defunto era preparado<sup>38</sup>. Relata Plácido e Silva:

Muitas e muitas vezes assisti à cena. Em todas as vezes que isso acontecia, verificava o carinho com que as Irmãs de caridade haviam arrumado o falecido para sua última viagem, ignorando por certo o destino que iria ter. Em regra, nas mãos cruzadas sobre o peito, via-se um rosário ou um terço, com a medalha pendente. Estes, com as roupas retiradas do cadáver, eram guardados para que, depois, se juntassem ao que dele sobrava, quando cumprida a missão, a fim de ser novamente levado ao cemitério, para ter por fim o eterno descanso. Hoje, acontecimento corriqueiro, não é resguardado de semelhantes cautelas<sup>39</sup>.

Nos primeiros anos da existência da Faculdade de Medicina, as aulas práticas e as técnicas visuais atingiam grande importância. Um acontecimento ocorrido em 1914 e narrado por Plácido e Silva evidencia o afirmado. Um dia, Plínio Tourinho, professor de engenharia, mandou chamar o amanuense. Plínio estava dando aula de Geometria:

— Ora Plácido [...] vê se consegue outro quadro-negro. Não é possível utilizar-me do que aí se encontra. Será um crime apagar-se o que ali se contém [...]<sup>40</sup>

No referido quadro-negro estavam desenhadas caprichosamente, a giz de cores, todas as características das artérias do coração humano. Era consequência da aula de Miguel Santiago. *Esse trabalho, repetia Plínio Tourinho, necessita ser conservado*<sup>41</sup>.

38 *Gazeta do Povo*. 27 mai. 1962.

39 *Id.*

40 *Id.*

41 *Id.*

O quadro-negro foi retirado da sala, mas dias depois foi apagado pelo próprio autor do desenho.

A luta pela equiparação da Faculdade de Medicina continuava. Em 20 de abril de 1920, o ministro do Interior concedeu a *fiscalização prévia* solicitada pela faculdade. A 11 de maio, o Dr. Henrique Araújo começou os trabalhos de fiscalização. Foi feita sindicância no arquivo, gabinetes, laboratórios, museus, assistência às aulas e exames. Foi apresentado relatório circunstanciado ao Conselho Superior de Ensino, concluindo ser favorável pela equiparação da Faculdade de Medicina. Em seguida, a comissão nomeada para estudar o assunto emitiu o Parecer n.º 8.

À Comissão foi presente o relatório da inspeção preliminar da Faculdade de Medicina do Paraná, apresentado pelo respectivo inspetor, Dr. Henrique de Araújo. Por ele se verifica que a referida Faculdade desligou-se do Instituto denominado Universidade do Paraná, em 25 de maio de 1918, passando a ter vida pública em maio de 1920. Tendo sido concedida pelo Conselho, em fevereiro de 1921, a inspeção da Faculdade, esteve este Instituto sob o exame do Inspetor, no ano passado e durante o mês de janeiro último. A Faculdade teve no ano passado 114 alunos legalmente matriculados, tendo seu Corpo Docente convenientemente constituído. No que diz respeito a laboratórios, gabinetes e museus, informa o inspetor que a Faculdade se acha em condições de preencher a parte prática do ensino. O ensino de Clínica é professado na Santa Casa de Misericórdia, no Hospital de Alienados e na Maternidade própria da Faculdade.

Pelo balanço fechado em 30 de abril de 1920, verifica-se que o Patrimônio da Faculdade importava em 350:766\$565rs. O valor do patrimônio tem crescido desta data para cá, com aquisições de material. No que diz respeito à situação financeira, verifica-se que a receita em 1921 ascendeu a 320:084\$574rs., incluídas as subvenções federal e estadual, estando a Faculdade sem compromissos financeiros. De tudo se conclui que a Faculdade de Medicina do Paraná satisfaz as exigências da lei para os efeitos da equiparação às suas congêneres oficiais. O relator deste parecer se felicita pela oportunidade que se lhe oferece de salientar perante o Conselho a grande idoneidade científica e moral do Diretor e Professores daquele estabelecimento, que com esta garantia está destinado a prestar grandes serviços à instrução médica em nosso país. É de justiça consignar a maneira brilhante

por que se desempenhou de sua missão o digno Inspetor do Ensino Superior, apresentando um relatório minucioso e sincero.

A Comissão conclui que a Faculdade de Medicina do Paraná está em condições de obter a equiparação que requereu.

(aa) Aloysio de Castro, Paulo de Frontin, Affonso Celso<sup>42</sup>.

O relacionamento entre a Universidade do Paraná e o governo do estado foi, desde o início, muito íntimo. Antes mesmo de sua fundação, o governo já intervinha. Quando a comissão organizadora foi procurar o presidente do estado, para colocá-lo a par dos trabalhos preparativos, este praticamente exigiu que a instalação da instituição não fosse em primeiro de janeiro de 1913, e sim no dia 19 de dezembro de 1912.

As elites políticas do Paraná compreenderam o valor e o alcance da iniciativa para a formação da intelectualidade local. Nesse sentido, os presidentes, deputados, senadores e prefeitos de Curitiba empenharam-se para a concretização da iniciativa. A universidade não recebeu do governo apenas dotações orçamentárias, ou o seu reconhecimento inicial.

Nos momentos de maior crise vividos, que foram aqueles que se seguiram à Lei Maximiliano, Victor Ferreira do Amaral, referindo-se à ação dos poderes públicos, expressa-se:

Há momentos na vida do homem, em que qualquer que seja a posição do corpo, a alma parece estar sempre de joelhos [...]. Ao presidente Carlos Cavalcanti deve ela, em seu início, enorme prestígio moral e as bases de seu patrimônio. Quanto ao presidente Afonso Camargo, nunca poderei esquecer as vezes que ele, atendendo ao meu apelo, estendia a mão dadivosa do governo estadual, quando o fundamento do grande edifício universitário ameaçava de derruir pelo martelo de credores imperiosos.

No Sr. presidente Munhoz da Rocha, detentor atual do Poder Estadual, que continua a prestigiar as Faculdades Paranaenses, elas ainda confiam até a sua consolidação econômica<sup>43</sup>.

42 SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório da Faculdade de Medicina em 1922. In: LIMA, Eduardo Corrêa..., p. 256 e 257.

43 *Commercio do Paraná*. 29 set. 1920.

Dirceu Lacerda também afirma que os governadores do estado não se limitavam a dispensar apenas amparo econômico à instituição. Prestigiavam infalivelmente as cerimônias e suas festas.

A cidade assistiu diversas vezes ao presidente Carlos Cavalcanti no LANDAU oficial, escoltado por piquete, tomar o rumo da Universidade. Alguma festa oficial? Nada disso.

O Presidente Carlos Cavalcanti ia à Universidade assistir aos exames finais de dezembro.

Assumia a presidência das bancas examinadoras e deixava os estudantes numa situação difícil, embaraçosa, incômoda [...].

Muito estudante, distraído, estudava de medo do presidente do Estado. Afonso Camargo comparecia até aos campos de futebol, desde que o jogo fosse em benefício da Universidade. E comparecia com toda a sua exma. família. Aquilo era para o povo ver que a Universidade não era pouca coisa [...].

Podemos contar pela casa das dezenas o número de vezes que o presidente Munhoz da Rocha galgou as escadarias da Universidade. Carlos Cavalcanti, Afonso Camargo e Munhoz da Rocha faziam parte integrante de todas as festas e refeições de grau.

Compareciam de casaca e cartola, enquanto a banda de música tocava no saguão.

A Universidade avançava, apesar das dificuldades financeiras. E a sua direção evitava, quanto possível, recorrer à generosidade dos governos<sup>44</sup>.

Quando, em 1918, veio a notícia do indeferimento por parte do Conselho Superior de Ensino, sobre o reconhecimento da Faculdade de Direito, o governador do estado estimulava para que a luta prosseguisse. Afirmava que não se podia esmorecer pois a universidade era o *nosso maior padrão de glória*<sup>45</sup>.

Mas a participação do estado não ficou somente nesse nível. Em 1914, quando da aprovação da lei n.º 1.367 de 6 de março, que concedia crédito anual de 36:000\$000rs às três faculdades, exigia dez matrículas gratuitas para estudantes pobres ou de reconhecida vocação para os estudos. E mais, o estado aprovou o seu direito de fiscalizar a universidade quanto ao regular funcionamento dos seus diferentes cursos. Agia, sem dúvida, o estado tutorial. Intervinha numa instituição civil onde, apesar da libérrima Lei Rivadávia, a

44 *Gazeta do Povo*. 19 mar. 1946.

45 *Commercio do Paraná*. 31 jun. 1918.

tradição no país era de que a fiscalização seria exercida pelo governo Federal, em se tratando de ensino superior.

Apesar do apoio recebido do governo, a universidade sobreviveu oficialmente até 25 de maio de 1918, quando foi dissolvida, apesar de continuar ligada por uma administração geral. Mas, do fronton do *Palácio da Luz*, nunca foi apagado o nome: Universidade do Paraná.

Blank Page

# RESTAURAÇÃO DA UNIVERSIDADE



 ão resta mais dúvida que um dos objetivos da Lei Maximiliano foi extinguir as três universidades livres que surgiram face às facilidades proporcionadas pela Lei Rivadávia. As autoridades educacionais federais não viam com simpatias que pequenas capitais como Curitiba e Manaus, através da iniciativa privada, se antecipassem aos próprios centros brasileiros como Rio de Janeiro, por exemplo. Por isso, a Lei Maximiliano, ao mesmo tempo em que forçava a extinção dessas três universidades, já colocava no art. 6.º a determinação legal de que o governo federal fundasse no Rio de Janeiro, quando achasse oportuno, uma universidade. Esta foi instituída somente em 1920, cinco anos após a promulgação da lei. A Universidade do Rio de Janeiro recebeu todo o beneplácito do governo federal.

A criação dessa primeira universidade federal foi um acontecimento artificial, realizado de cima para baixo, sem nenhuma participação espontânea da comunidade docente ou discente.

O primeiro relatório do reitor Benjamin Franklin Ramiz Galvão confirma o exposto:

Não errarei afirmando, pois que, a Universidade do Rio de Janeiro está apenas criada 'in nomine', e, por esta circunstância, se acha, ainda, longe de satisfazer o desideratum do seu regimento: estimular a cultura das ciências; estreitar, entre os professores, os laços de solidariedade intelectual e moral, e aperfeiçoar os métodos de ensino. Constituída pela agregação das três Faculdades pré-existentes, de Engenharia, de Medicina e de Direito, do Rio de Janeiro, nem ao menos têm elas a sua localização comum ou próxima; vivem apartados e como alheios uns dos outros os três institutos que a compõem, sem laços de ligação além do Conselho Universitário, cujos membros procedem das três Faculdades<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> FAVARO, Maria de Lourdes de A. *A Universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis, Ed. Vozes Ltda., 1977, p. 29.

Sobre a Universidade do Rio de Janeiro, comenta Fernando de Azevedo:

A verdade porém, é que, sob a denominação de Universidade não se lançaram as bases de uma instituição orgânica e viva, de espírito universitário moderno, mas agruparam apenas, por justaposição, as escolas superiores profissionais já existentes. Problema de tamanha importância e complexidade reduziu-se por esta forma, com maior naturalidade a uma questão de rótulo<sup>2</sup>.

Mas essa artificialidade é mais evidenciada ainda quando se constata que a Universidade do Rio de Janeiro foi antecipada pelo presidente Epitácio Pessoa, a fim de propiciar o recebimento da visita do rei dos belgas, Alberto I, por ocasião das festividades do centenário da Independência do Brasil. Entre as homenagens que lhe seriam atribuídas, constava a outorga do título de *Doutor honoris causa*. Como este título só pode ser outorgado por uma universidade, foi resolvido o problema: criar-se-ia a mesma.

Entretanto, tal fato em nada modificou as escolas superiores existentes, e a Universidade recém-criada passou a ter existência apenas nominal. Sua criação processou-se sem debates e discussões, tendo sido recebida sem nenhum interesse e entusiasmo<sup>3</sup>.

Bem diferente foi o ambiente que cercou a criação e a sustentação da Universidade do Paraná. Professores com tempo quase integral, sacrifícios de carreiras profissionais, vibração intensa do corpo docente e sobretudo do discente, apoio integral do governo do estado e municipalidade e, mais do que tudo, participação efetiva de toda comunidade. Mas a visão estreita de uma centralização administrativa caolha quase pôs tudo a perder, no Paraná. O que ocorreu com a primitiva Universidade do Paraná é um exemplo lapidar de como uma administração central pode esmagar iniciativas de vanguarda, por falta de conhecimento ou mesmo despeito.

Quando em 1922 obtinha-se a equiparação da Faculdade de Medicina, pensava-se que a restauração da universidade seria iminente. Afinal, já havia uma universidade federal com a qual a do Paraná poderia ser equiparada. Parecia que o desmantelamento

2 *Id.*

3 *Ibid.*, p. 28 e 29.

da Universidade do Paraná seria um acontecimento efêmero. Mas, o que os paranaenses não esperavam é que teriam duas décadas de intensas lutas e reivindicações nesse sentido. A má vontade do governo federal para com a Universidade do Paraná haveria de ser um posicionamento contínuo.

Mesmo após a equiparação da Faculdade de Medicina em 1922, esta faculdade continuou sendo a que mais problemas apresentava. A equiparação, ao contrário do que se esperava, trouxe a saída de muitos acadêmicos. Repentinamente, vinte e dois alunos, dos mais diversos anos da faculdade, requereram transferência para o Rio de Janeiro. Não o fizeram antes para não ter que fazer exames de adaptação e comprovação de suficiência, pois a faculdade não era equiparada. Com a equiparação, esse problema desapareceria. *O efeito moral da grande debandada foi maior do que o econômico*<sup>4</sup>.

Afirma o Dr. Dirceu Lacerda que naquele tempo o nome da Faculdade de Medicina que expedia o diploma, e que encabeçava o receituário, era decisivo. Influía até na cura<sup>5</sup>.

Dulcídio T. Lacerda conta uma história significativa de como era importante o nome da faculdade que expedia o diploma:

[...] achava-me na Praça do Patriarca (S. Paulo), em companhia de um amigo [...], num dado momento fui abordado pelo Dr. J. F., diplomado pela nossa Escola de Medicina, turma de 1934 [...].

O importante médico de charuto havanês [...] perfilou-se militarmente e disse ter freqüentado somente até o 2.º ano a nossa escola e que se formara pela Faculdade do Rio de Janeiro.

De momento refleti, mas tinha eu quase a certeza que era formado lá, pois ele não saía do consultório do meu amigo o Dr. Mendes de Araújo, quando estudava lá e onde ia consultar os livros [...].

Bem, volto a Curitiba, recordando do caso indaguei de um ilustre professor da nossa Faculdade e que estava lecionando já há muitos anos, sobre o tal J. F. Como não tinha memória dele, prometeu-me falar à Secretaria da Faculdade [...].

J. F. registrou o diploma de médico em 31 de dezembro de 1934 expedido pela Faculdade de Medicina do Paraná [...].

Interessante, já ouvi dizer que esse não é o primeiro caso aqui em S. Paulo<sup>6</sup>.

4 LACERDA, Dirceu. Coisas pitorescas da Universidade. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 19 mar. 1946.

5 *Id.*

6 *Diário da Tarde*. Curitiba, 27 fev. 1939.

Em 1940, um estudante de medicina da Universidade de São Paulo pagava aproximadamente 200\$000rs por ano, enquanto em Curitiba dispndia essa quantia por mês. O ensino era, pois, absurdamente caro. Mesmo assim, muitos estudantes paulistas vinham estudar em Curitiba. O interventor Ademar de Barros, a fim de favorecer os estudantes paulistas que se encontravam em outros estados, elevou para 200 o número de vagas por ano. Ficou então ameaçada a Faculdade de Medicina do Paraná de ficar sem alunos. Mas o interventor paulista acabou ficando no meio termo. O número de vagas no primeiro ano ficou em 120, e nos anos seguintes em 90<sup>7</sup>.

Ainda em 1922, foi tentada a restauração da Universidade do Paraná. No primeiro congresso de ensino realizado no Rio de Janeiro por ocasião das comemorações do centenário da independência, João Ribeiro de Macedo Filho defendia oralmente projeto que recomendava a criação de universidades nos estados que apresentavam condições de cultura e elementos disponíveis. Apontava como exemplo vivo o Paraná. Nesta oportunidade, em diálogo entre João Ribeiro de Macedo Filho e o ex-presidente do Estado, então deputado federal Afonso Camargo, decidiu-se que este último tentaria via parlamentar reunir em universidade as escolas superiores do Paraná. O projeto recebeu parecer unânime favorável da Comissão de Instrução da Câmara Federal. Mas foi relegado e engavetado.

Na segunda Conferência de Educação, sediada em Curitiba, novamente o professor João Ribeiro de Macedo Filho levantou o problema. Mas, segundo o referido professor, foram estas iniciativas vozes isoladas, platônicas e não tiveram repercussão nem no próprio estado<sup>8</sup>.

Algumas tentativas isoladas em prol da restauração continuavam ocorrendo. Por ocasião do congresso do ensino superior realizado em comemoração do centenário dos cursos jurídicos no Brasil, novamente levantou-se o problema, bem como em 1938, por ocasião da fundação da Faculdade de Filosofia.

O surgimento desta faculdade, autorizada pela legislação federal, teria o papel de aglutinar forças e tornar-se a cúpula da universidade. A faculdade foi fundada, mas a universidade não foi restaurada.

Em 1943, o ministro da educação, Gustavo Capanema, veio até Curitiba conhecer a situação das escolas superiores *in loco*. As três faculdades da *primitiva universidade* reuniram-se e elabo-

7 *Ibid.*, 2, 5 e 16 mar. 1940.

8 *Gazeta do Povo*. Curitiba, 24 out. 1943.

raram um estatuto comum. Havia muito boa vontade por parte das Faculdades de Filosofia e Agronomia. O ministro prometeu, perante todas as congregações reunidas, que a universidade seria restaurada, deixando *lenitivo de grandes esperanças*<sup>9</sup>.

Desta vez, diziam os próceres paranaenses que o Paraná não seria *injustificado*, não seria *esquecido*. O ministro Gustavo Capanema, ao retornar ao Rio de Janeiro, chegou a declarar que a Universidade do Paraná já era magnífica realidade: bastava oficializá-la. Mas, uma vez retornando ao Rio de Janeiro, nada fez.

Como explicar esse comportamento das autoridades do Estado Novo face à realidade educacional paranaense? Por que as elites paranaenses não conseguiram restaurar a universidade? Afinal, era o único caso no Brasil em que as faculdades estavam articuladas e funcionavam debaixo da mesma cúpula! Por que os dirigentes não souberam aproveitar-se dessa circunstância que lhes proporcionava uma vantagem substancial em relação aos outros estados da federação?

As respostas para essas questões devem ser colocadas em dois níveis:

a — ao nível da mentalidade e condicionamento histórico das elites paranaenses;

b — ao nível político ideológico de relacionamento com o Estado Novo.

Já em 1935, um editorial do Diário da Tarde analisava que o culpado pela não restauração da universidade não era o governo federal ou o ministro, mas sim os próprios paranaenses. *Se culpados existem, somos nós, exclusivamente nós, os paranaenses!*<sup>10</sup> Houve tempo mais que suficiente para isso, bem como oportunidades para tal. Entretanto, forças poderosas se articularam nas faculdades e passaram a defender a ideia de que estas deveriam se manter separadas e autônomas, apesar de funcionarem no mesmo prédio e terem uma brilhante tradição comum.

Em 1938, por exemplo, João Ribeiro de Macedo Filho foi voto vencido na congregação da Faculdade de Direito, quando defendia a reunificação da universidade<sup>11</sup>.

Os tempos heróicos de dedicação a uma causa maior, como na época da *primitiva universidade*, haviam passado. As faculdades

9 *Ibid.*, 21 out. 1943.

10 *Diário da Tarde*. Curitiba, 5 set. 1935.

11 *Gazeta do Povo*. Curitiba, 10 out. 1943.

havam entrado na rotina, sedimentando-se. A política de *sacristia* passou a imperar. Na década de 1930, as faculdades perderam o apoio que sempre tinham recebido do governo do estado. A simplicidade do interventor Manoel Ribas via nessas escolas não a matriz formadora de técnicos e profissionais, e sim de funcionários públicos.

Dizem que o interventor é contra a falsa cultura, a simples ‘vernissage’ que se pretende camuflar de cultura. É que suas atitudes, outrora contra certos Institutos, teriam sido motivados pelo fato de observar ele que escolas técnicas havia que, ao invés de formarem os técnicos a que se propunham, davam apenas funcionários públicos<sup>12</sup>.

Manoel Ribas nunca se empenhou para melhorar as dotações orçamentárias federais às faculdades. Não era do seu feitio pedir dinheiro, tanto mais para instituições com as quais não simpatizava. Certa vez declarou:

Muitos, quando querem um copo d’água, pedem as Sete Quedas ou o Amazonas. Eu solicito o mínimo do justo e não posso admitir que o reduzam a frações. Regatear não está no meu feitio. Não nasci com alma de mascate<sup>13</sup>.

Manoel Ribas levava muito a sério esta sua afirmativa. De todos os interventores federais era o que menos freqüentava o Rio de Janeiro e o Palácio do Catete. Mas era andejo por excelência. Gastava um tempo importante de sua administração visitando as obras nos municípios. Queria examinar com os próprios olhos a situação de todas as obras do estado. Graças a essas não é de se admirar que Getúlio Vargas sempre o mantinha no poder. Tornou-se o decano entre os interventores. Não incomodava, não pedia nada, não nasceu com alma de mascate. Era um rude, porém *reto Capitão Mor do século XX*<sup>14</sup>.

Manoel Ribas sempre foi um fiel executor da política de Getúlio Vargas. Quando, nesta época, o Estado Novo criou o Território Federal do Iguazu, amputando o Paraná em cerca de 50.000 km<sup>2</sup>, o interventor nada fez, não protestou, continuou visitando as obras nos municípios.

12 *Diário da Tarde*. Curitiba, 19 jan. 1942.

13 *Ibid.*, 3 set. 1943.

14 *Ibid.*, 18 dez. 1943.

Em 1934, quando a imprensa ainda dispunha de alguma liberdade de expressão, o interventor já era denunciado de *agente do Rio Grande do Sul*<sup>15</sup>. Embora nascido em Ponta Grossa, Manoel Ribas foi trazido para o cargo de interventor diretamente de uma cooperativa existente em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Embora membro da *elite campeira* paranaense, era acusado por alguns de fazer o jogo da política pró-Rio Grande, aplicada por Getúlio Vargas. Era considerado um *ádvēna*, um *judeu errante* que se apossou do poder estadual em nome do Estado Novo. Num discurso pronunciado na Lapa em 1943, defendia-se afirmando: *nunca fui taxado de adventício no Rio Grande*<sup>16</sup>.

Victor Ferreira do Amaral sempre havia sido amigo fiel dos presidentes Carlos Cavalcanti, Afonso Camargo e Caetano Munhoz da Rocha. Ele mesmo foi político na República Velha. Com o advento da revolução de 1930, políticos oposicionistas assumiram o poder. Victor Ferreira do Amaral havia declarado em 1913, quando iniciava a funcionar a Universidade do Paraná, que sua atuação na direção da universidade seria apolítica, afastada das agremiações partidárias<sup>17</sup>.

Quando Getúlio Vargas, procedente do Rio Grande do Sul, chegou a Curitiba em 1930, a Universidade do Paraná, através de suas faculdades, resolveu por unanimidade homenagear Getúlio Vargas. O orador encarregado de recepcionar o líder revolucionário, professor Teixeira de Freitas, a certa altura de seu discurso, pediu desculpas ao homenageado pela ausência de alunos. Quase a totalidade dos mesmos naquela hora, empunhavam armas na mão, no campo de batalha, *fazendo frente denodada e heróica às hostes pretorianas do Catete*<sup>18</sup>.

De fato, a juventude acadêmica e estudantil havia organizado o Batalhão Paraná *Coluna da Morte*, nome este tirado do conhecido tenente João Cabanas que, na revolução de 1924, organizou o Batalhão *Coluna da Morte*. O comandante do batalhão foi o Cap. Higinio de Barros Leme. No dia 5 de outubro havia sido o batalhão enviado para Paranaguá, a fim de tomar a cidade das mãos *dos que ainda se arrogavam o direito de fazer frente à heróica e invencível*

15 *Ibid.*, 27 dez. 1934.

16 *Ibid.*, 1 nov. 1943.

17 SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório da Faculdade de Medicina de 1935, apresentado à Congregação. In: LIMA, Eduardo Corrêa. *Victor Ferreira do Amaral e Silva — o reitor de sempre*. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Imprensa da UFPR. 1982, p. 344.

18 *Diário da Tarde*. Curitiba, 23 out. 1930.

*revolução [...]*<sup>19</sup>. O batalhão Paraná, composto por aproximadamente 600 homens, [...] *os mais talentosos da nossa mocidade estudiosa*,<sup>20</sup> embarcou para Itararé, com a presença do próprio Gen. Plínio Tourinho. Porém, chegando a Ponta Grossa, recebeu ordem no dia seguinte de regressar para Curitiba. É óbvio que o Gen. Tourinho não quis expor a *flor* da mocidade paranaense a uma batalha (Itararé) que a princípio parecia que seria de grandes proporções.

Desta forma, o relacionamento das autoridades acadêmicas paranaenses com as autoridades revolucionárias Victoriosas pareciam normais e estáveis. Acontece porém que no Salão Nobre da universidade estavam colocados os retratos dos ex-presidentes, beneméritos da instituição: Carlos Cavalcanti, Afonso Camargo e Caetano Munhoz da Rocha. Todos eles pertenciam à corrente política deposta pela revolução de 1930. Victor Ferreira do Amaral, em seu relatório de 1936, assim explicou e justificou os acontecimentos:

O retrato de João Pessoa, em momento aliás justificável de delírio revolucionário, fora despoticamente colocado no salão nobre da Universidade, em substituição aos retratos dos beneméritos da instituição que foram arrancados violentamente com completo menosprezo da direção da mesma.

A efígie do grande paraibano aqui estava completamente deslocada, porque a Universidade é um templo de ensino superior, de caráter particular, completamente alheia às injunções políticas. Essa efígie devia ser erigida nos superiores departamentos administrativos e políticos do Estado, com todas as honras devidas a tão nobre personalidade, nunca brutal e desrespeitosamente, como foi feito na Universidade, à revelia de seus Diretores, em março de 1931.

Aguardávamos, com toda a tolerância e resignação, a oportunidade, que era o restabelecimento do regime constitucional, para reparar essa irregularidade, sem desrespeito ao homenageado.

Aguardávamos também o advento das férias, para pôr em prática essa resolução, sem alarde, tendo mesmo eu, com antecedência, consultado particularmente ao Senhor Governador do Estado, que respondeu-me que receberia de bom grado o referido retrato.

Dias depois, aparecia na imprensa a notícia de que os graduandos das três Faculdades, deprimindo até a memória de João Pessoa, iam,

19 *Ibid.*, 24 out. 1930.

20 *Ibid.*, 26 out. 1930.

por meio de uma representação, requerer retirada do seu retrato do salão nobre da Universidade.

Eu, que venero a memória desse prócer político, que havia sido, em começo de 1930, um dos chefes mais eminentes da histórica aliança liberal, apressei-me em rebater esse golpe à sua memória, fazendo prontamente a substituição planejada e levando, em minha limousine, o retrato do grande mártir político ao Palácio do Governo, onde o Senhor Governador o recebeu prazerosamente e o colocou em minha presença, em lugar de honra.

Esse meu gesto não foi inspirado em política partidária, porque a norma consagrada no recinto da Universidade é a abstenção completa da política.

Quanto à minha humilde pessoa, declarei, desde 1913, quando começou a funcionar a Universidade, que a minha política seria a da Universidade, abstando-me completamente de me alistar nas agremiações partidárias. [...]

Assim procedendo, é uma clamorosa injustiça me acusarem, contra a evidência dos fatos, de ter menosprezado a memória de João Pessoa, não receando eu me submeter ao veredictum do tribunal da opinião pública, bem informada a respeito.

Eu agi em nome das três Faculdades, porque depois do desmembramento da primitiva Universidade, no tempo ainda do inolvidável Nilo Cairo, os Diretores da Faculdade de Direito e da Faculdade de Engenharia conferiram à Diretoria da Faculdade de Medicina a incumbência de zelar pela conservação do edifício e manter nele a ordem e disciplina necessárias.

Dada a urgência da retirada do retrato de João Pessoa, acima referida, não tive tempo de consultar aos Diretores das outras Faculdades, convencido também da solidariedade indefectível de todos os Professores. Logo em seguida, o desembargador Vieira Cavalcanti, Diretor da Faculdade de Direito, manifestou com grande entusiasmo a sua cabal aprovação, causando-me surpresa a manifestação posterior do Diretor da Faculdade de Engenharia.

A representação, que acima me referi, dos graduandos de todos os cursos de nossa chamada Universidade, me foi trazida, dias depois, por uma comissão de bacharelados de Direito, acompanhada de um ofício, em que me agradeciam ter eu antecipado a realização dos seus desejos, da retirada do retrato, que julgavam não ter aqui justificação alguma, e ter eu feito voltar aos seus respectivos lugares os retratos dos antigos Presidentes do Estado, General Carlos Cavalcanti, Dr.

Munhoz da Rocha e Dr. Afonso Camargo. Essa representação estava assinada por algumas dezenas de acadêmicos que terminaram seus cursos no fim do ano<sup>21</sup>.

Com essa atitude firme, Victor Ferreira do Amaral, em apoio aos homens que haviam amparado a universidade nos seus períodos mais críticos, colocava-se irremediavelmente na oposição ao novo regime implantado no país. Não suspeitava Victor Ferreira do Amaral que esse grupo iria governar a República por quinze longos anos.

À proporção que os anos iam passando, Victor Ferreira do Amaral aproximava-se politicamente dos grupos que formavam oposição ao regime. Suas simpatias recaíam para com os integralistas.

Em 1935, antes portanto da implantação do regime ditatorial do Estado Novo, como diretor da Faculdade de Medicina, deu apoio à Ação Integralista Brasileira. No dia 7 de setembro de 1935, os integralistas resolveram entregar para a Faculdade de Medicina uma bandeira nacional, com todo o ritual exigido pelos adeptos do sigma. Assim foi descrita a cerimônia:

No dia sete, à hora marcada, para lá se dirigiram numerosos partidários do sigma.

A entrega foi feita no salão nobre, estando presentes alguns professores, entre eles o Dr. Victor Ferreira do Amaral e o Dr. Vieira de Alencar, chefe provincial integralista. Um moço fez um discurso oferecendo o pavilhão nacional e concluiu seu discurso pedindo vênias para executar o cerimonial do rito verde. Fizeram-se os gestos e proferiram-se os 'anauês' sacramentais<sup>22</sup>.

Um grupo numeroso de professores, das três faculdades, insurgiram-se contra a cerimônia. Os regimentos das faculdades proibiam manifestações de cunho religioso e/ou político.

Essa norma vem sendo severamente respeitada, tanto assim que a Universidade passou sempre indeme das agitações de lutas em nosso ambiente. Entendem os professores que não concordam com a solenidade do dia sete, que o integralismo deseja subverter a atual ordem de coisas, e portanto a Universidade não pode, sem quebrar sua velha tradição, aceitá-lo em seu recinto. E nesse sentido, como dissemos, vai ser, ao

21 SILVA, Victor Ferreira do Amaral e..., p. 343 e ss.

22 *Diário da Tarde*. Curitiba, 9 set. 1935.

que nos informam, lançado um protesto enérgico da parte de lentes dos três institutos de ensino superior<sup>23</sup>.

Talvez aliado aos integralistas, Victor Ferreira do Amaral fez realizar, alguns dias após, um desfile em Curitiba, Pró-Universidade. Teriam desfilado à noite dois mil moços, seguidos de oito mil pessoas, reivindicando a criação da universidade. *Ideada, construída e mantida pelo povo, este quer que ela volte ao que foi nos primeiros dias: Universidade*<sup>24</sup>.

Em 1937, Getúlio Vargas instituía no país o regime do Estado Novo, uma tal de *democracia autoritária*. Entre outros grupos, os integralistas, inimigos políticos de Vargas, foram banidos do país.

Em 1945, o professor Erasto Gaertner constatava a péssima situação das nossas faculdades. As Faculdades de Medicina de Curitiba e Porto Alegre tinham ambas, em 1921, cem mil cruzeiros de subvenção anual. Hoje (1945), a de Curitiba recebe 60 mil cruzeiros, ao passo que a congênera gaúcha é aquinhoada pelo governo federal em 3 milhões de cruzeiros, além do custeio de um majestoso Hospital de Clínicas. A politécnica da Bahia e a Engenharia do Paraná recebiam idêntica subvenção. Em 1945, a primeira estava federalizada, com todas suas despesas custeadas pela união.

A Faculdade de Direito do Ceará sofreu sugestão do inspetor federal para ser desequiparada, face ao nível dos seus estudos. Foi federalizada. A do Paraná continua recebendo 60 mil anuais. Pergunta Erasto Gaertner: *O que teria acontecido, capaz de justificar essa orientação de tamanha preterição às nossas escolas superiores, que ainda hoje abrigam centenas de alunos de outros Estados?*<sup>25</sup>

O próprio Victor Ferreira do Amaral, embora indiretamente, esclarece o resultado dessas suas investidas no campo ideológico e político:

A visita do Sr. Ministro da Educação, Dr. Gustavo Capanema, aos estabelecimentos de ensino superior do Paraná foi por nós motivo de grande júbilo porque veio quebrar um hiato existente entre o governo e as mesmas instituições cujas relações, a despeito de nossos esforços, eram meramente protocolares [...]<sup>26</sup>.

23 *Id.*

24 *Ibid.*, 13 set. 1935.

25 *Gazeta do Povo*. Curitiba, 1 set. 1945.

26 *Ibid.*, 21 out. 1943.

Não foi só no Paraná que se sentiram os efeitos diretos da orientação imprimida pelos homens que concentraram o poder em suas mãos após a revolução de 1930.

A supremacia de São Paulo, no cenário político-econômico da República Velha, era incontestável. Com o dinheiro oriundo do café e com a aceleração de sua industrialização, São Paulo se impôs como Estado líder da federação. Tal fato não era visto com *bons olhos* pelos políticos gaúchos. O Rio Grande do Sul não queria aceitar um lugar secundário.

Com a subida de Getúlio Vargas à chefia do governo federal em 1930, os gaúchos divisaram a oportunidade, através da criação de dois territórios federais: Iguazu e Ponta Porã, de abrir espaço para o surgimento de duas novas unidades políticas que inevitavelmente, cairiam sob influência política e quiçá econômica dos interesses do Rio Grande do Sul. Desta forma, poderiam os gaúchos contrabalançar a influência econômica e política de São Paulo, se não a nível nacional, pelo menos a nível de cone sul brasileiro<sup>27</sup>.

Um dos objetivos do grupo liderado por Getúlio Vargas era, pois, diminuir a influência de São Paulo no país.

Antônio Pereira Lima, político paulista da época, afirma que Getúlio Vargas queria quebrar São Paulo, que o caudilho fazia de tudo para o poder cair em suas mãos<sup>28</sup>. *São Paulo foi o Estado mais maltratado por ele, pois por sua população e condições específicas, era o único que poderia fazer sombra ao seu próprio Estado (Rio Grande do Sul)*<sup>29</sup>. A humilhação de São Paulo, a supressão de sua autonomia e o desrespeito à sua população deram origem à Revolução Constitucionalista de 1932.

Após 1930, sofria São Paulo um sério repto à sua hegemonia no cenário nacional. Os paulistas levantaram-se em armas inclusive, para não perderem sua autonomia relativa regional. Foram esmagados pelas tropas leais ao caudilho.

Interessante é observar como as elites de São Paulo reagiram ao repto gaúcho. Perderam a hegemonia política, mas não perderiam a cultural e científica. Júlio de Mesquita Filho, um dos

<sup>27</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageiros, mensus e colonos — história do oeste paranaense*. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1982. p. 146.

<sup>28</sup> MOTA, Lourenço Dantas, coordenador. *A História vivida II — documentos abertos*. S. Paulo: O Est. de S. Paulo, 1981. p. 171.

<sup>29</sup> *Id.*

membros de sua intelectualidade, assim se expressa: *São Paulo, que perdera a Revolução de 1932 no campo militar, ia ganhá-la no campo cultural*<sup>30</sup>.

A reação foi semelhante à do Paraná, quando perdeu o Contestado para Santa Catarina. O Paraná fundou a Universidade do Paraná, São Paulo a Universidade de São Paulo.

Em 1938, por ocasião da fundação da Faculdade de Filosofia, foram feitos também novos planos para restaurar a Universidade. A nova faculdade deveria constituir o núcleo central. Portadora que era de estudos de áreas dos mais diversos ramos do conhecimento humano, quer técnico ou humanístico, deveria transformar-se no centro de irradiação de cultura mais generalizada. As demais faculdades gravitariam em torno dela, desenvolvendo cada uma sua ciência especializada<sup>31</sup>.

Considerava-se na época que seria demais para pleitear a federalização da futura universidade. Na oportunidade, existia somente a do Rio de Janeiro, apresentada como padrão para os estabelecimentos congêneres. Estadual também não poderia ser. Primeiro porque o governo estadual só poderia dispor no orçamento, para esta finalidade, quantia não superior a 10 milhões de cruzeiros. Em segundo lugar, geraria intransponíveis problemas de acumulação de cargos, visto a grande parte dos professores possuir empregos no estado. A lei vetava a acumulação.

A ideia dominante era que a mesma deveria ser organizada em regime de fundação, e abranger todos os estabelecimentos superiores do estado, sendo que cada um conservaria seu respectivo patrimônio. Esta unificação traria como uma das consequências o barateamento na organização dos laboratórios. O estado e o município deveriam contribuir substancialmente na manutenção da universidade, o que traria uma diminuição das taxas acadêmicas.

Em 1943, foi praticamente nesses moldes que o ministro Gustavo Capanema pretendia restaurar a Universidade do Paraná. Nesta oportunidade, já vários membros das faculdades pleiteavam a federalização, concomitantemente ao seu restabelecimento. As federalizações recentemente efetuadas das Universidades do Rio Grande do Sul e Minas Gerais estimulavam os paranaenses.

Com a queda do regime do Estado Novo, modificaram-se substancialmente as relações entre o Paraná e o governo federal.

30 PAULA, Euripedes Simões de. *Revista de História*. Vol. XXVI, São Paulo, 1963, p. 528.

31 *Gazeta do Povo*. Curitiba, 17 mar. 1946.

As relações entre as autoridades educacionais regionais e federais deixaram de ser meramente protocolares. A nível regional, quase que se invertiam os papéis entre o estado e universidade. Nas décadas anteriores, era a universidade que apelava e recrutava elementos dos quadros administrativos do estado. As escolas superiores haviam crescido e formado novas gerações. Os dois interventores na fase da democratização eram membros do seu corpo docente. O desembargador Clotário Portugal era membro do corpo docente da Faculdade de Direito, e Brasil Pinheiro Machado da Faculdade de Filosofia. Os membros dos primeiros escalões foram recrutados em grande parte nos quadros das faculdades superiores. Três deputados federais eleitos saíram dos quadros das faculdades: Aramis Ataíde, Erasto Gaertner e Bento Munhoz da Rocha Neto. *O peso específico* da Universidade do Paraná nem era preciso ser analisado, ele era visível a *olho nu!* A redemocratização praticamente escancarou as portas da sociedade aos elementos por ela preparados e/ou que nela viviam e atuavam.

Foram suficientes os contatos dos *deputados universitários*, em nome do interventor, com o novo ministro da Educação e Saúde, professor Ernesto de Souza Campos para que este acedesse ao convite de visitar o Paraná e preparar a restauração da Universidade do Paraná.

Solicitou o ministro da Educação ao Reitor da Universidade do Brasil, para que observasse os institutos superiores do Paraná. Veio então para Curitiba o vice-reitor da Universidade do Brasil, professor Pedro Calmon, para aquilatar e observar a capacidade das faculdades em se organizarem em universidade. Assim o professor João Ribeiro de Macedo Filho descreveu esses contatos:

Disse eu então (a Pedro Calmon), que, em tal sentido, estávamos já muito adiantados, provando que podemos, sem nenhuma dificuldade, satisfazer todas as exigências do Decreto Lei n.º 8.457 de 26 de dezembro de 1945, que regula as condições a reunir uma Universidade brasileira. Mostrei-lhe o projeto de estatutos que já tínhamos anteriormente discutido e aprovado pelas diversas congregações. Lemos juntamente o mesmo projeto e observamos a conveniência de pequenas modificações a serem introduzidas [...].

Logo após, por ocasião do banquete oferecido ao Desembargador Clotário Portugal por seus auxiliares, troquei idéias com o Sr. Interventor Professor Brasil Pinheiro Machado, e dele ouvi que encarregara o Dr. Homero de Barros de entender-se com os Diretores das Faculdades,

para tratar do assunto referente à restauração da Universidade do Paraná, conforme fora lembrado no Rio de Janeiro, em comum com a bancada paranaense no Parlamento. [...] Manifestou, então, o Sr. Interventor, o seu entusiasmo pela idéia e o seu empenho decidido para o que não faltaria o apoio moral e material do Governo do Estado. Refundido o projeto de Estatutos, entreguei um exemplar a cada um dos Diretores dos Institutos a serem congregados, inclusive ao Dr. Brasil Pinheiro Machado, Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, marcando-se [...] a reunião dos Diretores para a discussão do assunto, depois do que, será levado às Congregações, especialmente convocadas para tal fim.

Ao Dr. Pedro Calmon, entreguei o projeto atual dos Estatutos, levando-o ele para o Rio e prometendo uma apreciação, em suas linhas gerais, pelo Sr. Reitor da Universidade do Brasil, grandemente interessado em que o Brasil adote definitivamente o regime universitário, o que vem ao encontro de nossas aspirações<sup>32</sup>.

Porém, nem todas as vozes eram concordantes.

Aluísio França queria uma universidade livre, independente didática e economicamente, dirigindo-se sem fiscais nem patrões. Segundo ele, o governo nada sabe sobre pedagogia, nem é autoridade educacional. Autoridade é o professor. No Brasil, o professor é um assalariado com a obrigação de repetir programas. Ao governo cabe, apenas, a obrigação de assegurar materialmente a existência das escolas, o resto é função do professor. Se hoje o ministro é um eminente educador, amanhã pode ser um *tranca*<sup>33</sup>.

O deputado Lauro Lopes propugnava que a única solução que interessava ao Paraná era a federalização, nem que fosse feita por escolas, a fim de remover o inconveniente de que só os filhos dos mais ricos podiam estudar. A federalização estabeleceria a verdadeira democracia no ensino superior. Para o deputado, isto já ocorria em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul de modo que a simples restauração só atenderia a um aspecto sentimental dos paranaenses. Ela apenas reviveria a universidade que Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo fundaram<sup>34</sup>.

Os estudantes mostravam-se praticamente indiferentes a esses problemas enfrentados pelas elites paranaenses. Não julga-

<sup>32</sup> *Ibid.*, 15 mar. 1946.

<sup>33</sup> *Ibid.*, 2 abr. 1946.

<sup>34</sup> *Ibid.*, 2 abr. 1946.

vam essencial lutar por causa de nomes ou títulos. Os estudantes estavam a pedir reformas profundas nas suas relações com a escola. O corpo discente estava asfixiado com o peso das taxas escolares, com o custo dos livros técnicos e com a manutenção da própria vida. Pediam um regime universitário em que o fantasma das taxas deixe de pairar como algo assustador<sup>35</sup>.

Para o professor Manoel de Oliveira Franco, universidade e federalização não eram opostos. O que existia era uma certa confusão. Uma coisa e outra estão de tal maneira entrelaçadas, que uma discussão nesses termos torna-se *absurda e antilógica*<sup>36</sup>.

Eu quero a Universidade e a federalização. Explico melhor: se o ideal é a federalização, devemos antes criar a Universidade. O que existe, entre nós, são Institutos autônomos e independentes de ensino superior [...]. Ora, teríamos de pleitear a federalização para todos esses institutos autônomos [...]. Se o ideal é universitário, o primeiro passo é a criação da Universidade. Trata-se de dar expressão jurídica ao FATO UNIVERSIDADE. Nada mais<sup>37</sup>.

Para mais uma vez dar condições financeiras à universidade, o governo do estado socorria-a novamente. O interventor Brasil Pinheiro Machado concedeu pelo decreto 457 de 2 de maio de 1946 a concessão de Cr\$ 5.000.000,00 para o fundo universitário, e, pelo decreto 501 de 21 de agosto de 1946, concedeu a subvenção anual de Cr\$ 3.000.000,00.

Tal qual na sua fundação em 1912, a Prefeitura Municipal de Curitiba também veio em auxílio da mesma. Pelo decreto n.º 134 de 21 de junho de 1946 doou um terreno de 500.000 m<sup>2</sup> no bairro do Cajuru, a fim de que nele fosse construída futuramente a Cidade Universitária.

O decreto federal n.º 9.323, de 6 de junho de 1946, reconhecia oficialmente a existência da Universidade do Paraná. Com a restauração, Victor Ferreira do Amaral foi mantido simbolicamente no cargo de reitor, para significar a continuidade da mesma instituição, desde 1912.

Devido aos auxílios recebidos, a Universidade do Paraná conseguiu, em 1946, baixar o valor das taxas acadêmicas na ordem de 20%.

35 *Ibid.*, 31 mar. 1946.

36 *Ibid.*, 21 mar. 1946.

37 *Id.*

## CORPO DISCENTE



Quarenta e quatro foram os alunos com os quais a universidade iniciou suas atividades em 1913. No transcorrer desse primeiro ano de existência, já se encontraram evidências de organização do corpo discente. Em outubro de 1913, encontrava-se em organização o Centro Universitário do Paraná. Seu presidente interino era o acadêmico de engenharia Lysimaco F. da Costa. A primeira atividade do centro, aprovada em assembleia geral, foi dirigida às autoridades estaduais e universitárias. Aprovaram que os alunos da universidade, presididos por uma banda de música — cedida pelo próprio governo —, iriam em passeata apresentar ao presidente Carlos Cavalcanti seus agradecimentos por seus esforços em prol do reconhecimento da universidade. Como orador oficial, foi escolhido seu presidente interino. Em seguida, planejaram deslocar-se até a universidade, para saudar seu corpo diretivo. Foi também, na mesma assembleia geral, nomeada uma comissão para dar as boas vindas a Theodore Roosevelt que então visitava o Paraná, em nome da universidade. Para tanto foram escolhidos os acadêmicos Adriano Munhoz, Hugo Barros, João Gomy, Alexandre Pawelski e Junitus Emmerson<sup>1</sup>.

Depreende-se que a primeira manifestação acadêmica no Paraná visava agradar ao mundo oficial e colocar os cabeças do movimento numa situação privilegiada.

Em 1914, foi convocada a primeira eleição para formar a diretoria. A grande curiosidade desta primeira eleição foi o surgimento do Partido Evolucionista Estudantil, que como o próprio nome indicava, iria propugnar pelas ideias darwinistas, então ainda pouco aceitas no próprio meio universitário paranaense. O surgimento de um partido acadêmico deve ter gerado surpresa e reação negativa no corpo diretivo da universidade. Após a divulgação da plataforma do partido, o jornal *Comércio do Paraná* procurava diminuir-lhe importância e valor:

1 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 26 out. 1913.

Nada temos a dizer quanto aos ideais nela contidos. São nobres como nobres são os ideais de todas as plataformas e programas políticos que aparecem.

Mas é preciso que digamos não vir essa plataforma, aliás brilhante, pelo estilo burilado em que está escrita, trazer novidade alguma.

Em suma, os seus ideais são os de todos os acadêmicos do Paraná. Aliás a maioria dos sócios do Centro é contrária a essa inoportuna criação de partidos, que em absoluto não podem prestar o mínimo benefício à boa marcha do Centro, mas, pelo contrário, entravá-lo. (...) Assim, a plataforma do Partido Evolucionista Estudantil é um documento perfeitamente inútil, apesar dos grandes ideais que encerra<sup>2</sup>.

Três forças político-ideológicas apresentaram-se para concorrer à diretoria do centro:

Partido Evolucionista Estudantil: Hugo de Barros

Situacionismo da reitoria: Ademaro Munhoz

Frações dos cursos de Odontologia e Farmácia. Esta corrente apoiava para presidente Ademaro Munhoz, mas possuía seus próprios candidatos aos outros cargos.

A primeira diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Ademaro Munhoz

Vice-presidente: Teófilo Gomy Jr.

1.º Secretário: Tiburcio Carvalho

2.º Secretário: Oscar Borges

1.º Tesoureiro: Abel Almeida Assumpção

2.º Tesoureiro: Alexandre Pawelski

Bibliotecário: Adelino de Benedicto

Representantes dos cursos: Engenharia, Lysimaco F. da Costa; Direito, João T. Gomy Jr., Medicina, José S. Cortes; Odontologia, Argemiro Buthrier; Farmácia, Plínio Calbery; Comércio, Felipe S. Miranda; Preparatório, Lauro Sodré Lopes.

O jornal oficioso da universidade comentava que, embora os acadêmicos ficassem separados momentaneamente, no campo das ideias, a solidariedade foi *realmente confortante*<sup>3</sup>.

No dia 14 de julho de 1914, o centro universitário inaugurava sua sede social à rua Marechal Deodoro, 81<sup>4</sup>.

2 *Ibid.*, 18 abr. 1914.

3 *Ibid.*, 15 abr. 1914.

4 *Ibid.*, 15 jul. 1914.

No ano seguinte, o candidato officioso da universidade para o centro foi Leonidas Loyola. Segundo seus partidários, ele reunia todas as qualidades precisas para dar a essa associação acadêmica *o impulso a que faz jus, pois que é dotado de uma inteligência reconhecida e de uma força de vontade máscula*<sup>5</sup>. Seus partidários convidavam os acadêmicos para um *meeting* em prol de sua candidatura na praça interna da universidade<sup>6</sup>. Para eles, com tal presidente másculo o centro universitário *sairá da letargia em que está, vindo seu reerguimento concorrer para o completo triunfo dos ideais que animam a mocidade patricia [...]*<sup>7</sup>.

Tudo indica que o Partido Evolucionista saiu da cena universitária. Não mais apareceu. Assim como surpreendentemente apareceu, também desapareceu.

Tamanha foi a polêmica levantada nas eleições para o biênio 1915-1916, que os dois candidatos — Leonidas Moura de Loyola e Oscar Martins Gomes — em manifesto público, renunciaram às suas candidaturas *não só para evitar excessos de paixão partidária, dando em consequência, talvez explorações malévolas, no respectivo movimento eleitoral, como também em virtude de antigos laços de amizade que nos unem*<sup>8</sup>. Ambos renunciaram suas candidaturas em benefício de um *tertius*: João Teófilo Gomy Jr.

Tudo indica que houve uma intervenção branca das autoridades universitárias na organização e estruturação da diretoria do centro.

Em 1916, seus estatutos foram reelaborados. Por isso Plácido e Silva dá, como data de sua fundação, 9 de julho de 1916<sup>9</sup>. Professores foram introduzidos como membros do centro, *a juízo dos acadêmicos*<sup>10</sup>. Não resta dúvida que essa característica tirava a representatividade como órgão estudantil. Os novos estatutos lhe davam como objetivos:

1 — promover conferências científicas e literárias, de sorte a difundir e estimular o gosto pelos estudos;

2 — organizar o tiro acadêmico de acordo com o que estabelecem as normas existentes no regimento da Universidade do Paraná;

5 *Ibid.*, 4 fev. 1915.

6 *Id.*

7 *Id.*

8 *Ibid.*, 17 mar. 1915.

9 *Gazeta do Povo*. Curitiba, 29 jul. 1962.

10 *Id.*

3 — instituir a medalha de mérito acadêmico que será conferida pelo conselho superior da universidade ao aluno que mais se distinguir durante o ano letivo e outros prêmios de animação;

4 — manter uma caixa beneficente, com o intuito de auxiliar os alunos pobres;

5 — publicar uma revista onde serão inseridas colaborações dos associados, julgadas por uma comissão especial;

6 — procurar junto ao governo estadual e de particulares colocação para todos os diplomados pela universidade;

7 — promover os meios de entrar em relação com todos os acadêmicos e estudantes do Brasil;

8 — procurar engrandecer a todo custo, sob o ponto de vista moral e econômico, a universidade, para o que estabelecerá conferências e propaganda e criar fontes de renda organizando festividades beneficentes e promovendo outros meios de conseguir esse desiderato.

Como se observa, os dirigentes universitários não queriam que o centro representasse a classe acadêmica. Ele foi estruturado para funcionar apenas como apêndice beneficente da instituição. A diretoria eleita, sob essa nova direção, ficou constituída de professores, alunos e funcionários:

Presidente: Dr. Luiz Caetano de Oliveira

Vice-presidente: Dr. Plínio Tourinho

1.º secretário: Plácido e Silva

2.º secretário: Nicanor Pereira

Tesoureiro: Walter Aust.

Face à vinculação do centro com o mundo oficial universitário, compareceram à posse dessa diretoria, realizada no Salão Nobre da universidade, o presidente do estado Afonso Camargo, Victor Ferreira do Amaral, e representantes da inspeção militar, do bispo diocesano, além de senhoritas, senhoras, cavalheiros, acadêmicos e lentes da universidade. *Durante a festividade, tocou a banda de música do regimento de segurança no átrio da universidade*<sup>11</sup>.

Durante o desenvolvimento da Primeira Guerra Mundial, uma onda de *patriótica propaganda* se fez sentir por todo o país! Pontificava nesse sentido, a nível nacional, Olavo Bilac, como um dos expoentes — senão o principal —, da Liga de Defesa Nacional. Visava essa liga despertar o patriotismo brasileiro através da educação cívica e militar. Baseada nesses pressupostos, foi organizada

11 *Commercio do Paraná*. 15 jul. 1916.

na Universidade do Paraná a instrução militar. Foi esse serviço organizado pelo Tte. Daltro Filho e continuado pelo Tte. Pedro Ângelo. Surgiu então o Tiro Acadêmico. Visava este, além de proporcionar instrução militar para os alunos da universidade, conceder carteira de reservista aos mesmos. Victor Ferreira do Amaral orgulhava-se pelo fato de que quando Olavo Bilac aportou em novembro de 1916 na Universidade do Paraná:

[...] já encontrou medrando, em solo amanhado, a semente da educação militar e cívica de nossa esperançosa mocidade, pois a defesa nacional se faz aprendendo a manejar as armas e livros nos quartéis e nas escolas<sup>12</sup>.

Em 1917, o centro acadêmico, que se considerava o *legítimo representante da mocidade intelectual paranaense*<sup>13</sup>, em clima de paixão patriótica motivado pela guerra européia, deu vazão à orientação xenofóbica das elites universitárias. Para tanto, foi convocada uma assembléia geral do centro. Neste conclave foi aprovado o seguinte:

Considerando que, estando como estamos, em estado de guerra com a Alemanha, não se justifica ato algum que importe em homenagem a homens ou coisas alemãs.

Considerando que muitas localidades do Estado, instituições, ruas e praças das cidades e vilas e até rios do país têm denominações alemãs; Indico:

- 1 — que a diretoria do Centro dirija-se:
  - a — ao benemérito governo do Estado e solicite a substituição dessas denominações, pela de vultos nacionais, muito embora, se tanto for preciso, fiquem tais medidas “ad referendum” do Congresso;
  - b — ao Sr. Coronel prefeito da capital pedindo igual medida para ruas e praças da cidade;
  - c — aos Srs. prefeitos Municipais dos diversos municípios do Estado fazendo igual solicitação;
  - d — aos colegas do Rio e São Paulo, pedindo aprovação dessas idéias e a extensão de sua efetividade a todo o país.

12 SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório da Universidade do Paraná de 1916, apresentado ao Dr. Enéias Marques dos Santos, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. OFFICIOS, 1916, vol. 33. DAMI.

13 OFÍCIO do Centro Acadêmico ao Presidente Afonso Camargo de 9 nov. 1917. OFFICIOS, 1917, vol. 29. DAMI.

2 — Considerando que, no estado atual das coisas, é impossível distinguir, dentre os brasileiros de origem alemã, natos ou naturalizados, quais os que são leal e sinceramente devotados à causa brasileira na guerra contra a Alemanha resultando de um lado injustiças contra bons brasileiros e confiança em falsos que, sob essa capa servem de espíões, muitos dos quais investidos de cargos públicos ou postos de confiança na Guarda Nacional. Considerando que a simples declaração de lealdade não é garantia, basta porquanto dar lugar a que inimigos, sob esse disfarce, continuem no conhecimento de atos de defesa nacional e se tornem conhecedores de outras medidas que forem adotadas; muito embora a medida alcance brasileiros devotados e sinceros que sem culpa são de origem alemã, todavia, a necessidade da defesa da pátria exige, aceitando-se o sacrifício desses, pela premente necessidade de afastar os inimigos, que sob sua sombra, põem em perigo a causa da nação.

Indico:

1 — que o Centro, por meio da imprensa e com o seu concurso, peça em nome dos sagrados interesses da Pátria, a todos os brasileiros de origem alemã que ocupam cargos públicos, federais, estaduais ou municipais, funcionários, serventuários ou oficiais da milícia cívica, que solicitem dispensa dos seus cargos, enquanto durar a guerra com a Alemanha e venham, por atos inequívocos parar nos postos rasos ou sem qualificação decisória. Tais medidas de defesa nacional, provarão à Nação o seu amor e devotamento, destruindo, assim, a natural suspeita que aquela origem autoriza.

2 — que o Centro peça aos acadêmicos do país por intermédio dos respectivos Centros, a aprovação e adoção destas idéias<sup>14</sup>.

Tais raciocínios poderiam levar a crer que Curitiba e a Universidade do Paraná seriam os principais alvos de conquista por parte de *kaiser* alemão, durante a Primeira Guerra Mundial.

Ao centro acadêmico pertencia a Associação Atlética Acadêmica. Esta filiou-se à Liga Paranaense de Desportos para disputar o campeonato oficial da cidade. Entre os integrantes da equipe futebolística destacava-se: Felipe Figliolini, Max Kopp, Roque Vernalha, João Lourenço Constantino, Manuel Ribeiro de Campos, Francisco Naufal, Osvaldo Santiago e outros. A equipe possuía o

péssimo hábito de não comparecer ao campo, causando a perda automática dos pontos. Um comentário esportivo da época salienta que tal atitude *não satisfaz a quem deixa, cedo, a leitura, para ir ao 'graund', antecipadamente, num dia de chuva, assistir a um jogo*<sup>15</sup>. Mas apesar desses deslizes, típicos de acadêmicos, as pugnas de que participavam eram animadas.

Contando com jogadores hábeis, embora sem qualquer treino, a Acadêmica fazia bonito nos primeiros minutos do jogo. Mas, ao final, era aquela goleada tremenda. Tudo, porém, era pretexto para animação. E quando se voltava do campo toda a turma unida, a impressão era de que tínhamos colhido vitória<sup>16</sup>.

Em 1917, a acadêmica disputou o campeonato curitibano, juntamente com o América, Internacional, Coritiba, Água Verde e Britânia.

O centro organizou núcleos estudantis nas três faculdades que compunham a universidade. Desta forma surgiram o Centro de Direito, Centro de Engenharia e a União Acadêmica de Medicina, embriões dos futuros diretórios acadêmicos. O centro não sobreviveu muito à dissolução da universidade, desaparecendo em 1919.

Nas décadas de 1920 e 1930, as organizações estudantis passaram por uma fase difícil. As contingências da extinção da universidade e a evolução política nacional dificultavam em parte aos estudantes sua organização.

Até 1927, todas as atividades estudantis giravam em torno dos centros ou uniões acadêmicas de cada faculdade. Em abril de 1927, sob a liderança do doutorando de medicina Jurandir Manfredini, teve lugar uma reunião de alunos de todos os cursos superiores de Curitiba, a fim de se elaborarem os estatutos da Federação Universitária do Paraná. Os estudantes sentiam necessidade de uma entidade que representasse a classe acadêmica no seu todo. A ideia foi aprovada por unanimidade. Três representantes de cada centro (Direito e Engenharia) e três da União dos Acadêmicos de Medicina foram escolhidos para elaborarem os estatutos. Nesta mesma assembleia, iniciaram os acadêmicos do Paraná um costume que iria perdurar até os primeiros anos da década de 1960, ou seja, eleição de *rainhas* estudantis entre as acadêmicas. A introdução desse costume não deve ser vista exclusivamente sob a ótica da alienação

15 *Commercio do Paraná*. Curitiba, 9 jul. 1917.

16 *Gazeta do Povo*. 29 jul. 1962.

da classe acadêmica. Ela bem representava uma oportunidade de arrecadação de fundos para as atividades estudantis. Os votos das candidatas à *rainha* eram vendidos, o que possibilitava aos centros obterem boa arrecadação. É claro que, nesta assembleia, a discussão sobre a eleição da *rainha* gerou maior interesse do que a fundação da Federação Universitária. Havia acadêmicos contrários a tal promoção. Assim a atuação desses elementos foi vista pela imprensa :

Depois de algum tempo, durante o qual poucos elementos procuraram perturbar a boa marcha dos trabalhos, por espírito de contradição ou pelo prazer de atrapalhar os bem intencionados, resolveu-se por grande maioria proceder à eleição da 'rainha' [...]. Ficou marcado o dia 21 de abril, [...] para se proceder à eleição<sup>17</sup>.

A Federação Universitária não conseguiu polarizar as atuações dos acadêmicos paranaenses e em consequência não teve a continuidade esperada.

Em 1934, novamente os estudantes vão tentar sua organização a nível estadual. Foi planejado o Grêmio Universitário do Paraná. Esta entidade também teve por finalidade congregar os estudantes dos cursos superiores do estado. Mas, após o advento do Estado Novo em 1937, não houve mais condições políticas para tanto. Até os partidos políticos foram dissolvidos. Mesmo assim, em 1939 foi criada a União Estadual dos Estudantes do Paraná, tendo como presidente eleito o acadêmico de engenharia Raul Bruel Antônio. Como as outras anteriores, essa entidade também caiu no esquecimento. Em 1943, houve nova tentativa para organizar uma união universitária no Paraná. Na segunda reunião preparatória, foram apresentados documentos que provavam que em 1939 já havia sido organizada uma entidade com essa finalidade. Os estudantes reunidos aceitaram essa entidade, passando a considerar a reunião como de reorganização da mesma. Levantou-se também a possibilidade de se realizar oportunamente o primeiro congresso estudantil universitário. Por sorteio, foi escolhida uma diretoria provisória da União Estadual de Estudantes do Paraná. Os nomes sorteados foram os seguintes:

Presidente: Clotário Portugal — Direito

Vice-presidente: Hamilton P. Spinola — Medicina

1.º secretário: Luciano Botelho de Souza — Medicina

17 *O Dia*. Curitiba, 19 abr. 1927.

2.º secretário: Adherbal S. Passos — Engenharia

Tesouraria: Metry Bacila — Medicina

Conselho: Vítor da Luz (Engenharia); Marcos de A. Jaimovitch (Escola Nacional de Agronomia *sic*); e Romeu Bacelar (Direito).

Para sede provisória da entidade, foram escolhidas as dependências do Diretório Nilo Cairo, que foi franqueado a todos os estudantes devidamente credenciados<sup>18</sup>.

No auge do Estado Novo, a classe acadêmica era ocupada pelos dirigentes da ditadura, através de atividades que muitas vezes eram meritórias, mas afastavam-nos da vida política da nação: eram campanhas de doação de sangue, comícios estudantis contra atividades antinacionais, contra a Quinta Coluna, queima de bandeiras dos estados etc.

Ao mesmo tempo que Getúlio Vargas distraía a atenção dos estudantes brasileiros, as faculdades paranaenses, todas particulares, aproveitavam-se para majorar as taxas pagas pelos alunos. Passaram a cobrar 12 meses por ano de mensalidades, ao invés de oito meses como vinha sendo até então. Passaram a cobrar taxas de registro de diploma no Rio de Janeiro etc. Como o ambiente acadêmico começou a ficar cada vez mais tenso, a Faculdade de Direito teve uma saída estratégica: diminuiu o aumento das taxas escolares e em compensação subtraiu a diferença no vencimento dos professores, em 10%.

Em 1943, o Diretório Acadêmico Nilo Cairo fazia de público uma autoanálise da classe acadêmica:

[...] infelizmente temos que dizer, dá-se um fato característico que ensombra todas as nossas atividades: é a crítica demolidora, negativa e pertinaz sem a preocupação de soluções concretas. Todas as realizações ou projetos de realizações sofrem a ação desse trabalho dissolvente que enfraquece todos os esforços tendentes à resolução de nossos problemas. A existência de uma atmosfera de crítica e ceticismo representa na verdade sintoma de um mal indisfarçável: a ausência de um ideal universitário definido e, como consequência, a desorganização da classe.

Poder-se-á conceber que um universitário prefira uma vida de isolamento e desagregação, negadora dos próprios ideais da sua vocação a uma vida de solidariedade fecunda no desenvolvimento da inteligência e do caráter e estimuladora de consciência profissional e social [...].

18 *Diário da Tarde*. Curitiba, 12 jan. 1943.

No entanto, os acontecimentos demonstram que, na prática, essa escolha aparentemente imperativa não se materializa em seu sentido normal. O que se encontra é o isolamento e indiferentismo. Essa é uma verdade que não deve ser ignorada [...]¹⁹.

Com a redemocratização do país a partir de 1945, a história da organização estudantil ingressou numa fase de grandes realizações e conquistas. Ainda em 1944, a antiga União Estadual de Estudantes Paranaenses realizava o Primeiro Congresso Estadual de Estudantes Universitários. Vários trabalhos foram apresentados pelos acadêmicos, sendo os que mais debates e interesses suscitaram os seguintes:

- a — Reforma do Ensino Superior, de Renato Singolani;
- b — Melhoramentos da parte prática nos Cursos Superiores, de Hélio Martins;
- c — Aproveitamento de estudantes nos serviços da futura profissão, de Colombo de Souza;
- d — Casa do Estudante do Paraná, de Colombo de Souza;
- e — Federalização da Faculdade de Medicina do Paraná, de Mário Rossi.
- f — Livro Didático, de Alexandre Fontana Beltrão.

Na mesma oportunidade, a União Estadual de Estudantes Paranaenses passou a denominar-se União Paranaense de Estudantes.

Entre os anos de 1945 e 1949, essa entidade cresceu mais do que em toda a sua história anterior. Suas conquistas nesse período podem ser assim resumidas:

- 1 — restaurante universitário onde recebem refeição centenas de estudantes;
- 2 — assistência médica e odontológica;
- 3 — Casa do Estudante Universitário. Transformando-se em organização autônoma em regime de Fundação;
- 4 — assistência jurídica;
- 5 — “Flâmula”, jornal de divulgação da entidade por muitos anos;
- 6 — revista dos estudantes do Paraná;
- 7 — campanhas contra o aumento dos transportes coletivos e passes escolares.

O restaurante universitário foi a primeira grande conquista dos estudantes. Este objetivo foi concretizado devido à intervenção

do governador Moysés Lupion. Sensibilizado com a situação dos estudantes em Curitiba, entregou à administração da União Paranaense de Estudantes o antigo restaurante do Passeio Público. O restaurante entrou em funcionamento para os estudantes no dia 4 de agosto de 1947, servindo refeições para 280 estudantes. Um ano após já servia 800 refeições diárias. Depois de muitos esforços, o local foi adaptado para restaurante universitário. Os próprios estudantes através dessa união adquiriram as bandejas, copos, pratos, talheres etc. O prefeito de Curitiba ampliou o restaurante em mais uma dependência. Um ano após o início do seu funcionamento, a diretoria da UPE jactava-se de ser esse o único do Brasil que era realmente dos estudantes, pois o restaurante da UNE na praia do Flamengo no Rio de Janeiro tinha como proprietário o governo federal.

O restaurante universitário do Passeio Público era um vasto casarão térreo, de aspecto soturno, conforme o ângulo de observação, mas era ali que os universitários paranaenses, em grande parte, passavam a tomar suas refeições.

A participação do estudante na vida da cidade de Curitiba, desde os primórdios da universidade fez-se sentir. Em janeiro de 1913, queriam os paranaenses que sua capital se transformasse na Coimbra brasileira. Nostalgia do século XIX sem dúvida. Achavam os curitibanos mais exaltados que sua cidade não era mais *um meio de roça*<sup>20</sup>. Com a universidade ela passaria a ser mais culta e intelectualmente mais desenvolvida. Em 1914, muitos estudantes já eram provenientes dos outros Estados. Os curitibanos já viam maior movimentação de suas ruas, provocada pela classe acadêmica<sup>21</sup>.

A chegada em 1918 de mais de uma centena de acadêmicos paulistas, com a crise deflagrada na primitiva Universidade de São Paulo, veio transformar o ambiente acadêmico curitibano. Foram recebidos na universidade por um festival de música e literatura organizado pelo centro acadêmico. Referindo-se a esses jovens, Plácido e Silva comenta que os mesmos deram maior vivacidade ao movimento acadêmico na cidade. A maioria desses jovens instalou-se no hotel Dolski, situado então no Beco do Inferno, hoje Travessa Tobias de Macedo, a apenas duas quadras da universidade. Este hotel tornou-se o quartel general dos estudantes paulistas. Seus líderes foram Felipe Figliolini, Paiva Ramos, Manoel Ribeiro dos Santos, Roque Vernalha, João Batista Lara, entre outros. Afirma

20 *Commercio do Paraná*. 20 mai. 1914.

21 *Ibid.*, 29 jun. 1916.

ainda Plácido e Silva que foram eles os principais responsáveis pela equipe de jogadores que organizaram a acadêmica e que passou a disputar o campeonato curitibano de futebol<sup>22</sup>.

Com o crescimento sempre maior do número de alunos, começou de se tornar crucial o problema do alojamento dos estudantes em Curitiba. O ano de 1929 foi um marco na evolução da universidade. O número de alunos matriculados aumentou substancialmente. O curso mais procurado era o de Medicina. A maior parte dos alunos de fora provinha de São Paulo e Minas Gerais. A partir desse ano o número de matrículas não parou mais de crescer. Curitiba começou realmente a se transformar em cidade universitária. Concomitantemente, começou a se desenvolver na cidade o comércio das pensões para estudantes. Aumentou substancialmente o número de famílias modestas que passaram a explorar esse mercado. Hospedavam os estudantes em paióis, cubículos ou sótãos de suas residências.

Para as moças universitárias o problema revelou-se de mais fácil solução. Era comum o fato de casas de família aceitarem moças como pensionistas. Para os rapazes, o problema chegava a ser muitas vezes até dramático. Como a demanda era grande, qualquer dependência ou quarto mal iluminado, úmido, sem as mínimas condições, era alugado para os estudantes. Seus proprietários passaram a exigir cada vez mais, oferecendo condições cada vez menos satisfatórias. Os estudantes precisariam de condições higiênicas melhores e de alimentação mais sadia. Havia pensões que de sábado a sábado ofereciam a mesma comida, sem tempero, pouco higiênica e em quantidades que deixavam a desejar. Para a maioria dos estudantes dessas pensões, a adulteração do leite, a deficiência alimentar qualitativa e quantitativa, o grosseiro tratamento cotidiano, o desconforto dos cômodos e do mobiliário ainda não eram o pior. O aumento dos preços das pensões, de acordo com a lei da oferta e da procura, fazia os estudantes passarem verdadeiros embaraços humilhantes. Sempre havia alguém oferecendo mais do que o ocupante. Como o proprietário não tinha condições legais para despachá-los, o estudante sentia-se constrangido e até parecia que ali permanecia de favor, submetendo-se a vexames e a desconsiderações, sofrendo indiretas e insinuações malévolas<sup>23</sup>.

22 *Gazeta do Povo*. 12 ago. 1962.

23 *Ibid.*, 25 mai. 1945.

Em 1931, o *Diário da Tarde*, lançou a ideia de se levantar em Curitiba uma casa de estudantes a fim de tentar minorar esta situação<sup>24</sup>.

O tempo passou e ficou só a ideia. Na década de 1940 começaram a se difundir em Curitiba as chamadas *repúblicas* estudantis. Elas eram conhecidas em todo o país onde houvesse ensino superior. Formavam-nas estudantes que se congregavam numa casa dividindo o aluguel, bem como as despesas. Na década de 1940 o tipo padrão de estudante, para as populações que não conheciam os problemas acadêmicos, talvez fosse a de um indivíduo ocioso a passear com os livros debaixo do braço, pela rua XV de Novembro. Ou talvez um outro de barbicha, sapatos brancos e paletó de veludo colorido. Mas muitos outros, talvez a maioria, formavam um tipo completamente diferente. Levantavam cedo para irem trabalhar, já quase automatizados — viviam presos aos ponteiros do relógio para não perderem a hora da aula. *Sofriam agonias, dramas incríveis de consciência, ao pensarem que têm de pedir aos chefes licença para poderem assistir à preleção do professor*<sup>25</sup>.

Havia estudantes que passavam fome e que vestiam por um tempo quase infundável o mesmo e surrado terno, praticamente todos os dias. Estes não passeavam pela rua XV de Novembro e não iam ao cinema. Um de seus maiores problemas, senão o maior, era o da falta de habitação. Viviam em *repúblicas*, às quais davam inclusive nomes bizarros.

Uma das melhores descrições de uma *república* foi publicada pela Gazeta do Povo, na seção Vida Universitária:

Preferencialmente, os estudantes se reúnem obedecendo a vários critérios. Ou são do mesmo curso, ou são da mesma cidade, enfim, possuem um traço que os liga sempre.

A que fomos visitar possui somente estudantes de São Paulo.

É composta de sete acadêmicos — Manoel Adriano Godoy, José Antônio Padovan, Pedro S. Homero, Osvaldo Guimarães, Oscar Leite de Barros, todos do 2.º ano do Curso de Medicina e José Secchi e José Silveiro do 2.º ano do Curso de Engenharia. Perguntamos a Oscar Leite de Barros como surgia a 'república'.

— Num dia de maio do ano passado, surgiu a idéia de fazermos uma, pois as péssimas instalações dos quartos onde nos achávamos, as más condições das instalações sanitárias nos revoltavam e a vontade

24 *Diário da Tarde*. 27 out. 1931.

25 *Gazeta do Povo*. 19 jan. 1949.

de conseguirmos um melhor ambiente impulsionaram-nos à procura de uma casa que pudéssemos alugar e formar então, uma 'república'.

— Qual foi o maior problema enfrentado?

— Sem dúvida alguma foi o da casa. Comprávamos o jornal e distribuíamos em sete pedaços. Foi um tal de atravessar Curitiba em todos os sentidos que não acabava mais. Outra dificuldade enorme que quase nos fez desistir foi a relutância dos proprietários de casas ou apartamentos. Relutavam em alugar a estudantes, não queriam alugar nem casa a estudantes, mesmo que se dessem referências, cartas de apresentação, fiadores e tudo o mais. Finalmente, encontramos uma que é esta onde estamos instalados. Não estava ainda completamente terminada. Improvisamo-nos em lavadores de janelas, enceradores, pedreiros, eletricitas e até construtores de móveis. Repartimos as horas estudando e aperfeiçoando a nossa 'república'. E hoje, finalmente, estamos bem instalados e tudo corre às mil e duas maravilhas.

— E as refeições, onde vocês fazem?

— O café pela manhã é feito por nós mesmos e as outras refeições fazemos nos restaurantes do Diretório Nilo Cairo na D.P.E. e alguns comem no restaurante da Sociedade Thalia.

— E quanto aos seus colegas, o que nos diz?

— Bom, aqui não existe ainda nenhum revolucionário. Existem os entusiastas da ginástica e até um 'filósofo'.

— Um filósofo?

— Sim, um colega que de Engenharia entende muito pouco, em compensação de filosofia não entende coisa alguma. Existe um que é o 'Pão Duro' da turma, sempre com dinheiro no fim do mês. Não empresta, não pede emprestado e até na sobremesa não pede bis.

— Tem algum outro tipo que possa mencionar?

— Existe o 'Francisco Alves', também conhecido como o 'arrebenta espelhos de banheiro'.

— Estuda-se na República?

— Geralmente, estuda-se, principalmente quando se tem tempo. Existem vários fatores que preenchem as nossas horas vagas que por sinal são poucas.

— Além de estudar, que fazem mais?

— A maioria também trabalha. Um, o 'doutor' está muito bem encaminhado na vida. Vai casar com filha de um fazendeiro milionário lá da terra.

— Houve algum acontecimento marcante na vida da 'república'?

— Sim, a instalação do chuveiro elétrico que veio colaborar a bem da higiene geral. Houve festa e o sorteio para saber qual seria o primeiro a usar o novo aparelho. O felizardo, em plena festa, tomou um banho frio, pois queimou a instalação.

— Qual o chefe da ‘república’?

— Não existe chefe, todos mandam e todos respeitam a boa ordem para que haja harmonia e sossego [...]”<sup>26</sup>

A construção de uma casa do estudante já era uma ideia velha, porém sempre nova. Em cada dezembro, dezenas de famílias chegavam a Curitiba para assistirem às festas de colação de grau. Desembarcavam para conhecer a cidade onde seus filhos viveram longos anos, para conquistarem o diploma.

Não seria muito agradável mostrar às visitas, certas pensões onde os filhos viveram um pedaço da existência. Pensões pobres de tudo. São casas de família modestas, que fazem da hospedagem uma fonte de renda.

Habitações desconfortáveis, alimentação paupérrima. Casa do Estudante é uma idéia que se renova. Seria uma solução prática para cercar o estudante pobre de melhor conforto [...]. A Casa do Estudante poderia começar por um restaurante onde os acadêmicos encontrassem uma alimentação sadia por um preço decente [...].

Pode parecer um sonho a concretização desta velha idéia. Sonho mais absurdo foi a fundação de uma Universidade, num Estado pobre como o Paraná<sup>27</sup>.

Foi com essa visão da problemática estudantil da Universidade do Paraná que o governo do estado, mais uma vez, começou a se interessar pela solução dessa questão. O governador do estado, habilmente, colocou sua esposa, Da. Herminia Lupion, na linha de frente. No dia 11 de agosto foi almoçar com os estudantes no restaurante universitário do Passeio Público, convidando-os e particularmente os dirigentes da U.P.E, a comparecerem no mesmo dia, às 20 horas, à Av. João Pessoa, 24, no prédio do antigo hotel Majestic. Ali os estudantes receberam o contrato de arrendamento do edifício. No ex-hotel seria instalada provisoriamente a Casa do Estudante Universitário.

26 *Id.*

27 *Ibid.*, 21 mar. 1946.

A casa definitiva seria instalada no Passeio Público, em terreno ainda a ser doado pela prefeitura Municipal. Assim, no dia 11 de agosto de 1948, foi constituída definitivamente a morada. Em ambiente de grande expectativa e surpresa, diante do gesto da Sra. Herminia Lupion em prol da inauguração, receberam através do acadêmico Isaías de Castro Neves, das mãos do governador, as chaves do edifício. Os estudantes, que superlotavam as dependências do ex-hotel Majestic, emocionados e surpresos, propuseram que o estabelecimento recebesse o nome de Casa do Estudante *Herminia Lupion*. O governador declinou da gentileza, mas os acadêmicos rumaram então até a residência governamental, a fim de receberem o assentimento da senhora do governador. Declinando também da homenagem, a Sra. Herminia Lupion sugeriu que a nova instituição fosse denominada de Fundação Casa do Estudante Universitário, ocasião em que foi aclamada pelos estudantes presentes sua presidente.

Desde então, a CEU passou a funcionar com os seguintes departamentos:

a — alojamento com 66 quartos e acomodações para 166 estudantes;

b — restaurante para atender 320 refeições diárias;

c — lavanderia;

d — barbearia com quatro cadeiras;

e — assistência médica e farmacêutica, para os estudantes residentes;

f — administração;

g — seleção, feita de acordo com critérios fixos: estado financeiro individual, familiar, vida escolar e estudantil.

Dado o vulto dessas instalações, a CEU, mesmo em suas instalações provisórias, foi considerada como a vanguardeira das instituições congêneres do Brasil.

Perfeitamente organizada para alojar cento e sessenta e seis estudantes, veio a Casa do Estudante Universitário colocar a cidade de Curitiba como a pioneira em organização estudantil no país.

E agora, graças ainda ao trabalho e à ação da insigne presidente Sra. Herminia Lupion, e dos demais diretores, em breve teremos o início das obras da sede própria em terreno doado no Passeio Público<sup>28</sup>.

Para dar início à construção da CEU no Passeio Público, a Sra. Hermínia Lupion procurou envolver o maior número possível de pessoas e entidades. Assim, foi idealizada uma festa do estudante com o objetivo de apresentar ao público o maior número possível de espetáculos inéditos e monumentais. Neste sentido, foi instalado na Praça Rui Barbosa um bem montado *parque de diversões*, para onde deveria convergir a população, a fim de usufruir momentos de auto-recreação. Famosos artistas nacionais e internacionais foram contratados para os espetáculos.

Barracas foram instaladas para a venda de produtos típicos, participando das mesmas as seguintes entidades: Diretório Nilo Cairo, Departamento Feminino do Partido Social Democrático, Centro Acadêmico de Filosofia, Ucrânicos, Associação Médica, Sociedade Sírio Libanesa, Comitê Polonês, Diretório de Química, Juventude Universitária Católica, Diretório de Engenharia e Medicina, Federação Mariana, Café Alvorada, Centro Mosaico do Paraná, Da. Célia Kurutz, Centro Feminino Paranaense de Cultura, Clube Atlético Ferroviário, Federação Paranaense de Desportos Universitários, Curitiba F.C., Coca-Cola, Congregação Cristo Rei, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Cassino Curitibano, Clube Curitibano, Clube Concórdia, Escola de Serviço Social, Sociedade Duque de Caxias, Centro Inter Americano, Associação de Cultura Franco Brasileira, Centro Acadêmico Hugo Simas, Centro Agrônomo e Veterinário, União Paranaense dos Estudantes, S.C. Palmeiras, Educação Física Juventus, Círculo Militar do Paraná.

Como se pode depreender, a mobilização em prol da Casa do Estudante Universitário foi bastante ampla e significativa.

Uma das características marcantes do mundo acadêmico na civilização ocidental é o apelo à greve para pressionar os dirigentes a atenderem reivindicações de classe quando em impasse, ou mesmo para estabelecerem uma autodefesa quando se julgam os estudantes lesados em seus direitos. A Universidade do Paraná não escapou à regra.

No terceiro ano de funcionamento da universidade, surgiu o primeiro movimento paredista da história da instituição. No primeiro semestre de 1915, os alunos de alguns cursos pediram que o mês de junho fosse considerado de férias escolares. Algumas instituições superiores de São Paulo já adotavam esse critério. Essas férias eram conhecidas na época como *férias de São João*. Victor Ferreira do Amaral não quis deferir o pedido. Alegava que:

a — no momento a universidade pleiteava fiscalização federal para seu reconhecimento. A concessão de férias de *São João* prejudicaria a imagem da universidade no âmbito federal.

b — os estatutos da universidade não previam essas férias. Primeiro teriam que ser modificados.

No início de junho de 1915, vários cursos declararam-se em greve, com exceção de Medicina, Odontologia e o 1.º ano de Engenharia. A diretoria adotou uma atitude típica nesses eventos: apelou, ameaçou e apresentou possível solução. Apelou aos estudantes para a *harmonia e pela concórdia*<sup>29</sup>. Afirmava que os professores nada ganhavam com o ensino e que realmente se sacrificavam pela universidade; que os mais prejudicados seriam a pobreza que deixaria de ser atendida pelas clínicas da Medicina e Odonto. Pedia calma e reflexão para não se sacrificar uma *instituição que tanto honra o nosso Estado e na qual está o seu futuro*<sup>30</sup>. Ameaçou os estudantes fazendo cumprir os estatutos: falta para os grevistas e nota zero nas sabatinas, o que significava reprovação e maior aumento de despesas para os acadêmicos. A parede seria considerada *ato de indisciplina*<sup>31</sup>. A possível solução do impasse seria aproveitar a próxima reforma dos estatutos e inserir nos mesmos as *férias de São João*, mas somente na última quinzena de junho. Infelizmente não há referências, nas fontes consultadas, do modo pelo qual terminou essa primeira greve na Universidade do Paraná.

A segunda greve na instituição ocorreu em 1925. Esta não foi motivada por problemas internos da instituição. Foi um movimento paredista originado por problemas externos, ocorridos a nível nacional.

O professor e advogado Bruno Lobo, do Rio de Janeiro, havia entrado no Supremo Tribunal Federal com pedido de *habeas corpus* a favor dos estudantes de Medicina do Rio de Janeiro. Solicitava que os estudantes fossem dispensados da aplicação da *atual ou atuais leis*<sup>32</sup>. O governo federal havia estabelecido cinco mudanças em apenas quatro meses de aulas: alterações nas matérias, nos currículos, nos horários de aula etc. Segundo o professor Bruno Lobo, tudo era pacientemente tolerado pela classe acadêmica. Como não se sabia mais o que e a qual determinação obedecer, requereram a

29 *Commercio do Paraná*. 4 jun. 1915.

30 *Id.*

31 *Id.*

32 *O Dia*. 6 set. 1925.

dispensa da aplicação da *atual ou atuais leis*. Tal atitude foi considerada uma ofensa ao governo, e o advogado foi preso.

Concomitantemente, estava programado para ser realizado em São Paulo o 2.º Congresso de estudantes de Medicina. As delegações já começavam a chegar de todo o Brasil, inclusive a paranaense, chefiada pelo acadêmico Duílio Calderari.

Na antevéspera do início do conclave, dois estudantes de Medicina do Rio de Janeiro apresentaram-se com um abaixo-assinado contendo duas mil assinaturas, dizendo que aquela faculdade não se faria representar no 2.º Congresso, face à prisão do professor Bruno Lobo, defensor dos estudantes no caso do *habeas corpus*. Pediam então a solidariedade e a adesão dos colegas que estavam prestes a se reunir em São Paulo.

Os portadores do abaixo-assinado foram considerados os legítimos representantes dos acadêmicos do Rio de Janeiro, pelo congresso. Entretanto, a diretoria da Faculdade do Rio nomeou alguns acadêmicos como representantes oficiais da faculdade.

Era voz geral que os cariocas seriam vaiados na gare da Estação do Norte, por ocasião do seu desembarque, devido à sua atitude violenta, embarcando no Rio, sem a autorização da classe acadêmica e não representando pois, a expressão da vontade carioca [...].

O trem parou e os gritos de 'morra' e 'abaixo' partiam de todos os lados ao mesmo tempo que vivavam os estudantes mineiros. [...] No dia seguinte [...] um carro especial [...] os reconduzia ao Rio<sup>33</sup>.

Em consequência dos acontecimentos foi adiado *sine die* o congresso estudantil. Os estudantes do Rio e São Paulo entraram em greve. O professor Rocha Vaz, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em entrevista à imprensa, irritou os ânimos estudantis. Declarou-se contrário à gratuidade do ensino com a frase: *quem não pode não estuda*<sup>34</sup>.

A greve assumiu então características coletivas e atingiu âmbito nacional. Pela primeira vez na história estudantil brasileira, foi deflagrada uma greve de âmbito nacional, sem que existisse uma entidade a nível nacional para coordená-la.

Os estudantes paranaenses, informados dos acontecimentos pela delegação que retornava do suspenso 2.º Congresso,

33 *Ibid.*, 9 set. 1925.

34 *Ibid.*, 4 set. 1925.

reuniram-se em assembleia geral e declararam-se em greve de solidariedade. Fizeram concentrações na Praça Tiradentes, providenciaram o *enterro* de Rocha Vaz *com caixão verdadeiro*, cobrindo-o com coroas de capim etc., etc.

Em contraste com a posição estudantil, a congregação da Faculdade de Medicina, reunida, aprovou moção de apoio ao professor Rocha Vaz. Na reunião muitos conselheiros não compareceram e apenas três opuseram-se à decisão. Foram os professores José Guilherme de Loyola, João Evangelista Spindola e Simão Kossobudzki. Um dos professores, Chagas Bicudo, que não compareceu à reunião da Congregação por estar licenciado, publicou pela imprensa telegrama de apoio aos estudantes nestes termos:

Nestes últimos tempos em que o menor gesto de independência, a mais rudimentar manifestação de um pensamento livre, nesta época em que a imprensa é arrochada por leis autocráticas, em que se procura subjugar a consciência pelas crenças religiosas de cada governo, é absolutamente confortador o gesto dessa mocidade forte [...]. Avante mocidade!<sup>35</sup>

Para aquilatar esses acontecimentos estudantis, é preciso não esquecer que nos últimos meses de 1924, até abril de 1925, o oeste do Paraná foi ocupado pelos revolucionários paulistas do general Isidoro Dias Lopes e que o Paraná ainda se encontrava em estado de sítio. A Coluna Prestes iniciava sua longa marcha pelos sertões brasileiros.

O governo federal ameaçou suspender e/ou expulsar os grevistas das faculdades. Os estudantes foram taxados de *minoria turbulenta etc*<sup>36</sup>. Foi uma greve geral no país, do nordeste ao Rio Grande do Sul.

Uma das consequências imediatas dessa greve de âmbito nacional — que se esvaiu aos poucos — foi a tentativa de alguns intelectuais paulistas de organizar no país um partido da mocidade. Para eles, a greve revelava que os estudantes brasileiros estavam saindo do mais censurável dos ostracismos, de que a juventude estudantil estava abandonando uma atitude de apatia. Seria então preciso aproveitar essa tendência a fazer com que ela começasse a tomar parte ativa da política da nação<sup>37</sup>.

35 *Ibid.*, 7 set. 1925.

36 *Ibid.*, 17 set. 1925.

37 *Ibid.*, 18 set. 1925 e 16 out. 1925.

O Partido da Mocidade começou a se estruturar em São Paulo, lançando manifestos pela imprensa. De São Paulo, veio para Curitiba Eurico Ribeiro para estruturar o partido. Organizou um núcleo composto pelo acadêmico Duílio Calderari (representante da classe acadêmica), Alô Guimarães (representante da imprensa), João Alfredo da Silva (representante das classes conservadoras) e mais um representante da classe operária, que seria eleito posteriormente. Mas, desde o início, já se fazia sentir *falta de calor dos moços paranaenses* para tamanha empreitada. Essa atitude deve ter sido geral no país, porque nada mais apareceu nos jornais sobre o Partido da Mocidade.

Em outubro de 1931, os estudantes de Direito entraram numa pequena greve por questões escolares internas. Vinte dias depois tomou conta dos meios acadêmicos de Direito uma greve de caráter nacional. O objetivo era conseguir a aprovação por média. Os alunos que tivessem boas notas no transcórre do ano letivo, segundo os estudantes, deveriam passar por média. Essa greve, além de adquirir caráter nacional, recebeu apoio e adesão dos estabelecimentos de nível secundário, como o Ginásio Paranaense e a Escola Normal.

Orgulhavam-se os estudantes de Direito da Universidade do Paraná por haverem sido eles que levaram seus congêneres à greve.

Em fevereiro de 1937, houve nova greve referente ao aumento das taxas escolares. A direção da faculdade aproveitou-se das férias de verão e elevou as taxas. Um acadêmico de Direito em manifesto jornalístico — muito em moda na época — denunciou o ocorrido. Para o acadêmico J. Oliveira Sobrinho isto se devia exclusivamente à indiferença e frieza com que os estudantes de Direito estavam encarando a questão.

Tudo se resolve e se faz à revelia do discente. E a classe, a que também pertença, não reaciona. Deixa-se passivamente expoliar sem um gesto de revolta. Permite a negação dos seus mais sagrados direitos, sem uma atitude ativa de defesa, do que de justiça lhe pertence. [...] Não se procura tocar nas reservas que forçosamente existem, não se cogitou numa redução dos vencimentos dos lentes, entre os quais não há um que viva exclusivamente do que percebe como catedrático, mas não houve a menor hesitação em sobrecarregar, até a impossibilidade de continuação do curso [...]. Desta feita no entanto a minha classe deve sair do seu marasmo que lhe dá aparência de servil, unida no

entusiasmo moço, deve e terá num movimento a cuja impetuosidade os obstáculos serão frágeis, numa avalanche que não se deterá senão quando satisfeitos nos seus anseios [...]»<sup>38</sup>.

O professor Laertes Munhoz também estimulava os acadêmicos de Direito a iniciarem o movimento. Escreveu artigo sob o título: *Quando a mocidade fracassa*<sup>39</sup>.

A greve, deflagrada na época da matrícula, adotou a palavra de ordem: *ninguém se matricula*. Os acadêmicos residentes em Ponta Grossa, quando souberam do movimento, enviaram telegrama de apoio, negando viabilidade às matrículas.

A greve de 1937 ficou conhecida como a *greve dos direitistas* em alusão aos estudantes de Direito. A congregação da faculdade cedeu, diminuindo em 50% o aumento inicial das taxas escolares.

Até a federalização da Universidade do Paraná, em 1950, não se têm mais notícias de movimentos paredistas do seu corpo discente.

Logo após a revolução de 1930, surgiu em Curitiba um movimento educacional de orientação esquerdista, que pretendeu instalar uma universidade popular. Este movimento, liderado por Sérgio Duarte, era um reflexo do movimento nascido na Argentina e que estava sendo difundido pela América espanhola. Em 1931 tentavam seus seguidores fixar-se no Brasil, e Curitiba foi seu primeiro campo de experiência. Seus principais postulados eram:

1 — cultura ao alcance de todos. Criação de uma universidade popular, essencialmente gratuita. A cultura, antes privilégio dos burgueses, estaria ao alcance de todos;

2 — escola una, acompanhando o evoluir da pedagogia. A passagem de um curso inferior para um superior não teria solução de continuidade. A universidade popular através da escola uma tornará a passagem de níveis um simples complemento;

3 — a cátedra não será monopólio do lente. A universidade popular trará ao seu seio todo e qualquer valor intelectual, para ministrar determinado curso;

4 — abolição do ensino dogmático e livresco. A universidade popular não será sectarista. Não seguirá determinada corrente filosófica (sic);

5 — freqüência livre para os alunos;

38 *Diário da Tarde*. 15 fev. 1937.

39 *Ibid.*, 18 fev. 1937.

6 — participação do corpo discente na direção da universidade. Os professores serão considerados simples companheiros mais experientes;

7 — extensão universitária na universidade popular serão cursos à parte.

Sérgio Duarte, organizador, explicando seu funcionamento, acrescentava:

Todos os sábados, estudantes das Faculdades Superiores do Paraná, advogados, médicos, engenheiros e professores farão palestras sobre assuntos de sua especialidade, pondo a Universidade Popular ao par da evolução da ciência e filosofia<sup>40</sup>.

Em 1932, a Universidade Popular planejava implantar a educação física para seus alunos. Seus organizadores pretendiam desfraldar em Curitiba a *bandeira vermelha da revolução*<sup>41</sup>. Tal instituição era a primeira e a única no gênero no Brasil. Estava organizada nos preceitos pedagógicos da Escola Nova e tinha por finalidade desenvolver as aptidões físicas, morais e intelectuais da classe operária e da massa anônima do povo.

Todos os figurões que têm ocupado a direção dos departamentos educativos são acordes em afirmar: 'quem é pobre não estuda'. Disse-o Rocha Vaz, disse-o Francisco Campos e dirão todos os outros que passarão pelo Departamento Nacional do Ensino ou pelo Ministério da Educação.

Aqui no Brasil o ensino é para os ricos [...]. O operário, com os seus míseros salários que mal lhe dão para a subsistência, não pode absolutamente freqüentar a escola burguesa. Dizem por aí que quem não estuda é porque não quer. O governo mantém grupos escolares por toda a parte. Engano imperdoável! É verdade que o ensino primário é mantido pelo governo, também não é menos verdade que o ensino primário, entre nós, é uma grande desilusão. [...] O ensino primário é para os filhos da burguesia. O operariado vê fechada a porta da Escola se aparece maltrapilho e descalço. Quando, por condescendência e extrema caridade dos mestres, é admitido a freqüentá-la, voltam-se para ele todos os seus colegas, na manifestação de supremacia de classe, volta-se para ele o ódio dos que o cercam, impelindo-o ao menosprezo.

<sup>40</sup> *Ibid.*, 16 out. 1931.

<sup>41</sup> *Id.*

O filho do proletário não pode freqüentar a escola burguesa. Era preciso, em Curitiba, uma instituição do gênero da Universidade Popular. Se os poderes constituídos do Estado burguês negam a instrução ao proletariado, a massa proletária, a grande força incontestável dos nossos dias, educar-se-á a si mesma<sup>42</sup>.

As aulas na Universidade Popular tiveram início no dia 8 de setembro de 1931. Aulas para adultos que já possuíam conhecimentos e um curso especial para *desanalfabetização*. Compreendia, também, uma sala de aula com meninos e meninas de 7 a 12 anos, filhos de proletários. Esta escola tomou o nome de Salatiel Bezerra, funcionava à tarde das 13 às 16 horas, e tinha por mestra a Sra. Cidália Bosio Silva.

À noite, estavam programados *talentos dos mais pujantes da mocidade paranaense*<sup>43</sup>. Pretendiam imprimir um cunho revolucionário dentro das organizações proletárias no Paraná, obedecendo ao lema: *organização, instrução e revolução*<sup>44</sup>.

Achavam seus organizadores que o Paraná estava de parabéns com essa obra gigantesca, que acabava de ser erigida. *Operariado culto é sinônimo de burguesia morta*<sup>45</sup>.

Este novo sonho magno estava colocado em bases bem opostas do que o de 1912, não sobreviveu às intempéries provocadas pelo seu programa e/ou fecharem-lhes as portas. Não mais se ouviu falar em Curitiba da universidade popular.

42 *Id.*

43 *Id.*

44 *Ibid.*, 9 set. 1931.

45 *Ibid.*, 16 out. 1931.

# FEDERALIZAÇÃO

No fim da década de 1920, durante a presidência de Afonso Camargo no estado, alguns dirigentes universitários que se interessavam pela restauração da Universidade do Paraná ficaram deveras preocupados com uma nova exigência federal para o reconhecimento de uma universidade. Uma lei federal passou a exigir, para tanto, um patrimônio mínimo de 30 mil contos de réis. Motivados por essa exigência e tendo por escopo o reconhecimento da instituição, o desembargador Vieira Cavalcanti, então diretor da Faculdade de Direito, e o secretário da mesma, João Ribeiro de Macedo Filho, procuraram mais uma vez o apoio do governo do estado. Expuseram a questão ao presidente Afonso Camargo.

Expus-lhe a minha idéia, mostrei-lhe a prática seguida pelos americanos, de fazerem os governos largas dotações territoriais às Universidades, e demonstrei-lhe a verdade de que dar à Universidade era dar ao próprio Estado, cujo propósito se fazia pelos seus elementos de cultura, especialmente nos centros de ensino superior<sup>46</sup>.

O presidente concordou em doar à universidade uma vasta área de terras desde que fosse aprovada tal medida pelo poder legislativo. Foram então os deputados sendo trabalhados um a um. Finalmente votaram e foi sancionada uma lei que concedia uma área de 25.000 alqueires (*sic*) à universidade. Eram terras localizadas na região norte do estado e que pertenceram outrora à Cia. Marcondes. Com essa medida considerava o professor João Ribeiro de Macedo Filho que a Universidade do Paraná estava apta a comprovar junto ao governo federal a capacidade legal de que dispunha para ser reconhecida. Mas, laconicamente, conclui: *entretanto, não foi avante o empreendimento, por motivos que não vale a pena revelar*<sup>47</sup>.

46 *Gazeta do Povo*. Curitiba, 14 mar. 1946.

47 *Id.*

Em 1945, quando o desembargador Clotário Portugal ocupava o cargo de interventor no estado, foi novamente acertado, dessa vez com o secretário de viação e obras, Antônio Ribas, com todo apoio do interventor, uma concessão para o patrimônio da universidade de uma área de 50.000 alqueires.

Tratava-se de terras devolutas e que deveriam ser colonizadas pela universidade. Entretanto, muito curta foi a passagem de Clotário Portugal pelo governo do estado e essa iniciativa não teve o fim colimado.

Se essas transações tivessem dado certo, provavelmente a Universidade do Paraná transformar-se-ia a curto prazo na de maior patrimônio do país, embora às custas de se transformar numa das maiores imobiliárias ou, talvez, até em grileira de terras do país.

Com a restauração, a partir de 1946, Curitiba começa a receber epítetos dos mais variados: cidade universitária, Atenas brasileira, cidade sorriso, Coimbra brasileira etc. A universidade e a vida estudantil passaram a ser pólos de atração na cidade. Mas continuava a ser particular. Para muitos ela havia chegado ao limite máximo que uma universidade particular poderia alcançar. De agora em diante, só os poderes públicos federais poderiam fazer com que ela continuasse sua ascensão.

A federalização aparecia como o único caminho a seguir. Os acadêmicos queriam a federalização porque isso significava ensino gratuito. Os professores almejavam-na porque traria *ipso facto* melhoria de seus vencimentos. Era, tudo indicava, a única opção de projeção futura.

A universidade crescia a um ritmo nunca constatado. Em 1947 o número de seus alunos atinge 3.033 universitários. O próprio governo federal imprimia um ritmo jamais registrado nos mais diversos graus da instrução pública.

A Universidade do Paraná havia planejado construir o que denominou-se na oportunidade de Cidade Universitária — hoje Centro Politécnico — e o Hospital das Clínicas. No início de setembro de 1948, veio a Curitiba o ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani. Seu objetivo era dar início às providências para a construção do Centro Politécnico e lançar a pedra fundamental do Hospital das Clínicas.

Esse trabalho junto ao governo federal foi iniciado pelo reitor João Ribeiro de Macedo Filho. Havia assumido a Reitoria com o afastamento a 6 de julho de 1948 de Victor Ferreira do Amaral.

Este, após a restauração, ocupava simbolicamente a reitoria, como sinal de gratidão e respeito da universidade. Agora, por força dos novos estatutos, foi obrigado a aposentar-se.

Macedo Filho, velho conhecedor dos nuances do ensino superior no Paraná e no Brasil, imprimiu na sua gestão um melhor entendimento e entrosamento com o governo federal. Percebeu ele que o momento no Ministério da Educação era o do ensino superior. A vinda do ministro Clemente Mariani em setembro, para lançar a pedra fundamental do Hospital das Clínicas e ultimar providências para a construção do Centro Politécnico, já é produto dessa política imprimida por Macedo Filho. Porém, a 4 de agosto de 1949 falecia precocemente o professor Macedo Filho. Assumia então a reitoria o professor Flávio Suplicy de Lacerda. Este era um homem que, por suas atitudes, havia produzido uma grande celeuma em Curitiba, no transcorrer da Segunda Guerra Mundial. Após a invasão da Polônia pelos nazistas em 1939, organizou-se no Paraná um comitê pró-vítimas da guerra da Polônia. A chefia foi entregue a Victor Ferreira do Amaral. Os nomes mais representativos da universidade foram colocados como integrantes do mesmo. Ocorre, porém, que Flávio Suplicy de Lacerda, em carta enviada à imprensa da época, fez questão absoluta de retirar seu nome como membro do referido comitê. Entre outras coisas afirmava o missivista:

Se o povo polaco foi sacrificado (como o chinês está sendo sem a nossa preocupação), lamentamos e ajudamos, mas não invoquemos a caridade pública em seu favor, estraçalhando com o tacão ferrado do ódio o povo alemão, que também é vítima.

Eu sou neutro, e serei neutro até o Brasil, pelos seus interesses, pela sua honra, dizer onde é a minha trincheira, e nesse momento não haverá inglês, nem alemão, nem polaco e nem francês, haverá a minha Pátria de um lado, e os que forem considerados seus inimigos do outro<sup>48</sup>.

Em 1942, quando o transcorrer do conflito bélico estava no auge, o Brasil decidiu-se em apoiar os aliados, contra as potências do eixo. Na oportunidade as Faculdades Superiores do Paraná enviaram telegramas ao presidente da república em apoio à decisão tomada pelo governo brasileiro. Na reunião da congregação da Faculdade de Engenharia, da qual Flávio Suplicy de Lacerda era membro, tentou

48 *Diário da Tarde*. Curitiba, 17 out. 1939.

o mesmo por todos os meios impedir que a faculdade despachasse o telegrama de apoio. O referido telegrama estava assim redigido:

Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas — Palácio do Catete — Rio de Janeiro.

Nesta hora grave e inequívoca para a vida da nossa pátria, irmanada no destino que as Américas se traçaram, imposto por traiçoeiro e audacioso golpe lhes desfechado pelas potências do eixo, Alemanha, Itália e Japão, o corpo docente da Faculdade de Engenharia do Paraná testemunha a V. Excia. Sr. Presidente da República, sua incondicional solidariedade às sábias e patrióticas deliberações emanadas do vosso governo, eloqüente afirmação histórica das honrosas tradições do Brasil face aos inimigos da civilização e da democracia<sup>1</sup>.

Este telegrama não foi despachado, mas o foi um outro semelhante alguns dias após, apesar do posicionamento político ideológico do professor Suplicy.

Assumindo a reitoria da Universidade do Paraná em agosto de 1949, transformou-se este reitor no arauto da campanha pró-federalização. Flávio Suplicy de Lacerda, com esse objetivo, teria feito 42 viagens para o Rio de Janeiro. Estados que ainda não possuíam universidades federalizadas, tal qual o Paraná, teriam tentado obstaculizar a reivindicação do estado.

Um desses representantes, o senador Viana, conseguiu formar barreira obstando o Reitor Suplicy de Lacerda, chegando enfim a declarar-lhe: — Vou encaminhar a lei para ver-me livre de sua insistência<sup>2</sup>.

Da comissão nomeada para contatar com o presidente da república faziam parte: o governador Moysés Lupion, o próprio reitor, os diretores das faculdades e institutos e os presidentes dos diretórios e centros estudantis. O presidente da república, Eurico Gaspar Dutra, acatou o memorial e exposição de motivos apresentado pela Universidade do Paraná e pelo ministro Clemente Mariani e em 10 de março de 1950, encaminhou para a Câmara dos Deputados a mensagem, federalizando a Universidade do Paraná.

Aprovada a mensagem no Senado e Câmara dos Deputados, tomou a mesma a forma de Lei n.º 1254 de dezembro de 1950. Transformava-se a Universidade do Paraná em Universidade Federal do Paraná. Iniciava-se então um novo e significativo período de sua história.

1 *Ibid.*, 25 mar. 1942.

2 CARNEIRO, David. *História da primeira Universidade do Brasil — a do Paraná*.

# ANEXOS



Blank Page

## DISCURSO DO TEN. DR. DALTRO FILHO



Por ocasião da instalação da Universidade do Paraná no dia 19  
de dezembro de 1912

xmo. Sr. Dr. Presidente do Estado, Exmo. Sr. General Inspetor da 11.<sup>a</sup> Inspeção Militar, Exmo. e Revm. Sr. Bispo Diocesano, Exmas. Sras., meus senhores.

Aos que se admirarem de ver-me na árdua execução deste mandato, que delata, antes de tudo, o prestígio da simpatia, amortecendo os atributos que me são propostos como parte mais obscura desta assembléia lembrarei um sisudo conselho de Renan, cuja moralidade ensina que não devemos procurar, nem sobretudo recusar uma digna responsabilidade.

Deliberei, por isto, ajustar-me a vossa enobrecedora confiança. E recalcando a modéstia, que afinal se reduz a uma forma artística da humildade, sem efeito numa empresa cujo êxito depende da máxima ousadia, fui arrancando com torturante esforço no anseio de elevar-me no nível das vossas energias másculas de fortéz.

Medi o tema, temerariamente. Versei-o. Adstringi-me aos seus aspectos particulares. E sob o impulso de um fervente entusiasmo, que me guiara no traçar a feição própria do instituto que hoje se inaugura e que se chama Universidade do Paraná, excedi-me na escolha caprichosa dos mais graciosos vocábulos.

Li-me depois. Mas amarguei um desapontamento, prefigurando uma simplicidade ilusória no contemplar-lhe a fisionomia particular, exclusiva, verifiquei, desalentado, que perdera o tempo sujeitando meu ríspido arrebatado a fórmulas cantantes e vazias.

O que me parecia, a princípio, escandalosamente simples, era apenas um disfarce traiçoeiro pela redução da tese, cuja miniatura fascinante me arrastava insensivelmente para a literatura imaginosa dos poetas. Convenci-me então, que mesmo num raptó

da fantasia, a desdobrar-se, incendiada, nos arrebatamentos sinceros, na magia das metáforas encantadoras, na fascinação vibrante das imagens radiosas, não há prodígios de forma que permitam, conduzindo o raciocínio por um só veio, em torno da mesma ideia, abranger ou definir uma entidade coletiva de tal porte.

É que a Universidade ou, em geral, a escola, significando um fator intrinsecamente social pelo destinar-se a um fim social complexo, não escapa ao influxo das leis naturais de semelhança e sucessão, quer dizer — não se forra às influências mútuas e fatais da própria sociedade.

Realentei-me. E desbravando o pensamento, relancei a vista sobre o nosso meio para mostrar-vos, por deduções rigorosas, que dadas as características da comunhão brasileira, a Universidade do Paraná não é apenas oportuna — mas é até necessária.

Di-lo a história, que nos amostra a nação marchando aos solavancos, evoluindo sem as leis da evolução, progredindo sem a base indispensável de um forte nacionalismo, e no-la mostra ainda, ao relatar-lhe os episódios mais nobres, ligando o seu próprio destino ao das academias.

É fácil demonstrar.

O nosso povo desigual surgira da fusão arbitrária de três raças divergentes e díspares: uma indígena, cuja evolução primitiva nem lhe indicara, ao revés do sacrifício, a escravidão dos vencidos; a outra — negra e bárbara — ferozmente arrancada ao continente africano, chegaria ao nosso tempo sob o jugo brutesco da mais estúpida opressão; e dominando-as cruelmente, como o fator aristocrático da nossa formação étnica, que nos dera a língua e nos legara os costumes — a gente portuguesa, cuja maior parte demandava ao Brasil em busca da fortuna.

Ora, tais elementos, sobre não nos permitirem a homogeneidade da raça, não garantiriam a unidade moral da sociedade brasileira. Perturbavam-nas, além disso, não só as várias densidades com que os elementos formadores se cruzavam nos vários pontos da nossa terra, como a desigual intrusão de outros povos em sucessivas épocas ulteriores, como até a própria amplidão do território, com suas disparidades climáticas.

Ainda mais: o nosso aparecimento coincidia com o final da Idade Média, quando as nações modernas despontavam dos escombros do feudalismo, dobrando a autoridade pontifícia ao poder absoluto dos reis. De sorte que o clero, representando a única força

capaz de unificar-nos, sob o meigo prestígio do catolicismo, não tardara a anular-se aos embates do colono, sem domínio político de molde a contrapor-se às suas ambições desmesuradas. Crescíamos à ventura. A nossa evolução naquele tempo refletia um estado semi-bárbaro, no baralhamento sem nome de três cores, três línguas e três crenças, destacando-se entre estas o catolicismo, cuja nobre unidade o espírito do povo diluía nas superstições do culto medievo. Demais

os vários agrupamentos em que se repartia o povoamento rarefeito, envolvendo emperradamente sob o influxo tardo e longínquo dos alvarás da metrópole e de todo desquitados entre si, não tinham uniformidade de sentimentos e idéias, que os impelisse a procurar na continuidade da terra a base física de uma pátria.

É o que para logo se destaca no descaso dos sulistas pela guerra contra o batavo, travada em Pernambuco e na Bahia, e, mais tarde, no indiferentismo do norte ante o suplício glorioso de Tiradentes.

Eram movimentos parcelados, estritamente locais, dizendo quanto são frágeis, desde séculos, os nossos laços de solidariedade. O feudalismo acalanhado das capitanias não tem história: tem anais.

Ninguém o enfeixaria, ao modo de Herculano ou de Taine, com a feição de sociologia descritiva. E esta ausência de síntese, tão característica da nossa história, naquela quadra, põe de manifesto que os nossos destinos opostos trabalhariam por sermos, ao revés de um grande povo, os povos de não sei quantas repúblicas turbulentas.

Há uma prova disso nos sucessos incandescentes da nossa emancipação política. De fato, quando as Cortes de Lisboa, planejando a recolonização do Brasil, despertaram, sem o querer, o movimento separatista, era certo o desmembramento se a figura empolgante e sugestiva de José Bonifácio, apanhando o conjunto do problema brasileiro, não centralizasse a nação em torno do Príncipe Regente.

Fizera-se o Império. Mas o grande estadista não lograra a construção da Pátria, que implicava a unidade moral do nosso povo, escandalosamente mestiço e parcelado em castas, que separavam o senhor arrogante do escravo sucumbido, além de uma população gentia de tribos devastadas e errantes no sertão.

Daí o baralhamento das ideias, concretizado nas sedições e tumultos em que se expandiam as energias sociais revoltas, durante o decênio subsecutivo a 1822.

Abrandou-as a energia maior e anômala de um padre — Diogo Antonio Feijó — pulseando-as heroicamente. Mas não serenaram de todo. As nossas tendências disparatadas a cada passo explodem, numa sucessão de conflitos caracteristicamente bairristas:

no extremo sul a luta separatista desenrolou-se durante dez anos, toda ela local, diante da impassibilidade do país; no extremo norte, as selvatiquezas da ‘cabanagem’ nada mais foram do que um sintoma da heterogeneidade étnica bem pouco conhecida. Ao ‘cabano’ sucederiam no correr dos tempos: o ‘balaio’ no Maranhão; o ‘chimango’, no Ceará; o ‘cangaceiro’ em Pernambuco; nomes diversos de uma diatese social única, que chegaria até hoje projetando nas claridades da República, o perfil apavorante do ‘jagunço’.

Não há encontrar no Brasil traços leves sequer de um espírito nacional. O contraposto da nossa formação social entrou pela República, acentuando a fisionomia dúplice da nacionalidade, com a monstruosa distância que separa o cidadão, mal entrajado na civilização da Europa, do sertanejo bruto e simples, a resumir as mais desencontradas tradições.

Ora, aceito que as instituições dependem de um reduzido grupo de letrados, ainda mesmo num país de forte civilização e cultura superior generalizada como a França ou a Inglaterra, compreende-se bem que nas sociedades sem fisionomia, como a nossa, sua influência cresça ao ponto de tornar-se decisiva. Nem há miopia intelectual que a negue, tão clara ela reza na Abolição e na República.

São as nossas melhores conquistas. Ambas nasceram das próprias conquistas morais do nosso tempo; mas ambas erupiram, temporariamente despedidas das escolas.

Há dois nomes que são dois patrimônios nacionais: Castro Alves e Benjamim Constant. Mas ainda aqui, nem os versos de fogo do primeiro, nem o raro estoicismo do último, cuja valia no governo provisório ressalta das páginas líricas da nossa carta política, nenhum deles influíra nas camadas profundas da nação. E sua instabilidade, que é uma função dependente de sua construtura incoerente, perturbara a primeira infância da República, eternizando, entre nós, o Marechal Floriano, como o defensor do princípio da autoridade.

Senhores. Nós ainda atravessamos o período, certo muito longo, das combinações incompletas. Daí o grave compromisso da

geração que vai subindo cada vez mais responsável pelos sérios destinos desta terra, a consistir na formação de um espírito nacional uniforme, desabrochando num mesmo patriotismo vigoroso, pelo invocar da imagem subjetiva de uma mesma Pátria.

Ora, esta missão nobilitante, dada a feição moral do século, cabe, em plano mais elevado, à Escola.

Só o ensino, pelo apagar o contraste sombrio entre a nossa organização intelectual imperfeita e a nossa organização política incompreendida, será capaz de nivelar-nos. E não seríamos nós o caso virgem, ou o primeiro exemplo de um povo, que suprisse pelo mestre escola o esforço regular da evolução.

Tem-se na Alemanha, assim provida de um acervo de ducados e que:

é hoje o modelo impecável de uma nação prática e fecunda, utilitária e mais que todas aparelhada de lúcido discernimento dos melhores recursos que nos oferece a ordem objetiva: o seu comércio bate, nesta hora, nos mares, o primado tradicional do comércio inglês; e a sua indústria, desde a rude indústria das minas à indústria química e às maravilhas da eletricidade, abre à força, arrombando as portas de todos os mercados.

E mais sugestivo ainda — o exemplo do Japão — daquela gente amarela, que durante alguns anos se acurvara nas carteiras escolares, a transfigurar penosamente seus prejuízos de bárbaro, no atual patriotismo japonês.

Mas para isto é preciso nos corrigir ou disfarçar a grave anomalia da constituição republicana, que relegara o primeiro ensino à iniciativa menos eficaz dos Estados.

Penso que aí se insere o seu maior erro. E não há como desculpá-lo, se a sua única desculpa não está na urgência e no afogadilho com que a discutiram.

De fato o ensino primário, e até certo ponto o ensino secundário, visando o pleno e harmonioso desenvolvimento das múltiplas faculdades da criança, destina-se a moldar o homem. E como se reclama, na República, pelo direito do voto, a ingerência de todos os patrícios no governo da nação, admitamos de bom grado que devemos todos aprender a mesma língua, os mesmos sentimentos e os mesmos ideais.

Esses livrinhos, que decoramos em criança e cujas páginas tão fundamente se nos estampam na consciência que delas nunca mais nos esquecemos, por toda a parte deverão ser os mesmos encerrando — para o brasileiro do sul como para o brasileiro do norte — as mesmas belezas da nossa natureza contadas na sua geografia; a mesma grandeza moral dos nossos homens, consta na sua história; a mesma ternura das nossas mulheres, contada nos versos inspirados dos nossos líricos.

Instrução em todo indispensável ao povo, mas que recebemos numa fase da vida em que trocamos de bom gosto o a, b, c, os brincos fagueiros da primeira idade, sobre ser obrigatória, ação coerciva da União deve torná-la mais cuidadosa, mais verdadeira, mais séria.

Mas o quadro real é outro. Proclamada a República, foram quase todos os Estados para logo chefiados por moços, cuja magnífica visão teórica, embora alentada por veemente patriotismo, não lhes supria o tirocínio complementar da vida pública. E esta paradoxal experiência de alguns dias que ilumina, de golpe, os espíritos integralmente cultos, perturbou-a a revolta, estremecendo-os, aterradora, com as sangueiras de 93.

Debelada a crise, quando o país, mais tarde, entrava numa época tranqüila, as atividades governamentais atraídas por outros problemas, ao parecer mais instantes e sisudos, não viram que o ensino a pouco e pouco ia passando à cuidança dos particulares.

A escola pública era um como refúgio da pobreza. E a instrução primária, não grado o repiso das reformas em bloco, a que de longa data nos afeiçoamos, decaía, sofismada.

Não havia obstar-lhe a descensão. Porque no tornelíneo dos métodos anacrônicos, na onda escura dos compêndios contraditórios e errados, em meio à música das lições em coro, soerguia-se, dominante, a figura carrancuda do mestre, mal humorado sempre, transmitindo o saber pelas unhas à pavana; afogando com lágrimas o riso dominante da meninada, cuja inteligência se embotava das decorações torturantes, que despertam o horror aos livros e originam a *surmenage*.

Esta impressão é justa. É do meu tempo. É a norma ainda hoje seguida nos sertões.

Mas vamos mudando muito. Em jurisdição escolar, S. Paulo é um exemplo a apontar-se com prazer: e pela Rivadávia que, numa esplêndida harmonia com o sentir moderno, divorciara o ensino

acadêmico da União para entregá-lo à iniciativa das escolas livres — é outro. Nem se entendia semelhante enlace, ou tutela, do Estado — quer apelando para a garantia da freqüência, que desponta naturalmente da própria atração do saber profissional — quer pela mesma transcendência dos assuntos, que na academia, remontando a inteligência do estudante e fortalecendo-lhe o senso crítico, repele a tirania do compêndio e transforma o professor num abreviado índice das realidades virtuais da profissão.

Daí o pensamento criador da nossa Universidade. Mas não vos assusteis com este nome, que de nenhum modo recorda essas velhas madrastras do pensamento, com o praxismo crasso da instrução medieval, que fazia do aluno um receptor passivo do *magister dixit*.

Essa escolha determinou o intento de abranger, num só vocábulo, os cursos respectivos às várias carreiras liberais, constringindo, numa direção única, todas as escolas que vão da Engenharia ao Direito.

Não vo-las dissequei, porém, marchando paralelamente às páginas dos seus estatutos. Seria uma tarefa inútil, fatigante.

Basta-nos referir que a Universidade do Paraná, escoando-se nas magnas conquistas da Psicologia, se traçara um destino utilitário e sério: abreviar-se na cultura a um tempo sólida e restrita às exigências profissionais, visando formar homens que se andem com êxito pelas vias tortuosas da existência, imperturbáveis e sós,

A sua divisa põe bem de manifesto o seu escopo: *scientia et labor*. Quer dizer: o esforço da inteligência para a utilidade do esforço; quer dizer: traçara ao acadêmico a futura órbita social em que terá de gravitar, apercebendo-o dos melhores recursos para vencer e todas as vicissitudes da vida.

Mas como em toda parte, não poderá transfigurá-lo, de pronto, num profissional consumado.

Dar-lhe-á as bases, os conhecimentos gerais, os fortes cabedais teóricos racionalmente concatenados, dentro dos quais se individualizam os problemas, que avultam na indeterminação numérica dos casos particulares.

Na terra a terra das aplicações, onde as teorias se dobram à pressão dos lados objetivos, a escola o instruirá de que a ciência, ao revés de uma deusa onisciente e sempre dócil à satisfação das mais extravagantes curiosidades, é apenas um guia; que nos torna claudicantes por entre as aparências de existência universal e vai no-las

revelando, na preocupação nobílima de uma forte intimidade entre a nossa própria consciência e a realidade das coisas que nos cercam.

Os horizontes da Universidade estão, como se vê, delimitados. Sua ciência define-se, pela fórmula de Ernesto Mach, como a economia do pensamento.

As suas verdades, severamente demonstradas, são as próprias verdades positivas: não se esgarçam numa série de proposições metafísicas, mais ou menos despidas de sentido; coordenam-se, amarradas em sistemas de relações infrangíveis.

Nem fora possível, à Universidade, nortear-se de outro jeito, dada a estupenda amplitude da ciência humana, e ainda assim timorata e dúbia no distinguir a realidade exterior, tão sempre volúvel, tão sempre rebelde e fugitiva, que só se fixa quando apanhada nos elos indissolúveis das leis em que se formula.

Diante de sua enormidade majestosa que só podemos versar nos fragmentos, e ante a imensa grandeza dos conhecimentos atuais, o nosso espírito curioso e frágilimo, no anseio de uma síntese desafogada, impôs-se um processo forçadamente analítico, seriando o saber universal numa progressão científica inevitável.

Ora, é nos termos alentados desta escala que repousam todos os cursos da Universidade. Não é preciso mostrar-vo-lo, nomeando-os.

Baste-nos dizer que a Engenharia — que invoca sobretudo os recursos da Matemática e da Astronomia; que nos ensinamentos da Física, da Química e da Biologia — assenta a Medicina; e que o Direito se espraia no próprio campo da Sociologia e da moral.

Mas não trago o propósito de aviar-me longamente, no domínio tão amplo das ciências, e ressaltar a dependência estreita deste enlace.

Compreende-se bem que nelas só buscamos os recursos espantosos das suas aplicações. Assim percorremos a matemática, que disciplina a inteligência na exatidão de sua lógica e precisão admirável dos seus resultados, seguindo-a, lento e lento, desde o cálculo aritmético às suas mais belas aplicações na hidráulica, na resistência dos materiais e na estabilidade das construções. É na posse deste instrumental maravilhoso, que só raciocina por sorites (*sic*) ou por equações, articulando uma linguagem de imaginosa certeza, passaremos a ciência entre todos senhora dos fenômenos que a constituem, a essa encantadora astronomia, que arrombou as nuvens, desvendando-nos, através do infinito e sob o rigor das suas fórmulas, a deslumbrante harmonia do Universo. Na esteira

luminosa das suas previsões irredutíveis, veremos singrar a geografia, a navegação, a hidrografia e a exatíssima geodésia, que nos dá a forma e a grandeza do planeta que habitamos.

Assim iremos à Física, pouco a pouco sistematizada desde a influência decisiva de Galileu, e no seu mundo prodigioso de fatos e de leis, onde as hipóteses — prestes levantadas, prestes decaídas — se renovam sem cessar ao impulso da experiência e da observação, aprenderemos, para não citar tudo, as aplicações formidáveis da eletricidade, que

se transforma em luz para aclarar as cidades; em movimento, abreviando as distâncias, avizinhandos povos e acordando o deserto com os silvos das locomotivas; em fluxo vital, para os territórios renascidos, transfundindo-se na inervação vibrátil dos telégrafos; em força inteligente, fazendo descansar um pouco mais o braço proletário; e fazendo-nos sentir o espetáculo da mecânica prodigiosa, de efeitos a se estenderem pelos mais íntimos recessos da sociedade, no másculo lirismo de uma cega energia da natureza.

Em seguida a Química, renascida, de golpe, de uma única experiência de Lavoisier e que procura uma sistematização definitiva sob o influxo da concepção energética — à parte os indescritíveis recursos emprestados ao progresso estonteante das indústrias, vai guiar-nos, dominante, na soberana restauração dos territórios exauridos.

Proseguiremos assim, transpondo as fronteiras da Biologia, hoje liberta das inumeráveis pré-noções que a retardavam, pelo só impulso de Claude Bernard, e que progride, rumando-se pelo determinismo biológico, para explicar-nos, cedo ou mais tarde, por teorias coerentes, o desenvolvimento do ser vivo.

A Sociologia, ainda balbuciante e em tanta maneira atraente por sua própria instabilidade; que tanto nos excita, mercê das suas mesmas aproximações duvidosas, levar-nos-á esclarecendo-nos a marcha evolutiva das sociedades.

E finalmente a Moral, a basear-se no realismo límpido dos fatos, na dependência necessária da nossa situação cosmológica, considerando o Mundo, a Sociedade e o Homem, concluirá conosco, que se este ama e odeia, ou respeita, ou adora os seres inspiradores das várias modalidades do seu culto, é apenas movido pela ação espontânea ou sistemática do seu cérebro contingente.

Senhores. Só nos resta acentuar que a ideia da Universidade não é original nem nova.

Semeou-a Rocha Pombo, em 1892, como no-lo conta Euclides Bandeira, mal pensando, então, o precário historiógrafo patricio, que ela necessitaria de vinte anos para percorrer as fases subjetivas por que passam as ideias, antes da completa e irradiante objetivação.

Concretizando-se agora em bela criatura o gênio fecundo de Nilo Cairo num lance de esplêndida energia. Não o louvamos nós, magoando-lhe a modéstia. Um nome cujo brilho já assinalaram letras estrangeiras, dispensa bem o ornamento vulgar de uns pálidos adjetivos.

O que preciso invocar é o contraste sombrio entre a nossa organização política — avantajada demais — e a nossa organização intelectual imperfeitíssima, numa quadra em que o próprio governo das sociedades — desde a complexa chefia de uma grande Pátria, ao diminuto exercício do funcionário mais modesto — assume a feição de problemas positivos, demasiadamente sérios.

A cultura, em todos os graus do homem, vai-se nos tornando assim uma necessidade imperiosa, porque o futuro do Brasil está no livro. E a missão mais alta da Universidade, no amparar esses talentos juvenis que aí se murcham, na inervação das atividades empíricas, vai consistir em semeá-lo, demonstrando, que

O livro, caindo n'alma  
É gérmen — que faz a palma,  
É chuva — que faz o mar.

# DISCURSO DO DR. BENJAMIN LINS DE ALBUQUERQUE



Por ocasião do lançamento da pedra fundamental do Edifício da  
Universidade do Paraná em 31 de agosto de 1913

Meus senhores:

Assentando-se hoje a pedra fundamental do edifício da Universidade do Paraná, começando-se a dar à instituição a sua adequada representação exterior, a sua sede de funcionamento regular e duradouro, parece-nos que o solo comunica à obra a sua indestrutibilidade.

Já não são os elementos criadores, ou o potencial da vida procurando o momento de afinidade para a obra. É a obra mesma, na tangibilidade de sua manifestação, que vinga a fase de projeto e entra, triunfante, nas primeiras etapas de uma vida longa, indestrutível, imortal.

É o tentáculo da pedra que desce ao âmago da terra para sustentar, na unidade arquitetônica da obra, os vários esgalhamentos em que se alcandorarão as correntes do pensamento que o mundo moderno criou e que serão apanhados por este novo centro de atração, para, elaborados pela originalidade de cada um de nós, entrar na economia intelectual da nossa pátria.

Do alto desta chapada, que parece destinada a ser um dos mirantes da humanidade, a mesma força que a criou impele para seu cimo todas as correntes universais. Correntes universais humanas que se caldeiam prometendo, de norte a sul, a formação de uma sub-raça herdeira de todas as características e virtudes que determinaram as vitórias parciais de cada povo. Correntes universais de pensamento e sentimento, que se formaram nos teatros de seus desenvolvimentos originários e que se integrarão no novo tipo humano com a orientação que lhe imprimir o novo teatro de ação.

Aqui desdobra-se a grande e nobre corrente latina, com a sua genialidade absorvente e generalizadora, os adejos de seus sonhos grandiosos e a quente idealidade de sua fé, sacudindo a poeira luminosa com que a sua arte e a sua inteligência aformosearam uma vida fecunda de lutas, de sonhos e de gozos.

Incide neste fundo resistente e digno, a digna e resistente corrente germânica, nascida acurvada sobre o solo, educada em regime de afanoso trabalho, estudando os segredos da terra, dominando as forças naturais, criando artes e indústrias. Casando as aspirações e concepções da vida prática aos adejos de sua fé robusta e nova, cria um sistema de superior idealidade, onde se casam e protegem a força e a poesia, o real e o ideal, o aspecto exterior e a origem e o fim das coisas, refulgindo seus artistas, dos seus filósofos, sempre formosos, ridentes e profundos.

Chegamos por outro lado, como uma transfusão dos altivos anglo-saxões, à corrente norte-americana, com o espírito liberal de sua raça, com o escrínio de suas virtudes, onde se contam a bravura e a serenidade, a orientação econômica e a honestidade, a desenvoltura e o ímpeto, tudo drenado por uma inteligência sã, industrialmente orientada e iluminada pela serenidade de um saber só de experiências feito.

Ao passar em revista o cenário que nos envolve, temos a impressão de que as virtudes humanas se integram no vasto seio em que vierem confluír, preparando, em eleições gradativas, o tipo do homem soberanamente forte, de forte coração para muito sentir, muito amar e muito querer, com a serenidade de um dominador, de forte espírito para, diante dos fenômenos, portar-se como um prisma que decompõem os raios solares, analisá-los e reconstituí-los em sínteses aplicáveis aos acontecimentos futuros.

No período de agitação em que entramos, de reação industrial sobre o ideal metafísico do passado, em nosso meio especial, a prática, o ato, o sucesso, absorvem por completo a atividade individual, encaminhando-a para o empirismo materialista das especialidades exclusivas. Os espíritos não se voltam para os demais departamentos da atividade coletiva, para a fonte perene de onde dimanam as leis universais, que se combinam formando o vasto conjunto, a atmosfera em que mergulha e vive cada especialidade cultivada.

Tínhamos um conjunto de princípios metafísicos que formavam o nosso patrimônio intelectual, manejados habilmente

pela verbosidade rutilante de meridionais e que se alinhavam com a clareza e o destaque de traçados geométricos.

Como a flor da terra irrompia a riqueza colonial, bastava à vaidade o decorativo dos títulos e o furta-cor da dialética.

O pó dos conflitos não tocava a tenuíssima nuvem dourada que flutuava, inconsistente e ondulosa, nos cimos da nossa intelectualidade.

Raro era aparecer um filho do povo, um Rebouças ou um Tobias, irreverente e audaz, profanando, com o áspero tempestuoso de sua voz, na região serena e doce dos magnatas, como o dedo do bárbaro de Flaubert no colo liso, quente e capitoso de Salambô.

Mas as correntes humanas que a lei maltusiana forma e que as leis econômicas engrossam e impelem, vieram, por uma consequência necessária, se despejar entre nós, perturbando a face serena do lago, transformando em vagalhões as maretas de nossas águas lentamente montantes. E então diante daquela serenidade hierática, se adensou, cresceu e subiu a nuvem escura do solo, prene da eletricidade, desenvolvida na luta nervosa e muscular do trabalho, descarregando sobre a outra raios do seu poder, rasgando e esquadrinhando o seu seio com as chamas dos seus fuzis.

Da nuvem dourada, em meio do bojo escuro e fecundo, ficaram apenas, aqui e ali, discos luminosos, carbúnculos acesos, olhando, perquirindo, iluminando a imensidade daquele laboratório, onde se chocavam forças desordenadas.

A essas iluminuras, em meio do conflito geral, devemos a formação das especialidades que o ascendente da grande indústria, materializando as leis científicas pela sua aplicação, cada vez mais firme a define, dando à nossa civilização uma orientação eminentemente prática e industrial, afastando-a das linhas gerais, por onde as ciências próximas se comunicam, por onde as artes e indústrias se mostram interdependentes.

As ciências começaram a ser auxiliares das indústrias, mas não se tinha a concepção grandiosa das reações de cada ciência sobre a série enciclopédica, nem sobre a série industrial, nem das destas sobre a sociedade em geral, precipitando, ordenando sistematicamente sua cultura, por uma nova concepção das ciências, das sociedades e do mundo. Faltava-nos a condição da unidade científica, não tínhamos noção da lei do consensus universal.

As leis da extensão e do movimento, depois de nos terem sapado os caminhos terrestres, nos liberaram aos espaços infinitos,

mostrando-nos nos pontos iluminados do céu, a harmonia da arquitetura universal: um viveiro de mundos, uns em gestação, outros em plena florescência, rutilando em sua coroa luminosa, outros que se obscurecem e apagam e ainda outros em fim, que, resfriados, morrem. Todos distribuídos em grupos e sistemas, subordinados em suas relações a leis susceptíveis de redução e fórmulas. Elas fixaram as nossas vistas e cuidados para a nossa família astral, para que, pelo conhecimento e fatalidade das influências recíprocas, pudessem regular a nossa conduta terrestre.

Dizem os cientes que os fenômenos das secas têm certa correlação com a incidência das manchas solares sobre as regiões assoladas. O despovoamento das florestas altera o regime hidrométrico, alterando assim o regime fluvial. Franklin arrancou das nuvens a faísca elétrica, e, em consequência, os pára-raios, pela ponta metálica, dominam neutralizando o elemento fulminante do alto.

As indústrias já não se mantêm com os instrumentos rudimentares, então suficientes para a produção familiar. A densidade da população na face da terra, as múltiplas necessidades da vida impuseram a especialização das funções. A velocidade das máquinas substituiu os movimentos lentos do homem. Transforma-se a água em vapor, o vapor em movimento, para a transformação das matérias-primas que nos fornece o seio ubérrimo da terra. As quedas d'água solitárias transformaram a sua força em energia elétrica e florescem em luz e calor, ou em força motriz, encurtando as distâncias, prolongando-nos a vida pelo aumento das emoções diárias. Se o trânsito se interrompe, temos a impressão de que a vida está suspensa. E já não basta a nossa vida íntima, o telégrafo nos põe em comunicação todos os dias com a humanidade civilizada.

A luz solar, decomposta pelo prisma, desata as cores do espectro que nos entra nos gabinetes e nas salas, florescendo em cores combinadas, dilatando-nos, nas telas, a existência além do atual e real, arrastando-nos ao sonho, à idealidade, onde a vida se despe de suas imperfeições, como ensinava Platão.

A vida atual assenta em um tratado de física, orientado pela eterna lei da transformação da força e do movimento, vai perdendo a grosseria muscular, concentrando-se no sistema nervoso, tendendo para uma espiritualização maior, mais delicada, mais longa e mais luminosa.

A própria matéria sobe em dignidade aos nossos olhos, pois que a química, estudando as leis de sua transformação, veri-

ficou que a vida assente em nosso corpo não é mais de que uma das manifestações da matéria em certo estado de combinação. E então, verificada a imensa extensão de sua utilidade, descobertas as energias latentes da terra, a terra e o homem se irmanaram, e, pela química agrícola, regiões ontem desertas e estéreis transformavam-se em searas, onde hoje canta a voz solene e grave do trabalho.

A trama geral da vida animal desperta curiosidade pelas suas semelhanças e diferenças. A anatomia comparada reforça o que o aspecto externo sugerira a Aristóteles. O espírito arguto de Lamarck volta-se para o homem e, juntamente com Goethe, proclamou a doutrina da descendência.

O espírito profundo de Darwin procura a origem das espécies e funda a doutrina vencedora da seleção, resultante da luta, e com fundamento na transmissão hereditária.

A hipótese mecânica, sua subordinação a leis suscetíveis de observação e fórmulas, triunfa definitivamente. No espírito vasto de Spencer confluem as leis universais, fazendo do grande sábio e filósofo inglês como um grande farol em que se reuniram e fundiram as luzes de todos os ramos científicos de seu tempo. A sua imensa fórmula da evolução, da Lei do ritmo, a permanência da força universal, são grandes balizas que emergem firmes nas regiões flutuantes em que o espírito moderno não conseguiu ainda lançar outros centros de condensação.

Dentro em cada região, no domínio social, as leis que regem as outras ciências encontram aplicação. A sociedade aparece como um fenômeno natural determinada pela natureza do homem. O egoísmo e, por ventura, o lastro resistente, o elemento nutritivo que lhe aquece o coração e a impele, de transformação em transformação, a essas brilhantes produções, tão distantes do seu elemento originário, como a cor brilhante das rosas, do limo escuro que a alimentou. Pelo conflito dos interesses, entre a coletividade e os indivíduos e estes uns com os outros, formam-se as ciências e as indústrias, como armas e meios de combate e de triunfo; as artes, como derivativas correspondentes aos ideais, asas douradas com que pelo pensamento e pelas emoções nos adiantamos no tempo; o direito como limitador externo das atividades; a moral como limitador interno, coerção para os departamentos desfeitos às leis; e finalmente a religião, grito íntimo que responde às interrogações que as ciências não respondem, companheira dos homens e das cidades, olho vigilante, universal como o sol, variante com as civilizações de

que faz parte, desde os deuses gregos, simples e quase humanos, até o profundo panteísmo Spenceriano, da catadura feroz de Molock ao perfil idealmente suave de Cristo.

Da selvageria original, da ferocidade em que predominavam a massa e a força das grandes mandíbulas, dos punhos e feroz da fonte estreita do dolicocefalo, lembrando a veracidade, o egoísmo, a paixão o impulso; numa transição regular pautada por modificações mínimas e constantes, aparecem no pináculo da espécie essas belas cabeças de frentes largas, rosto delgado, olhos plácidos e brilhantes, nariz proeminente; o todo bondoso do homem superior que vê na gota d'água uma miniatura dos oceanos e das nuvens, que tem em seu gabinete uma síntese do universo, cultiva as artes e a moral, cujos sentimentos delicados colocam a honra acima da própria vida.

Até o amor, o forte e irresistível amor, se intelectualiza e orienta pela relação artificial, urgido o indivíduo pelo sentimento da persistência da vida, para os tipos superiores da espécie, procurando, os pais, realizar nos filhos, além de traços físicos distintos, nobreza de caracteres morais e intelectuais. Já não é o instinto puro e cego, é uma alta e nobre função, inteligentemente exercida, em que se apela para o futuro, em vista de uma profunda e consoladora concepção do mundo e do fim das coisas na face do universo.

No século XVII, Adam Smith rompe com o conceito da riqueza das nações, até então dominante, elevando a livre concorrência à altura de um postulado econômico. Plantava a Inglaterra sob a forma da liberdade comercial, o princípio *mare liberum* que Grotius, contra a Inglaterra, um século antes sustentara.

O intercuro comercial foi patenteando, ao lado das diversidades impressas pelas diversidades dos meios, o fundo comum de sociabilidade de todas as raças, até que, pela antropologia, entrando-se no estudo detalhado do homem, chegou-se à conclusão irretorquível da universalidade de certos caracteres e sentimentos, da possibilidade de uma completa modificação das raças pela alteração dos meios sociais correspondentes. Elevaram-se assim os sentimentos fraternais tendendo para o reconhecimento da igualdade intrínseca das nações.

Por outro lado a diversidade dos meios físicos e as necessidades humanas impuseram o intercâmbio e o auxílio das nações.

A civilização começou então a ser considerada obra comum. Caíram as barreiras regionais, com o intercuro material o intercuro moral e intelectual: as pátrias se integrariam na humanidade.

O direito das guerras externas transformou-se no direito internacional, as alianças ofensivas e defensivas quebraram-se pelos tratados de comércio e pelos reconhecimentos dos interesses universais, morais e materiais; obra da civilização moderna e que só podem ser protegidos como convém a altura dos seus desígnios, em períodos de paz, de concórdia e de amizade recíproca. Então surgiu no mais alto das produções humanas a sociedade internacional, cuja brilhante expressão se enquadra no direito internacional privado.

O bosquejo, apesar de tosco, foi longo. E não podia ser mais polido nem mais breve. De um lado para extrair, de tal assunto, as belezas que ele precisaria, em cada um deles, para ser especialista, para com mão de mestre abrir escrínios de suas jóias. E de outro tão profundos e tão vastos são os trabalhos da humanidade que em cada ramo de cada ciência há matéria para a vida inteira de um homem.

Vereis, portanto, que só vos mostrei a ganga que esconde a pepita; o brilhante só cintila aos golpes firmes do lapidário, não basta o trabalho do garimpeiro.

Não podia ser mais breve porque lança-se a pedra fundamental de um estabelecimento que deve encerrar todos os labores científicos da humanidade, e pensei que devia por esses longos esfumados dar notícia de seu conteúdo para dele deduzir a sua importância e vos apontar os motivos da nossa e vossa justa satisfação.

Assim como o indivíduo se não pertence, perde a sua significação se se isolar da sociedade, cada ciência só tem significação considerada como um dos membros da série enciclopédica, uma das notas complementares do concerto intelectual da humanidade.

Metido em sua especialidade, desligado de outros ramos do saber, o especialista fica como o indivíduo metido numa amurada que em torno a si levantasse.

Apenas a claridade que vingasse acima da parede entraria fraca e difusa. As próprias leis do seu saber teriam significação pouco definida, por não oferecer ocasião de cotejo e contraste que revelam e dão individualidade distinta e inconfundível às coisas que conhecemos.

É preciso, portanto, além de saber especializado para a mão-de-obra, para a aplicação especial, o conhecimento das suas

relações com os demais ramos de conhecimentos, e a influência de todos eles no curso geral da humanidade.

Este é um dos mais frutuosos efeitos das Universidades. Aí se encontram reunidos, em cultivo, os diferentes ramos do saber. Aí os estudiosos, desde a sua iniciação, adquirem a convicção de que, se bem que separados os cursos, há entre eles certa unidade de plano e de função.

O comércio das ideias entre os cultores dos diferentes ramos forma um meio intelectual composto, onde as afinidades se encontram e onde a intuição, alimentada nessa atmosfera de noções e de princípios gerais, desempenha facilmente o seu papel de guia na aquisição das noções científicas.

Desaparecem as rivalidades de classe, a mais flagrante manifestação de ignorância que pode proporcionar a separação dos cursos científicos.

Na atualidade em que a intensidade da vida agita convulsivamente e constantemente as cidades; em que o indivíduo tem que dirigir a sua atividade em diferentes direções; em toda parte encontra os mais variados fatos e acontecimentos, permanente ou transitoriamente ligados a sua pessoa, ou às atividades de seu ofício.

As cidades são grandes seres que nos envolvem de todos os lados com a infinidade de suas manifestações, que desdobram em torno a nós um sistema ou forças e correntes, a maioria das quais são vulgarmente conhecidas.

A atividade constante das suas diferentes classes, os seus especiais modos de atuação formam mentalidades complexas, originais, distanciadas das nossas e que atuam pela força da individualidade ou pela força da agremiação especial de que faz parte.

Basta a concepção errônea de determinado fenômeno para acarretar a nossa derrota ou a mudança da direção inicial.

Muitas vezes agem em nós, e contra nós, as forças de nossos antepassados acumuladas de geração em geração. E então há em nós como que duas vontades; uma fiel, raciocinada, intercorrente; a outra oculta, traiçoeira, impulsiva, que nos conduz em tudo que desdenhamos e que muitas vezes tem efeito definitivo sobre o nosso futuro.

O indivíduo fica como quem braceja em meio às correntes de uma maré montante: os seus esforços se dirigem à terra, mas forças alheias e maiores o conduzem ao pego.

Na atualidade, pois, ao indivíduo se impõe uma cultura a um tempo enciclopédico e especial. Enciclopédico relativamente ao conjunto das generalidades que governam os fenômenos, e especial acerca de um ou de alguns ramos do saber. A primeira força lhe serve de norte, nela deve encontrar a orientação geral de sua vida, a segunda força lhe indica, com segurança, os caminhos escusos de seu trilho.

Enquanto a segunda lhe firma os passos e adestra o pulso, a primeira lhe norteia a ação e marca em que direção estão as suas prováveis vitórias.

Tal foi o nosso intuito contribuindo para a fundação da instituição cuja vida triunfante sela hoje a pedra fundamental de seu edifício: pôr ao alcance dos nossos conterrâneos esses elementos essenciais ao triunfo definitivo na luta pela existência, se dignifica a família, e se honra a pátria; pôr ao alcance das inteligências capazes os ferros do obreiro e as dilatadas asas com que o pensamento flutua além das pequenezas da terra e dos homens.

Esta obra, pois, sendo obra severa, é obra de amor e carinho, e sobretudo obra patriótica. Dela sairão os nossos industriais e comerciantes, nossos engenheiros e nossos médicos, nossos juizes e advogados. Por ela se faz a obra grandiosa da sistematização do ensino para a vida prática, prepara-se a direção da sociedade pelas competências comprovadas e põe-se ao lado das especialidades, da técnica, o ideal na positividade da vida.

Não convém lembrar, na hora em que selamos o nosso triunfo, as dificuldades que tivemos de vencer para realizar a obra que consideramos a maior e mais fecunda de quantas se tem feito, entre nós, nesses dois últimos lustros.

Temos, porém, o prazer de registrar que os bons elementos do Paraná acorreram em auxílio, quando a vontade infatigável da comissão organizadora, hoje diretoria da Universidade, punha os seus esforços em prol da obra cuja vida longa e fecunda celebramos neste momento.

E entre os auxílios decisivos contamos, com prazer, com o do governo do Estado e da nossa municipalidade que, descortinando o alcance da nova instituição, prestam-lhe todo o apoio e auxílio, contribuindo assim para que o Paraná proclamasse a sua emancipação intelectual.

Blank Page



É a primeira vez, desde os primeiros sonhos que idearam esta escola até hoje, que uso da palavra em uma solenidade pública, e em que momento?

Exatamente na ocasião em que dela se despedem os primeiros diplomados por ela. Aqueles, pois, que conhecem a história desta Universidade, que lhe ouviram os primeiros vagidos e sabem quanto esforço custou o seu desenvolvimento, até este dia soleníssimo, a todos quantos aqui labutamos uma vida de sacrifícios, diretores, professores e empregados administrativos, esses só poderão avaliar a profundidade da emoção que me faz vibrar o coração, neste instante supremo, em que a Universidade do Paraná entrega à sociedade brasileira, à sociedade paranaense, os primeiros frutos da sua atividade e da sua dedicação. Deixai-me, pois, que, sois a prova do triunfo de uma ideia acoimada e agredida de utopia, derramo eu, nestas palavras, a justíssima satisfação, de que me sinto possuído, e o legítimo orgulho que me vai n'alma, reconhecendo, verificando, pela demonstração que nos dá esta solenidade, que aquela utopia se transformou enfim em refulgente realidade, e que a Universidade do Paraná é um estabelecimento de ensino superior que já não tem muito a invejar das suas congêneres do Brasil.

É certo que, ainda hoje, o despeito ferido, a vaidade magoada e a presunção inconcebível de algumas mediocridades olham esta casa com animosidade e rancor; por vezes mesmo, esse fel acumulado se tem traduzido em agressões públicas, logo esmagadas: deixemos, porém, doravante, que os dardos da inveja crivem a nossa alterosa cúpula e respondamos-lhes serenamente, implacavelmente, todos os anos, neste mesmo dia, com solenidades como esta, apresentando-lhes, como lhes apresento neste momento, os diplomados nos nossos cursos, e vós os primeiros dentre eles, que abandonais hoje os bancos acadêmicos.

Sois filhos de uma das maiores revoluções por que tem passado o Brasil — a liberdade do ensino —, consumada pela Lei Rivadávia que acaba de realizar praticamente, em um último arranço do espírito liberal, a separação da Ciência do Estado, como em começos da República uma outra lei emancipou a Igreja Católica da tirania do poder temporal.

Iniciado pela lei de 3 de outubro de 1832, que, sob o governo da Regência, estatuiu o ensino livre nos termos insofismáveis do seu artigo 33.º, o regime da liberdade de ensino sofreu, na evolução social do nosso país, as vicissitudes anárquicas que caracterizam a

época revolucionária, que atravessamos. Assim é que os decretos n.º 1.386 e 1.387 de abril de 1854, dando novos estatutos às escolas de Medicina e aos cursos jurídicos, aboliram as liberdades da lei de 1832 e de novo, por uma reação retrógrada, instituíram o monopólio do ensino pelo Estado, fechando a instrução superior à iniciativa particular; sob esse regime opressivo, esteve o ensino no Brasil durante os 25 anos que se seguiram; a partir, porém, do decreto de 19 de abril de 1879, que reformou o ensino primário e secundário no Município da Corte e o Superior em todo o Império, a liberdade de ensinar, como a de aprender, voltou a dominar a instrução pública no Brasil e iniciou o período decisivo deste regime, que após o curto eclipse que durou o Código de 1901, foi definitivamente consagrado pela Lei Orgânica de 1911. Nessa evolução cada vez mais tendente a emancipar o ensino de uma tutela degradante e imoral, não devemos esquecer os decretos de 2 e 10 de Janeiro de 1891 e o de 3 de dezembro de 1892, que garantiram o funcionamento das escolas livres de ensino superior.

Mas foi a lei de 5 de abril de 1911, elaborada pelo então Ministro da Justiça, o eminente Sr. Dr. Rivadávia da Cunha Correia, que, desfechando o golpe mortal sobre o tirânico e asfíxiante Código de 1901, estatuiu definitivamente em lei a aspiração longamente elaborada pela evolução da cultura brasileira, com as disposições terminantes do seu primeiro artigo, que diz: *a instrução superior e a fundamental, difundidas pelos institutos criados pela União, não gozarão de privilégios de qualquer espécie.*

Esta lei, pois, perdurará eternamente na história da evolução do ensino no Brasil como um dos marcos imortais da nossa civilização, e especialmente na história da instrução pública do Estado do Paraná, de que ela é incontestavelmente a libertadora, permitindo que a nossa terra proclamasse a sua independência intelectual.

Rendemos, pois, neste momento, um preito de homenagem ao homem insigne, ao estadista de talento, que, compreendendo as necessidades sociais de uma época, soube afrontar com energia a grita dos sábios que bebiam a ciência nos cofres dourados do tesouro da nação, e dotou o seu país com uma lei libérrima, que veio emancipá-lo das trevas da escravidão científica, imposta pelo monopólio imoral das escolas superiores mantidas pelos dinheiros do governo.

Com efeito, desde esse momento soleníssimo na história do Brasil, o ensino superior, livre da tenebrosa onipotência opressiva, que lhe tiranizava a mentalidade, enveredou pelo caminho que lhe

apontavam todas as leis sociológicas que regem a época que atravessamos, em busca de uma reorganização social: em vários pontos do Brasil, ao norte, ao centro e ao sul, novas escolas superiores, aproveitando reais elementos de valor intelectual, que se fanavam na vegetalidade de uma vida prática obscura, desprotegidos dos potentados que imperavam nas cátedras oficiais, novas escolas fundaram-se e desenvolveram-se, florescendo embora a guerra que lhes fizeram o ódio, o despeito e a inveja.

É que o ensino livre não era apenas um produto da evolução mental brasileira ou o capricho de um estadista: não há síntese parcial; toda síntese é geral. É que o ensino livre representa, na hora angustiosa que atravessamos da história da humanidade, uma das medidas necessárias ao surto de uma doutrina universal que possa reorganizar a sociedade convulsionada e regenerar a espécie humana, hoje sem moral, hoje sem fé, hoje sem conduta.

Desde o XIV.º século, em que a admirável disciplina social, imposta pela mais imponente das religiões que tem visto a evolução da espécie humana, estalou sob a pressão poderosa do esforço feito pelo espírito crítico da Renascença, que a humanidade roteou, através da história, para o ressurgimento de uma doutrina nova, universal, que pudesse unir e consagrar, em torno de uma mesma crença, como nos melhores e mais belos dias das velhas teocracias e da idade média, todos os nossos sentimentos, todas as nossas opiniões e todos os nossos atos. A revolução que fechou o XVIII.º século e abriu o XIX.º, foi a consequência necessária, tão indispensável como inevitável, dessa marcha irresistível da história para a regeneração da sociedade. O que foi essa gigantesca, nobre e heróica catástrofe que a iniciou, todos o sabemos. Mas uma colisão de interesses não tardou em contar as elevadas aspirações sociais e morais que dela surgiram: a obra libertária e regeneradora da elite social que havia promovido a revolução, mas que perecera na tormenta, foi destruída, e aqueles que sobrenadaram ao desastre, aliados aos destroços da geração passada, foram irresistivelmente impelidos a conter o desenvolvimento do pensamento.

Tudo o que tinha sobrevivido das corporações sábias e literárias do antigo regime opressor, pôs-se gradualmente ao serviço dos novos governantes. Uma ciência oficial e de convenção substituiu a verdadeira ciência, privada desde então de todos os estimulantes e reduzida a se constituir por detrás dos bastidores. O movimento filosófico, trabalhado tão ativamente pelos representantes do saber

do século XVIII, Hume, Diderot, Turgot e Condorcet, deteve-se brusca-mente; foi então que as monstruosas Universidades d'Estado, tanto na França como na Alemanha, foram investidas pela retrogradação reacionária, do temível monopólio de abrir e fechar as carreiras, conferindo os diplomas científicos, fora de cujas doutrinas não havia salvação possível. É certo que na Alemanha, onde a multiplicidade dos povos exigia a multiplicidade das universidades, cada uma delas ficou dotada de uma vida intelectual própria, como cada Estado de uma existência à parte; deu-se-lhes mesmo uma certa autonomia e independência, em que a ação temporal dos governos não podia intervir. Mas, como todas as escolas superiores do ocidente, ficaram elas subordinadas ao tesouro da nação e com o privilégio de só elas poderem conferir diplomas.

A anarquia moral e mental tocava ao seu auge: as doutrinas revolucionárias se achavam desacreditadas por sua impotência de reorganizar a sociedade de um medo estável. É então que surge Joseph de Maistre, o eminente autor do *Papa*, para soltar aquele grito de consciência, que devia passar à imortalidade e ficar de pé diante do século novo que se abria:

Não há mais religião na Terra — exclamava ele — o gênero humano não pode permanecer neste estado [...]. Tudo anuncia não sei que grande unidade para a qual marchamos a grandes passos.

Estou tão persuadido das verdades que defendo, que quando considero o aluimento geral dos princípios morais, a divergência das opiniões, o abalo das soberanias baldas de base, a imensidade das nossas necessidades e a inanidade dos nossos meios, parece-me que todo verdadeiro filósofo deve optar entre duas hipóteses: ou vai formar-se uma nova religião ou o cristianismo será rejuvenescido por algum meio extraordinário. (*Tardes de S. Petersburgo e Considerações sobre a Franca*, cap. V).

É que a sociedade do século XIX, como a do século XX que atravessamos, não tinha religião, não tinha crenças, não tinha moral [...]. O século é ímpio. A própria ciência, que é ainda, nos tempos agitados que correm, a ciência ensinada? Um conjunto de opiniões heterogêneas sem laços nem unidade, que esperam ainda o cimento de uma doutrina geral e única, para se argamassarem em um pedestal de amor, de fé e de paz, sobre que deve repousar a felicidade do gênero humano.

Pois bem, essa doutrina geral e única, que é a religião de que falava de Maistre e que deve encerrar a grande revolução ainda em efervescência e articular todas as conquistas da humanidade, unificando os nossos sentimentos por um mesmo culto, as nossas crenças em mesmo dogma e os nossos atos sob um mesmo regime, inaugurando assim uma era de paz e amor, essa doutrina geral e única não poderá surgir, sem que, pela livre concorrência das ideias, respeitada pelos governos, vença aquela que tenha qualidades orgânicas para regenerar a sociedade. E essa livre concorrência não pode se estabelecer sem, entre outras liberdades e medidas, uma plena *liberdade* de ensino.

A liberdade de ensino é, pois, do ponto de vista sociológico, uma das condições essenciais para a solução desse eterno problema que vem trabalhando a história através dos séculos — o problema da regeneração social, que é o problema da felicidade humana.

A liberdade de ensino — dizia Augusto Comte — tornou-se indispensável à nossa situação, seja como medida transitória seja mesmo como prenúncio do futuro normal. Sob o primeiro aspecto, ele constitui uma condição de surto de toda doutrina própria para determinar, por uma verdadeira discussão, convicções fixas e comuns, que todo sistema legal de instrução pública deve supor, longe de poder produzi-las. Apreciada do segundo ponto de vista, a liberdade esboça já o estado final de uma sociedade normal, proclamando a incompetência radical da autoridade temporal para organizar a educação. Longe, pois, estou de negar jamais que o ensino deva ser regulamentado; o que digo é que esta organização não é ainda possível, enquanto durar o interregno espiritual que atravessamos e que, quando ela se tornar realizável, em virtude do livre ascendente de uma doutrina universal, ela deverá pertencer exclusivamente ao novo poder intelectual e moral. Até então, o Estado deve renunciar a todo sistema completo de educação geral, salvo sábios encorajamentos aos ramos mais expostos a serem desprezados nas empresas particulares, sobretudo a instrução primária. Todavia, é preciso manter com cuidado, aperfeiçoando-as tanto quanto o permitam nossas luzes atuais, os diversos estabelecimentos públicos, fundados ou regenerados pela Convenção, para a alta instrução especial; porque eles contêm preciosos germes espontâneos para a reorganização ulterior da educação geral. Entretanto, elas poderiam todas desaparecer hoje, salvo as escolas veterinárias, sem comprometer realmente qualquer serviço público ou privado. A justa fiscalização

permanente do governo sobre os estabelecimentos particulares deve se referir não à doutrina, mas aos costumes, vergonhosamente desleixados pelas leis atuais. No mais, o nosso regime provisório deve deixar a educação às livres tentativas das associações particulares, a fim de que possa surgir um sistema definitivo, cuja suposição atual constituiria uma mentira opressiva. (*Política Positiva*, tomos I e IV).

Foi, pois, obedecendo, não somente à tendência natural da evolução particular do ensino no Brasil, mas ainda e sobretudo às injunções da situação social que atravessa a nossa época, que o homem eminente, que foi o Ministro da Justiça de 1911, decretou a sábia *Lei Orgânica do Ensino*; ela veio coroar definitivamente a obra de emancipação, iniciada em 1832, do desenvolvimento do ensino no nosso país, do jugo deprimente e do monopólio imoral das faculdades oficiais, que recebiam a metálica inspiração científica das milagrosas mãos do tesouro do Estado!

No artigo primeiro desta lei, tão pequeno e tão simples, mas de um alcance incalculável para a nossa evolução histórica, estava contida toda a alma imensa da nova reforma: alijando as escolas superiores da sua responsabilidade e reservando-se apenas o direito de protegê-las com uma subvenção, o governo abolia com esse artigo, em 1911, a escravidão científica, como outras leis haviam abolido, em 1889, a escravidão religiosa e a escravidão política e, em 1888, a escravidão individual.

A reforma do ensino estava toda aí, nesse artigo inicial; o resto, que na lei se continha, era pouco importante, porque eram consequências necessárias daquele artigo, bem ou mal tiradas, mas de importância secundária, podendo a experiência futuramente modificá-las, sem alterar a essência, o espírito da base fundamental sobre a qual repousavam. Só um defeito se lhe via, era a falta daquela *fiscalização moral*, de que falava Augusto Comte, sobre os estabelecimentos particulares, a fim de evitar aquela praga de que tanto sofreu e ainda sofre o ensino superior nos Estados Unidos da América do Norte, a especulação e o estelionato sob o disfarce de um nobilíssimo empreendimento, como chegou a tentar, no Rio de Janeiro, nos primeiros tempos da *Lei Rivadávia*, uma célebre Universidade, que vendia diplomas a 60\$000rs.

Felizmente, nos últimos dias da gestão da sua pasta, o Sr. Dr. Herculano de Freitas, Ministro da Justiça, corrigiu esse erro principal, mandando o Presidente do Conselho Superior do Ensino

fiscalizar os institutos livres superiores, quanto à sua *idoneidade e funcionamento regular*.

Nada mais justo. Se é certo que ao poder temporal é vedado imiscuir-se na organização da educação geral, não é menos certo que a ele compete, como mantenedor da ordem, exercer uma vigilância policial sobre todas as relações sociais, de modo a evitar o crime; e crime é essa outorga de diplomas de estudos que se não fazem, em que não só a escola ilude a boa fé do indivíduo, mas também esse indivíduo vem para a sociedade iludir o seu semelhante, roubando-o por serviços supostos, que ele não está em condições de prestar e que, de fato, não prestou.

Tanto faz vender cobre por ouro ou vidro por diamante como vender um diploma de estudos que não foram feitos, o delito é o mesmo e deve ser igualmente punido; é preciso, pois, como o entendeu sempre e muito bem o Supremo Tribunal Federal, que sobre as escolas livres se estenda, como o aconselhava Augusto Comte, a fiscalização permanente dos governos, de natureza essencialmente policial, seja quanto a idoneidade do seu corpo docente e dos seus recursos, quer quanto à regularidade do seu funcionamento.

Foi entendendo assim que esta Universidade, logo depois de organizada e iniciados os seus trabalhos, pediu ao Governo do Estado o seu reconhecimento oficial, e, um ano mais tarde, demonstrada a eficiência do seu ensino, uma subvenção anual que lhe foi generosamente dada, e agora, se assim o resolver o governo federal, submeter-se-á à fiscalização deste, como já se acha sob a fiscalização do governo do Estado, conforme a lei que a reconheceu oficialmente.

Porque ao poder público não corre o dever — diz o Dr. Vítor de Britto — de criar e organizar institutos profissionais e superiores de ensino, quer isso dizer que o Estado deva ser indiferente à cultura das ciências, das letras e das artes? Quer isso dizer que a sua influência deva ser negativa para com as instituições de ensino secundário, superior e profissional?

Certamente não; pois nada seria mais injusto e menos favorável aos interesses coletivos do que abandonar a instrução superior e profissional às forças dos particulares, sem atender ao grau de cultura intelectual e cívica da sociedade, sem tomar em consideração o grau de adaptação do meio social aos cometimentos da iniciativa individual, que, em virtude da errônea compreensão da riqueza, desviada pelo egoísmo da sua mais legítima função, que é social, está ainda, em muitos países, principalmente nós de raça latina, dos

quais, neste ponto, o nosso oferece um bom exemplar, em estado pouco mais do que embrionário, para que as instituições de ensino dela possam esperar exclusivamente os meios de subsistência.

Que o Estado fomente a instrução profissional e superior, garantindo ou auxiliando a subsistência de escolas profissionais modelos e de institutos superiores de ensino, necessidade que se impõe como fator de progresso social, sob a condição de ser respeitado o princípio de liberdade em tudo o que interessa à parte moral e intelectual do ensino, a qual compete exclusivamente à orientação e direção do corpo docente, que agirá autônomo e independente, fora da esfera política do Estado.

Eis aí porque, na sociedade idealizada por Augusto Comte, o mais ardente defensor que até hoje tem tido a liberdade de ensino, a substância do poder espiritual, que ministra a educação intelectual, é mantida pelas subvenções do poder temporal.

Mesmo, porém, na atualidade, na fase revolucionária que ainda perdura, não é medida contrária à liberdade de ensino, essa da subvenção do poder temporal aos institutos de ensino especial superior: é assim que vemos o próprio Augusto Comte, o chefe da escola mais radical em matéria de liberdade espiritual, mandar, no volume I de sua *Política Positiva*:

manter com cuidado, aperfeiçoando-as tanto quanto o permitem as nossas luzes atuais, os diversos estabelecimentos públicos, fundados ou regenerados pela Convenção, para a alta instrução especial,

Sobretudo, como diz ele no volume IV, as escolas veterinárias, e isto porque, como ele próprio o reconhece, todas essas escolas contêm os germes de renovação da educação geral, que convém consolidar e desenvolver por instituições fundadas ulteriormente pelo poder espiritual; é assim ainda que vemos Pierre Laffitte, discípulo da mesma escola, no seu *Curso da Moral Positiva*, citar, entre as condições essenciais necessárias ao surto de um sistema geral de educação, a reforma pelo governo francês da Escola Politécnica de Paris, a fundação de uma escola filológica e a subvenção a um certo número de escolas especiais, *que protegeria pelos mesmos motivos que protege os observatórios, cujos trabalhos são úteis aos marinheiros*; é assim, enfim, que, no seu opúsculo combatendo a

criação de uma Universidade d'Estado e mostrando quais as medidas a tomar para reformar o ensino no Brasil, o Sr. Teixeira Mendes, que todos conhecemos como o mais extremado representante da mesma escola no nosso país, e que não havia chegado ainda aos exageros do radicalismo positivista na interpretação dos textos de seu mestre, repetia que, no dever de não adotar um ensino teórico integral, para não ter uma ciência oficial, ao governo competia apenas proteger as escolas especiais de caráter prático, destinadas a formar profissionais (médicos, engenheiros, administradores, juízes e advogados), com certificados de estudo que não dessem privilégios de qualidade alguma.

Mas o próprio Augusto Comte é ainda mais radical nesta medida conservadora, quando, à página 490 do vol. IV da sua *Política*, ao tratar da extensão da liberdade de ensino às repúblicas sul-americanas, ele afirma explicitamente que:

a abolição do auxílio às escolas superiores cessa de convir nesse meio preservado das universidades e das academias, desde que a regeneração do sacerdócio aí garanta normalmente a liberdade especulativa.

Em suma, os governos não devem manter o monopólio de escolas oficiais, nem impor uma ciência d'Estado, mas podem e mesmo devem, sem ferir o dogma da liberdade de ensino, auxiliar os institutos livres de estudo profissional que surgirem, desde que a sua fiscalização lhes reconheça seriedade e funcionamento regular, devendo os diplomas ou certificados de todos gozar dos mesmos privilégios, sem distinção de espécie alguma.

Insisto, meus senhores, e muito particularmente, como vedes, sobre as opiniões, que cito em meu apoio, da escola positivista, porque, como sabeis, tem sido ela, no nosso país, não somente a única a invocar, em favor das reformas que prega, os altos interesses coletivos da regeneração social, mas também de todas a mais apaixonada, a mais extremamente elevada e mais rica de razões elevadas, na propaganda da liberdade de ensino.

Infelizmente, porém, nem sempre pude estar de acordo com os exageros dessa propaganda, apesar de me ter educado nos ensinamentos filosóficos do grande pensador que foi Augusto Comte, e isso porque não encontrava os alicerces deles nas páginas desse monumento imperecível que é a *Política Positiva*.

Do confronto dessa propaganda com os conselhos deixados por Augusto Comte, gerou-se-me a convicção de que os discípulos haviam ultrapassado o grandioso Mestre; pelo exagero das reformas, com que ainda hoje pedem invariavelmente a supressão de todo auxílio material às escolas livres por parte do poder temporal, e o dogma da mais absoluta *liberdade profissional*, considerado como elemento necessário de uma sociedade normal e bem organizada, eles se afastam da verdadeira interpretação dos textos originais deixados pelo imortal Aristóteles do século XIX. E essa propaganda tem sido tão ativa, que hoje é falar em coisas conexas, quando se pronunciam as duas palavras *positivismo e liberdade profissional*.

Permiti-me, pois, que, ainda em defesa dos interesses da vossa profissão e, mais do que isto, dos interesses gerais de uma sociedade ameaçada pelos perigos da ignorância, que se quer pôr em liberdade, eu insistia em combater desta tribuna e no caráter de vosso patrono, esse dogma imoral da mais desenfreada liberdade profissional, que, a meu ver, diante do texto de Augusto Comte, jamais pôde ser defendido por seus verdadeiros discípulos. Nem diante do texto de Augusto Comte, nem diante do da Lei Orgânica, pois nem um nem outro contém nem mesmo em germe a ideia desse crime, que outra coisa não é mais que essa liberdade de mistificação, essa liberdade de enganar, essa liberdade de iludir, essa liberdade de roubar, que é a liberdade profissional, conforme a pregam os velhacos de todos os matizes.

Senhores, se há, nos anais da história, algum projeto de reorganização social, em que a disciplina seja a mais severa, a liberdade de ensino a mais estritamente monopolizada por uma classe, e o exercício das profissões submetido, no seu início, à rigorosa consagração social, à aprovação, ao placot de um sacerdócio inflexível, por meio de um sacramento só excepcionalmente renovável (*o sacramento dito da destinação*) em que o indivíduo escolhe uma carreira que não pode mudar, esse projeto é o de Augusto Comte. É certo que aquela disciplina é moral, que aquele monopólio do ensino está isento de opressão temporal, que aquele sacramento, enfim, é facultativo e voluntário; mas também não é menos certo que aquela disciplina é imposta por um sacerdote poderoso e sem competidor, que aquele monopólio é sustentado pelo poder temporal e, portanto, sem temor de concorrência, e que sem aquele sacramento, que lhe abre uma carreira, como se fora um diploma de nova espécie, ninguém seria capaz de concorrer, no exercício profissional, em um meio

que lhe seria, então moralmente, mas profundamente hostil, com os consagrados do poder espiritual, que aí domina todas as almas.

O culto antigo — diz Augusto Comte — apenas oferecia um esboço deste sacramento quanto às mais elevadas funções, na ordenação dos padres e na sagração dos reis. Mas a religião positiva deve sempre instituir socialmente todas as profissões úteis, sem distinção de públicas ou privadas. Os mínimos servidores da humanidade virão, no seu templo, receber solenemente do sacerdócio a consagração inicial de suas cooperações quaisquer. (*Catecismo Positivista*).

Não se pode, pois, deixar de sorrir, quando se vê os discípulos de Augusto Comte pregarem por toda a parte a liberdade profissional, como princípio orgânico de uma sociedade normal; de uma sociedade onde, para ser pedreiro, carpinteiro, engenheiro, telegrafista ou juiz, é preciso primeiro ser sagrado como tal, a exemplo da antiga ordenação dos padres e da sagração dos reis!

Ai! pois, daquele que ousar concorrer na vida profissional, contra essa força moral que sagra o início de todas as cooperações! A reprovação geral, primeiramente, depois a excomunhão, como nos melhores tempos da teocracia e da idade média, não tardarão em isolá-lo no seio da sociedade em que vive! E não é, de fato, o que prevê o próprio Augusto Comte?

Tornado o apanágio dos teóricos — diz ele — que não tiveram podido se agregar ao sacerdócio, o ensino privado se achará de tal modo desacreditado, que ele não poderá jamais perturbar a instrução sistemática. Uma tal reação adquire tanto mais importância quanto ele constituirá a única proteção das cadeiras oficiais, em um regime em que a disciplina espiritual ficará sempre isenta de opressão temporal. Fornecendo ao sacerdócio os meios de desenvolver a instrução universal, as cidades devem se abster de entrar as tentativas, individuais ou coletivas, que quiserem instituir, para com as escolas públicas, uma legítima concorrência. Mas, apesar deste respeito contínuo para com a liberdade de ensino, esta não se realizará a não ser que os estudos oficiais sofram uma degeneração radical. (*Política Positiva*, vol. IV).

Senhores, nem mesmo a liberdade de ensino pode ser admitida em uma sociedade bem organizada, desde que as relações sociais e morais se achem submetidas a princípios cientificamente

demonstrados, como hoje mesmo não se admite que se possa ensinar livremente mecânica ou astronomia. A liberdade de ensino, como mostramos, é um dogma transitório.

Mas, se a liberdade de ensino é uma necessidade social na época de transição orgânica que atravessamos para o livre surto desses princípios científicos e imutáveis como os de mecânica ou de astronomia, que devem regular a organização e o funcionamento da sociedade humana regenerada, a que se aspira, o mesmo não se pode dizer da liberdade profissional que interessa direta ou indiretamente a vida, os bens e a segurança dos membros da sociedade.

É que se tem muito freqüentemente o hábito de confundir a liberdade espiritual: a liberdade espiritual é a liberdade que tem cada um de pensar livremente, sem coação material, ninguém deve ter a liberdade, simplesmente porque assim o pensa ou o sente, do sacrificar a sua vida e os seus bens, que são de origem e, portanto, de destino social, nas mãos de um especulador, de um charlatão, de um velhaco, que abuse de sua ignorância e de sua boa fé.

Se, para exercer uma das profissões que interessam à vida e aos bens dos cidadãos, no período de transição orgânica, como ele chamou o primeiro período das reformas a introduzir na sociedade para se atingir o estado normal, Augusto Comte tivesse em mente não exigir prova alguma de habilitação profissional, certo nem ele teria aconselhado, como vimos, que ao começo se conservassem as atuais escolas especiais, nem teria exigido, como exigiu, que, depois, só por concurso fossem providos os cargos quaisquer dos serviços públicos, especialmente os de profissões liberais, médicos, juízes, engenheiros etc.

Os diversos serviços do governo — diz ele — serão sempre alimentados por meio de um concurso geral, em que os alunos das escolas positivas mantidas por ele não terão outra vantagem além de uma melhor preparação, freqüentemente compensada, em seus êmulos, por felizes disposições e circunstâncias favoráveis.

Mais: Augusto Comte aconselhava a fundação e a manutenção pelo governo, com o fito de substituir os antigos ginásios, de Escolas Positivas com curso geral de três anos, seguidas de escolas complementares especiais com igual número de anos de curso para o ensino profissional especial dos médicos, engenheiros, farmacêuticos, advogados, veterinários etc.

Antes que o governo se torne positivista — diz Augusto Comte — estes impulsos devem conduzi-lo a preparar a regeneração da educação universal, fundando escolas análogas às do estado normal, destinadas ao preparo para todos os serviços que ele continuará a dirigir e que não se diferirão das do estado final senão pela redução do curso a três pares de ciências abstratas...

Destinada a todos os ofícios, a escola positiva desenvolverá sobretudo a sua aptidão orgânica para com os serviços públicos sistematizando a justiça, a diplomacia e a administração... Seu complemento especial (isto é, o ensino profissional) deve resultar por toda a parte de um exercício direto, sob a direção dos chefes correspondentes, em exigir nenhum ofício didático... Entretanto, a principal eficácia, geral e especial, de uma tal instituição, diz respeito aos médicos... Fui assim conduzindo, concebendo a instituição transitória das escolas positivas, a destiná-las sobretudo aos médicos propriamente ditos. Elas podem diretamente regenerar aqueles que o governo investe de um caráter legal, confiando-lhes um cargo sanitário, que o autoriza a lhes impor condições intelectuais e morais...

Apesar de sua preparação ser realmente independente da instituição dos hospitais, estes devendo substituir durante todo o período de transição, é preciso utilizá-los, ligando a eles o ensino sistemático da medicina. Os aspirantes médicos saídos das escolas positivas receberão, durante três anos, a instrução clínica, no primeiro ano, das moléstias vegetativas, no ano seguinte, das moléstias cerebrais e a patologia geral.

Seria supérfluo — termina Augusto Comte — examinar do mesmo modo as outras carreiras públicas, às quais a escola positiva fornecerá dignos adeptos. O curso especial que exigirá e cada uma delas poderá sempre se realizar igualmente em três anos, segundo uma preparação equitativa à dos médicos que acabo de apreciar.

Senhores, pela citação que aí fica feita do IV volume da *Política Positiva*, verifica-se que mandava o grande filósofo não somente conservar, no começo da transição orgânica, das antigas escolas especiais, mas também substituí-las depois por *ginásios*, em que se estudava em três anos as sete ciências abstratas, e dos quais passavam os aspirantes às profissões liberais para escolas profissionais também com três anos de curso; era desses cursos

que, uma vez concluídos, iam eles se submeter a um concurso para obter os cargos oficiais de médico, juiz, diplomata etc.

Pois bem, é crível que Augusto Comte, dando provas com as medidas apontadas do que ele exigia em preparo dos aspirantes a cargos públicos, tivesse em mente consentir e aplaudir essa velharia que por aí anda de se jogar com a vida e os bens do homem, sem se ter habilitação de espécie alguma?

É crível que Augusto Comte, reconhecendo que o cargo de médico sanitário autorizava o governo a exigir dos candidatos condições intelectuais e morais, sem as quais não poderão ser nele investidos, e para isso manda o governo fundar ginásios e cursos profissionais para ensinar a arte médica, Augusto Comte tivesse em intenção aconselhar os governos a consentirem nessa mistificação imoralíssima, de se arvorarem em médicos, farmacêuticos e dentistas para o povo, indivíduos sem as mesmas condições intelectuais e morais que ele exigia para os cargos oficiais?

Então, para servir o povo do cargo de médico da higiene, exigem-se habilitações profissionais; para servir esse mesmo povo do ofício de médico particular, proclama-se que não há necessidade desse mesmo preparo?

Pois esses médicos da higiene, segundo Augusto Comte, não se destinam a acudir gratuitamente aos chamados de todas as classes sociais? Médicos da higiene e médicos particulares não têm, pois, a mesma função?

Ora, se se proclama que as habilitações profissionais podem ser obtidas sem estudos sistemáticos, para que então fundar cursos especiais para o preparo aos cargos oficiais?

Responde-se que cada um, consoante o estado mental de suas crenças, tem a tendência natural de exigir do profissional que consulta as habilitações que entende, de acordo com essas crenças, e que nenhuma repressão legal pode conter semelhante disposição intelectual. Mas é fácil replicar que ao governo, que tem por fim proteger a coletividade, mesmo contra os seus próprios desvios, ocorre o dever de acautelar a vida e os bens daqueles, cuja ignorância ou atraso mental não lhes permite distinguir os perigos, de que esse mesmo governo os procura pôr a salvo, com os seus ginásios positivos, os seus cursos profissionais e sobretudo os seus concursos, exigidos para os cargos d'Estado.

De sorte que essa contradição que se percebe nos discípulos de Augusto Comte só pode provir de uma falsa interpretação

dos textos de seu Mestre; e é nessa interpretação que não posso acompanhar aqueles que tanto se têm batido, na nossa terra, pela liberdade profissional sem restrições legais.

É isso, sobretudo, porque julgo encontrar, à página 467 do vol. IV da *Política Positiva*, um trecho característico, em que Augusto Comte supõe, mesmo no fim da transição orgânica, a existência da exigência de habilitações profissionais da parte, pelo menos, dos advogados.

A extinção das antigas escolas de direito — diz ele aí — tendo limitado a educação especial dos advogados à aprendizagem prática, eles desaparecerão gradualmente, quando se lhes tirar o monopólio das defesas legais, realizando, em um meio mais bem disposto, a nobre tentativa dos juristas dantonianos.

O que quer dizer que até lá, até que se lhes tire o monopólio das defesas legais, ao passar a sociedade para o estado normal, esse monopólio continua a existir.

É certo que, nesse mesmo vol. IV da *Política Positiva*, o egrégio filósofo assim se exprime a respeito dos médicos, ao tratar do seu curso hospitalar de três anos:

É necessário completar a regeneração da classe médica libertando-a de um vicioso monopólio... O privilégio que resulta do doutorado só aproveita na realidade ao charlatanismo, do qual parece preservar um público que nada pode garantir contra as conseqüências práticas da anarquia teórica, agravada pela ignorância e pela credulidade. Esta legislação fornece o principal esteio de um vão ensino que já estaria desacreditado se não fosse a faculdade de conferir o monopólio dos conselhos sanitários. Tão contrária à dignidade sacerdotal como à liberdade espiritual, semelhante regra estourava, ao mesmo tempo, a solicitude feminina e a generosidade patrícia.

Ora, é preciso fingir desconhecer por completo a obra do grande Mestre e mesmo o espírito e o fim das medidas por ele aconselhadas para se chegar à plena liberdade espiritual, ignorar que esse *vicioso monopólio*, a que ele se referia, *tão contrário à dignidade sacerdotal como à liberdade espiritual*, era o monopólio das antigas Universidades d'Estado que, cheias de tradições e prejuízos, impunham à força, ao público, uma certa doutrina e um certo método, fora dos quais não havia salvação; pois de outra forma

não se poderia conciliar com ele aquela outra opinião de Augusto Comte, que já conhecemos, e segundo a qual *a abolição do auxílio às escolas superiores cessa de convir no meio americano preservado das universidades e das academias.*

Sim: é preciso libertar todas as classes liberais do vicioso monopólio do *diploma oficial*, do diploma das corporações faquirizadas, ao calor dos governos incompetentes para regulamentar a educação geral; mas é preciso manter o ensino sistemático dessas classes e exigir delas provas de habilitação bebida em qualquer doutrina.

Senhores, não sou fetichista do diploma, nem quero monopólio à dignidade profissional como à liberdade espiritual; desejo, pelo contrário, a mais ampla liberdade profissional, tal como ela existe hoje no Brasil, mas uma liberdade de profissionais que entendam da sua profissão, e não profissionais ignorantes e velhacos, que é tudo quanto hoje vemos fora dos diplomas outorgados pelas escolas quaisquer de ensino superior.

Que aqueles profissionais estudem nesta ou naquela escola, em escolas mantidas pelo governo, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, ou em escolas livres de iniciativa particular, como a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte ou a Universidade do Paraná, isso pouco importa e a liberdade a este respeito é que eles apresentem provas de ter estudado em qualquer delas, em qualquer escola superior publicamente reconhecida como mantendo um curso capaz de preparar os seus alunos. É tudo quanto hoje se exige, no Brasil, de quem queira gozar de liberdade profissional, e se exige muito bem: não há mais monopólio das escolas oficiais; as escolas livres ensinam pelos métodos e livros que entendem; nelas se pregam livremente todas as doutrinas, todas as teorias; os alunos escolhem os professores que querem; não há mais draconismo, não há mais tirania de ensino — há apenas a preocupação de ensinar e preparar os alunos para a vida prática profissional. Ainda agora mesmo, o Congresso Nacional, na autorização que concedeu ao governo da República para reformar o ensino, acaba de introduzir entre nós o *Exame de Estado*, a que os aspirantes quaisquer às carreiras liberais podem se apresentar independentemente de ter cursado uma escola superior e tirar, pelo seu saber, pelas suas habilitações, pela sua idoneidade, a licença necessária para clinicar, advogar etc.

Pois bem, ao meio de toda essa liberdade de aprender e de ensinar, desejar uma liberdade profissional sem limites equivale a desejar sacrificar a sociedade à mistificação, à imoralidade, ao estelionato.

Porque, no estado presente da sociedade ocidental, fora dos atuais estabelecimentos de ensino superior, que concedem diplomas, depois de um curso regular, não existe centro, nem guia algum, máximo no nosso país, tão pobre de instalações e laboratórios particulares, capaz de preparar funcionários para as profissões ditas liberais, sobretudo as que interessam de perto à vida, aos bens e à segurança da sociedade, como são as de médico, farmacêutico, dentista, engenheiro e advogado.

A liberdade profissional é um corolário necessário da liberdade de aprendizagem e, portanto, de ensino; a este se acha ligado indissolúvelmente e sem ele não pode ser concebido. Se, pois, é somente naquelas escolas de ensino superior, onde há professores amestrados e gabinetes e laboratórios práticos adequados em que se pode ensinar e aprender, é lógico que o governo, que provê as necessidades públicas, cabe o iniludível dever de exigir as provas dessa aprendizagem a quem quer que queira exercer uma função destinada a suprir aquelas necessidades.

O dogma da liberdade profissional, portanto, não é o dogma que se quer fazer crer, em nome de Augusto Comte ou de um sentimentalismo mórbido, ao público ignorante e crédulo, de *exercer livremente as profissões liberais sem habilitações comprovadas*; não, o dogma da liberdade profissional, tendo sido uma legítima reação contra o monopólio tirânico dos diplomas conferidos por corporações rotineiras e despóticas, imobilizadas no faquirismo de sua auto-adoração, como eram as antigas organizações universitárias do velho mundo, deve ser compreendido logicamente como o *exercício livre das profissões por profissionais que estudaram regularmente os conhecimentos da sua profissão, livremente em qualquer escola, com qualquer mestre e sob a égide de qualquer doutrina, e que dessa aprendizagem apresentem prova pública*.

Em suma, senhores, na sociedade pode haver muitos talentos com capacidade para serem engenheiros, médicos, dentistas, farmacêuticos e advogados, mas nenhum deles pode aprender engenharia, medicina, direito etc, senão através dos cursos das escolas de Engenharia, Medicina e Direito, livremente, mas regularmente organizadas, porque fora de suas escolas, repisemos sempre, não se encontra, na nossa sociedade, outra fonte onde beber esses conhecimentos.

Houve um tempo, meus senhores, logo nos primeiros anos do meu tirocínio clínico, em que, pelo muito respeito que sempre tive pelas opiniões do eminente chefe do Positivismo no Brasil, o Sr.

Raimundo Teixeira Mendes a quem ainda hoje voto uma grande admiração, não apenas pelo seu invejável talento e pelas mui elevadas qualidades que lhe ornaram o coração, mas sobretudo pela energia de caráter com que defende as suas crenças, houve um tempo em que aceitei e mesmo defendi, em nome de Augusto Comte, a liberdade profissional sem restrições de espécie alguma. Não examinei a questão; nem se eram lógicas as minhas conclusões, se eram a interpretação fiel dos textos do grande Mestre e se a prática social delas corresponde às esperanças prometidas.

Mas, com o correr do tempo, a meditação sobre as páginas deixadas por Augusto Comte e uma larga correspondência epistolar com médicos livres e sem diploma do Estado do Rio Grande do Sul, pouco a pouco me foram convencendo do caminho errado que trilhava. Dos resultados daquela meditação, aí atrás vos deixei uma rápida resenha; eles me permitem hoje afirmar categoricamente que, em suas obras, Augusto Comte jamais perfilhou a imoralidade da liberdade profissional sem restrições, quer como princípio essencial de uma sociedade normal, quer como medida passageira da transição orgânica, e que, portanto, a doutrina a este respeito pregada pela Igreja positivista do Rio de Janeiro e pelos mentores da política rio-grandense não é mais do que uma falsa interpretação dos textos do grande Mestre.

O que foi aquela correspondência epistolar com médicos sem diploma do grande Estado do sul, só o poderíeis avaliar se me fosse permitido exhibir neste momento as cartas que recebi e nas quais uma gramática vandálica arrasava todos os mínimos conhecimentos de anatomia, de fisiologia e de patologia. Ante a ignorância absoluta dessa gente, que nem mesmo a sua língua sabia elementarmente escrever, comecei então a convencer-me de que a liberdade profissional praticada no Estado do Rio Grande do Sul não era bem a liberdade de exercer uma nobre profissão, mas a liberdade de explorar ignobilmente um povo ignorante e crédulo, a liberdade de mistificar de um modo inqualificável a boa fé de um público analfabeto.

Voltei então sobre os passos que fizera na formação das minhas convicções a este respeito; regenerei-me, se assim o quiserdes, e hoje ufano-me de confessar o progresso intelectual e moral que fiz, recusando-me a continuar a ser cúmplice dos crimes cometidos à sombra de nobilíssimas profissões, pelos especuladores audazes do charlatanismo.

Não sou, por isso, daqueles que afirmam que a liberdade profissional sem restrições é um dogma consagrado pelo artigo 72.º da nossa Constituição política. Seria supérfluo vos repetir a história parlamentar desse artigo famigerado, tantas vezes citado e revirado pelos velhacos, ou os acórdãos interpretativos do Supremo Tribunal Federal, firmando doutrina a respeito; é uma obra já feita, que todos conhecemos, e onde nada mais há que respingar. Mas dela ressalta um princípio preponderante: o que se diz na nossa legislação, é que as profissões liberais podem ser livremente exercidas, *segundo quaisquer doutrinas*, isto é, que os conhecimentos que elas exigem podem ser auridos em qualquer escola, livres das teias oficiais tirânicas, que obrigam a se acreditar no que não se crê; e não, como por aí se proclama despidoradamente, que se pode exercer livremente, sem coação alguma, a mistificação, a chantagem e o estelionato.

Também não é exato afirmar, como o fez o próprio Sr. Dr. Rivadávia Corrêa, que a liberdade profissional sem restrições esteja contida, como consequência, na Lei Orgânica do Ensino; não: a lei orgânica do ensino limitou-se a instituir praticamente o que tinha sido até aí exigido teoricamente pelo artigo 72.º da Constituição — isto é a liberdade de ensinar e de aprender como bem parecer a cada um; mas não é lógico nem moral deduzir aqui que os órgãos do governo da nossa sociedade, que têm o dever de velar pelos interesses de todos, deixem exercer livremente a profissão quem jamais aprendeu coisa alguma. A lei Rivadávia instituiu a liberdade de ensinar e de aprender; mas não a liberdade de iludir a boa fé dos seus semelhantes.

Cada um pode ensinar e aprender o que quiser; mas nem todos podem se arvorar naquilo para o que não têm habilitações. Então, os órgãos políticos que nos dirigem só permitem as relações profissionais àqueles que demonstram, com um certificado ou um diploma, outorgado por A ou B, que realmente se dedicaram a estudar regularmente o assunto da sua profissão.

Certo não falta quem objete que, se realmente o profissional, pela sua ignorância, mistificar, iludir, enganar, roubar ou matar alguém, deve-se a polícia *responsabilizá-lo* pelo delito cometido, pois no Código Penal há corretivo para todos os crimes.

Mas que delito, senhores? Nunca até hoje conseguiu-se saber qual seja. Nunca até hoje conseguiu-se provar a responsabilidade criminal de um médico na morte do seu doente, a não ser que houvesse evidente propósito de cometer um crime; nunca

até hoje conseguiu-se condenar um engenheiro porque a casa que ele construiu abateu sobre os inquilinos e os matou; e vá, agora à parte, processar e fazer condenar um advogado que, por sua ignorância das leis do país, por sua falta de abstração e de lógica, por sua pobreza de ilustração, por sua carência de conhecimentos dos vários ramos do Direito, comprometeu e perdeu a causa do seu cliente, causando-lhe os mais sérios prejuízos materiais e morais. É verdade que processos desta natureza não faltam nos anais judiciários; mas todos sabemos que é o seu desenlace: a absolvição do réu. Por quê? Porque os elementos técnicos que entram em jogo em um erro profissional são tão múltiplos, tão complexos e tão obscuros, que com eles não se pode estabelecer a fórmula simples de uma responsabilidade qualquer. A impunidade em que ficam os erros profissionais decorre, pois, da própria natureza deles e das inúmeras circunstâncias indecisas que os rodeiam; é uma impunidade inevitável, um fato natural, contra o qual em vão se revoltam os platônicos adoradores da lei ideal.

A teoria da responsabilidade criminal do profissional é, de fato, muito justa e muito bela; mas a sua aplicação prática é absolutamente vã.

Que concluir então daí?

Evidentemente que esses erros profissionais, em vez de serem corrigidos ou castigados, o que nunca foram nem serão, devem, pelo contrário, ser o mais possível evitados, pelo preparo cada vez mais rigoroso dos seus órgãos.

Dizem ainda os adoradores da liberdade profissional sem restrições que os serviços do médico, do farmacêutico, do advogado ou do engenheiro são semelhantes aos serviços religiosos, e que assim como há uma fé religiosa, há uma fé científica, não tendo o governo temporal competência para intervir em qualquer dos casos, com o fim de impor aos cidadãos um dado sacerdote ou um dado profissional. É um argumento especioso, como é fácil reconhecer por um instante de reflexão.

Certamente, o governo temporal não tem o direito de impor aos cidadãos uma qualquer dentre as várias seitas religiosas que se disputam o governo espiritual da sociedade (e nisto consiste a plena liberdade de cultos ou separação da Igreja do Estado); mas cabe-lhe o dever de não permitir que um meliante qualquer, sem ser sacerdote de uma qualquer dessas religiões, vista as insígnias sa-

cerdotais e por aí ande a cometer estelionatos à custa da ignorância e da credulidade dos adeptos da religião que ele finge representar.

Pois bem, se o governo não tem competência para impor à sociedade o monopólio dos diplomados por este ou aquele dos institutos de ensino superior, que preparam profissionais para as carreiras públicas (e nisto consiste a separação da Ciência do Estado), cumpre-lhe, entretanto, o dever de não permitir que um velhaco qualquer, sem ter estudado coisa alguma, arvore-se em profissional de uma dada carreira liberal e por aí vá cometendo estelionatos à custa da ignorância e da credulidade do povo: para evitar isto, devem as autoridades competentes exigir dele a prova das suas habilitações, auridas em qualquer fonte de ensino, como, no caso religioso, devem exigir os documentos que provam a boa fé do sacerdote.

O contrário disto é a causa do que aí vemos diariamente na vida prática das profissões liberais: indivíduos sem preparo algum cometendo toda a sorte de desatinos profissionais, graças à credulidade das populações e à tolerância das autoridades — na medicina, na arte dentária, na farmácia, na advocacia, na engenharia, no comércio, no funcionalismo público. São doentes que perecem por falta de cuidados adequados; casas desaprumadas, calçadas afundadas, receitas improfícuas e por vezes enfermos envenenados; dentaduras estragadas; causas perdidas ou comprometidas; escriturações embrulhadas e anacrônicas; toda essa série de erros profissionais, causando muitas vezes gravíssimos prejuízos, cometidos por curandeiros, mestres de obras, boticários, barbeiros, rúbulas, guarda-livros e funcionários sem cultura e quejandos outros especuladores da boa fé humana, que por aí pululam em todos os recantos da sociedade.

É que a cultura do espírito, que é a base necessária de uma atividade prática racional, não se improvisa só com o talento e a boa vontade. O talento só sem a instrução é como valiosa veia de metal precioso não explorada. É preciso uma ginástica especial do cérebro, sob a direção de mestres experimentados, durante meses e anos, que lhe desenvolva as faculdades intelectuais, como o exercício físico hipertrofia os músculos, e as torne capazes de dirigir e assimilar os ensinamentos da prática diária.

Porque, ao passo que a civilização progride, os menores problemas de ordem material, social ou moral se vão tornando problemas científicos, de uma precisão cada vez mais rigorosa,

que exigem um preparo mental especial, sem o qual toda atividade permanece empírica e fonte das imperfeições e dos erros, que caracterizam a ação dos profissionais espontâneos.

O movimento geral das sociedades atuais exige fortes celebrações industriais e políticas, capazes de abraçar em conjunto e resolver de relance todas as graves e complexas questões que se suscitam em um meio cujas relações se vão tornando cada dia mais complicadas pelo progresso constante de todos os aspectos da atividade humana. O século é das máquinas, da eletricidade, da aviação, da radioatividade; e, portanto, para a nova massa de conhecimentos que exigem hoje as mais insignificantes funções sociais, já não basta, como nos velhos tempos das teocracias orientais, a aprendizagem puramente prática transmitida, nas castas profissionais, de pais a filhos.

É, pois, senhores graduandos, pelo vosso saber cada vez mais profundo, aliado a uma moralidade incorruptível, que conseguireis vencer na luta que certamente ides travar no meio das competições, em que a vossa atividade se vai exercer. É estudando sempre, constantemente afeiçoados aos vossos livros e atentos continuamente às observações da experiência de cada dia, que progredireis no vosso aperfeiçoamento técnico.

A escola não faz profissionais acabados; ela lhes dá, porém, uma sólida base para o remate futuro dos conhecimentos do ofício, que para logo o exercício cotidiano da profissão cultiva como um terreno ubérrimo, dando os últimos retoques que fazem do estudante de ontem o hábil prático de amanhã.

Nessa luta, cujo termo só vereis ao cabo da vossa velhice, não vos faltarão os dissabores provenientes das manifestações do egoísmo alheio, que resultam da concorrência na vida prática, e bem assim os que hão de despertar, no vosso coração de moços, a ingratidão, a deslealdade e a mentira, em que muito freqüentemente topareis na longa viagem que ides empreender através do futuro.

Mas, não desanimeis; com a vossa razão virilizada pela ciência e o vosso caráter amadurecido por uma calma resignação, encarar sempre o mal como uma lei natural, conseqüente às imperfeições da natureza humana, em que a massa dos instintos egoístas é por toda a parte mais considerável que a dos nossos penhores altruístas. Procurai, porém, no que voz diz respeito, superar as vossas revoltas e tornar-vos, no choque inevitável das paixões, o menos

egoísta possível, continuando imperturbavelmente a trabalhar pela felicidade comum dos vossos semelhantes.

Para isto, o campo se vos apresenta de uma infinita vastidão; os progressos da profissão que adotastes dependem do vosso esforço intelectual; como humilde operário que sois da humanidade, deveis cada um de vós trazer, para o grande edifício da regeneração social da nossa espécie, um fragmento da pedra ou de argamassa.

Vós, cirurgiões dentistas, tendes diante de vós um importante problema a resolver, pois que ainda se acha em todas as escolas sem solução — é o levantamento em dignidade da vossa arte tão delicada e interessante, pela sua incorporação à medicina geral, como uma especialidade sob o nome já proposto de Estomatologia, como já há uma Oftalmologia, uma Otologia e uma Laringologia. E essa transformação se torna tanto mais urgente quanto a vossa arte vai cada vez mais sendo invadida por práticos incompetentes, que ameaçam fazê-la retrógrada aos tempos de Ambroise Paré.

A Estomatologia — diz o vosso Cruet — deve ser um ramo da medicina; uma especialidade médico-cirúrgica, que, além de encerrar toda a arte dentária com tudo quanto ela pode saber no presente, do ponto de visto técnico e profético, se propõem o estudo e o conhecimento de todas as afecções da boca e seu tratamento médico e cirúrgico. Porque, sendo a medicina uma só e todas as partes do nosso organismo solidárias entre si tanto no estado hígido como no estado mórbido, a Estomatologia não pode se conceber sem os conhecimentos gerais do médico exigidos com o mesmo direito de todos os que exercem em sua plenitude uma parte qualquer da arte de curar. O estomatologista deve ser médico, como o laringologista e o oculista, e especialista em seguida como os seus confrades e pelos mesmos meios

É preciso, pois, que trabalheis para que todos se convençam de que a nobre arte dentária não é o ofício manual que muitos imaginam, mas uma parcela da grande arte divina de Hipócrates.

Senhores farmacêuticos, não menos nobre que a dos vossos colegas, a quem acabo de falar, é a arte a que ides dedicar a vossa existência, e, pelo seu aperfeiçoamento, como eles, deveis trabalhar continuamente: ela desempenha hoje, no seio da sociedade, uma missão científica, sem a qual a medicina não poderia viver. O farmacêutico, por seus múltiplos conhecimentos, sobretudo dessa química, que tanto cultivastes nos laboratórios desta Universida-

de, representa um papel de consultor técnico sobre tão variados assuntos, que o faz um personagem necessário em todos os meios sociais. A quem se recorre comumente em caso de perigo de vida, na falta de um médico? À farmácia; por isso o farmacêutico não é só um colaborador, mas ainda um amigo do médico, de cujos conhecimentos deve partilhar um pouco e ao qual deve prestar todo o concurso da sua boa vontade, da sua dedicação e do seu saber: também a vossa função é uma das mais graves do organismo social pela soma terrível de responsabilidades com que ela sobrecarrega incessantemente os seus órgãos.

Quanto a vós, senhores engenheiros geógrafos, que vazio campo de atividade se estende diante de vós, neste nosso Brasil, de que mal ainda se conhece a carta geográfica! Apesar das pomposas comissões nomeadas para esse mister em alguns Estados da República, até hoje estamos por ver sobre o papel um palmo do seu terreno; quanto aos dados geográficos dos vários pontos do nosso amplíssimo território, sabeis bem que deles pouco se conhece. Não vos faltarão, pois, no futuro que ides singrar, comissões e trabalhos interessantes para ocupar a vossa atividade, nos quais concorrereis para o engrandecimento da vossa pátria.

E a vós senhores contadores, que direi? Não é de longe a lembrança de se instruir, nas escolas superiores, o curso especial que vindes de atravessar em dois anos de pesados estudos, agora subdivididos mui sabiamente em três. Se profissões mais elevadas, por suas dificuldades científicas, na hierarquia das funções sociais, acham-se ainda hoje invadidas pelo empirismo cego dos práticos espontâneos que cometem freqüentemente os mais clamorosos erros de ofício, imaginai o que acontece à carreira da contabilidade, cujo ensino sistemático tanto se tem descurado no nosso país. Dir-vos-ei somente que também diante de vós o terreno é fértil para o progresso da organização industrial, dos conhecimentos que metodicamente adquiristes dentro dos muros desta Universidade.

Mas, senhores graduandos, em todos os aspectos da vossa atividade, deveis conservar um caráter inflexível. Para vencer as dificuldades que os embates sociais e morais a cada passo vos lançarem aos pés, na trilha que palmilhades, precisais sobretudo de tenacidade para persistir e de coragem para empreender, de tal modo que, em todas as posições que ocupardes na sociedade, ameis a função que desempenhardes, por ela vos apaixoneis, com ela vos identifiqueis. Também, em todos os casos, sede sempre pelo partido



# DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. JOÃO R. DE MACEDO FILHO



Na sessão solene em que as Faculdades de Direito e Engenharia comemoraram solenemente em 18 de setembro de 1920 a equiparação com suas congêneres oficiais.

Senhores:

Olpai ao ilustre Diretor da Faculdade de Direito do desprazer que ides experimentar a ouvir-me por alguns momentos. Ele, com a sua generosidade proverbial, quis fazer-me a honra imerecida de nomear-me intréprete do corpo docente da Faculdade de Direito nesta solenidade. Relutei. Senti a minha fraqueza. Pesei a responsabilidade que assumiria e declinei da honrosa missão. Não acedeu ele, porém eu obediente às suas ordens estou perante vós para, ainda que com deficiência de saber, falta de talentos e carecedor de dotes oratórios, dizer-vos o que nos vai n'alma em virtude do ato justíssimo do Egrégio Conselho Superior do Ensino, considerando as nossas Faculdades aptas a ser equiparadas às congêneres oficiais e do ato do Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios do Interior declarando essa equiparação.

Outro que não eu, dos membros do corpo docente da Faculdade, trar-vos-ia momentos de inefável prazer, contando-vos em linguagem leda, em frases buriladas, com elegância e precisão, a história de uma instituição que do nada se elevou vertiginosamente às culminâncias de um monumento imperecível. Ninguém, entretanto, com mais amor, ninguém com mais sinceridade do que eu, vos diria o que sentiu o seu coração de paranaense, ao acompanhar dia a dia, hora a hora, momento a momento a evolução admirável dessa instituição que constitui o maior cometimento que se tem verificado em todos os tempos neste recanto da pátria brasileira. Sim, meus senhores, eu a vi nascer; débil e franzina, mal se ouviam os seus primeiros vagidos; o seu organismo complicado e dispendios

parecia de difícil viabilidade. O prognóstico era desanimador e triste; uma flor em botão, que não lograria expor ao sol a sua corola radiante, fenecendo antes que a seiva vitalizante pudesse garantir-lhe existência duradoura. Uma esperança vaga, apenas, animava o espírito dos mais crédulos e isto porque viam que repousava ela em braços de titãs.

Uma Universidade do Paraná! Com um risozinho que se poderia dizer colocado entre o sarcasmo e a descrença, era a exclamação que de quase todos os lábios brotava. Mas então que se pensa de uma Universidade? Será acaso apenas uma ideia, uma expressão abstrata, que pode surgir no espírito de qualquer utopista? Não se levará em conta que Universidade é qualquer coisa de concreto, qualquer coisa de palpável e de grande, que se não constrói apenas com inteligência e boa vontade? Como se pretender, numa sociedade como a nossa, pela iniciativa privada, levar avante tal cometimento? Não se viu tempos atrás, o espírito iluminado de Rocha Pombo que concebera a ideia de uma Universidade no Paraná, que teve para tal o terreno em que se devia ela erguer, que já dispunha de algum recurso e da cooperação de denodados patrícios para essa obra grandiosa, não se viu a ideia de Rocha Pombo fracassar do modo o mais desalentador para aqueles que acreditavam na sua realização? Universidade: reunião de todos os cursos: Medicina, Direito, Engenharia, Odontologia, Comércio, Agrimensura, Obstetrícia, Farmácia... Tudo isso tirar do quê? Onde os recursos pecuniários? Onde os professores? Onde o prédio? Onde o material de ensino? Onde os alunos? Neste Paraná, pequeno e pobre, os visionários poderiam alimentar ideias dessa natureza, ideias que permaneceriam eternamente ideias, sem realização e consistência! Neste Paraná, onde as escolas primárias dificilmente se mantêm, onde uma esmagadora maioria de sua população é composta de homens que não sabem ler, loucura pensar em instituto superior de ensino, em todos os institutos superiores do ensino reunidos.

Não obstante, um dia, em um pequeno gabinete, dois homens trocavam ideias a respeito. Um, ponderado e calmo, teórico e espiritualista, lançava a ideia da criação de duas escolas — de Odontologia e Comércio. O outro, arrebatado e cheio de ousadia, recebia em seu fervilhante cérebro tal ideia como um facho de luz a iluminar-lhe o futuro. E, como semente lançada em terra boa, essa ideia germinou, evoluiu rapidamente, tomou formas novas e, no cérebro privilegiado de Nilo Cairo, se desenhou nítida a árvore

frondosa, em cujos ramos se deveriam inscrever, não apenas como queria Flávio Luz, as duas escolas projetadas — mas os cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Agrimensura, Agronomia e Comércio, Odontologia, Farmácia, Obstetrícia e o curso de preparatórios. Um terceiro visionário se lhes juntou: moço altivo e sobranceiro, confiante no futuro. Daltro Filho abraçou com entusiasmo a arrojada ideia. E o trabalho foi iniciado, forte, tenaz, persistente. Primeiro que tudo, era mister encontrar um homem que por seu renome, sua fortuna, sua posição social, constituísse como que segura garantia de estabilidade da instituição a criar. Mas, como encontrá-lo nesta época de utilitarismo, de luta extrema pela vida, de egoísmo e de desregramentos. Quem nas condições precisas daria o seu nome, emprestaria a sua firma, concederia o seu apoio à ideia ousada, considerada por todos como utopia e irrealizável? Que espírito de sacrifícios, que alma de sacrifícios, que alma de abnegado trocaria as suas comodidades pela luta ingente que se ia travar?

No meio destas cogitações, um varão ilustre, cheio de serviços à causa pública, de inconfundível feitio moral, grave e honesto, respeitado e querido na sociedade, se lhes deparou. Acercaram-se dele. Victor do Amaral, alma afeita ao bem, espírito esclarecido, caráter puríssimo, ardente patriota, amante do progresso, consultado, colocou-se de corpo e alma a serviço da ideia levantada com que se pretendia enriquecer o seu Estado natal. E lá se foram os quatro idealistas, à cata dos indispensáveis elementos. Que lutas! Quantos dissabores, quanta decepção! Nilo Cairo, inspirado e forte, alentava os seus companheiros de jornada. Nada de fraquezas, nada de desfalecimentos! Sempre avante e a vitória coroaria todos os esforços. Os quatro infatigáveis lutadores compreendiam-se admiravelmente. A cooperação era boa e proveitosa. Trabalhavam sem cessar. As barreiras que pareciam intransponíveis iam pouco a pouco cedendo a golpes de ousadia. Primeiro os professores. Era de ver a caravana dos predestinados a abordar um a um os bacharéis, um a um os engenheiros, um a um os médicos para convencê-los a que deviam ser lentes de uma escola superior! Olhos esbugalhados, gestos de verdadeiro espanto, uns e outros recebiam desconfiados a proposta honrosa. E passado o primeiro momento, diziam não ser possível: — *Falta-me competência, falta-me tempo, não quero.*

Os mais ousados aceitavam, não sem a quase certeza de que o empreendimento era irrealizável. Alguns, antes de se comprometerem raciocinavam: *Que compromisso haverá na aceitação*

*da cadeira que se me oferece, de uma instituição que viverá apenas no idealismo dos seus empreendedores?*

E assim se foram inscrevendo. E em pouco tempo as listas de cada curso continham já os nomes de numerosos professores.

E os recursos financeiros? Ainda não se pensou em tal? Mas como montar-se um estabelecimento, uma Universidade, sem dinheiro, sem o capital imprescindível? Era o que menos preocupava o espírito dos abnegados membros da comissão fundadora. Já então estava ela acrescida de mais dois valentes batalhadores: Hugo Simas e Euclides Bevilacqua. Havia em cada cérebro uma chama intensa que obumbrava toda e qualquer preocupação de ordem material. Tão grande era o ideal, tão elevada era a aspiração, tão extraordinário era o edifício moral que se idealizava que não havia lugar para pensar no vil metal, motor de todos os empreendimentos, elemento vital de todas as concretizações. No entanto, forçoso era cogitar desse necessário elemento: nada se poderia fazer sem o seu precioso concurso. E se cogitou. Cada professor pagaria 30\$000 pelo seu diploma; as primeiras despesas seriam satisfeitas. E depois? Os alunos pagariam a taxa de matrícula, as mensalidades... E se não houvesse alunos bastante? Como pagar o aluguel da casa onde se devia funcionar? Como comprar os custosos gabinetes necessários ao estudo? Como pagar os empregados administrativos? Eram pensamentos que desolavam, era a nuvem negra que toldava a limpidez do ideal em via de realização.

Coragem, gritava Nilo Cairo. Coragem, respondiam os seus dignos companheiros! E se raciocinou; com uma Universidade, o Paraná daria um passo de gigante a sua realização, traria um notável progresso para Curitiba, patentearia o gênio criador dos paranaenses e encherá de glórias este Estado da Federação.

E neste Estado existe um governo; um governo de progresso, um governo de iniciativas alevantadas de crença inabalável no futuro de ação e de energia. Por ventura não contará com o seu apoio? E quem é o detentor do poder? — Carlos Cavalcanti de Albuquerque! Salva estava a situação! Pressurosa a comissão a ele correu. Expôs-lhe o plano; deu-lhe notícia de tudo o que estava feito, contou-lhe com minúcias o que se pretendia fazer. Carlos Cavalcanti ouviu-a em silêncio, tomado de verdadeira surpresa pelo arrojo do empreendimento. Não era ele que iria implantar o desânimo naquela plêiade de patriotas intemeratos, não era ele que iria contrair uma iniciativa tão bela quão proveitosa para o Estado. E com voz segura,

palavras meditadas que mal encobriam o seu entusiasmo, prometeu à denodada comissão todo o apoio moral do seu governo e deixou transparecer que podia ela contar também com o seu apoio material.

A esperança da comissão, no governo, era pois funda: o patriotismo do presidente não desamparava a Universidade em formação.

Compreendeu o benemérito chefe de Estado a importância do cometimento; viu claro o quanto de bom e o quanto de proveito adviria para o Paraná com a fundação de cursos superiores. A sua visão larga de estadista não se afigurou utópica à obra grandiosa que se projetava. E animando os membros da comissão, lembrou-lhes a data de 19 de dezembro, data da emancipação do Paraná, para a fundação da Universidade. Expirava então a primeira quinzena de dezembro de 1912. O prazo era curto demais. Um grande esforço, quase sobrehumano se faria necessário para a adoção do alvitre do presidente. A comissão, porém, já não conhecia impossíveis. Com firmeza e resolução adotou esse alvitre e, tudo disposto, tudo aranjado no memorável dia 19 de dezembro de 1912, se inaugurava solenemente a Universidade do Paraná. Proferiu o discurso oficial o Dr. Daltro Filho, perante o Presidente do Estado, a assembléia dos lentes da Universidade e uma seleta assistência.

Estava tudo feito?

Inaugurar é o de menos, diziam os incrédulos, os despeitados, os fracos e pusilânimes. Dali à instalação, ao funcionamento dos cursos, vai uma distância...

Entretanto, na primeira quinzena de fevereiro de 1913, completamente mobiliado o prédio alugado à rua Comendador Araújo n.º 42, alguns gabinetes já montados, foi aberta a inscrição. Cinco cursos iriam funcionar: Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio.

Aberta a inscrição para os exames de admissão, segundo a Lei Rivadávia, a expectativa foi excedida do modo mais animador. A mocidade confiou. A mocidade do Paraná, cheia de energia e de civismo, não julgou temerário o empreendimento, achou-o até de acordo com o espírito e capacidade do brasileiro. E correu pressurosa. Nada menos de 96 alunos, nos cinco cursos, foram após os exames matriculados.

O ensaio era magnífico; a esperança raiou intensamente no coração dos fundadores; o desânimo foi banido do espírito dos mais ferrenhos pessimistas. E a 24 de maio de 1913 tiveram início as aulas da Universidade, com o exercício efetivo de 26 professores.

Era uma vitória!

Victor do Amaral e Nilo Cairo punham o melhor dos seus esforços para regularizar todos os departamentos do Instituto.

Nilo Cairo se multiplicava: arranjava regulamentos de todas as escolas imagináveis, para deles tirar o que melhor existisse; fiscalizava tudo e todos; obtinha de toda a parte catálogos e catálogos, escrevia cartas sobre cartas para pontos diversos do país e do estrangeiro e, numa doubadoura incrível, de tudo provia a tempo e hora.

A regularidade do instituto se fazia irrepreensível. O governo do Estado, num gesto elevado e patriótico, cumpriu a sua promessa: a 27 de maio de 1913 era sancionada a Lei 1.284, que reconhecia oficialmente a Universidade e dava-lhe para a constituição do seu patrimônio a elevada soma de 80 contos de réis.

Adquiríamos, assim, completa estabilidade, estabilidade que era um fato a desmentir os maus agouros dos pessimistas.

Necessária se tornava a construção de um prédio para o funcionamento regular da Universidade, atento o seu grande desenvolvimento. Havia o dinheiro dado pelo Estado.

Para o meio era bastante. Nilo propôs ao conselho superior e foi votada autorização à diretoria para tratar do assunto.

Comprado um terreno à rua Carlos de Carvalho, fora encarregado o Dr. Baeta de Faria da confecção do projeto do edifício.

Com a competência que todos lhe reconhecem o ilustre engenheiro, lente do curso de Engenharia, organizou um projeto grandioso. Foi quando a diretoria sempre devotada e infatigável conseguiu que a municipalidade de Curitiba, sempre cheia de civismo, cedesse à Universidade o vasto terreno da praça Santos Andrade.

Era Prefeito, então, o benemérito Cândido Ferreira de Abreu, espírito de eleição, alma de verdadeiro patriota. Lavrado o contrato com os senhores Bortholo Bergonse e Comp., a pedra fundamental foi lançada solenemente a 13 de agosto de 1913, dando-se em seguida início à grande construção.

Começava aí uma era de responsabilidades inauditas, de dificuldades tremendas. Em pouco tempo já se iam erguendo os profundos e largos alicerces, alicerces tão largos e tão profundos do edifício material que, dir-se-ia, contrastavam flagrantemente, com os terrenos esguios, alicerces sobre que fora levantado o edifício moral da Universidade.



so, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmar doutrina contrária a nossa causa. Era para desesperar! Logo depois, ainda víamos, com o grande favor que se nos fazia de declarar idônea a nossa Universidade, dar-nos o Governo Federal o presente de grego em virtude do qual seríamos votados à expiação e à morte. Facultava-se aos nossos estudantes a revalidação dos seus exames, dentro de um ano, nas faculdades oficiais! Em outros termos: abriam-se as portas das faculdades oficiais aos estudantes da nossa Universidade, para que esta fechasse definitivamente a sua porta, pondo por terra a mais bela iniciativa que no Paraná já houve; inutilizando os esforços inauditos de um núcleo heróico de brasileiros patriotas. E, como as Pombas de Raymundo Corrêa, foram os primeiros, outros se foram e o nosso abandono completo parecia fatal e indiscutível.

Não partiram todos, porém. Aqui ficou um punhado de crentes, um punhado de moços, amantes desta terra, para os quais parecia impossível o predomínio absoluto da injustiça, para os quais era tão grande o crime de esmagamento de um estabelecimento, como o nosso, que essa ideia não encontrava guarida em seus cérebros sãos e vigorosos. Ao passo que isso se dava aqui, verificava-se na capital paulista, no grande Estado de São Paulo, o impiedoso, o criminoso esfacelamento da notável e moralizada Universidade de São Paulo. Lá o inimigo era mais forte, lá congregaram-se os governos federal e estadual para essa guerra de extermínio. Como se houvesse mal, como se fosse um crime levantar o nível intelectual e moral da pátria, como se só os governos fossem capazes de manter cursos superiores, como se estivessem em pleno domínio do socialismo do Estado.

Mas *an quelque chose malheur est bon*, e isso que reconhecemos um grande mal, isso que condenamos em todas as veras de nossa alma, produziu, para a nossa instituição, os mais benéficos resultados. Sem acreditar que exageramos, dizemos convencidos que, para a vida da Universidade do Paraná, concorreu, em grande parte, a morte da Universidade de São Paulo.

Os estudantes de lá para aqui vieram, às dezenas, às centenas, principalmente para a Faculdade de Medicina, a qual os moços paulistas têm honrado sobremodo, com uma dedicação e notável aproveitamento nos estudos.

E no entanto, pelo Decreto Maximiliano, erguia-se apavorante e desoladora a impossibilidade de nossa equiparação às Faculdades oficiais. Para essa equiparação, necessário era que tivéssemos

em Curitiba 100.000 habitantes; uma das exigências imperativas do Decreto 11.530. E não os tínhamos, não os poderíamos ter. Nilo Cairo propôs-se a fazer o recenseamento. Conseguiu a necessária autorização legislativa. Esbofou-se com os seus infatigáveis auxiliares e, ao cabo de muito esforço e de muita esperança, teve de ceder à evidência: alcançava para o município de Curitiba apenas 66.000 habitantes! Triste verdade, triste realidade, desvanecedora das ilusões ainda acalentadas. Que nos resta então? Fraquear? Desanimar? Abandonar a liça? Nunca!

A adversidade nos emprestava vigor e resistência. Trabalhávamos mais e mais, impor-nos-íamos pelo nosso valor; bateríamos às portas de todos os Estados, um a um, pleitearíamos com documentos insuspeitos e poderosos a nossa idoneidade, conseguiríamos o reconhecimento parcial das nossas Faculdades e prescindiríamos da equiparação federal. A tarefa, porém, era difícil. Os trabalhos iniciados perante os Estados mostraram desde logo que pouco se podia conseguir. Mato Grosso e Santa Catarina apenas reconheceram os nossos diplomas. Já era uma vitória. Mas era pouco. Pensou-se então, que a exigência do Decreto era absurda, que não podia subsistir uma disposição que privilegiava as grandes capitais, os grandes Estados, em detrimento dos pequenos, entidades que lhes são fundamentalmente iguais em seus direitos e deveres. A revogação da absurda disposição foi pleiteada e graças aos esforços da nossa representação à frente da qual estava a figura veneranda de Generoso Marques, conseguiu-se que fosse banida do Decreto 11.530 a exigência de 100.000 habitantes.

Não obstante essa revogação, não obstante achar-se entreaberta a porta pela qual poderíamos obter a nossa equiparação, tínhamos a combater um inimigo poderoso, invisível e traidor. E esse inimigo achava-se conosco, dentro da própria praça de guerra, qual polvo a estender os seus maléficos tentáculos, a inutilizar os nossos planos de combate, a intibiar a nossa resistência, a frustrar todas as tentativas de vitória. Esse inimigo, senhores, era o desânimo que se apoderava, com raras exceções, de todo o corpo docente, era a descrença que dominava todos os espíritos; restavam porém, ainda por felicidade, alguns lutadores. Restavam ainda alguns crentes, em cujos corações não se apagara a chama intensa do ideal de Nilo Cairo. E a luta continuou, viva, sem tréguas e sem esmorecimento.

Foi então, senhores, que a ação de Victor do Amaral, privado na direção do instituto da cooperação poderosa de Nilo Cairo, se

fez mais bela, mais admirável do que nunca, chegando às raias do sublime. Tudo era quase perdido. A situação financeira pavorosa. Victor lançara mão de recursos próprios, às dezenas de contos, batera a todas as portas a que possível fora recorrer; empenhara todas as suas energias para afastar o medonho espectro da ruína iminente. E tudo era pouco. A subvenção estadual comprometida; o crédito já rareando, os compromissos fatais e inadiáveis. O espírito forte de Victor do Amaral, porém, não esmoreceu; jamais o abandonou a fé inabalável que depositava no futuro de sua obra grandiosa, síntese de toda a sua existência. Ainda havia recurso! Estava no Governo do Estado um patriota cidadão, um paranaense ilustre, devotado ao progresso e ao bem do Paraná. Afonso Camargo não deixaria morrer a Universidade. Oh não! Não seria durante o seu governo que o Paraná iria mentir às suas tradições, não seria durante o seu governo que o Paraná iria deitar por terra o maior padrão de glórias conquistado pelo devotamento dos seus filhos; não seria durante o seu governo que o orgulho dos paranaenses se abateria, vencido pela humilhante vitória do impatriotismo.

E Afonso Camargo, resolutos e forte, amparou poderosamente a Universidade, permitindo-lhe o completo desafogo da sua escabrosa e difícil vida financeira.

Melhorada a situação, voltaram-se as cogitações para o reconhecimento da Universidade. Separaram-se os cursos, sob o ponto de vista didático, em três Faculdades distintas, com distintas diretorias, como o exigia o Conselho Superior do Ensino. E as Congregações elegeram seus diretores, mui acertadamente: Dr. Victor do Amaral, infatigável Reitor da Universidade, para a Faculdade de Medicina; Desembargador Manoel Bernardino Cavalcanti Filho, espírito esclarecido, devotado e ardoroso batalhador, cuja capacidade militar na frente, em todas as pugnas Victoriosas das instituições, para a Faculdade de Direito; e Dr. Adriano Gustavo Goulin, moço talentoso e dotado de rara capacidade de trabalho, para a Faculdade de Engenharia.

Perdendo a unidade de administração didática, encontravam-se contudo as três Faculdades com segura garantia e triunfo.

No seio do Egrégio Conselho Superior do Ensino, parecia, entretanto, existir uma prevenção, uma animosidade formidável contra nós. Supunha-se talvez que não tínhamos escolas verdadeiras e sim apenas balcões para a venda de ridículos diplomas. Era mister uma ação orientada, inteligente e segura para a remoção dos

óbices que se nos antepunham no caminho da realização do nosso grande desideratum. E essa ação foi combinada, pondo-se em campo com raro devotamento no Rio de Janeiro patrícios ilustres, plenos de energia e civismo, entre os quais releva notar o Dr. João Moreira Garcez, hoje Prefeito de Curitiba, os quais, após um árduo e difícil trabalho, conseguiram em 1919, do Egrégio Conselho, a concessão da inspeção preliminar das Faculdades de Direito e Engenharia. Começávamos a triunfar no combate empreendido em prol das equiparações. Vieram os inspetores. Vieram, observaram. Penetraram no mais íntimo da nossa vida. Regimento Interno. Tomaram certidões de todos os atos mais importantes ocorridos. Assistiram às nossas aulas. Apreciaram o nosso critério de notas, nos exames parciais. Em suma — tiveram os mais amplos elementos de prova da moralidade do ensino ministrado nos nossos institutos. Foram os relatórios em 1919. Grandes eram as nossas esperanças. O Conselho Superior não poderia deixar de reconhecer a nossa aptidão à equiparação pedida. Exigia-se a justiça.

Na sessão de fevereiro de 1920, entretanto, foram discutidos os relatórios e o Conselho Superior declarou ainda não reunirmos as condições necessárias para a equiparação. Foi uma dura desilusão. Se descrença e desânimo havia já anteriormente, esses dois males que tanto nos afligiam, redobram de intensidade: quase que puderam cantar vitória sobre as nossas depauperadas esperanças. Dizia o Conselho que era desconhecido o quantum do nosso patrimônio, ignorada a renda anual com que contávamos, diminuto o número dos nossos alunos e, ainda, que existissem irregularidades nas nossas matrículas. Viam os descrentes em tudo isso a vontade preconcebida de indeferir a nossa proteção.

Tratamos porém, de satisfazer a todas as exigências. Com um trabalho de paciência e pertinácia, balanceamos todos os haveres da Universidade, constatamos o seu ativo, verificamos o seu passivo, relacionamos o patrimônio todo, com as minúcias necessárias e ao cabo deste trabalho chegamos à demonstração de que a Universidade contava com um patrimônio que se elevava à importante soma de 876 contos de réis.

Não nos contentamos com isso ainda. Essa importância não exprimia a verdade dos nossos haveres; estava muito aquém da realidade. Era necessário operar-se uma avaliação, uma estimativa conscienciosa, por peritos de indiscutível idoneidade e de comprovada competência que, levando em conta as circunstâncias atuais e a

valorização extraordinária de todos os materiais existentes pudessem dizer ao certo qual a importância real do patrimônio da instituição.

Escolhidos dois notáveis engenheiros — o Dr. Gastão Sengés, por parte do Conselho Superior do Ensino, e o coronel Dr. José Bevilaqua, por nossa parte, correram eles todos os recantos do edifício, tudo viram e examinaram e depois de um estudo acurado, apresentaram o seu laudo, insuspeito e verdadeiro, em que declaravam ser o patrimônio da Universidade da importância de 1.052:000\$000, cabendo a cada Faculdade 350.000\$00.

Ainda não era tudo. O patrimônio em si não produzia renda, a Lei Federal exigia renda suficiente para a boa remuneração do corpo docente, para a manutenção de todos os serviços escolares. A subvenção estadual era apenas de 12:000\$000 para cada escola. Somada ela à taxa anualmente paga pelos alunos, longe estaria a renda com que contávamos, de ser suficiente para a nossa manutenção.

Mais uma vez confiamos no patriotismo dos nossos homens públicos. Recorremos ao Palácio da Liberdade e o ilustre Presidente do Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, compreendeu a nossa delicada situação. Com a elevação de vistas que caracteriza o seu governo, com o civismo que caracteriza a sua personalidade, com a segurança e inflexibilidade que dominam os seus atos administrativos, aquiesceu ao nosso pedido de melhoria de subvenção, desde que fosse ela votada pelo Congresso. Corremos ao Poder Legislativo que, patrioticamente, amparou a nossa instituição.

Era pouco ainda. Entretanto, apelamos para as Municipalidades. A começar pela da capital, cujos membros do Poder Legislativo e Executivo acudiram com simpatia ao nosso apelo, encontramos em todas as municipalidades do Estado a mais franca acolhida, prometendo-nos elas, com duas exceções apenas, as subvenções de que necessitávamos. Os municípios, por seus governos, demonstravam assim, a alta compreensão que possuíam dos deveres que lhes oneram a existência, para o levantamento moral e intelectual da Pátria. E em breve tivemos já não pequena a lista de subvenções votadas, continuando as demais municipalidades a assegurar-nos que a promessa anterior será muito logo satisfeita.

Armados com todos esses elementos, uns oriundos da abnegação dos credores da Universidade, outros do patriotismo dos detentores dos poderes públicos, apresentamo-nos perante o Conselho Superior, viseira erguida, cheios de fé, confiantes no nosso valor, crentes na justiça e animados pela mais risonha esperança de

vitória. Em petição aos ilustres Drs. Fernando Vilela de Carvalho e Ortiz Monteiro, dignos inspetores federais junto às nossas Faculdades, demonstramos os nossos haveres, dissemos qual a causa determinante da exigüidade do corpo discente, explicamos as pretendidas irregularidades de matrículas, irregularidades que absolutamente não existiam e lhes pedimos que dissessem ao Conselho Superior, com a isenção de ânimo e com o elevado critério de que são dotados, toda a verdade de nossa vida, o que somos e o que valemos. Fomos atendidos. E com a cooperação proveitosa e decidida de paranaenses cheios de ardor patriótico, entre os quais contamos — Afonso Camargo, Arthur Obino e João Pernetá —, conseguimos ver coroada da mais esplendente vitória nos memoráveis dias 29 de julho e 6 de agosto de 1920 a luta ingente que vínhamos sustentando há 7 longos anos. As Faculdades de Direito e Engenharia eram pelo Conselho Superior do Ensino consideradas aptas a ser equiparadas às congêneres oficiais.

E a 19 de agosto de 1920, eram pelas portarias do Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores as mesmas Faculdades oficialmente equiparadas.

Conquistava, meus senhores, o Paraná, assim, o prêmio do esforço hercúleo dos seus filhos. Constatava-se de modo insuspeito, pela exigente e rigorosa palavra oficial, o adiantamento intelectual desta terra. Demonstrava-se que Curitiba, pequena capital de um Estado pequeno, continha já em si um núcleo forte de estudiosos, um viveiro de perscrutadores da ciência, um elemento de progresso com que a pátria idolatrada poderá contar, para a sua ascendência gloriosa na conquista dos mais alevantados ideais.

A tarefa entretanto, não está de todo cumprida. A mesma obrigação, o mesmo estoicismo, o mesmo vigor se fazem ainda necessários. Temos ainda a Faculdade de Medicina, a conquistar a sua equiparação. E essa não tardará, vindo completar a série de triunfos conquistados pela intelectualidade paranaense.

Já se desenham no horizonte prenúncios da vitória. O infatigável e grande amigo desta terra, o destemido Arthur Obino acaba de, com a dedicação que lhe é peculiar, com a vontade férrea de que é dotado, conseguir a inclusão do Paraná no projeto de lei sobre a criação das Universidades brasileiras. Aí, temos muito perto, pois, senhores, coroado do mais deslumbrante sucesso, o trabalho vigoroso e tenaz que se tem desenvolvido nesta casa, onde habita a

ciência, onde domina a cordura e onde se coopera fervorosamente para o levantamento intelectual do nosso amado Brasil.

O reconhecimento integral da Universidade do Paraná pelo Governo Federal, pode-se dizer um fato, um fato que eleva, que enobrece, que orgulha a alma dos filhos deste predestinado pedaço da grande terra patrícia. E esses sentimentos que de todos nós se apoderam, são ainda mais justificados, quanto é certo que temos nós no Paraná a primazia, que fomos nós no Paraná os primeiros que nos abalançamos a criar e manter, no Brasil, uma Universidade, desde 1912, como precursores dessa grande corrente que hoje, volumosa e vencedora, impõe-se soberanamente à ação criteriosa e orientada do Governo Brasileiro.

É pois, senhores, o Paraná, Estado novo e pequeno, que revela-se ao nível intelectual dos grandes Estados da República, mantendo como eloqüente atestado do seu adiantamento, ao lado da escola primária largamente difundida, ao lado das escolas de arte e de comércio, e das escolas secundárias moralizadas e modelares, esse conjunto admirável de todas as escolas superiores, formando uma quase integralização do ensino nas suas mais variadas modalidades.

A escola primária, senhores, constitui o primeiro degrau de uma longa escada, radiante e luminosa. No alto dessa escada existe qualquer coisa de grande, de belo e de majestoso que exerce uma atração irresistível. *Hic itus ad astra*, na frase empolgante de Virgílio. Galgado o primeiro degrau, olhos fixos na atraente culminância, sente-se o homem impelido vigorosamente a subir mais e mais — excelsior! excelsior! — até alcançar a elevação augusta de onde se descortina toda a vastidão imensa do campo intérmino dos conhecimentos humanos.

Pois bem, senhores, se essa atração é uma realidade, se o ensino superior se encontra no topo dessa escada maravilhosa, cultuemos o ensino superior pelo bem que ele produz, aperfeiçoando os conhecimentos do homem, formando a elite da sociedade, fazendo progredir a ciência, desenvolvendo as inteligências representativas da grandeza nacional e estimulando aqueles que se acham na esplanada a galgar o primeiro degrau, a conquistar os conhecimentos primários, a libertar-se do analfabetismo danoso o deletério.

Mantenhamo-nos firmes em nossos postos, desdenhem das invectivas com que nos mimoseiam os espíritos tacanhos e ridículos dos nossos inimigos e tenhamos sempre em mente que a ideia que se concretizou neste templo augusto da instrução não é senão

a consagração do mais puro, do mais intenso, do mais acrisolado  
e santo amor por esta pátria, grande e bela.  
Tenho dito.

Blank Page

# BIBLIOGRAFIA



- CARNEIRO, David. *Galeria de ontem*. Curitiba: Papelaria Max Roesner Ltda., 1963. 563 p.
- \_\_\_\_\_. *História do período provincial do Paraná*. Curitiba: [s.n.], 1960, 458 p.
- \_\_\_\_\_. *História da primeira universidade do Brasil — a do Paraná*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, s/d., 204 p.
- FAVERO, Maria de Lourdes de A. *A Universidade brasileira em busca de sua identidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977. 102 p.
- LIMA, Eduardo Corrêa. Compilador. *Victor Ferreira do Amaral e Silva — o reitor de sempre*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1982. 520 p.
- LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 522 p.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3. ed. Curitiba: Guaíra, s/d. 378 p.
- MOTA, Lourenço Dantas. Coordenador. *A História vivida II*. S. Paulo, *O Estado de S. Paulo*, documentos abertos. 1981. 392 p.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec — Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná. 1981. 235 p.
- PARANÁ. *Relatório do presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 15 jul. 1854*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1854, 110 p.
- \_\_\_\_\_. *Relatório do presidente da Província, João José Pedrosa, em 16 fev. 1881*. Curitiba: Tipografia Perseverança, 1881. 129 p.
- PAULA, Eurípedes Simões de. A Universidade e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. *Revista de História*. S. Paulo, 54, p. 253-259, abr-jun. 1963.
- PILOTO, Valfrido. *Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: [s.n.], 1979, 117 p.
- \_\_\_\_\_. *Rocha Pombo*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1953. 45 p.
- SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município*. I vol. Curitiba, Museu Paranaense, 1952. 405 p.
- SILVA, Cleto da. *Accordo Paraná — Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas*. Curitiba: Papelaria Globo, 1920. 286 p.
- WACHOWICZ, Lílian Anna. A relação professor — Estado. *Estudo da política elaborada*

*para o magistério no Paraná, de 1853 a 1930*. Tese de doutorado, mecanografada, apresentada na PUC de S. Paulo. 1981. 260 p.

\_\_\_\_\_. Ruy Christovam. *Obrageiros, Mensus e colonos — História do oeste paranaense*. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1982. 206 p.

JORNAIS:

*Commercio do Paraná*

*Gazeta do Povo*

*Diário da Tarde*

*O Dia*

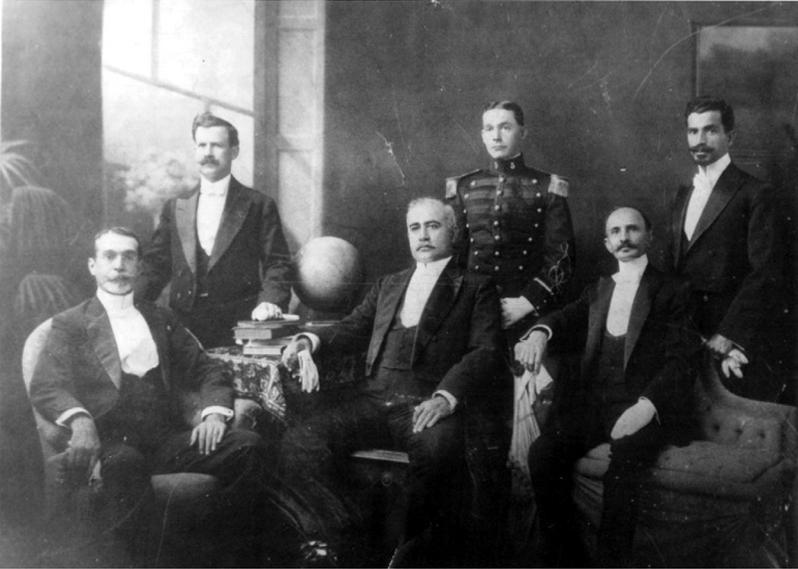
FONTES PRIMÁRIAS:

Departamento de Arquivo e Microfilmagem do Estado do Paraná (DAMI).

# ANEXO ICONOGRÁFICO



Blank Page



Acervo UFRPAR/ACS

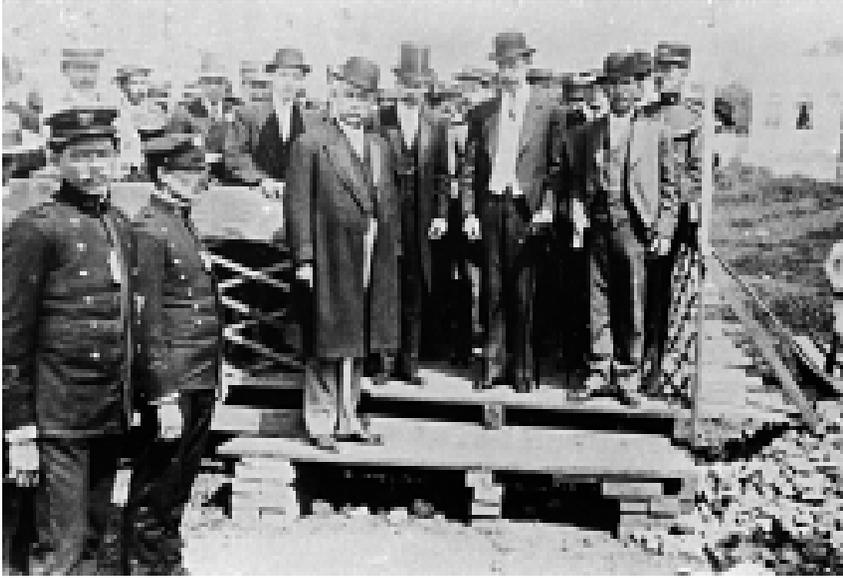
Primeira Diretoria da Universidade do Paraná. Da esquerda para a direita, sentados: Nilo Cairo da Silva, Victor Ferreira do Amaral e Silva e Euclides Bevilaqua; em pé: João Barcelos, Manoel de Cerqueira Daltro Filho e Hugo Gutierrez Simas.



Acervo Reitoria UFRPAR

Lançamento da Pedra Fundamental do edifício-sede em 31 de agosto de 1913: (1) Victor Ferreira do Amaral e outras autoridades aguardam a chegada do Presidente do Estado, Carlos Cavalcanti de Albuquerque.





Acervo Reitoria UFPR

Lançamento da Pedra Fundamental do edifício-sede em 31 de agosto de 1913 (2)  
Em primeiro plano, Victor Ferreira do Amaral; em segundo, da esquerda para a direita, o  
prefeito Cândido Ferreira de Abreu, o presidente Carlos Cavalcanti e o dr. Reinaldo Machado.



Acervo Reitoria UFPR

Lançamento da Pedra Fundamental do edifício-sede em 31 de agosto de 1913 (3)  
Carlos Cavalcanti desce aos alicerces carregando a urna com os documentos.





Acervo Reitoria UFPR

Lançamento da Pedra Fundamental do edifício-sede em 31 de agosto de 1913 (4)  
Operários depositam a urna em local preparado.



Acervo UFPR/ Setor de Tecnologia

Fachada do primeiro prédio histórico na década de 1930.



Detalhes do frontão do primeiro prédio histórico.



Detalhes da colonata e ornamentos das janelas do primeiro e segundo andares.



Acervo Prof. Vicente Pacheco

Corpo clínico da Maternidade Victor do Amaral em dezembro de 1930.



Acervo Prof. Vicente Pacheco

Victor Ferreira do Amaral no centro da primeira fila com os formandos da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná e funcionários do Hospital Victor do Amaral, em 27 de novembro de 1949.



Acervo Profa. Suzana Pinheiro Machado Mueller

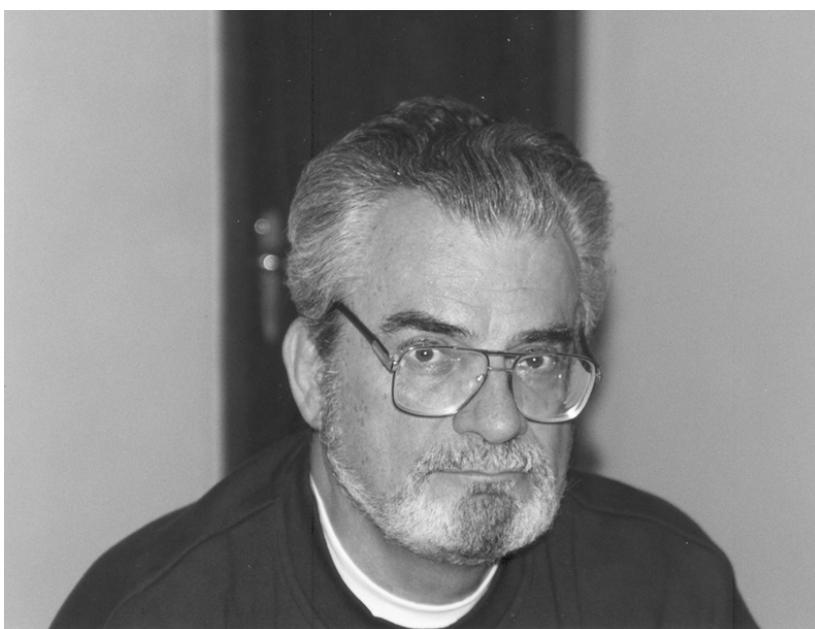
O presidente Eurico Gaspar Dutra quando assina o decreto de restauração da Universidade do Paraná, em 5 de junho de 1946.



Acervo Reitoria UFPR

Assembléia universitária de 19 de dezembro de 1950, a primeira após a federalização, presidida pelo reitor Flávio Suplicy de Lacerda





Acervo particular

Ruy Christovam Wachowicz  
(1939 - 2000).

Blank Page

# ÍNDICE ONOMÁSTICO



Blank Page

ABREU, Alberto de: 22; 62  
 ABREU, Cândido Ferreira de: 61; 71; 74; 210; 226  
 AGUIAR, Rafael Tobias de: 35  
 ALBUQUERQUE, Benjamin Lins de: 61; 64; 72; 102; 169  
 ALBUQUERQUE, Carlos Cavalcanti de: 22; 61; 62; 58; 71; 72; 75;  
 102; 109; 110; 119; 120; 121; 129; 208; 225; 226  
 ALBUQUERQUE, Francisca Munhoz Cavalcanti de: 83  
 ALVES, Castro: 162  
 ALVES, Francisco: 142  
 ALENCAR, Manoel Barreto Vieira de: 55; 61; 122  
 ALZAGARAY, Don Francisco: 31; 36  
 AMARAL, Ubaldino do: 47  
 ANDERSEN, Alfredo: 46  
 ÂNGELO, Pedro: 133  
 ANDRADE, José Pereira Santos: 30  
 ANDRADE, Lourenço Ribeiro de: 31  
 ANTÔNIO, Raul Bruel: 136  
 ARAÚJO, Canuto de: 99  
 ARAÚJO, Henrique: 108  
 ARAÚJO, Mendes de: 115  
 ARISTÓTELES: 173; 189  
 ASSUMPÇÃO, Pamphilo D': 21; 22; 53; 56; 61; 89  
 ASSUMPÇÃO, Paulo: 61  
 ASSUMPÇÃO, Abel Almeida: 130  
 ASSUNÇÃO, Paulo Ildefonso de: 21; 45; 46  
 ATAÍDE, Aramis: 126  
 AUST, Walter: 100; 102; 132  
 AZEVEDO, Fernando de: 114

BACELAR, Romeu: 137  
 BACILA, Metry: 137  
 BANDEIRA, Euclides: 168  
 BARTHOLOMEU, Cel. Luiz: 72; 102  
 BARRETO, Tobias: 171  
 BARROS, André de: 93  
 BARROS, Ademar de: 116  
 BARROS, Hugo: 129; 130  
 BARROS, Homero de: 126  
 BARROS, Oscar Leite de: 141  
 BELTRÃO, Alexandre Fontana: 138

BERGONSE, Bortolo: 70; 72; 74; 84; 93; 101; 210  
BERNARD, Claude: 167  
BENEDICTO, Adelino de: 130  
BEVILAQUA, Euclides: 21; 58; 61; 74; 208; 225  
BEVILAQUA, José: 97; 216  
BICUDO, Chagas: 148  
BILAC, Olavo: 132; 133  
BRITTO, Vítor de: 186  
BONIFÁCIO, José: 161  
BORGES, Generoso: 58; 87; 88  
BORGES, Oscar: 130  
BRAGA, João Francisco: 22; 62; 71  
BRAZIL, Antônio Virgolino: 61  
BUTHRIER, Argemiro: 130

CABANAS, João: 119  
CALBERY, Plínio: 130  
CALDERARI, Duílio: 147; 149; 151  
CALMON, Pedro: 126; 127  
CASTRO, Aloysio de: 105; 109  
CARRÃO, Manoel Lustosa: 61  
CARVALHO, Carlos de: 43  
CARVALHO, Fernando Vilela de: 217  
CARVALHO, Tiburcio: 130  
CARVALHO, José da Costa: 35  
CÂMARA, Dom Helder: 15  
CAMARGO, Afonso Alves de: 61; 71; 94; 109; 110; 116; 119; 120;  
122; 132; 133; 153; 214; 219  
CAMPOS, Ernesto de Souza: 126  
CAMPOS, Manuel Ribeiro de: 134  
CAMPOS, Francisco: 151  
CARNEIRO, Abdon Petit: 61; 81; 83; 95; 96  
CARNEIRO, David: 45; 84; 156  
CARNEIRO, Urania de Andrade: 83  
CARNEIRO, Milton: 94-96  
CAPANEMA, Gustavo: 116; 117; 123; 125  
CAVALCANTI FILHO, Manoel B. Vieira: 61; 99; 214  
CESCHIN, Mathilde G.: 83  
CELSO, Affonso: 109  
COMTE, Auguste: 184-197

- CONDORCET: 183  
 CONSTANTINO, João Lourenço: 134  
 CONSTANT, Benjamim: 162  
 CORRÊA, Raymundo: 212  
 CORREIA, Leôncio: 46  
 CORREIA, Rivadávia da Cunha: 49; 181  
 CORTES, José S.: 130  
 COSTA, Lysimaco F. da: 129; 130; 132
- DARWIN, Charles: 173  
 DALTRO FILHO, Manoel de Cerqueira: 21; 53-56; 58; 60-64; 67; 71;  
 104; 133; 159; 209; 225  
 DIETZSCH, Carlos: 70  
 DIDEROT, Denis: 183  
 DUARTE, Sérgio: 150; 151  
 DUTRA, Eurico Gaspar: 156; 230  
 DOM JOÃO VI: 34  
 DOM PEDRO II: 45
- EDISON, Thomas: 88  
 EMMERSON, Junitus: 129  
 ERICKSEN, Conrado: 91  
 ERICKSEN, Alberto Ildefonso: 73  
 ERICKSEN, Mário: 73  
 ERNEST, Renan: 159  
 ESPÍNDOLA, João Evangelista: 61
- FARIA, Baeta de: 70; 71; 74; 210  
 FEIJÓ, Diogo Antônio: 35; 36; 162  
 FIGLIOLINI, Felipe: 134; 139; 142  
 FLAUBERT, Gustave: 171  
 FREITAS, Herculano de: 185  
 FREITAS, Augusto de: 104  
 FREITAS, Teixeira de: 119  
 FRANCO, Arthur Martins: 61; 67  
 FRANCO, Manoel de Oliveira: 128  
 FRANÇA, Serafim: 68  
 FRANÇA, Aluízio: 127  
 FRANCIA, José Gaspar Rodríguez de: 31  
 FRANKLIN, Benjamin: 172

FRONTIN, Paulo de: 109

GAERTNER, Erasto: 123; 126

GALILEI, Galileu: 167

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz: 113

GAISLER, Paul Emílio: 93

GARCEZ, João Moreira: 61; 71; 103; 104; 215

GASPARINI, Isaura Sydney: 64

GODOY, Manoel Adriano: 141

GOMES, Oscar Martins: 131

GOULIN, Adriano Gustavo: 61; 214

GROTIUS, Hugo: 174

GRAMSCI, Antonio Sebastiano Francesco: 21

GRAVINA, Nicolau: 93

GUTIERREZ, Edmundo: 105

GUIMARÃES, Alô: 149

GUIMARÃES, Júlio Theodorico: 21; 54; 55

GUIMARÃES, Lili Santerre: 85

GUIMARÃES, Osvaldo: 141

GOETHE, Johann Wolfgang Von: 173

GOMY JÚNIOR, João Teófilo: 129-131

GONÇALVES, Alfredo de Assis: 83; 95; 96

HOMERO, Pedro S.: 141

HUME, David: 183

ICKLER, Carlos: 89

JAIMOVITCH, Marcos de A.: 137

KOPP, Max: 134

KOSSOBUDZKI, Simão: 148

KNEIPP, Sebastian: 88

LACERDA, Dirceu: 64; 65; 73; 94; 110; 115

LACERDA, Dulcídio T.: 115

LACERDA, Flávio Suplicy de: 155; 156; 230

LAFFITTE, Pierre: 187

LAMARCK, Jean-Baptiste de: 173

LARA, João Batista: 139

- LAVOISIER, Antoine: 167  
 LEÃO, Agostinho Ermelino de: 30; 35; 84  
 LEÃO, Ivo: 73  
 LEME, Higino de Barros: 119  
 LEITE, Francisco: 68  
 LIMA, Antônio Mariano de: 11; 21; 43-45  
 LIMA, Antônio Pereira: 124  
 LIMA, José Barbosa: 99  
 LIMA, Maria Aguiar de: 46  
 LOBO, Bruno: 146; 147  
 LOPES, Lauro Sodré: 99; 127; 130  
 LOPES, Isidoro Dias: 148  
 LOYOLA, Leonidas Moura de: 131  
 LOYOLA, José Guilherme de: 148  
 LUPION, Moysés: 139; 156  
 LUPION, Hermínia: 143-145  
 LUZ, Flávio: 13; 21; 54-56; 58; 61; 67; 68; 104; 207  
 LUZ, Júlio Eleutério da: 104  
 LUZ, Vítor da: 137
- MACEDO, José: 47  
 MACEDO FILHO, João Ribeiro de: 94; 104; 116; 117; 126; 153-155;  
 205  
 MACH, Ernesto: 166  
 MACHADO, Brasília: 91; 92; 104  
 MACHADO, Brasil Pinheiro: 126-128  
 MACHADO, Reinaldo: 21; 54; 55; 61; 81; 83; 226  
 MACHADO, Vicente: 38  
 MACHADO, João da Silva: 35  
 MANFREDINI, Jurandir: 135  
 MARIANI, Clemente: 154-156  
 MARTINS, Romário: 29; 37; 76  
 MARTINS, Hélio: 138  
 MARQUÊS DE POMBAL: 29  
 MAXIMILIANO, Carlos: 104  
 MELO, Alfredo Pinto Vieira de: 205; 217  
 MEINRAD, Alberto Leopoldo Clemente Maria: 114  
 MENDES, Raimundo Teixeira: 188; 197  
 MESQUITA FILHO, Júlio de: 124  
 MIRANDA, Felipe S.: 130

- MOREIRA JÚNIOR, Carlos Augusto: 15  
MOREIRA, Fernando: 22; 52; 53  
MORGADO DE MATEUS: 29  
MONTEIRO, Ortiz: 217  
MUNHOZ, Ademaro: 103; 130  
MUNHOZ, Adriano: 129  
MUNHOZ, Milton de Macedo: 79; 94  
MUNHOZ, Laertes: 150
- NAUFAL, Francisco: 134  
NEVES, Isaías de Castro: 144
- OBINO, Arthur: 61; 90; 217  
OLIVEIRA, Luiz Caetano de: 132
- PADOVAN, José António: 141  
PARANÁ, João Zaco: 46  
PARÉ, Ambroise: 202  
PAWELSKI, Alexandre: 129; 130  
PASSOS, Adherbal S.: 137  
PASTEUR, Louis: 88  
PEDROSA, João José: 37  
PEIXOTO, Floriano Vieira: 162  
PERNETTA, João David: 61  
PEREIRA, Nicanor: 132  
PESSOA, Epitácio: 114  
PESSOA, João: 120; 121  
PETRICHE, Frederico: 93  
PILOTO, Valfrido: 46-48; 94; 96  
PIMENTEL, Roberto: 73  
PINHEIRO, José Cipriano Rodrigues: 96  
PLÁCIDO E SILVA, Oscar José: 13; 64; 67-70; 72; 73; 76; 90; 93-95;  
102; 107; 131; 132; 139; 140  
PLATÃO: 172  
POMBO, José Francisco da Rocha: 11; 21; 46-48; 60; 69; 168; 206  
PORTES, Antônio: 73  
PORTUGAL, Clotário: 126; 136; 154
- QUADROS, Luís: 64

RAMOS, Paiva: 139  
 REBELLO, Pinto: 64  
 REBOUÇAS, André: 51; 171  
 ROCHA, Caetano Munhoz da: 98; 103; 106; 109; 110; 119; 120; 122; 216  
 ROCHA NETO, Bento Munhoz da: 126  
 ROSA, Miranda: 53  
 ROSENFELD, Rosa: 81  
 ROOSEVELT, Theodore: 129  
 ROOSEVELT, Kermit: 52  
 ROSSI, Mário: 138  
 RIEDEL, Hugo: 74  
 RIBAS, Antônio: 154  
 RIBAS, Manoel: 118  
 RIBEIRO, Eurico: 149

SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira e: 37  
 SENGÉS, Gastão: 216  
 SECCHI, José: 141  
 SATINI, Olga: 81  
 SANTIAGO, Miguel: 107  
 SANTIAGO, Osvaldo: 134  
 SANTOS, Generoso Marques dos: 30  
 SANTOS, Antônio Viera dos: 36; 37  
 SANTOS, Cláudio P. Ferreira dos: 61  
 SANTOS, Manoel Ribeiro dos: 139  
 SILVA, Cidália Bosio: 152  
 SILVA, Cleto da: 40  
 SILVA, Cyro: 98  
 SILVA, Francisco Xavier da: 38  
 SILVA, João Alfredo da: 149  
 SILVA, José Niepce da: 61  
 SILVA, Nilo Cairo da: 11; 13; 20-22; 27; 53; 56-61; 64; 67-72; 74; 75; 77; 83; 91; 93-96; 99; 100; 102-104; 106; 121; 127; 168; 179; 206-208; 210; 213; 225  
 SILVA, Victor Ferreira do Amaral e: 11; 13; 20-22; 25; 27; 37-39; 45; 49; 51-53; 56-58; 60; 61; 63-65; 67; 69-71; 73; 75; 77; 79; 80; 81; 83-85; 89-96; 99-102; 104; 105; 109; 119; 120; 122; 123; 127; 128; 132; 133; 145; 154; 155; 207; 210; 213; 225; 226; 229  
 SILVEIRO, José: 141

SIMAS, Hugo Gutierrez de: 21; 55; 56; 58; 61; 74; 208; 225

SMITH, Adam: 1746

SINGOLANI, Renato: 138

SOBRINHO, Joaquim de Almeida Faria: 37

SOBRINHO, J. Oliveira: 149

SOUZA, Luciano Botelho de: 136

SOUZA, Colombo de: 138

SPINDOLA, João Evangelista: 148

SPINOLA, Hamilton P.: 136

TAUNAY, Alfredo Maria Adriano D`Escragnolle: 43

TOURINHO, Plínio Monteiro: 61; 64; 107; 120; 132

TOURINHO, Mário: 74

TURIM, João: 46

TURGOT, Anne Robert Jacques: 183

VALENTE, Heitor: 68

VARGAS, Getúlio: 20; 118; 119; 123; 124; 137; 156

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e: 34; 36

VASCONCELOS, Olegário de: 83

VAZ, Rocha: 147; 148; 151

VELOSO, Domingos Duarte: 104

VERNALHA, Roque: 134; 139

WACHOWICZ, Lílian Anna: 10; 23



Blank Page

Blank Page





# *Memória*

ISBN 978-65-87448-68-8



9 786587 448688